



ESS
ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL
UFRJ

PPGSS
UFRJ



FAPERJ
Fundação Coordenação Filhos de Arquivo
e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro

COLEÇÃO
JPN
JOSÉ PAULO NETTO

12 3 456
VOLUME

Reflexões
contemporâneas
sobre o debate
dos fundamentos,
do trabalho e
da formação
profissional

Camylla Fonseca

Yolanda Guerra (orgs)

REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE O DEBATE DOS
FUNDAMENTOS, DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL

Coleção José Paulo Netto – Volume 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto de Andrade Medronho
Reitor

João Ramos Torres de Mello Neto
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Ana Izabel Moura de Carvalho
Diretora

Guilherme Silva de Almeida
Vice-Diretor

Fátima da Silva Grave Ortiz
Diretora Adjunta de Pós-Graduação

Camylla Fonseca
Yolanda Guerra
(Orgs.)

REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE O DEBATE DOS
FUNDAMENTOS, DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL

Coleção José Paulo Netto – Volume 3
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2023



Navegando Publicações




www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG – Brasil
Direção Editorial: Navegando Publicações
Diagramação: Lurdes Lucena
Projeto Gráfico: Fábio Marinho

Copyright © by autor, 2023.

E793 – FONSECA, C.; GUERRA, Y. (Orgs.). I. Reflexões contemporâneas sobre o debate dos fundamentos, do trabalho e da formação profissional. Volume 3. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

ISBN: 978-65-6070-013-0

 10.29388/978-65-6070-013-0-0

1. Formação Profissional 2. Trabalho 3. Pós-graduação I. Camylla Fonseca; Yolanda Guerra. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social 360

Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

Editores

Lurdes Lucena – Esame – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFITM - Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cilson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Marcelo Caetano Parreira da Silva – UFU – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria Ciavatta – IFF – Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF - Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucília Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alcina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunión – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesús Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Ecuador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto González Aranas – Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias – Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba v Cuba - Cuba

A coleção José Paulo Netto – professor emérito da Escola de Serviço Social e referência para a Área de Serviço Social – compõe-se de pesquisas desenvolvidas por estudantes e docentes do nosso Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, cujos resultados foram apresentados na sua maioria na VII Jornada de Integração e Pesquisa Acadêmica – JIPA, realizada entre os dias 28 e 30 de março de 2023 com a realização de conferências, mesas temáticas e apresentação de trabalhos nos diversos GT (grupos de trabalho). A JIPA é um evento consolidado no âmbito do nosso Programa e está na sua sétima edição com o objetivo de combater o isolamento intelectual muito presente na lógica da pós-graduação brasileira, por meio do intercâmbio e do debate das nossas pesquisas. A partir de uma perspectiva crítica e voltada aos grandes temas contemporâneos que atravessam o Serviço Social e áreas afins, a diversidade das pesquisas existentes no nosso Programa é evidenciada no universo de seis volumes apresentados nesta coleção: 1 - Antirracismo, Lutas de Gênero e LGBTQIAPN+; 2 - Estado, Políticas Públicas e Lutas Sociais; 3 - Reflexões contemporâneas sobre o debate dos Fundamentos, do Trabalho e da Formação Profissional; 4 - Capitalismo Contemporâneo: crise e barbarização da vida social; 5 - Estado e Sociedade: análises sobre Desigualdades e Políticas Públicas e 6 - Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social. Agradecemos à FAPERJ pelo apoio para a concretização desta Coleção. Que esta coleção possa contribuir com as reflexões e análises sobre o nosso tempo e principais questões. Boa leitura!

Fátima Grave Ortiz
Coordenadora do PPGSS/UFRJ

Sumário

Apresentação	8
Camylla Fonseca e Yolanda Guerra	
I - Trabalho: contribuições para o debate sobre o estatuto ontológico.....	18
Thais Felipe	
II - Perspectivas políticas do serviço social na crise contemporânea do capital	32
Lana Carrijo	
III - A educação como práxis e a sociabilidade moderna: pela mediação das universidades.....	45
Camylla Neto Saldanha da Fonseca	
IV - Cultura e produção de conhecimento no capitalismo: inflexões para o Serviço Social.....	57
Flávio José Souza Silva	
V - Matrizes teóricas que influenciam o Serviço Social: um reacionarismo latente.....	72
Iris Sunsyaray - Manuella Aragão Pinheiro	
VI - O rodo cotidiano e as perspectivas teóricas para o Serviço Social	85
Dandara Vianna	
VII - O trabalho do/a assistente social no campo da gestão: notas introdutórias sobre os desafios profissionais para direções dos Centros de Referências da Assistência Social (CRAS) cariocas	96
Andreia da Silva Lima	
VIII - Questão social e superexploração: apontamentos a partir da unidade classe, raça e gênero	110
Gustavo Fagundes	
IX - O processo de enegrecimento da categoria de assistentes sociais e a divisão racial do trabalho no Brasil: uma aproximação com o debate da pertença étnico-racial no perfil profissional do Serviço Social.....	122
Leonardo Dias Alves - Fátima Grave Ortiz	
X - A agenda das relações étnico-raciais no interior das entidades do serviço social brasileiro: construções coletivas na afirmação do projeto ético-político	137
André Henrique Mello Correa - Fátima Grave Ortiz	
Entrevista com o Prof. Dr. Rodrigo José Teixeira.....	153
Yolanda Guerra - Camylla Fonseca	
EPÍLOGO - Escrivência e continuidades: produzindo conhecimento	159
Sheila Dias	
SOBRE OS/AS AUTORES/AS.....	164

Apresentação

*Na face do velho
as rugas são letras,
palavras escritas na carne,
abecedário do viver.*

*Na face do jovem
o frescor da pele
e o brilho dos olhos
são dúvidas.*

*Nas mãos entrelaçadas
de ambos,
o velho tempo
funde-se ao novo,
e as falas silenciadas
explodem.*

*O que os livros escondem,
as palavras ditas libertam.
E não há quem ponha
um ponto final na história.*

Conceição Evaristo - Poema "Do Velho ao Jovem"

No poema de Conceição Evaristo, inspiração permanente, identificamos o movimento dialético de avanços e continuidades na construção da história, cujo processo se dá pela sucessão de gerações e expressa a capacidade humana de aprender e transformar. Nesse movimento, a possibilidade da dúvida, também permite adensar caminhos já percorridos e descobrir novos encontros que nos reconstroem.

Assim, partilhamos das reflexões anteriores sobre o necessário reconhecimento de que “nossos passos vêm de longe” e que cada geração é um produto histórico, o resultado “da sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que lhes são transmitidas pelas gerações precedentes¹” (Marx e Engels, 1989, p. 46). Esse processo reflete o movimento da constância deixado pelas antigas gerações e o traço criativo presente na superação, constituindo o novo e expressando suas descobertas. Como um ciclo nada linear, revela em cada uma das suas conquistas, velhas e novas faces, que ao se fundirem, como no poema, manifestam o contínuo processo de autoconstrução.

Remetendo tais reflexões ao Serviço Social brasileiro, destacamos a geração que nos deixa um legado inquestionável de “palavras escritas na carne” e na história, exemplo do seu “abecedário do viver e do conhecer”, que culmina na construção de um projeto profissional crítico vinculado a um projeto de sociedade anticapitalista, cujos fundamentos teórico-filosóficos nos permitem desvelar a lógica que constitui e sustenta a sociedade burguesa, mas

¹MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. A ideologia alemã. Trad. de Jacob Gorender. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

não apenas. Destacamos gerações que generosamente nos deixaram um legado de suas experiências e construções teóricas e políticas, coletivamente elaboradas, numa trajetória de mais de oitenta anos de luta e resistência, e que nos ensinam a não sucumbir diante do que parece ser “impossível de mudar”. O que podemos aprender com esse legado é que é preciso preservar as conquistas, mas avançar a partir delas e, mais ainda: ue só a construção coletiva pode levar nossos passos na segura direção estratégica do nosso projeto ético-político profissional. Fundindo-se a elas, temos as novas gerações que com seu vigor físico e intelectual, com seus questionamentos e indagações, vem trazendo enormes possibilidades de avanço para a profissão. Pelas mediações efetivas da realidade e pela interlocução que estabelecem com elas, a essa geração coube acolher temas e demandas dos movimentos sociais, resultado de suas lutas históricas, e convertê-los em objetos de pesquisa e bandeiras de luta, de modo a incorporar à perspectiva de classe e à defesa de um projeto anticapitalista, a luta antirracista, antisexistista, anticapacitista, antilgbtqia+fóbica, dentre outras formas de combate à exploração e à opressão. Assim, essa Coletânea explicita o potencial das novas gerações que com suas dúvidas, indagações e sensibilidade para temas relevantes, vem contribuindo no sentido de fazer explodir as “falas silenciadas” que através de “palavras ditas, libertam”.

Com seu início nos anos 2000, por iniciativa dos próprios estudantes, criou-se no nosso Programa de Pós-Graduação em Serviço Social um rico espaço de integração acadêmica, visando fortalecer a produção discente e docente, através da sua socialização e difusão. A Jornada de Integração e Pesquisa Acadêmica - JIPA, ocorrida em março de 2023, vem coroar os esforços do corpo docente, discente e técnico administrativo na retomada das atividades presenciais, após o longo período de isolamento e da conturbada experiência do ensino remoto emergencial decorrentes da pandemia da COVID-19. Resultado desta JIPA, a publicação que hora apresentamos, herdeira de Jornadas anteriores, traz consigo o acúmulo de quase duas décadas desta rica iniciativa, expressando o avanço da pesquisa e da produção do conhecimento crítico e engajado na profissão.

Nesta edição da JIPA, os trabalhos apresentados por estudantes se dividiram em algumas sessões temáticas, sendo elas: “Formação profissional, pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social”; “Trabalho profissional e espaços sócio-ocupacionais”; “Movimentos sociais, Questão agrária, urbana e ambiental”; “Estado, violência e direitos humanos”; “Teoria social e fundamentos do Serviço Social”; “Questão social, Estado e políticas sociais”; “Políticas públicas e desigualdades sociais”; “Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/ etnia, sexualidades, feminismos”.

Além dessas sessões, estudantes e docentes puderam dialogar com convidados que abordaram temas como: “Transformações do mundo do trabalho e o contexto pós-pandemia”, “A Pesquisa em Serviço Social no âmbito da Pós-Graduação” e “Ensino superior na América Latina e Políticas de ação afirmativa e permanência”.

Pelos temas e abordagens, nota-se que o PPGSS da UFRJ, como espaço de conhecimento crítico e engajado, tem se constituído em espaço diverso e plural; mas não apenas: o PPGSS tem reconhecido a importância da diversidade para a construção da unidade e do pluralismo para a defesa da direção social crítica no/do Serviço Social brasileiro. É inegável que este Programa tem se constituído historicamente em palco de diversas polêmicas entre intelectuais de primeira grandeza, os quais protagonizaram debates que marcam seus mais de 50 anos de existência e de convivência fértil e respeitosa, o que se

reflete nos capítulos que compõem essa Coletânea que se intitulada **Reflexões contemporâneas sobre o debate dos Fundamentos, do trabalho e da formação profissional**.

Cabe notar a sintonia dos temas desta coletânea com a síntese da Comissão de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, registrada no relatório de Avaliação quadrienal 2017-2020. A Comissão considerou, como resultado do trabalho da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e de seus Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), que o debate sobre os fundamentos críticos na profissão e temas como o estudo sobre história e memória do Serviço Social no Brasil e na América Latina, o avanço do conservadorismo e suas novas e velhas expressões, o trabalho de assistentes sociais no âmbito das políticas sociais bem como novas discussões que atravessam a formação profissional, têm sido recorrentes, e demonstram a maturidade da profissão na sua abordagem. Desnecessário mencionar o quanto a profissão está em consonância com o movimento da sociedade, e a partir dele recolhe as demandas da classe trabalhadora, que, por sua vez, se articula em partidos, sindicatos, movimentos, frentes, fóruns, coletivos, dentre outras formas de luta anticapitalista, antiracista, anticapacitista e antilgbtfóbica, para enfrentar e resistir aos processos de exploração e espoliação a qual está submetida.

Também não nos parece nada casual o fato de que uma coletânea que articula temas como fundamentos, trabalho e formação profissional em Serviço Social, tenha sua centralidade na categoria trabalho, tratando-a tanto em sua dimensão ontológica quanto em suas particularidades sócio-históricas, na contextualização das problematizações aqui expostas. O debate do trabalho é, portanto, o fio condutor que atravessa e dá unidade aos capítulos desta Coletânea. Como verão, a partir desta categoria, os capítulos explicitam-se em um entrelaçar, tanto como forma de coadunação, no reforço de perspectivas, como também, enquanto sugestões, alternativas e polêmicas.

O trabalho, tanto na sua concepção ontológica como fundante do ser social e constitutivo do modo de ser deste ser na realização de suas posições teleológicas primárias e secundárias, quanto o trabalho na ordem burguesa, na sua condição de substância do valor e de trabalho estranhado, tem centralidade no debate da profissão e na formação profissional. Como considera Lukács (1978, p. 9) “[...] trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e determinados meios”. Assim, discutir o trabalho é, ao mesmo tempo, expor a necessidade do conhecimento, como o seu par dialético.

Desde os anos de 1990, a vertente crítica que se constituiu no movimento de renovação da profissão acompanha e protagoniza os debates sobre o fim do trabalho e a crise dos paradigmas clássicos explicativos da vida social. Não obstante, neste mesmo período (meados da década de 1990), a formação profissional de assistentes sociais brasileiros/as se estrutura a partir de formulações teórico-filosóficas da ontologia do ser social de Marx, tendo no trabalho a categoria central. Contudo, ainda que seja essa a perspectiva hegemônica na formação profissional, certamente ela não é a única. No campo progressista vem crescendo análises que problematizam a concepção de Marx sobre o trabalho como substância do valor ou que operam com (re) interpretações de sua obra, apontando para novas formas de extração de mais valia e de subsunção do trabalho ao capital. No campo do pensamento conservador/neoconservador e até ultraconservador abundam concepções que vão desde a negação do trabalho e de sua racionalidade, que questionam

toda determinação ontológica sobre a atividade humana, até perspectivas que consideram que a verdade deva ser resultante de consensos e/ou sancionada pelos resultados práticos que produz. Estas diferenças na análise dos fundamentos ou de sua negação franqueiam uma gama de projetos de profissão e de sociedade em disputa.

É sobre isso que os capítulos da Coletânea versam, explicitando os inquestionáveis nexos internos e intrínsecos entre as categorias ontológicas da sociedade burguesa e a existência da profissão nas suas dimensões do trabalho, da formação/produção de conhecimento e da organização política do serviço social.

Nessa direção, o Capítulo que abre a Coletânea, Capítulo I “Trabalho: contribuições para o debate sobre o estatuto ontológico”, da doutoranda Thais Felipe, apresenta pertinentes reflexões sobre a categoria ontológico-social ou o complexo do trabalho, contribuindo para o aprofundamento e adensamento do debate teórico-conceitual sobre a estrutura categorial do trabalho em sua dimensão ontológica, com base tanto na teoria social de Marx quanto na tradição marxista. A partir de autores clássicos seminais ao debate do tema (Marx, Lukács, Mészáros), e contemporâneos (Lessa, Frederico, Tonet, Netto e Braz, Gianotti) a autora argumenta que o trabalho estabelece uma “cadeia de mediações”, entre sujeito e objeto, desencadeando “uma série de consequências, tais como a sociabilidade, a linguagem, a arte, o conhecimento, os valores, a ética, a moral, a política, dentre outras relações sociais que fazem avançar o gênero humano”.

É nessa perspectiva que tal debate, centrado na ontologia do ser social que se constitui pelo trabalho, de Marx, subsidia, estrutura e articula toda a coletânea, uma vez que são esses fundamentos que nos permitem encontrar a unidade trabalho e formação profissional e interpretar a profissão pela via de seus reais e efetivos fundamentos histórico-ontológicos, que só podem ser encontrados na concepção ontológica do trabalho, na crítica à economia política e nas determinações da formação sócio-econômica, ídeo-política e cultural da sociedade brasileira. Temas tratados em maior ou menor profundidade por todos os/as autores/as desta coletânea.

O Capítulo II, intitulado “Perspectivas políticas do Serviço Social na crise contemporânea do capital,” da doutoranda Lana Carrijo, parte de uma análise sobre a crise estrutural, sistêmica, global do capital. Com base em reconhecidos autores (Kurz, Postone) argumenta o colapso da modernização capitalista, o que significa que a produção capitalista vem perdendo a capacidade de gerar crescimento econômico aliado à integração social pelo trabalho e pelo consumo. Problematiza o papel do Estado diante da crise contemporânea do capital e da sua (in) capacidade de promover a integração social via serviços e políticas públicas e se pergunta sobre o significado social da profissão diante das substantivas mudanças na capacidade do capital de explorar trabalho produtivo e das limitações do Estado em prover a garantia do direito ao trabalho com proteção social. Com isso, questiona a necessidade de revisão de “alguns pressupostos teóricos da profissão diante das disputas por diferentes projetos societários”. Não há dúvida de que esses são desafios de monta colocados à profissão e uma aproximação a estas questões exige uma pesquisa séria e rigorosa, como a que se propõe a autora.

Na sequência da reflexão sobre o trabalho em Marx, O Capítulo III, “A educação como práxis e a sociabilidade moderna: pela mediação das universidades”, da mestrand Camylla Neto Saldanha da Fonseca, contempla a educação como práxis, ou seja, como uma forma de objetivação do ser social, como um complexo social derivado do trabalho,

sustentado por posições teleológicas secundárias, que como tal, visa influenciar os indivíduos a realizarem determinadas posições teleológicas. Com base em autores contemporâneos (Benjamim, Minto, Saviani, Coutinho) argumenta que a “educação, como um projeto da modernidade, tem na Universidade uma mediação fundamental”. Contudo, por trata-se de um projeto de modernização conservadora, imbuído de contradições, ele pode servir aos interesses da ideologia dominante. Com isso, distingue a existência de dois projetos de educação em disputa: “um tipo de educação comprometido com a formação total, omnilateral e preocupada com o desenvolvimento do que há de mais humano e criativo nos homens e mulheres” [...], em confronto com a educação mercadológica e empresarial que, segundo a autora, “limita o desenvolvimento das habilidades e capacidades humanas, sobretudo, sobre a sua capacidade investigativa e da apropriação da realidade”. Expõe o lugar da Universidade na realização de tais projetos e pergunta: “A serviço de que interesses e de que classe social está a universidade hoje?”.

Por óbvio, essa problematização é mais do que pertinente. A universidade, espaço contraditório e em permanente disputa, tem sido capturada pela lógica do capital e tem função estratégica no processo de reprodução social. Mas ela não é só isso e desvelar essa lógica é, no mínimo, trazer os interesses da classe trabalhadora para o universo que, aparentemente, não lhe pertence. Por essa razão, a autora não aposta no imobilismo, mas, ao contrário, propõe a luta e resistência da classe trabalhadora contra a exploração e espoliação de seu trabalho, colocando a formação e produção de conhecimento críticos habilitados a promover uma educação como práxis libertadora.

Seguindo o fio do debate sobre o trabalho, o Capítulo IV “Cultura e produção de conhecimento no capitalismo: inflexões para o Serviço Social”, do doutorando Flávio José Souza Silva, aborda, a partir da interpretação mandeliana da crise capitalista, o lugar da cultura e da produção do conhecimento no capitalismo tardio para identificar, através de múltiplas mediações, “as inflexões para o Serviço Social brasileiro, no que diz respeito à direção social da profissão”. Trata-se de uma engenhosa e necessária análise cujo foco está na cultura profissional, que, segundo o autor, na esteira de Netto, incorpora “os valores, princípios, concepções teóricas, instrumentos operativos que fora elaborada ao longo dos anos 1980 e na entrada dos anos 1990, em meio ao embate contra o lastro conservador da profissão”. De posse do referencial teórico-metodológico marxiano, e de marxistas como Antonio Gramsci e Friederic Jameson, problematiza a subsunção da cultura e a produção de conhecimentos à lógica do capital, a qual converte tudo em meios e instrumentos para a sua realização.

Todavia, esse é um passo anterior e necessário para situar a profissão neste contexto, buscando os impactos à direção social estratégica construída pela vertente crítica da profissão que sofre, na atualidade, em conjunto com demais trabalhadores e trabalhadoras, as investidas do conservadorismo. Aponta, como no capítulo anterior, para as disputas teóricas, éticas e políticas contempladas na academia que, em conjunturas regressivas como a que vivemos, tende a potencializar o veio mais conservador da profissão. Sem dúvida, a fragilização e o aligeiramento evidenciados na formação profissional na atualidade é a expressão visível de que temos aí desafios substantivos a serem enfrentados.

O Capítulo V, “Matrizes teóricas que influenciam o Serviço Social: um reacionarismo latente”, em co-autoria entre as doutorandas Íris Sunsyaray e Manuella

Aragão Pinheiro, traz a maneira pela qual o pensamento conservador, como um veio ineliminável da sociedade burguesa, vai se configurando e se transfigurando na profissão, podendo ser identificado desde a sua gênese, enquanto profissão que nasce no caldo cultural da doutrina católica, e se estende por todo seu período de renovação. Importante notar que renovação, como mostra Netto, não significa apenas salto, mudança, ruptura, ainda que esse processo contemple uma vertente que realiza um salto significativo, quando da sua aproximação ao materialismo histórico-dialético, da lavra de Marx. Mostram o pensamento conservador, numa linha de continuidade e aprimoramento, se expressando de maneira explícita ou disfarçada na profissão. O cerne do ensaio está nas suas considerações finais: a necessidade de a intenção de ruptura enfrentar o conservadorismo substantivo na profissão, uma vez que ela reúne os aportes teórico-filosóficos e ideopolíticos para fazê-lo. Sem dúvida, a Teoria Social de Marx, o método crítico-dialético e a perspectiva de revolução, fornecem às assistentes sociais e à classe trabalhadora a arma da crítica capaz de questionar os fundamentos do conservadorismo e a construção de alternativas ao seu enfrentamento.

O Capítulo VI traz o sugestivo título “Era o rodo cotidiano: perspectivas teóricas para a intervenção do Serviço Social”, de autoria da mestrandia Dandara Vianna Albuquerque que problematiza a prática profissional no cotidiano como espaço de construção permanente, repleto de limites e possibilidades, para uma intervenção coerente com o Projeto ético-político da profissão. Para isso, traz para o debate o desafio da intervenção profissional de assistentes sociais que, imbuídas da positividade da realidade, apreendem o cotidiano na sua imediatividade, restringindo-se à “aparência fenomênica de um rodo cotidiano”. Assim, apresenta duas perspectivas que se confrontam neste cotidiano, as quais partem de fundamentos teórico-filosóficos, éticos e políticos que se confrontam e conduzem a escolhas técnico-operativas diversas, segundo visões de mundo informadas por estas perspectivas. Como conclusão, a autora nos brinda com a reflexão de que somente a pesquisa da realidade, aliada à atitude investigativa no trabalho profissional, orientadas pelos fundamentos da ontologia do ser social de Marx e todo o seu aporte teórico crítico, poderão produzir os subsídios que permitam uma suspensão temporária do que ela chama genuinamente de “visão imediatista do rodo cotidiano”.

O Capítulo VII, “O trabalho do/a assistente social no campo da gestão: notas introdutórias sobre os desafios profissionais para direções dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) Cariocas”, da doutoranda Andréia da Silva Lima, apresenta interessantes reflexões sobre o trabalho de assistentes sociais, problematizando suas demandas e requisições no campo da gestão, que pode ou não ser permeado pela lógica gerencialista, uma vez que para a autora “a natureza da atuação do Serviço Social junto aos indivíduos possibilita respostas profissionais diversas que podem ir além dos ditames institucionais e contribuir para ações no campo progressista”. Com isso, traz para o debate o exercício profissional de assistentes sociais e as contradições sobre a sua autonomia relativa nesse espaço sociocupacional, frente a sua condição de assalariamento. Trabalha com a hipótese da relação entre a ampliação de postos de trabalho profissionais no âmbito da gestão e as requisições advindas da nova gestão pública que carrega a necessidade de reprodução da lógica empresarial-instrumental, donde a profissão ocupa espaço privilegiado no âmbito da produção de consensos.

Contudo, apreendendo a contradição como o próprio movimento do real, explicita as tensões presentes e defende que mesmo “profissionais ocupando cargo de gestão ou na execução das políticas públicas devem ter o compromisso com a democracia, participação e com a população a qual atendem”. O desvelamento de questões centrais, pela via da pesquisa, é vital para um trabalho profissional competente e compromissado com a qualidade dos serviços prestados à população e realização de outros princípios do nosso projeto ético-político profissional.

O Capítulo VIII, intitulado “Questão social e superexploração: apontamentos a partir da unidade classe, raça e gênero”, de autoria do doutorando Gustavo Fagundes, analisa a relação entre questão social e opressão racial e patriarcal. Dando continuidade as reflexões desencadeadas desde seus estudos de mestrado, apresenta a interessante e fecunda premissa de que o “debate sobre a questão social no Brasil perpassa, necessariamente, pela questão racial e de gênero, como elementos que interferem favoravelmente no processo de acumulação capitalista”. Analisa as particularidades do capitalismo no Brasil, a partir de relações sociais de produção pautadas na superexploração da força de trabalho, como determinação da nossa condição de capitalismo dependente potencializador do racismo e da opressão patriarcal. Traz importantes reflexões que se somam a uma variedade de produções contemporâneas, grande parte estimulada pelos GTPs da ABEPSS, que visam aprofundar o debate numa perspectiva de totalidade, para desvelar o particular como um inteiro campo de mediações que se conectam com os fundamentos ontológicos e com o debate teórico da questão social e sua relação com o Serviço Social.

O Capítulo IX, “O processo de enegrecimento da categoria de assistentes sociais e a divisão racial do trabalho no Brasil: uma aproximação com o debate da pertença étnico-racial no perfil profissional do Serviço Social”, tem como co-autores o doutorando Leonardo Dias Alves e a Profa. Dra. Fátima Grave Ortiz, sua orientadora. Nele encontramos um tema inédito e de grande relevância para a profissão na medida em que pretende problematizar, a partir da divisão racial do trabalho no Brasil, o processo de enegrecimento da categoria profissional de assistentes sociais. Como determinação do método crítico-dialético, buscam localizar o racismo e a divisão racial do trabalho no processo histórico em intrínseca articulação com a divisão social e técnica do trabalho, que, segundo autor e autora, se constituem em “elementos centrais para definir “os contornos do racismo na constituição das profissões”.

Para isso, partem dos dados da última pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS sobre o perfil profissional, que aponta um processo de enegrecimento da profissão, fruto, segundo eles, de várias políticas públicas em atendimento às demandas dos movimentos sociais/populares, principalmente o de negros e negras, trazendo abertura e condições concretas de acesso da população negra à universidade, com destaque à política de ações afirmativas e a abertura/expansão de instituições de EaD. Um dos questionamentos que autor e autora nos deixam é sobre o que significa para o Serviço Social “ter pessoas negras como a maioria do seu quadro técnico, estando este inserido em uma sociedade racista como o Brasil?”. É esse processo, pleno de contradições, que é problematizado no texto, que certamente se constitui em referência indispensável de leitura.

O Capítulo X, “A agenda das relações étnico-raciais no interior das entidades do Serviço Social brasileiro: construções coletivas na afirmação do projeto ético-político”, em co-autoria do mestrando André Henrique Mello Correa e sua orientadora, a Profa. Dra.

Fátima da Silva Grave Ortiz, apresenta reflexão sobre a agenda antirracista do Serviço Social brasileiro, e a toma como um importante e inadiável tema de pesquisa.

Neste capítulo, autor e autora trazem uma abordagem teórica sobre racismo pautada em referências como Moura, 2020; Fagundes, 2022; Silva, 2022, ao tempo em que identificam na produção do Serviço Social o caminho feito pela pesquisa que traz o debate étnico-racial. Nesta, constata-se que o tema não é novo, pois a “questão racial já permeava o fazer profissional desde os seus primórdios”. Contudo, argumentam que desde 1989 o tema passa a ser reivindicado por algumas assistentes sociais como uma categoria de análise. Mostram que, a partir daí, esta temática tem sido objeto de constante adensamento e de fecundos debates no interior da categoria profissional. Os autores também apresentam reflexões sobre a agenda das entidades da categoria, em torno das relações étnico-raciais: conjunto CFESS-CRESS (no âmbito do trabalho profissional), ABEPSS (no âmbito da formação em nível de graduação e pós-graduação) e ENESSO (no âmbito da organização estudantil).

Com isso, concluem que, em que pese os avanços significativos da categoria, a atualidade pede a radicalidade crítica no tratamento do tema, pois, “não basta não ser racista. É preciso ser antirracista”. Nesta direção, a análise das contradições que evidenciam disputas e tensionamentos no que se refere ao tema e sua abordagem expressa que a temática continua carregada de desafios para uma profissão que sabe que é preciso realizar a crítica e a auto-crítica para avançar.

Reluzindo os elementares debates trazidos nesta Coletânea, orientados pela ontologia do ser social de Marx, a entrevista com o Prof. Dr. Rodrigo José Teixeira sobre a sua tese defendida no ano de 2019 no âmbito do nosso Programa, intitulada “Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes curriculares da ABEPSS”, apresenta substantivos argumentos que comprovam que há no projeto de formação profissional, expresso nas Diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, uma apreensão acerca dos fundamentos do Serviço Social, a qual foi sendo amadurecida no percurso histórico da profissão no Brasil, e se faz notar na unidade articulada dos núcleos de fundamentação, se constituindo na própria lógica estruturante do projeto de formação profissional. Esta lógica se assenta na unidade trabalho e formação, possibilitada pela adoção da perspectiva crítica, especificamente do materialismo histórico e dialético que buscou pelos seus fundamentos, identificar seu caráter ontológico e sócio histórico.

Para nosso entrevistado: “Entender a unidade trabalho e formação é apreender na formação a categoria trabalho na ontologia do ser social que a riqueza socialmente produzida só se torna possível pelo trabalho, que esse trabalho se atualiza nos processos sócio-históricos e é apropriado pelos proprietários da terra e dos meios de produção, com destaque as obras de Marx e Lukács”.

Ademais, o autor defende que foi esse entendimento da unidade entre trabalho e formação profissional que possibilitou ao Serviço Social se voltar para um projeto de formação que apreende a “questão social” como seu objeto de conhecimento e âmbito de intervenção, sendo atravessado pela ética profissional e a pesquisa, como alternativa a uma intervenção moralizadora. Essas reflexões, dentre outras ideias genuínas trazidas na entrevista, vem coroar e fortalecer o debate de fundamentos subjacentes aos textos da Coletânea.

Por fim, apresentamos a sessão Epílogo “Escrevivência e continuidades: produzindo conhecimento a partir da”, de autoria da Profa. Dra. Sheila Dias, também egressa do nosso Programa de Pós-Graduação, cuja tese “Unidade do Diverso ou Inclusão Sem Pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas Pós-graduações em Serviço Social no Brasil”, defendida neste ano, é um marco no debate sobre as relações étnico-raciais e a produção de conhecimento. Traça um breve panorama sobre a trajetória do debate das cotas étnico-raciais para negras (es/os), indígenas, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+ nos Programas de Pós-Graduação dos cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social das universidades públicas e privadas do Brasil e vinculadas a Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Apóia-se na crítica e criativa expressão criada por Conceição Evaristo, “escrevivência”, a qual expressa seu compromisso com os processos coletivos construídos no cotidiano que possam garantir às mulheres negras, através de sua escrita, o seu lugar nos espaços em que elas quiserem estar, mas, fundamentalmente, na acadêmica. O texto de Sheila é mais do que significativo das lutas, conquistas e desafios das mulheres negras para o seu reconhecimento na sociedade. A história de vida de Sheila, mulher negra, intelectual militante, assistente social e educadora, é mais do que representativa da necessária construção coletiva de estratégias, rebeldias e muita generosidade.

Como os/as leitores poderão observar, toda coletânea é travejada de temas novos, polêmicos, relevantes socialmente. Todos tratados a partir de elementos estruturais do capitalismo, das particularidades da sociedade brasileira, de sua cultura ídeo-política, das determinações da conjuntura identificando, especialmente, o aprofundamento de perspectivas (ultra) conservadoras e como estas reverberam na profissão. O rigor das análises pode ser tributado ao método crítico-dialético e na criteriosa mobilização de suas categorias: dentre as quais evidenciamos o primado da totalidade, através do qual a pesquisa capta as leis e tendências do desenvolvimento histórico, a contradição, como motor da história e a mediação, enquanto nexos causais dos processos históricos, que só se explicam em relação, sancionando o que Lukács considera que permanece vivo em Marx: a ortodoxia do método para, por meio destas categorias, analisar o Serviço Social como totalidade, em suas múltiplas dimensões.

Esperamos que os/as leitores/as apreciem o material, pois ele expressa a qualidade da produção discente do PPGSS e reflete a agenda contemporânea do Serviço Social. Demonstra a pluralidade de debates que se relacionam e complementam, construindo e adensando a pesquisa do nosso programa de maneira tão comprometida.

Nessa direção, a contribuição que se espera com essa obra é de que seus capítulos, fruto de pesquisas concluídas ou em andamento, estejam em ressonância com o movimento da realidade e permitam a estudantes e/ou profissional captarem por quais mediações as tendências do desenvolvimento histórico presente na lógica e na dinâmica do capital, expressas na Teoria Social de Marx e na tradição marxista, possibilitam interpretar a gênese, a existência, a funcionalidade, o significado histórico e as requisições profissionais na contemporaneidade, atravessadas por determinações de classe, gênero, raça/etnia e orientação sexual. Mais ainda: a obra representa um esforço no sentido de que as pesquisas realizadas pela pós-graduação estejam conectadas aos principais dilemas com que se defrontam assistentes sociais no seu cotidiano de trabalho, oferecendo, subsídios à interpretação de seus fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e ídeo-político, na

construção de respostas profissionais críticas, criativas, competentes e compromissadas com o projeto profissional crítico e seu projeto de sociedade, contribuição de uma geração que sabe, como bem diz o poema, que “*a história não tem ponto final*” [...]

Rio de Janeiro, julho de 2023.
Camylla Fonseca e Yolanda Guerra (Orgs.)

I

Trabalho: contribuições para o debate sobre o estatuto ontológico

Thais Felipe

Introdução

Analisar a relação entre os seres sociais e destes com a transformação da natureza significa analisar o trabalho. Logo, concebemos a categoria trabalho como pressuposto incontornável para o estudo crítico da sociedade em que vivemos, quer seja pelo seu potencial criativo, quer seja pelas formas que ele é tomado na contemporaneidade.

Neste sentido, ao considerarmos o trabalho como “mediação de primeira ordem” (MÉSZÁROS, 2006, p.78) do ser social com a natureza, torna-se imprescindível voltar-se a essa categoria primordial nas pesquisas que se pretendem capturar a essência do movimento da sociedade burguesa, tendo como norte a teoria social de Marx e a tradição marxista.

No presente artigo, advertimos que o trabalho será cotejado em seus aspectos mais universais e abstratos. O objetivo perseguido é a sua dimensão ontológica, bem como saturá-la de mediações a fim de capturar, por meio do pensamento, a sua densidade imanente.

Trata-se de um estudo teórico, realizado mediante pesquisa bibliográfica, com base na teoria social de Marx e na tradição marxista. Sob uma primeira vista, o tema pode parecer de estudo consolidado, de entendimento amplo e já internalizado. Todavia, em atenção acurada, verifica-se que constitui assunto denso, que enseja desdobramentos múltiplos, em razão dos nexos internos e externos que o consubstanciam.

Ademais, demarcamos que o trabalho referenciado no artigo é condição eterna da vida humana e encontra-se inserido em um complexo maior da existência do ser.

Mas, atenção, é importante ressaltarmos que o trabalho é componente da totalidade social e, portanto, participante de uma dimensão muito mais ampla do que aquela examinada nos limites desse artigo.

Enfim, o trabalho em sua dimensão ontológica é pleno de relações, uma vez que, por meio de sua práxis, abre-se uma série de complexos, como a consciência, a linguagem, os valores, a ética, a moral, o conhecimento, a arte, a política, dentre outras relações.

1. O metabolismo de transformação da natureza: o trabalho

É claro que o homem quer ser mais do que apenas ele mesmo. Quer ser um homem total. Não lhe basta ser um indivíduo separado; além da parcialidade da sua vida individual [...]. Rebelar-se contra o ter de se consumir no quadro da sua vida pessoal, dentro das possibilidades transitórias e limitadas da sua exclusiva personalidade. Quer relacionar-se a alguma coisa mais do que o “EU”, alguma coisa que, sendo exterior a ele mesmo, não deixe de ser-lhe essencial. Ernest Fischer (1987, p. 13)

O surgimento e desenvolvimento do ser social erguem-se sobre a base de um ser orgânico, e este erige-se sobre a base do ser inorgânico (LUKÁCS, 1978).

Infranca (2014, p.27), seguindo os ensinamentos de Marx e de Lukács, assevera:

Na medida em que existe uma passagem de uma forma de ser para outra sucessiva e superior, a historicidade em Lukács, assim como em Marx, torna-se princípio/fundamento do ser. Deixa de oferecer um fundamento estático, tal como o do ser parmenídeo, para se tornar um novo princípio/fundamento, que é transformar-se (*Werden*) [...].

O mundo à nossa volta não é algo estático, imutável por toda a eternidade, mas sim fruto da ação humana, ou seja, “é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações” (MARX; ENGELS, 2007, p.47).

Nesse sentido, Lukács (1978, p. 4) alerta que “é indispensável um determinado grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica” para que o trabalho possa nascer. Assim, o trabalho é o princípio de desenvolvimento posterior de um ser de novo tipo (LUKÁCS, 1978): o ser social.

Dessa forma, entre o ser social e a natureza não existe uma mera continuidade, tampouco uma radical autonomia (LESSA, 2011).

Por mais que o intercâmbio dos seres humanos com a natureza propicie o desenvolvimento da processualidade social, o ser social não prescinde de suas necessidades triviais de sobrevivência, tais como comer, proteger-se do frio, a necessidade da arte, relacionar-se etc.

O ser humano precisa da natureza para poder satisfazer suas necessidades, como fonte de meios de subsistência e de produção.

Lessa (2011, p. 132) ensina que:

Toda sociedade tem a sua existência hipotecada à existência da natureza – o que varia historicamente é a modalidade de organização dos homens para a transformação [da natureza]; mas permanece o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza. Isso continua sendo válido mesmo para a sociedade capitalista mais avançada no preciso sentido de que sem a transformação da natureza o capital produzido ou valorizado pela exploração do trabalho abstrato não poderia sequer existir. [...] O que a sociedade burguesa tem de “novo” frente às formações sociais pré-capitalistas não inclui o desaparecimento do trabalho, mas, sim, sua subsunção ao capital.

Consoante o autor em comento, de acordo com a tradição marxista, o ato de “transformar a natureza a partir de uma prévia ideação é denominado por Lukács, depois de Marx, por trabalho” (LESSA, 2006, p. 2).

Por isso, o trabalho enquanto determinação ontológica é, antes de tudo, relação entre o homem e a natureza, em que o ser humano “controla e regula um sistema de trocas energéticas [...] [com a natureza], ambos [controle e regulação] constituindo os momentos da mesma totalidade dinâmica” (GIANNOTTI, 1985, p.223).

O trabalho é um complexo pelo qual o ser social estabelece uma relação orgânica com a natureza, o que permite que o ser social se desenvolva em uma esfera ontológica específica dentro da totalidade do ser em geral (COSTA, 1999).

Neste sentido, a natureza é a matéria sobre a qual o trabalho se efetiva (MARX, 2008), sobre ela o ser social coloca mediações a fim de adequá-la aos seus interesses, sempre renovados – em um processo interminável. (FREDERICO, 2009).

Notáveis intelectuais, tais como Adam Smith e Hegel, abordaram a temática do trabalho: Adam Smith, preso às teias do modo de produção capitalista; Hegel, por seu turno,

considerou o trabalho como atividade que possibilita aos seres humanos criar produtos e ferramentas. É precisamente o pensamento deste autor – mas não só – que oportunizou as bases para que Marx pudesse desenvolver sua teoria social.

Marx coteja o pensamento de Hegel e o supera, isto é, existem em Marx categorias comuns à Hegel, mas a abordagem realizada por Marx critica as concepções idealistas hegelianas.

Em termos marxiano, crítica significa incorporar o conhecimento construído até então, inseri-lo no movimento histórico e buscar sua superação. Foi dessa maneira que Marx subsumiu as concepções hegelianas.

Semeraro (2013), ao analisar as reflexões propostas por Hegel sobre a atividade, infere que para esse pensador alemão, a ação estabelece relação estreita entre o ser humano e a natureza, em que um e outro são afetados. Devemos lembrar aqui que, para Hegel, acima do pensamento e da atividade paira o espírito, conforme explica Semeraro (2013).

Hegel, em suas análises, desvenda que o ser humano, ao objetivar-se materialmente, forja a si e, ao mesmo tempo, erige a sociedade (SEMERARO, 2013).

Na ótica hegeliana, a atividade é “[...] uma essencial e indissolúvel atividade física, criadora e social” (SEMERARO, 2013, p. 91).

É, portanto, da lavra de Hegel o entendimento do “caráter histórico e social do trabalho” (SEMERARO, 2013, p.92); e, assim, o trabalho é ressignificado e deixa de ser visto como desqualificado, tal como tratado na Grécia Antiga. Não obstante, o trabalho também não se confunde com a visão de trabalho dos economistas burgueses, que o reduzem ao seu aspecto alienado, assentado em uma visão natural e a-histórica (SEMERARO, 2013).

Na perspectiva de Hegel (1996, p.60, *apud* SEMERARO, 2013, p. 91-92), o trabalho “é a expressão da autoprodução do homem e do processo da sua objetivação: o homem que é racional *em-si* (em potência), deve realizar a produção de si pelo trabalho, pela objetivação que o leva a sair de si, de modo que possa tornar-se plenamente real (*para-si*)”. É possível verificar que a concepção de atividade/trabalho e a visão filosófica de Hegel atingiram profundamente Marx, conforme Semeraro (2013, p. 94).

Marx (2017, p. 121), em seus estudos sobre a sociedade burguesa, apreende que o trabalho é “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc.”, gasto de força humana, sem considerar qualquer forma particular para esse desprendimento de energia. Para fins da pesquisa marxiana, denomina-se como trabalho abstrato o dispêndio de energia, que, no modo de produção capitalista, é utilizado como medida de grandeza para a base objetiva do valor das mercadorias.

Já Fischer (1987) apresenta a concepção de trabalho como ação humana, diferenciando-o da relação de causa e efeito dos animais. Para o mencionado autor, um mamífero quando está com fome, busca alimentos que lhe sacie a necessidade e que lhe apeteça. Ao localizar um fruto que está inacessível às suas patas, busca uma vara para alcançar o alimento e, assim, saciar sua fome. Esse processo cerebral é fortalecido por uma infinidade de repetições e, então, o animal associa a operação a colher o fruto. Segundo Fischer (1987, p 26), tal ato “ainda não pode propriamente ser chamado de pensar: o elemento do propósito, característico do processo de trabalho – que é o criador do pensamento – ainda está ausente”.

O instrumento – no caso, a vara – é instintivamente buscada a fim de apanhar o fruto. Isso é o *em si* da natureza, isto é uma reprodução circunscrita aos limites da biologia: saciar a fome.

Já quando se trata de trabalho, de ação humana, evidencia-se a finalidade que se quer atingir– no caso, colher o fruto. Portanto, a escolha entre as alternativas possíveis para obtenção do resultado almejado e, para isso, busca aperfeiçoar o instrumento para realizar, de forma eficiente, o intento. No trabalho, a consciência substitui a experimentação espontânea.

Com a transformação da natureza, os seres sociais criam instrumentos para a mediação entre eles, e também de si e com a natureza.

Os instrumentos não estão prontos na natureza, e os seres sociais, ante os seus carecimentos, são premidos a construí-los. Tais instrumentos são condutores das ações humanas, as quais são previamente projetadas no nível do pensamento, para transformação da natureza. Com o trabalho, dá-se início ao “interminável processo de transformação do ambiente natural e humano, a incessante criação de mediações postas [...]” (FREDERICO, 2009, p.179).

Assim, a existência circunscrita pela reprodução biológica é, portanto, superada com o trabalho, que confere à existência do ser humano um salto ontológico, qualitativamente superior. Nesse prisma, Lukács (2018, p.11) pontua que salto:

[...] significa uma mudança qualitativa e estrutural no ser, pelo qual o patamar inicial contém em si, de fato, determinados pressupostos e possibilidades do posterior e mais elevado; estes, todavia, não podem ser desenvolvidos daqueles em uma simples continuidade retilínea. Esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento constitui a essência do salto, não o temporalmente súbito ou gradativo nascimento de uma nova forma de ser.

Mas, atenção, o primado do trabalho não se restringe à construção de instrumentos, mas se dá, sobretudo, pelo papel da consciência, uma vez que no trabalho ocorre a unidade entre o pôr efetivo e a atividade ideal prévia, regida e mediada para se atingir uma finalidade específica.

O ser humano até certo ponto é marcado pela continuidade com a natureza, ao mesmo tempo em que rompe com ela, portanto, articula-se continuidade e ruptura e a medida da articulação é dada pela consciência que é exclusiva do ser social (TONET, 2018).

Nesse sentido, é preciso elucidar que, para Marx, a consciência e o pensamento se formam juntos – ou seja, inseparavelmente– com o trabalho, enquanto que para Hegel, o espírito antecede a atividade, uma vez que é no espírito que se encontra a verdadeira essência do ser humano. Assim, a questão que se coloca está para Hegel no mundo das ideias, ao passo que, para Marx, está no mundo material.

Sob o aspecto ontológico, com a consciência ativa, o trabalho “converte-se no modelo da nova forma de ser em seu conjunto” (LUKÁCS, 1978, p.6).

Portanto, a dimensão de categoria ontológica-fundante do ser social do trabalho decorre da função que essa atividade social assume ao estabelecer o intercâmbio material entre o ser humano e a natureza, que dá azo ao “conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade” (LESSA, 2012, p. 28), ou seja, é a atividade que possibilita ao ser social reproduzir sua existência. Ao mesmo tempo em que abre flanco para ampliar a sociabilidade humana, por meio do desenvolvimento da linguagem, da consciência etc. Logo, o trabalho é “instrumento de liberdade e socialização” (SEMERARO, 2013, p.97).

Quanto à linguagem, por exemplo, o trabalho não só exige a comunicação, como também a estimula. Os estudos de Fischer (1987)¹ revelam que um mesmo animal ou objeto era identificado por vários signos, de modo que é possível presumir o desafio em que se constituía a comunicação. Entretanto, com o avanço do trabalho, a linguagem articulada tornou-se necessária para se distinguir objetos, uma vez que permitia ao ser social a organização e uniformizar o entendimento.

Os objetos são signos portadores de significado, um signo específico constitui meio de expressão e de comunicação, sendo que o processo social de trabalho requer a coordenação para realização de uma atividade específica que por meio da linguagem permite à coletividade a compreensão, já que padronizava o entendimento acerca do que estava sendo dito. Nas palavras de Fischer (1987, p. 38):

A coletividade humana emergente repetiu o mesmo processo [de trabalho] muitas centenas de vezes. Gradualmente, encontrou um signo, um meio de expressão, para esta sua atividade coletiva. Podemos admitir que este signo derivou do próprio processo de trabalho como certo tipo de reflexo da regularidade rítmica. Ele indicava uma atividade específica e estava tão diretamente ligada a ela que o seu som ou visão provocavam imediata excitação em todos os centros cerebrais nos quais a atividade estava registrada. Tais signos tinham uma imensa importância para o homem primitivo; tinham uma função de organização no interior do grupo ou coletividade, porque significavam a mesma coisa para todos os membros que a integravam.

Em vista disso, trabalho e linguagem estão intimamente articulados. Portanto, sem o metabolismo da causalidade da natureza, o ser social não teria desenvolvido a linguagem como sistema de signos.

Lessa (2012, p. 34-35) argumenta que o fato de o trabalho ser fundante ou originária não está vinculado à questão de ordem cronológica – ou seja, à ordem de ocorrência – antecedente, mas sim em razão de o trabalho conter, para além das tramas naturais, as “determinações ontológicas que consubstanciam o salto da humanidade”. Dito de outra forma, o trabalho é o resultado de um grande processo evolutivo, que aporta com ele sociabilidades e potencialidades humanas que o ampliam para além de sua qualidade distintiva de fator de produção, já que o convertem em “princípio de socialização das formas históricas da produção [...]” (TEIXEIRA, 1995, p. 49).

A característica de categoria fundante confere ao trabalho um duplo viés, qual seja: por um lado, de condição eterna da existência humana; de outro, trata-se de uma atividade historicamente determinada, isto é, uma atividade que se efetiva de forma específica em cada sociedade (TEIXEIRA, 1995).

O ser social transforma em questionamentos as suas necessidades e suas possibilidades de resolvê-las; assim, pode originar novas mediações para atingir a finalidade a que se propõe, visando sanar seus carecimentos. Os questionamentos e soluções propostos são fruto da consciência guiada para a atividade, conforme aponta Lukács (1978).

¹ “Herder lembra que os árabes tinham cinquenta palavras para designar leão, duzentas para cobra, oitenta para mel e mais de mil para espada: em outras palavras, as denominações sensoriais ainda não se tinham concentrado completamente em abstrações.” (FISCHER, 1987, p. 32).

O pôr teleológico é veiculado por uma relação material, ou seja, é a prévia ideação que incita o ato que transforma processos reais; consubstancia, portanto, o movimento por meio do qual a consciência efetiva uma ação.

Com a prévia ideação, o ser social antecipa idealmente, ou seja, por meio do pensamento, o resultado da atividade que irá realizar, assim o ser humano projeta na consciência antes de construir na prática (LESSA, 2016). Dito de outra forma, o pensamento elabora o projeto para guiar a atividade prática do ser social (COSTA, 1999).

Lessa (2016), a partir do contexto da ontologia lukácsiana, adverte que apesar de a prévia ideação ser uma abstração, ela só pode ser assim considerada desde que seja objetivada.

A prévia ideação está condicionada à práxis. Em não se efetivando o ato, permanece-se no plano das ideias, portanto, não se trata de prévia ideação, pois o pensado deixa de ser objetivado.

No trabalho, os movimentos são direcionados no intuito de finalidades previamente determinadas, ou seja, os movimentos são guiados por um dever ser (LUKÁCS, 1978).

A transformação da natureza, de forma consciente e ativa, altera a “realidade circundante” (FREDERICO, 2009, p. 179) e impõe ao ser social que se adapte à nova realidade, com isso, o ser modifica-se (FREDERICO, 2009). Essa “adaptação ativa” (LUKÁCS, 1978, p.3) é diversa da “adaptação meramente passiva” (LUKÁCS, 1978, p. 3), uma vez que com a primeira insere-se o pôr teleológico, supera-se a causalidade natural e o fenômeno da reprodução biológica (LUKÁCS, 1978), e, com isso, modificam-se as bases da consciência do ser e da sociabilidade; já a segunda, a adaptação passiva, restringe-se à simples reação.

Todavia, deve-se destacar que as circunstâncias naturais delimitam o pôr teleológico que visa atingir uma finalidade (LUKÁCS, 1978), assim, “a natureza e suas leis continuam insuprimíveis” (LESSA, 2012, p.66).

Na análise da causalidade realizada por Tonet (2018), o autor adverte que, em princípio, quanto maior conhecimento se tem do objeto a ser transformado, maior será a probabilidade de alcançar a finalidade pretendida, sem levar em conta outras variáveis que interferem no processo de trabalho.

Lessa (2018, p. 35-36), assinala que para a objetivação da finalidade pretendida “[...] são necessárias a seleção e a busca dos meios materiais mais adequados entre os meios disponíveis. A relação entre fim e meio que aqui se estabelece faz com que, em cada ato tomado isoladamente, haja um claro predomínio dos fins sobre os meios. É a finalidade que orienta a busca e a seleção dos meios”.

Cabe o alerta de que, embora a teleologia seja conduzida para uma determinada finalidade, a objetivação real é limitada pelas condicionalidades que a teleologia não pode alcançar; de modo geral, o que se atinge é o entrever de tendências gerais (LUKÁCS, 1978). O mesmo ocorre com as consequências da práxis social, as quais não podem ser previamente determinadas.

Neste sentido, existe uma legalidade da natureza que se apresenta em todo o processo de transformação; na natureza, a rigor, as “mesmas leis encontradas no início do processo são reafirmadas em cada uma das fases posteriores” (LESSA, 2012, p. 54), salvo no nascimento e na morte. E complementa o autor (2012, p. 54): “as mesmas leis presentes na gênese e no desenvolvimento da semente também operam na transformação da semente em planta e na produção, posterior, de mais sementes pela planta”.

O ser social, ao transformar a natureza pelo trabalho, consome a matéria, mas, nesse consumo, ocorre a superação dessa matéria, que deixa, portanto, de ter a posição inicial para tornar-se outra de si mesma. A atividade doadora de forma – que é o trabalho – consome a forma inicial da matéria e ao mesmo tempo se consome, ao colocar em movimento para dar forma objetiva à sua prévia ideação (GIANNOTTI, 1985).

Assim, nesse processo de transformação pelo trabalho, é interessante observar que o ser do objeto inicial está no todo, desde as suas formas mais elementares até a transformação mais elaborada.

Por seu turno, a ação do ser social alarga os limites da causalidade, e, portanto, essas barreiras são móveis (LESSA, 2012), ainda que tenham um “limite estrutural inultrapassável” (TONET, 2018, p. 86).

Desde Hegel emerge a afetação recíproca que a atividade exerce na natureza e no ser humano. Advém de seu pensamento a tese de que a natureza é influenciada pelo ser humano, que a altera; ao mesmo tempo o ser humano satisfaz suas necessidades, como também satisfaz os carecimentos coletivos ao criar objetos de socialização, instrumentos, cultura.

E nesse ato humaniza-se e propicia a subjetividade do ser ao criar a linguagem, na qual a consciência se firma como memória (SEMERARO, 2013). Em suma, o trabalho, na ótica de Hegel, é mais do que a simples apropriação e domínio da natureza, já que imprime intencionalidade à natureza e, de outra banda, educa e conscientiza o ser humano.

Portanto, o ser social e a natureza estão em relação, estabelecendo troca ontológica, influenciados e influenciando-se um no e pelo outro: natureza e ser social constituem uma relação mediada “pela atividade intelectual e material, em permanente automovimento [...]” (FREDERICO, 2009, p. 180).

Em Marx, o trabalho é a essência da práxis humana. A concepção de trabalho, na ótica deste pensador, é materialista, ou seja, parte do real; e o trabalho é a “esfera ontológica fundamental da existência humana” (MÉSZÁROS, 2006, p. 86).

Por meio do trabalho são criados instrumentos, e também o ser humano obtém conquistas cognitivas, culturais e sociais (SEMERARO, 2013).

O trabalho compõe uma rede complexa de relações: além dos atos de trabalho, este é partícipe da totalidade social, que é muito mais que o trabalho, já que também inclui uma ampla gama de atividades destinadas a atender às necessidades que surgem do desenvolvimento das relações humanas (LESSA, 2012).

Neste sentido, o trabalho estabelece uma “cadeia de mediações”, “frequentemente bastante articuladas” (LUKÁCS, 1978, p.5) entre o “sujeito (aquele que [...] [as] executa, seres sociais) e o seu objeto (as várias formas de natureza, orgânica e inorgânica)” (PAULO NETTO; BRAZ, 2007, p.31).

Frederico (2009), com base em Marx, alerta que o trabalho é a forma pela qual o ser social realiza a autoprodução em meio à alienação.

O trabalho é, portanto, o “elemento formador da vida social” (FREDERICO, 2009, p.175); mais adiante, ainda, na mesma obra, o autor pontua que Marx teria dado o passo decisivo com a descoberta do trabalho como “atividade material [...] responsável pela autoformação do gênero humano” (FREDERICO, 2009, p. 179), e acrescenta que o trabalho é a “determinação ontológica fundamental” (FREDERICO, 2009, p. 184). Aduz este autor, o homem, de ser sensível, passivo e sofredor passa a ser visto como o “ser automediador da natureza” que, por meio do trabalho, desprendeu-se da natureza, diferenciou-se dela, elevou-

se acima de seus limites, e sobre ela passou a exercer uma ação transformadora. (FREDERICO, 2009, p. 179)

Assim, Marx atribui prioridade ontológica ao trabalho, “mediação de primeira ordem”, mediação ontologicamente prioritária do homem com a natureza. (MÉSZÁROS, 2006), “porque através do trabalho se abre uma série de consequências” (MARANHÃO, 2022, anotações de aula)².

Na perspectiva de Marx, o trabalho “é a forma específica da práxis humana que abrange toda a vida material, filosófica, econômica, pessoal, social, política, cultural, etc.” (SEMERARO, 2013, p. 97).

Ainda para Marx (2017), o trabalho é concebido como forma de atividade que pertence exclusivamente ao ser humano, dada a capacidade do ser social de antever em sua cabeça – teleologia – o resultado que tem interesse em alcançar. Lessa (2012, p. 65) infere que “pertence à essência da teleologia ser prévia ideação da transformação da causalidade em causalidade posta”.

Deste modo, a posição teleológica antecede a material: “todo processo de teleologia implica uma posição de finalidade e com isso uma consciência que põe fins” (LUKÁCS, 2018, p.13).

É preciso frisar que a natureza não tem teleologia, ou seja, ela não tem propósito em si mesma; em outras palavras, a natureza atende a elementos causais que não comportam uma teleologia. Tampouco a história tem teleologia.

A teleologia é um ato puramente humano. Lessa (2012), com base em Lukács, pontua que a teleologia consubstancia um movimento pelo qual a consciência dá origem a um processo real.

Neste sentido, o trabalho – relação do ser humano com a natureza – funda o ser social enquanto uma totalidade unitariamente homogênea, no entanto, internamente contraditória, haja vista que a teleologia e a causalidade são sempre ontologicamente distintas (LESSA, 2012).

O ser social antecede e dirige a sua ação no intuito de atingir o fim a que se propõe. Essa é uma atividade consciente, uma vez que “as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado antes que seja construído na prática” (LESSA, 2016, p. 28).

Paulo Netto e Braz (2007, p.29), com base na tradição marxiana e marxista, inferem que “o trabalho é uma categoria central para a compreensão do fenômeno humano-social”.

A essência do trabalho está assentada no fato de ele ser condição para a existência, e que “todas as suas etapas são produtos de sua autoatividade”, conforme aponta Lukács (2018, p. 9). Por essa razão, é possível explicar o trabalho por seus traços inerentes, independentemente da forma de sociedade. Teixeira (1995, p. 50) distingue os seguintes traços imanentes do trabalho:

- 1) dispêndio fisiológico de energia;
- 2) mensuração do tempo de trabalho;
- 3) sua distribuição entre as diferentes esferas da produção material [para produção de variedade de produtos.

²Anotações de reflexões feita pelo Prof. Dr. Cezar Maranhão, em aula ministrada no PPGSS da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), proferidas na disciplina intitulada “O Trabalho: estatuto ontológico e metamorfoses históricas”, no dia 23 de junho de 2022.

Tem-se que a atividade libera o ser social do impulso cego de satisfação das necessidades biológicas (HEGEL, 1991 *apud* SEMERARO, 2013), ao mesmo tempo em que rompe com a circulação fechada da natureza ao lhe conferir uma finalidade e inseri-la no mundo vivo da existência social (SEMERARO, 2013).

Para Hegel (*apud* SEMERARO, 2013, p. 90) por meio da atividade “o homem imprime uma intencionalidade ao simples ‘em si’ da natureza”; para o ser social, a natureza é também utilizada como meio.

A natureza se reproduz de forma continuada em decorrência de determinações biológicas. O movimento da natureza é circunscrito a relações de causa e efeito. A natureza é tal como é – um fato dado. A causalidade expressa a lei geral e espontânea que abrange os movimentos de todas as formas de ser.

O ser social introduz finalidades na natureza – ou seja, direciona suas ações a fim de atingir um determinado propósito – e faz “dela [da natureza] um complemento” e “extensão do mundo humano”, nos termos de Frederico (2009, p. 179), uma vez que a natureza, por sua vez, estava na sua “posição de indiferença, de paisagem distante e muda [...]” (FREDERICO, 2009, p. 179).

Logo, o ser social encontra na natureza possibilidades amplíssimas, mas limitadas, ou seja, a causalidade posta também é limitada em decorrência da legalidade das matérias naturais que lhe deram origem, uma vez que “a consciência do sujeito não controla o objeto” (MARANHÃO, 2022, anotações de aula)³ a seu bel-prazer.

É precisamente nesse limite que se colocam as questões ambientais, tão candentes no tempo presente.

A natureza mantém sua permanência e vida sem que seja necessário o ser humano, nos limites da relação causa e efeito.

A causalidade posta advém do trabalho, que realiza a mediação entre o pôr teleológico e as propriedades da natureza, em novas formas e relações, dando origem à nova objetividade. Dito de outra forma: é preciso colocar em movimento aquilo que está na consciência, isto é, transformar em ato produtivo a fim de se alcançar, em alguma medida, a causalidade posta (LESSA, 2012). Esse movimento enseja o processo de trabalho e ao término, o produto do trabalho.

Com efeito, a exteriorização é o momento em que o ser social – prenhe de conhecimentos e habilidades – confronta a sua objetividade com a casualidade (LESSA, 2016).

Um projeto, por mais bem delineado que esteja, se não for transformado em entidade objetivamente existente, permanece um não existente; o projeto existe em potência. A transformação da natureza implica na escolha dentre uma gama de alternativas possíveis.

Lessa (2012) assinala que, na ótica de Lukács (2018), a categoria alternativa é uma mediação e se conforma por escolhas concretas. Assim, o ato de escolher entre as alternativas – dentre aquelas limitadas pelas determinações causais – consubstancia para o ser humano um horizonte de possibilidades, ao mesmo tempo em que deixa de fora outras tantas alternativas igualmente possíveis (LESSA, 2012).

³ Anotações de reflexões da Prof. Dr. Cezar Maranhão, em aula ministrada no PPGSS da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), proferida na disciplina "O Trabalho: estatuto ontológico e metamorfoses históricas". No dia 23 de junho de 2022.

Lukács (2013, p.71) frisa que a escolha entre alternativas não constitui um ato mecânico e isolado, mas se insere no processo de trabalho: “uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas”. A capacidade de escolhas é um ato humano porque se trata de uma ação consciente e, ao mesmo tempo, insere-se em todo um complexo social, conforme salienta o filósofo húngaro (LUKÁCS, 2013).

A inserção da categoria da alternativa no todo complexo implica uma determinada escolha, que se apóia em decisões anteriores, “em uma crescente complexificação das mediações que constituem cada alternativa possível e das decisões requeridas para estas escolhas” (LESSA, 2012, p. 95).

Nesse sentido, a operosidade do trabalho requer a história coletiva – uma história social, porque o trabalho tem nexos que o fazem universal, uma atividade coletiva e social. Vejamos o que asseveram Paulo Netto e Braz (2009, p.34),

[o sujeito do trabalho] nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos. Essa inserção exige não só a coletivização de conhecimentos, mas, sobretudo implica convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc. - e tudo isso, além de somente ser possível com a comunicação propiciada pela linguagem articulada, não está regido ou determinado por regularidades biológicas; conseqüentemente, o caráter coletivo do trabalho não se deve a um gregarismo que tenha raízes naturais, mas, antes, expressa um tipo específico de vinculação entre membros de uma espécie que já não obedecem a puros determinismos orgânico-naturais. Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que se denominará de social.

Portanto, o trabalho “deflagra cadeias causais-causais: o indivíduo e o ser histórico-social” (INFRANCA, 2014, p.35), um indivíduo é um complexo indivisível, que se liga, ao mesmo tempo, à singularidade e à genericidade humana (INFRANCA, 2014).

O ser social se depara com os produtos do trabalho criados para satisfazer necessidades, de maneira que os examina e os aprimora porque, nesse processo, estão interligados teleologia, causalidade e acaso.

Neste sentido, Lessa (2012, p. 96), ao perseguir os passos de Lukács (2013), infere que:

[...] a teleologia e a causalidade, articuladas pelo trabalho em uma processualidade em si causal, não excluem o acaso na efetivação de cada um de seus momentos. Acaso, necessidade e teleologia se articulam, no ir-sendo de cada ato e de cada produto final do trabalho.

Isso significa que, ainda que idealizada teleologicamente, na construção de um objeto no intuito de satisfazer uma necessidade, o ser social se vale de alternativas para efetivar a finalidade a que se propôs. No entanto, o ser esbarra em intempéries – ou acaso, como queira – que efetivamente interferem no resultado final objetivado.

O caráter concreto das alternativas é delimitado pelas possibilidades postas no real (causalidade ou causalidade posta). O avanço da sociabilidade, com o afastamento das barreiras naturais, não significa a exatidão do reflexo, ou seja, a realidade retratada difere daquilo que foi teleologicamente projetado. Não obstante, a mediação pelas alternativas compõe um campo fecundo, do qual vertem possibilidades.

Ademais, é preciso lembrar que as necessidades são sempre crescentes, e as formas de satisfazê-las mais complexas e variadas.

Lukács (1978) adverte que, ainda que o trabalho seja um ato de pôr consciente – portanto, que demanda um certo nível de conhecimento concreto, de determinadas finalidades e meios –, essa cognição tem limites, haja vista que o produto da atividade humana ganha outros contornos que são bastante desiguais em relação ao que foi idealmente planejado.

Nesse sentido, o resultado do pôr teleológico é *post festum*, ou seja, o estágio anterior é reconstruído intelectualmente a partir do estágio mais elevado (LUKÁCS, 2018). Consequentemente, somente depois de executado é que se toma conhecimento se a finalidade foi, com efeito, alcançada ou refutada. De qualquer maneira, o produto da atividade humana amplia suas consequências.

A causalidade posta com o trabalho modifica a natureza a fim de atingir uma finalidade determinada e de obter um objeto externo que não existia na natureza. A causalidade posta confere “um novo patamar ontológico às legalidades anteriormente presentes” (LESSA, 2012, p. 94).

A “humanidade constrói a realidade social, e também é construída por ela, dentro de limites historicamente determinados” (MOREIRA NETO; LIMA; TONET, 2009, p 168). Isso confere ao sujeito papel central na transformação da história, uma vez que faz dele ser ativo, com capacidade para interferir na realidade, por conseguinte, modificar a sociedade em que vive.

Os objetos que o ser social “persegue não são somente os objetos naturais, mas, cada vez mais, *objetos sociais*” (FREDERICO, 2009, p.197, grifos o autor).

O ser social ao criar instrumentos “exterioriza suas forças essenciais” (FREDERICO, 2009, p. 183), materializa o que idealmente projetou, de modo que o objeto separa-se de seu criador, objetivando-se no mundo. Este é um dos aspectos positivos do trabalho, pois o ser social se reconhece em suas obras.

Marx (2008, p. 80) apregoa que:

O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a objetivação (*Verggenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico com desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*).

É preciso ressaltar que não será o foco deste artigo investigar a categoria objetivação, ainda que, de uma forma ou de outra, ela tangencie o debate aqui apresentado.

Finalmente, diante do exposto, verifica-se que o exame da gênese do ser social – o trabalho – encerra uma série de mediações que robustece a relevância da dimensão ontológica. Nos termos de Lukács (2018, p.10), no trabalho estão contidas, em germe, as “determinações que constituem a essência do novo ser social”.

Ao mesmo tempo, as análises realizadas conferem a quem se aproxima delas – em contato estreitado ou não – a certeza de se relacionar com alguma coisa **material** mais do que o eu-indivíduo, coisa esta que, conforme aponta a epígrafe mencionada –que exterior ao

ser social, não deixa de portar-lhe o que é essencial – a capacidade criativa de transformação da natureza a fim de satisfazer as suas necessidades, das mais simples às mais complexas.

Considerações finais

O objetivo do presente capítulo foi realizar aproximações sucessivas ao estatuto ontológico da categoria trabalho, a fim de adensar essa dimensão conforme advém da teoria social de Marx e da tradição marxista.

Travou-se debate filosófico no intuito de desvendar os nexos internos e elementares da categoria trabalho, que aporta a emergência do ser social, e, por conseguinte, o vasto campo das potencialidades humanas.

O trabalho abre flanco para uma série de consequências, tais como a sociabilidade, a linguagem, a arte, o conhecimento, os valores, a ética, a moral, a política, dentre outras relações sociais que fazem avançar o gênero humano.

A análise da categoria trabalho permitiu – sem, no entanto, esgotar o tema – a aproximação com diversas categorias, tais como: ontológico-fundante; ser social; teleologia; finalidade; causalidade; consciência; alternativas; causalidade posta; genericidade humana, dentre outras.

Outras tantas mediações provenientes da análise do trabalho não foram contempladas no presente estudo, já que a elaboração do artigo ensejou escolhas, entre as alternativas possíveis, com o propósito de alcançar a finalidade de adensar, por meio de aproximações sucessivas, o aspecto ontológico do trabalho.

Parece-nos evidente que o enfrentamento da categoria trabalho é um desafio a ser considerado por diversos corações e mentes. Em princípio, aos iniciados nos estudos marxianos e na tradição marxista, trazer à baila o debate da categoria trabalho pode suscitar o epifenômeno de que se trata de temática ampla e cotidianamente apreendida e debatida, talvez até, mesmo ultrapassada para certos referenciais teóricos. Nada mais enganoso.

A categoria trabalho foi – e ainda é – primordial para os estudos hodiernos. Vimos, por meio deste artigo, no âmbito dos limites que este encerra, o quão potenciais e complexas são as mediações que envolvem a categoria em comento, muitas delas dignas da faina por anos.

Por derradeiro, a finalidade a que nos propusemos aqui foi apresentar reflexões que possam colaborar para o aprofundamento e adensamento do debate teórico-conceitual sobre a estrutura categorial do trabalho em sua dimensão ontológica, com base tanto na teoria social de Marx quanto na tradição marxista.

Referências

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Trabalho e Serviço Social**: debate sobre a concepção de Serviço Social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

FISCHER, Ernest. **A necessidade da arte**. Tradução Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FREDERICO, Celso. **O Jovem Marx: 1843-1844: as origens da ontologia do ser social.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GIANNOTTI, José Arthur. **As Origens da Dialética do Trabalho: estudo sobre a lógica do jovem Marx.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

INFRANCA, Antonino. **Trabalho, indivíduo e história: o conceito de trabalho em Lukács.** Tradução Christianne Basílio e Silvia de Barnardinis. São Paulo: Boitempo; Marília: Oficina Universitária UNESP, 2014.

LESSA Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, Sergio. **O Mundo dos Homens: trabalho e ser social.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sergio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social - Módulo 2.* Brasília: CEAD-UNB, 2006. p. 20-33. Disponível em: www.sergiolessa.net/_files/ugd/4c396a_db544b7cb6f143718a1d13f02390dc3c.pdf. Acesso em: 20 março 2022.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 4. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *In: Temas de Ciências Humanas.* v. 4. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978. p. 1-18.

LUKÁCS, Georg. **Para a ontologia do ser social.** Tomo II. v. 14. Tradução Sergio Lessa. Revisão Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II.** Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARANHÃO, Cezar. **O Trabalho: estatuto ontológico e metamorfoses históricas.** Disciplina do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Anotações de aula.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Marx-Engels).

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOREIRA NETO, Estevan Alves; LIMA, Elaine Cristina dos Santos.; TONET, Ivo. O conceito de Crítica em Marx. **Revista Eletrônica Arma da Crítica. Ceará**, v. 1, n. 1, p. 166–171, jan. 2009.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Biblioteca Básica de Serviço Social, v.1.

SEMERARO, Giovanni. A concepção de “trabalho” na filosofia de Hegel e Marx. **Revista Educação e Filosofia**. Uberlândia, v.27. n.53, p.84-104, jan./jun. 2013. Disponível em <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/14991>. Acesso em: 19 maio 2022.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada do O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. 2 ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

II

Perspectivas políticas do serviço social na crise contemporânea do capital

Lana Carrijo

Naufrágio camuflado, posto na conta de “crises” temporárias a fim de que passe despercebida uma nova forma de civilização que já desponta, onde só uma pequena porcentagem da população terrestre encontrará funções.

Viviane Forrester

Introdução

O termo *crise* é recorrente nas últimas décadas, esta pode ser relacionada ao âmbito econômico, político, social ou ambiental. De uma maneira geral, todos têm a sensação de que as coisas não vão bem, mesmo sem dominar nenhum conhecimento teórico específico da sociologia crítica. A crise serve como justificativa por parte do Estado, para reduzir as políticas sociais, para explicar o desemprego crescente e até mesmo como mecanismo de conformação ideológica entre as camadas mais precarizadas de trabalhadores quanto à razão da sua própria condição de vulnerabilidade.

Dentre as questões políticas e sociais, talvez a mais difícil seja discernir, em meio a diversos discursos sobre a natureza e finalidades dessa crise, o que se refere à camada mais superficial da estratégia política neoliberal (como as privatizações, reformas trabalhistas e previdenciárias, com graves prejuízos à força de trabalho), e o que se passa num contexto mais amplo e profundo da economia política. Onde o Estado precisa administrar, ao mesmo tempo em que faz parte, as consequências de uma crise que se tornou permanente porque elimina mais postos de trabalho do que consegue criar atualmente.

A realidade que se coloca para os assistentes sociais é de agravamento da questão social e precariedade nas políticas de seguridade social, que refletem fatores novos em relação ao período que se passou a renovação do Serviço Social brasileiro na década de 1970, mesma época em que começamos a vivenciar uma longa recessão econômica. A questão social ao longo desse meio século tem sido produzida, principalmente, pelo crescimento constante do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, devido ao padrão de produtividade e de racionalização técnica alcançada pelo capitalismo em seu estágio desenvolvido, como já apontava Marx. Não se trata mais de uma questão social que serve fundamentalmente para alavancar a modernização do capital, mas um agravamento da miséria que corresponde ao colapso dessa mesma modernização (KURZ, 1992).

Sendo assim, queremos problematizar o papel do Estado diante da crise contemporânea do capital e os limites da política para conter a dinâmica de desintegração social provocada pela lógica da centralidade do trabalho. Que por um lado, depende da força de trabalho para valorizar o valor, e, ao mesmo tempo, precisa reduzir o trabalho vivo ao mínimo possível para realizar a valorização do valor em escala ampliada e assim continuar se

reproduzindo. Essa autocontradição da produção capitalista foi levada ao extremo pelo desenvolvimento da tecnologia e impõe um cenário imensamente adverso para uma categoria profissional que inscreve sua prática na busca pela efetivação de direitos sociais.

1. Neoliberalismo e crise do capital

Sabemos que o Estado opera a manutenção da ordem através da violência direta e da produção do medo, mas, também, precisa do consenso em torno das instituições regulatórias e de suas funções. Um desses mecanismos de controle passa pela noção de que as crises são temporárias, e fazem parte do pólo da economia, cabendo ao Estado administrar e conduzir de acordo com a política que vence na correlação de forças da ordem democrática.

O mercado, em outro pólo, exerce a coação muda do capital (MARX, 1988), forçando que os indivíduos se tornem autômatos da produção de valor, servindo simultaneamente como mercadoria e como consumidores. A relação complementar entre esses dois pólos historicamente determinou a natureza da sociedade capitalista, transformar incessantemente dinheiro em mais dinheiro. Essa dinâmica foi fundamental para o processo de acumulação primitiva e produção de riqueza abstrata. O Estado moderno garantia as condições estruturais para a construção de uma sociedade do trabalho que nascia com a modernidade. Nesse sentido, “o mercado e o Estado, o dinheiro e o poder, a economia e a política, o capitalismo e o socialismo não são, na verdade, alternativas, mas constituem os dois pólos de um mesmo "campo" histórico da modernidade. O mesmo vale para o capital e o trabalho” (KURZ, 1995, p.191).

Mas de que forma esse processo histórico se relaciona com o contexto atual de capitalismo globalizado e em crise?

Diferente da transição entre os séculos XIX e XX, na qual o movimento de expansão do capitalismo produzia cada vez maiores contingentes de trabalhadores assalariados e a questão social emergia das lutas que eram travadas contra as condições miseráveis de exploração da classe trabalhadora. A perspectiva atual das lutas sociais, diante do retrocesso dessas condições, muda significativamente se o capital esbarra em seus próprios limites de valorização. Como assinala Trenkle (2020) ao destacar a relação do trabalho precarizado com a massa de valor global,

Se na Europa, por exemplo, uma confecção altamente automatizada produz milhares de peças por hora, uma costureira numa favela chega talvez a três ou quatro peças por dia, o que está muito acima do padrão de tempo de trabalho socialmente necessário estabelecido pela fábrica high-tech. Isso significa que seu trabalho representa uma quantidade quase desprezível de valor em relação ao padrão de produtividade vigente. [...] portanto, não podem servir (os trabalhos precarizados) de base para um novo impulso autônomo da acumulação de capital – mesmo que, naturalmente, aumentem os lucros das empresas individuais e das cadeias comerciais envolvidas[...]. (p.44)

Essa redução da massa de valor global, provocada pelo constante incremento da mais valia relativa nos processos de trabalho, impacta também as funções do Estado, porque reduz, conseqüentemente, a arrecadação do fundo público. A sua relativa autonomia frente ao capital se torna cada vez menor, porque o Estado depende do movimento da economia. Os rebatimentos desse processo se dão em todos os âmbitos, visto que “as funções estatais

de *acumulação, legitimação e repressão* constituem uma unidade que concretiza em cada momento histórico a tentativa geral de estabelecer e universalizar a forma-mercadoria, que concretiza o vínculo orgânico entre Estado e valor.” (BLANK, 2014, p.4).

Uma vez que o neoliberalismo coincide com o período em que se passa a afirmar a noção de crise estrutural, alguns aspectos evidenciam que a política de privatização e desregulamentação não foi capaz de resolver os problemas da crise, apesar do papel protagonista do Estado na suposta liberdade do mercado. Do mesmo modo, se torna inviável um regresso à política keynesiana e prestação de serviços públicos com cobertura ampla para a população. Nos últimos anos, as crises são sucessivas e sem nenhum horizonte de crescimento da economia. Como se manifesta na crise do dólar (perda do lastro do ouro), o deslocamento progressivo do centro da economia para o mercado financeiro e a crise de 2008 que resultou em um efeito cascata em diversos países, devido ao grau de internacionalização do capital. Portanto,

O neoliberalismo foi apenas a tentativa de gerir com meios repressivos a crise social daí decorrente, por um lado, e de produzir um crescimento "sem substância" do "capital fictício" mediante o inchaço desenfreado do crédito, do endividamento e das bolhas financeiras nos mercados de ações e de imóveis, por outro lado (KURZ, 2008).

O deslocamento da economia do setor produtivo para o mercado financeiro ocorre de maneira acelerada desde o final do século XX¹, intensificando um processo de especulação imobiliária e a formação de bolhas de crédito, no qual o capital só consegue prolongar a sua dinâmica aprofundando cada vez mais o abismo entre a acumulação de capital e o trabalho produtivo. O capital fictício funciona como mecanismo de simulação do processo de rotação capitalista e se torna assim o principal motor da economia, porém não sem consequências. Como afirmam Lohoff e Trenkle (2018) “Isso inverteu a lógica clássica capitalista. Neste sentido, podemos falar dos últimos trinta a quarenta anos como uma época de “capitalismo invertido””, porque se baseia na *antecipação* da produção de valor.

Outro aspecto que significa uma drástica redução na magnitude do valor produzido de modo global e potencializa a crise é o crescimento do trabalho improdutivo. Nem todo trabalho produz valor, a maior parte deles atualmente participa da atividade econômica apenas na esfera da circulação. Vale reforçar que o conceito de improdutivo não está relacionado ao caráter imediato do trabalho, mas ao que ele contribui para a valorização do capital onde está inserido. Portanto, é produtivo aquele trabalho que ao ser consumido produz a expansão da produção de mercadorias e improdutivo aquele que não aumenta a massa de valor global. Esse fator é variável, e a racionalização da produção e circulação, torna cada vez mais o campo do trabalho um emaranhado de relações complexas, pois em um mesmo produto existem diversos processos e trabalhos produtivos e improdutivos (KURZ, 2019).

Ainda que historicamente as economias periféricas transfiram valor para as economias centrais através do chamado “intercâmbio desigual de mercadorias” devido às suas capacidades produtivas distintas, observamos um processo de precarização do trabalho

¹ Segundo Lohoff (2014), “o volume total destas mercadorias do mercado de capitais, ainda praticamente desconhecidas na década de 1970, cresceu entre 1998 e 2008 de 72 para 673 trilhões de dólares – contabilizando sozinho, portanto, doze vezes o PIB global”.

e corrosão do poder de compra, mesmo nas economias mais avançadas em termos de proteção do trabalho². O qual está mais próximo, no momento atual, de um movimento compensatório da redução de lucros, do que de um mecanismo para a expansão do capital, como no apogeu imperialista.

Em consequência, cresce constantemente a importância do crédito nas finanças estatais, devido à necessidade de sustentar a infraestrutura e atividades improdutivas alavancadas pela sociedade industrial. Desde então os níveis de endividamento do Estado cresceram absurdamente. No entanto, para além de uma questão de vontade política, a reprodução do mercado (e com isso, entende-se a sociedade atual como um todo, já que praticamente todas as formas de relação pessoal e vida comunitária com acesso a bens e serviços que não passem pelo dinheiro, foram extintas no capitalismo) não seria possível sem que o Estado servisse como pagador infalível. Mas de onde vem os recursos que dão essa garantia?

Nesse aspecto, o papel que o sistema de crédito cumpre no capitalismo desenvolvido se diferencia do que ocorria no século XX, no sentido de abrangência e de importância para a manutenção da reprodução capitalista. Como assinala Kurz (1995), com o capitalismo desenvolvido, “O Estado não mais se financia, portanto, só com os impostos, que ele cobra graças à sua pretensão de soberania e graças ao seu monopólio da força, mas toma dinheiro emprestado dos seus cidadãos, como um participante comum do mercado financeiro” (p.199). O que se torna ao mesmo tempo central e problemático para a acumulação de capital, porque um novo ciclo de valorização com incentivo do capital fictício consegue apenas adiar o limite da produção de valor, mas não consegue expandir a economia real.

Esse mecanismo de lançar mão do crédito, assim como de imprimir dinheiro, à longo prazo se torna potencializador de crises porque, assim como qualquer outro agente do mercado, se esse dinheiro não for reinvestido de forma produtiva para que possa quitar ou atualizar o empréstimo, então a desvalorização é inevitável. Dessa maneira, “ocorre que o crédito do Estado é gasto, na sua maior parte, não para fins de utilização produtiva, mas justamente para as múltiplas atividades de consumo do Estado, que não são um luxo³, mas uma necessidade sistêmica (sem que sejam produtivas no sentido da valorização)” (KURZ, 1995, p.200). Estas atividades se referem às mencionadas anteriormente como improdutivas do ponto de vista do valor, mas concretamente indispensáveis para o atual padrão de vida urbana.

Com isso, não recaímos no economicismo da análise, como na ideologia neoliberal que ataca os “gastos excessivos do Estado” para defender a liberdade do mercado. Mas queremos dizer que desde o fim do século XX, “os custos sistêmicos da economia de mercado estão começando a superar, em termos absolutos e irreversíveis, os seus rendimentos” (KURZ, 1995, p.202). E que a partir da política não é possível impulsionar o mercado, porque esta possui um papel secundário diante da economia. O neoliberalismo,

²Como expressão desse processo de regressão, segundo reportagem do Jornal britânico “*The Guardian*”: “Alguns dos varejistas mais conhecidos do Reino Unido, incluindo WH Smith, Marks & Spencer, Argos e LloydsPharmacy, estão no topo de uma lista de mais de 200 empresas multadas coletivamente em £ 7 milhões por não pagar o salário mínimo legal.”. Ver <https://www.theguardian.com/society/2023/jun/21/uks-best-known-retailers-top-list-of-firms-fined-7m-over-pay-breaches>.

³“O nível civilizatório da infraestrutura, da formação profissionalizante e da ciência, da saúde pública, dos meios de transporte público, da eliminação do lixo e dos resíduos, etc., não é um luxo, mas uma necessidade para manter em funcionamento a própria acumulação do capital.” (KURZ, 1995, p.203)

portanto, é uma tentativa de prolongar a reprodução da sociedade de mercado apesar dos limites expostos pela crise estrutural. Porém, como assinala Lofoff(1999)

É claro que o triunfo da ideologia neoliberal não foi capaz de eliminar uma pressão sistêmica como a tendência histórica de aumento dos gastos do Estado. Onde a participação estatal sofreu um declínio temporário, foi sempre devido apenas à venda da prataria estatal (empresas estatais produtivas) ou a redução foi à custa da posição competitiva do país em longo prazo (abandono da infraestrutura).

Nesse sentido, desde a década de 1980 a produção capitalista vem perdendo a capacidade de gerar crescimento econômico aliado à integração social pelo trabalho e pelo consumo. O deslocamento da economia do mercado de bens para o mercado financeiro e o crescimento exorbitante de capital fictício é uma manifestação da crise estrutural e não a sua causa. É uma tentativa de resolver a crise através da antecipação de valor futuro, mas só adia o problema e modifica estruturalmente o lugar da exploração do trabalho na sociedade.

Apesar da inovação da microeletrônica, a partir de 1990 houve um retorno ao recurso da mais valia absoluta, com um perceptível prolongamento das jornadas de trabalho, mesmo nos países centrais do capitalismo. O elevado nível de produtividade imposto pela concorrência mundial pressiona a compensação do lucro via exploração e precarização das condições de trabalho, especialmente nas periferias, mas não somente nesses territórios.

Trata-se do início do processo de declínio do capitalismo, onde as condições do mercado globalizado se confrontam com projetos de desenvolvimento nacional, no estilo neokeynesiano, com protagonismo do Estado na política econômica e nos investimentos sociais. Entretanto, ainda existe parte da esquerda que defende a nacionalização do mercado a partir da crença na democracia e o Estado social como horizontes emancipatórios, nos quais seria possível construir uma economia, com dinheiro e trabalho, livre do comando do capital. Dessa forma, as bases da produção de valor continuariam funcionando, desde que administradas por um Estado Nacional que não seja capitalista. Por esse prisma, a condição estrutural da relação entre o Estado e o mercado permanece intocada, na qual

A existência de um setor estatal que cresce constantemente é ao mesmo tempo algo indispensável e um obstáculo para o processo de acumulação. De um lado, a valorização só pode funcionar, do ponto de vista das empresas individuais, se contar com inúmeras condições sociais e de infraestrutura, que são providas pelo Estado. [...] De outro lado, nenhum desses empregos nos setores públicos gera lucro, mas, ao contrário, eles precisam ser sustentados direta ou indiretamente, por meio de impostos e taxas, pelo setor que produz valor. (LOHOFF, 1999).

Contudo, esse breve debate sobre a percepção das particularidades do capitalismo contemporâneo, pretende adensar a análise crítica dos assistentes sociais que atuam cotidianamente no âmbito do Estado e dos serviços públicos, e provocar a reflexão sobre as bases teórico-políticas em que a profissão está assentada. Ampliar a interlocução entre as diversas vertentes da tradição marxista pode ampliar a compreensão sobre os desafios que se colocam pela conjuntura de crise, com a retração de direitos sociais e onda de neoconservadorismo.

2. A crítica do trabalho na formação profissional

O trabalho, um dos pilares que sustentam a sociedade capitalista e suscita cotidianamente a intervenção dos assistentes sociais na busca pela viabilização de direitos, é também uma categoria fundamental da teoria do valor de Marx. Base teórica que o Serviço Social utiliza como aporte para a interpretação do real de forma crítica e para direcionar a sua prática profissional em defesa daqueles que são obrigados a vender a sua força de trabalho para ter acesso a riqueza social. A partir da incorporação da tradição marxista aos fundamentos da formação profissional, foi possível realizar uma virada na orientação política do Serviço Social, uma vez que a questão social foi compreendida como a camada mais superficial de problemas estruturais impostos pela lógica da mercadoria.

Seguindo essa relação entre essência/aparência, o trabalho aparece de imediato como simples atividade humana, mas sua natureza está arraigada num tipo de relação social que esconde uma fantasmagoria inaugurada pelo capitalismo (MARX, 1988). Diferente das atividades produtivas nas sociedades pré-capitalistas, que tomavam como referência outras noções de riqueza (metais preciosos, religiosidade, relações de obrigação pessoal entre os estratos sociais), a racionalidade moderna se baseia numa noção de riqueza abstrata (dinheiro como equivalente geral e como mercadoria em si), com o pressuposto de que o dispêndio de energia humana é a medida dessa riqueza. Sendo assim, em termos históricos, o dinheiro, assim como a atividade humana, adquirem outro papel a partir da constituição capitalista e a imposição do trabalho como substância do valor. Uma generalidade e autonomização em relação à reprodução da vida, que não havia antes (KURZ, 2014).

Para desvendar a fantasmagoria que se passa na produção, Marx procurou explicar historicamente o modo de ser e de se constituir do capital, analisando as categorias de determinada formação social, que tem como centro o fetichismo da mercadoria e a valorização do valor. Desse modo, o trabalho é a categoria fundante da sociedade capitalista e o início de relações sociais dominadas pela produção de valor, um movimento contraditório que tem como imperativo sua constante expansão, que como vimos anteriormente, enfrenta sérios problemas estruturais.

Desse modo, afirmar o *ponto de vista do trabalho* (POSTONE, 1993) só funciona para interpretar e compreender a realidade social dentro do quadro da produção de mercadorias, mas nele a distinção entre riqueza material e riqueza abstrata permanece indeterminada, assim como o fundamento capitalista. O que, por sua vez, atravessa também as noções de emancipação política dos sujeitos, mais focada em distribuir a riqueza abstrata ao invés de questionar o seu próprio conteúdo.

Como defende Kurz (2004), “O que Marx designa paradoxalmente como “trabalho concreto” não constitui por isso uma “necessidade natural eterna”; pelo contrário, não é outra coisa senão o modo material específico de o “trabalho abstrato” se apropriar da “matéria” natural ou social”. O valor de uso representa a dimensão material da lógica abstrata do processo de produção no capitalismo, por isso a questão não está apenas no valor de troca, mas na categoria valor como um todo. Valor de uso e valor de troca são duas faces do valor, por isso, mesmo o trabalho concreto também pertence à lógica da valorização do capital.

Nesse viés, não se trata de modificar a forma do trabalho para que assim o seu conteúdo passe a ser diferente (de explorado para livre e criativo), mas de romper com o

pressuposto metafísico de que energia humana gera valor. Para que a atividade de cada indivíduo possa ser primordialmente dedicada à *livre* produção material e reprodução social, esses dois momentos da vida não podem estar dissociados um do outro, assim como as noções de riqueza da sociedade não podem ser as mesmas da ordem capitalista.

Logo, no plano mais abstrato, queremos chamar atenção para a dominação impessoal do valor, um processo que se passa por trás das costas dos sujeitos (MARX, 1988), que se tornou um terreno comum compartilhado por todas as classes, após séculos de violência e adestramento moral dos indivíduos à imposição do trabalho. Consequentemente, foi incorporado como elo da condição humana e social.

No plano mais imediato, a luta por emprego remete à garantia das condições básicas de sobrevivência, o que é vital. Mas o espaço da crítica ao capitalismo e sua crise estrutural foi reduzido apenas ao ponto de vista das relações de exploração, sem questionar a capacidade concreta desse sistema empregar a grande massa de pessoas disponível ao trabalho e sem tocar a contradição fundamental de transformar constantemente a atividade humana em valor. Além do aspecto predatório dessa lógica, a longo prazo apresenta-se em sentido oposto ao que entendemos como “civilização” e “progresso” porque, tanto a extensão do tempo de produção, quanto a compressão do tempo de produção, possuem um *limite*, no qual esbarra o capitalismo contemporâneo.

Para o Serviço Social, a crítica ontológica, principalmente sob influência da obra de Lukács⁴, foi a base teórica que fundamentou a revisão do currículo acadêmico e a renovação da prática profissional durante as décadas de 1970/80. Desempenhou papel de destaque na aproximação do Serviço Social com a tradição marxista e no movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo e as perspectivas modernizadoras. Contudo, o amadurecimento crítico do Serviço Social brasileiro foi alcançado a partir das produções teóricas de 1980, como reflexo do Movimento de Reconceituação na América Latina e também do contexto de redemocratização do Estado. Essa renovação dos fundamentos do Serviço Social e a reafirmação de sua perspectiva crítica ganharam materialidade com a formulação do Código de ética e Lei de Regulamentação de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Com isso o significado da profissão também sofreu mudanças, sendo fundamentais os momentos de ruptura na cultura profissional para explicar a história do Serviço Social e não os elementos de continuidade (GUERRA, 2004). Com o desenvolvimento e destaque do movimento de ruptura com a gênese conservadora do Serviço Social, os assistentes sociais passaram a desempenhar um novo papel na reprodução das relações sociais, reafirmando seu compromisso com os interesses da classe trabalhadora, e atingindo o estatuto de profissão. Foram as particularidades da sociedade burguesa naquele contexto que determinaram o significado social da profissão nas décadas 1980/70, um tempo em que a questão social começava a ser reconhecida como objeto de intervenção do Estado por meio de políticas públicas, e o assistente social desempenhava seu protagonismo ao fazer as mediações com a totalidade concreta do capital.

A questão social era enfrentada de determinada maneira durante o Estado fordista-keynesiano, no qual o Serviço Social buscava seu reconhecimento como profissão

⁴ A partir da sua elaboração sobre as características que determinam o agir humano e a prioridade do trabalho na construção da sociabilidade essencialmente humana. Ver mais em: LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social I.

especializada no trabalho coletivo e era requisitado para atuar nos serviços e políticas sociais. Esse padrão de acumulação ainda não estava esgotado e ainda era possível vislumbrar algum tipo de crescimento econômico e integração social pelo trabalho das camadas populares às democracias capitalistas.

Entretanto, com o acirramento da crise estrutural do capitalismo, o Estado recrudesce seu aparato repressivo em relação à questão social. No momento em que a construção da cidadania, através do trabalho assalariado, pela via da democracia de mercado, falha profundamente. Ganha força a repressão, não só do Estado em relação aos movimentos sociais, como a violência entre os diversos grupos organizados do mercado ilícito, e também dos próprios indivíduos atomizados pela multiplicação da pobreza. É nessa trama de desintegração que o Serviço Social se insere, às vezes como profissional, muitas vezes como usuário dos serviços.

Nessa perspectiva, “uma concepção de trabalho profissional que aponte para a emancipação política – tão necessária em tempos de retrocessos –, mas, sobretudo, para a emancipação humana” (FARAGE, 2021, p.55), precisa questionar a produção de riqueza através das características históricas da crise e os limites das formas sociais do capitalismo, como o Estado e a economia. Porque o campo de atuação dos assistentes sociais também sofre impactos diretos, tanto no cotidiano da práxis, como na formação profissional.

3. O projeto político do Serviço Social diante da crise do trabalho

O processo de construção e transformações ocorridas na formação profissional do Serviço Social acompanha e se relaciona de modo dinâmico com os particulares e distintos contextos históricos. Sendo assim, uma tentativa de repensar a base teórico-política da profissão precisa estar atrelada a uma análise historicamente determinada da realidade, caso contrário corre o risco de se descolar das expressões concretas da questão social e com isso reduzir, cada vez mais, as possibilidades de uma prática interventiva pertinente.

Nesse sentido,

[...] compreendemos que os impactos de uma ação profissional crítica e comprometida com o processo de emancipação humana, nos termos de Marx ([1844] 2009), deve ter lastro já na formação profissional, espaço considerado por nós como prioritário para nos desafiaros à constituição de um perfil profissional crítico e comprometido com os desafios postos pelo Projeto Ético-Político-Profissional (PEP) (FARAGE, 2021, p.55).

A situação atual de resistência contra a destruição das reformas sociais mais básicas não torna secundário o debate sobre a insuficiência desses instrumentos para a supressão do capital. Segundo Guerra (1997), um dos determinantes que exigem a análise crítica da racionalidade burguesa e sua influência na formação profissional se refere “às condições histórico-materiais e ideoculturais concretas nas/pelas quais a intervenção do assistente social se realiza”. (p.17).

É dado como essencial que a formação profissional empenhe esforços teórico-práticos para permanecer conectada com a dinâmica da realidade macrossocial e não reduza a interpretação da questão social à sua imediatividade. Para tanto, é importante perceber que a questão social no capitalismo em crise, tem seus fundamentos na contradição do trabalho.

Uma leitura consistente da crise implica no modo de enxergar os sujeitos que são atingidos da maneira mais bárbara, implica também compreender o lugar que ocupam na sociedade atual, um “não-lugar” na sociedade do trabalho, que ao invés de servir para a manutenção da ordem do capital, expressam a desintegração dessa sociabilidade que se impôs como forma universal de produção material e cultural.

Estes são questionamentos que remetem aos objetivos do projeto societário, a partir do qual a profissão norteia sua prática. O Serviço Social afirma através dele a sua perspectiva de transformação social, o que exige uma dimensão política da formação profissional.

Uma vez que “o Estado não é um agente ou um espaço neutro que estabelece uma relação de externalidade em relação ao capital” (BLANK, 2014, p.4), sabemos que na correlação de forças entre as diversas lutas sociais que se dão na sociedade civil, predomina o caráter burguês do Estado. Mas como apontado anteriormente, as contradições estatais também estão relacionadas ao seu papel imanente da forma mercadoria. Diante do neoliberalismo, as funções repressivas do Estado se exacerbam, na medida em que sua ação como regulador social, que garante as condições do desenvolvimento capitalista, se torna cada vez mais comprimida pela crise.

Em relação à política nacional, com uma democracia historicamente frágil e limitada, se acentua na realidade brasileira atualmente uma violência difusa, expressa no crescimento das milícias, da militarização do espaço urbano e na criminalização da pobreza através da “guerra contra as drogas”, com explícitas disparidades de gênero e raça, como assinala Alves (2017), enquanto o Estado neoliberal se ausenta das políticas sociais, ele passa a governar por meio de políticas de controle da criminalidade que têm como sua razão de ser a criminalização de grupos racializados. A prisão tem sido a solução punitiva para uma gama completa de problemas sociais para os quais o estado tem sido incapaz de oferecer respostas. (p.108)

O desemprego estrutural, fator crucial para compreender esses fenômenos, produz um asselvajamento da luta pela sobrevivência. As condições de vida da população são reduzidas ao nível da fome. Conforme divulgado pelo 2º Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN), “o fato de o chefe da família possuir ou não um emprego formal é uma condição fundamental para a presença ou não da fome no lar. Nos lares chefiados por pessoas negras onde havia desemprego ou trabalho informal, a fome se impôs em metade deles”⁵. Isso diante do cenário em que, “entre a população ocupada, 21,6 milhões de pessoas estão em empregos subutilizados e outros 38,2 milhões estão na informalidade. Esses dois grupos representam 59,8 milhões de brasileiros.”⁶

Todavia, queremos com isso não apenas reforçar que essa situação do “mundo do trabalho” expressa a barbárie da acumulação de capital, que se apropria de modo brutal do valor produzido pela força de trabalho. Mas também destacar que, em meio à crise contemporânea, a maior parte dessas pessoas são descartáveis ou “não rentáveis” para a

⁵ Pesquisa divulgada pela Carta Capital em 26/06/2023. Leia mais em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/fome-atinge-uma-a-cada-cinco-familias-chefiadas-por-pessoas-pretas-no-brasil-aponta-pesquisa/>.

⁶<https://www.cartacapital.com.br/economia/desemprego-chega-a-86-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro-diz-ibge/>.

valorização do valor (KURZ, 2005), visto que esses números já são alarmantes mesmo sem incluir a taxa de desocupação.

Nesse sentido, um projeto anticapitalista não se encerra na crítica ao neoliberalismo, em razão de cada vez mais se tornar uma ilusão que “o capitalismo de ontem está pronto na gaveta, acessível a qualquer momento como conceito alternativo de futuro. Os instrumentos já ineficazes na década de 1970 são impotentes nas condições ainda mais estreitas de capitalismo globalizado” (LOHOFF, 1999).

As mudanças na conjuntura provocam inevitavelmente mudanças no significado social da profissão, porque se a capacidade do capital de explorar trabalho produtivo permanece em retração desde a Terceira Revolução Industrial, quais as possibilidades concretas de intervenção na divisão social e técnica do trabalho? Quais os objetivos profissionais em meio a um cenário de desintegração social, no qual a economia simula seu funcionamento através de injeções de capital fictício, a crise ecológica atinge patamares irreversíveis e o horizonte consiste na violência como mecanismo de contenção do agravamento da questão social?

A direção social estratégica da profissão precisa ir de encontro à ofensiva neoliberal, com a percepção de que os conservadorismos que se apresentam na atualidade engendram processos sociais diferentes daqueles que marcaram a gênese, a renovação conservadora durante a década de 1950, e até mesmo do período em que se iniciou a ruptura com o conservadorismo, em torno de 1970 com a aproximação da teoria marxista. Não expressam mais o processo de universalização da forma mercadoria, mas a tentativa de evitar a implosão social após a total mercantilização do mundo e da vida. Portanto,

Valorizar, a partir da teoria crítica, a análise do papel do Estado no sistema capitalista, para assim melhor dimensionar as “apostas” no instituído que a categoria fez ao longo dos últimos 30 anos. A luta e a conquista de políticas públicas e sociais devem ser uma prioridade para a categoria profissional, mas não deveriam significar o horizonte máximo da ação profissional, uma vez que se pretende contribuir não só no processo de emancipação política, mas, sobretudo com o processo de emancipação humana (FARAGE, 2021, p.73).

Nos últimos quarenta anos a crise estrutural do capital aprofundou a questão social, acirrando as próprias contradições internas da produção de mercadorias. Se o projeto ético-político do Serviço Social precisa ser defendido contra os avanços do capitalismo, através da reafirmação de valores como equidade, liberdade e respeito aos direitos humanos, também defendemos nesse sentido uma revisão quanto ao estatuto do trabalho diante do estágio atual da sociedade capitalista. Uma vez que as promessas do Estado social, desenvolvimento econômico e da modernização não se cumpriram para a maior parte dos trabalhadores, principalmente no cenário brasileiro. Como aponta Farage (2021), “se faz necessário refletir sobre os fundamentos da formação, do trabalho profissional e das transformações na atualidade da sociedade brasileira” (p.68).

Considerações finais

A partir da chave de análise apresentada, considerando a relação imbricada entre Estado e economia, e que as mudanças que vêm ocorrendo no âmbito da produção de valor

são consequências do próprio caráter contraditório do capitalismo e das funções do Estado, então os limites postos aos assistentes sociais ultrapassam os desmontes da política neoliberal. Argumentamos que essa forma social exerce um tipo de dominação sobre os indivíduos, que está principalmente relacionada à identificação dos sujeitos com os produtos do trabalho e na percepção de sua condição de existência no mundo como produtores, seja em relação à natureza ou à vida social.

O aspecto crítico e de *negação* da ordem vigente se consolidou de forma predominante na formação e na prática profissional desde a segunda metade do século XX. Mas repensar o aspecto “funcional” da profissão para o capitalismo em seu estágio avançado, que perpassa muito mais um lugar de mitigação dos escombros sociais do que mero controle e integração das mazelas ao processo de expansão do capital. Significa refletir também sobre a *afirmação* de alguns pressupostos, como a função do Estado e do trabalho, que não contribuem para a supressão da lógica do capital. Sem perder de vista, é claro, as mediações entre a profissão e a sociedade, em relação do que é possível ser realizado no âmbito profissional, e o que se torna irremediável numa sociedade produtora de mercadorias.

Compreender que o nível de produtividade alcançado pelo capitalismo esgotou a sua possibilidade de expansão, e com isso, que a garantia do direito ao trabalho com proteção social se torna cada vez mais restrita, certamente implica em mudanças políticas no interior dos movimentos sociais, e também no campo da instrumentalidade do Serviço Social ⁷. A grande inserção da profissão no âmbito das políticas públicas, elaboração de projetos e programas sociais, possui uma relação histórica com o Estado, compartilhando a gênese de um sistema de Seguridade Social (que foi desmantelado antes mesmo de sua efetivação), com o nascimento de uma nova formação profissional, apoiada na Teoria social crítica.

Contudo, as novas condições colocadas pelo desenvolvimento do capital, exigem uma perspectiva política que considere o processo de crise real da economia, com consequências severas para o trabalho formal. Que considere as noções de limite da valorização e não apenas como falácia neoliberal que serve aos interesses da pequena burguesia. Não para afirmar a autodestruição do capital, inclusive porque isso não ocorreria sem antes a completa destruição também do pólo do trabalho. Ambos conectados pela relação de forma e conteúdo da sociedade moderna. Mas para rever alguns pressupostos teóricos da profissão diante das disputas por diferentes projetos societários, com o objetivo de aproximar os fundamentos da questão social da realidade objetiva do tempo presente e construir alternativas possíveis, para além do capitalismo de Estado.

Referências

ALVES, Dina. “Rés negras, juízes brancos: Uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana”. **Revista CS**, 21, pp. 97-120. Cali, Colombia: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Icesi, 2017.

⁷ Uma vez que “a instrumentalidade é bem mais do que o debate dos instrumentos e técnicas. Trata-se de pensar as condições de possibilidade da profissão em determinados contextos e conjunturas, a partir de determinadas racionalidades que incorporam e subsidiam diferentes projetos de profissão.” (GUERRA, 2018, p.10)

- BLANK, Javier. Acumulação sem legitimação e o recrudescimento da violência estatal. **Revista EPOS**; Rio de Janeiro; Vol.5, nº1, jan.-jun. 2014, pp.79-98
- FARAGE, Eblin e HELFREICH, Francine. **Serviço Social, favelas e educação popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital**. Rio de Janeiro: Navegando, 2021. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_c35a6e59b0974b2a9c935b81a76f66f6.pdf . Acesso em 10 jun. 2023.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo; Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- GUERRA, Yolanda. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 54. São Paulo: Cortez, 1997.
- GUERRA, Yolanda. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 10, 2004
- GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas-SP, Papel Social, 2018. pp. 25-46
- KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 23, n. 1, p. 190-206, 1995.
- KURZ, Robert. A Substância Do Capital: O Trabalho Abstrato como Metafísica Real Social e o Limite Interno Absoluto da Valorização. **Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias**, 2004. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2004/capital/index.htm> . Acesso em 10 jun. 2023
- KURZ, Robert. Seres humanos não rentáveis. Ensaio sobre a relação entre história da modernização, crise e darwinismo social neoliberal. **Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias**. 2005. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz254.htm> . Acesso em 20 jun. 2023.
- KURZ, Robert. O último estágio do capitalismo de estado. **Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias**. 2008. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz302.htm> . Acesso em 20 jun. 2023
- KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor**: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Antígona, 2014.
- KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. **Geografares**, [S. l.], n. 28, p. 55–115, 2019. DOI: 10.7147/GEO28.24388. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24388>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- LOHOFF, Ernst. Pedir ao Estado: A ilusão Neokeynesiana. **Jungle World**, 1999. Original disponível em: <https://jungle.world/artikel/1999/24/frag-nach-beim-staat>. Tradução Marcos Barreira. Disponível em: <https://www.facebook.com/krisiseditora> . Acesso em 10 jun. 2023.

LOHOFF, Ernst. Acumulação de capital sem acumulação de valor: o caráter fetichista das mercadorias do mercado de capitais e o seu segredo. **Revista Krisis em Português**, 1/2014. 3 jun. 2018. Disponível em: <https://www.krisis.org/2018/acumulacao-de-capital-sem-acumulacao-de-valor/>. Acesso em 20 out. 2022.

LOHOFF.E., TRENKLE.N. É preciso uma nova perspectiva de emancipação social. Entrevista com LOHOFF.E., TRENKLE.N. **Revista Krisis em Português**. 20 nov. 2018. Disponível em: <https://www.krisis.org/2018/preciso-uma-nova-perspectiva-de-emancipao-social/>. Acesso em 20 out. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital: crítica da economia política**, volume I. Abril Cultural, 1988.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. Boitempo Editorial, 1993.

TRENKLE, Norbert. Miséria informalizada. Sobre a relação entre o setor informal e a moderna produção mercantil. **Revista Margem Esquerda**, n.35, p. 40-45. São Paulo. 2020

III

A educação como práxis e a sociabilidade moderna: pela mediação das universidades

Camylla Neto Saldanha da Fonseca

Introdução

Este trabalho apresenta os esforços iniciais para a análise da educação e a sua influência no processo de formação dos sujeitos na modernidade, a partir das Universidades. Para isso, traz como sua base material de análise os aspectos históricos do surgimento das Universidades e sua consolidação no Brasil, a partir da modernidade conservadora que se instaura na nossa formação social e econômica. O presente estudo também se encaminha como uma possível contribuição para a negação de qualquer tentativa de naturalização ou esvaziamento de sentido político da educação.

Também vale dizer que nossos esforços não estão direcionados a afirmar que a educação está completamente subsumida ao capital. Apenas trazemos ao debate essa sua característica contraditória enquanto uma atividade que, ontologicamente, representa parte do processo de liberdade humana, mas que também auxilia no processo de desumanização desses mesmos sujeitos (AMORIM, 2018; LUKÁCS, 2013; NETTO, BRAZ 2012).

Neste capítulo, em um primeiro momento, apresentamos a educação como uma forma de práxis, portanto buscamos diferenciá-la de uma atividade natural e reforçar a sua ação enquanto uma atividade exclusivamente humana, composta por intencionalidade, a partir da capacidade humana de planejamento e a busca e o acesso pelos meios possíveis de realização de tal atividade. Em seguida, abordamos, brevemente, alguns pontos sobre a constituição de projetos societários, e como estes direcionam a realização de diversas atividades, tal como a educação.

Por último, trazemos ao debate a especificidade de determinada forma de educação, a educação universitária, como parte de um projeto que reflete interesses específicos de camadas dominantes na execução do modo de produção capitalista e sua complexa forma de produzir as desigualdades, em um contexto de modernidade conservadora, realizada no Brasil.

1. O processo de educação dos sujeitos como forma de realização de uma práxis social

Apoiados na ontologia do ser social apresentada por Lukács (2013), partimos da ideia de que no processo de autoconstrução de homens e mulheres, a educação é desenvolvida tanto pela necessidade dos sujeitos de socialização do conhecimento sobre si mesmo, sobre o seu entorno, as suas habilidades, a vida em sociedade, etc., assim como para a manutenção da sua existência; e, também, como possibilidade de complexificação destas mesmas atividades que os tornam como são: seres sociais.

No entanto, a realização da educação, em seu fundamento ontológico, pressupõe certo nível de desenvolvimento do trabalho. Afirmamos isto, porque, é o trabalho que

garante o distanciamento entre os diferentes tipos de seres e seus modos de existência, em sua essência, trazendo a transição do ser exclusivamente biológico, guiado pela sua instintividade, para o ser que pode idealizar as suas ações de acordo com um determinado fim. Lukács (2013) diz que é por essa atividade, no âmbito da produção material, que se cria um pôr teleológico enquanto possibilidade de uma nova objetividade. É pelo trabalho, então, atividade teleológica de primeira ordem que um determinado ser se torna capaz de criar algo novo (LUKÁCS, 2013, p.66).

Na transformação da natureza para atender às suas necessidades mais imediatas, o trabalho coloca pela primeira vez a questão dos meios e fins que possibilitam e exigem que o sujeito conheça as propriedades daquilo que pretende transformar: daí as particularidades das suas atividades, elas são previamente idealizadas; No entanto, essa não é somente uma atividade de transformação externa: ao conhecer e transformar aquilo que está externo, esse ser de novo tipo conhece e transforma a si mesmo. É assim que, de descoberta em descoberta, surgem necessidades novas, como a necessidade da cooperação para a contínua realização do trabalho (LUKÁCS, 2013; NETTO, BRAZ, 2012).

Pela necessidade da cooperação, é exigido que o ser social consiga reproduzir idealmente as condições objetivas daquilo que pretende modificar e, nessa reprodução, também possam organizá-las para transmiti-las a outros sujeitos (NETTO, BRAZ, 2012, p.45). Daí então que, de acordo com Netto e Braz (2012, p.45), a partir de experiências imediatas do trabalho, os sujeitos são impulsionados a “generalizar e universalizar os saberes que detêm”. Então, motivando os saltos ontológicos que marcaram o processo de humanização cada vez mais profundo, está posto o caráter primário do trabalho: ele funda o ser social (LUKÁCS, 2013, p. 80,81; NETTO, BRAZ, 2012).

O trabalho como atividade humana possui uma dimensão objetiva e não apenas de contemplação, devido ao caráter não mais epifenomênico da consciência, mas como práxis: união entre atividades objetivas e subjetivas (LUKÁCS, 2013, p. 64). E é em seu estágio mais maduro, que o trabalho, práxis materiais, se realiza como modelo de todas as outras formas de práxis social, ainda que diferenciando-se delas. Nesse momento do processo de autoconstrução do ser social, a sua atividade não está mais limitada à transformação da natureza. Outros sujeitos se tornam seu objeto de transformação, na tentativa de influenciar as suas consciências a determinados pores (LUKÁCS, 2013, p. 83).

É nesse sentido que, enquanto pôr teleológico de segunda ordem, apresentamos educação como uma forma de práxis social. Com o objetivo de influenciar as decisões e atuação dos sujeitos na realidade, vinculando-se não ao âmbito das produções materiais, mas se constituindo no âmbito da reprodução social (LIMA, JIMENEZ, 2011; LUKÁCS, 2013). A práxis educativa se realiza na transmissão às gerações mais novas todo o conhecimento acumulado sobre o que já foi descoberto. Não só sobre a caça, mas também sobre o como se alimentar dela. Se desenvolveu como necessidade dos sujeitos de se apropriarem cada vez mais da natureza e de si mesmo, para a realização do trabalho. Ou seja, existe como necessidade a possibilidade para as diversas situações da vida e do modo de ser humano (AMORIM, 2018).

Com isso, nos apoiamos no princípio que, também como atividade especificamente humana, a educação é realizada de forma mediada, portanto, demanda planejamento, possui intencionalidade e reflete a criatividade humana que se realiza pela escolha de um

determinado fim, não mais do sujeito sobre a natureza, mas na transmissão para outros sujeitos de objetivações e conhecimento.

Martins (2011, p. 552) diz que a práxis educativa corresponde ao processo educativo de autoconstrução social dos sujeitos quando todo sujeito que vive e se educa, ensina e aprende. Na mesma direção, Tassigny (2003) diz que por suas próprias características, a práxis educativa, em sentido ontológico, inaugura determinada forma de relação do sujeito com a totalidade na qual está inserido, quando proporciona a constante renovação das possibilidades de efetivação da liberdade, tendo seu germe no desenvolvimento do trabalho, ao ampliar as alternativas da sua existência como tal; assim como possibilita que as formas de atuação dos sujeitos com o mundo externo e interno a si mesmo, se dê de forma cada vez mais livre dos limites instintivos, enquanto atividade mediadora do complexo da educação (LIMA, JIMENEZ, 2011).

As diferenças entre o trabalho e a educação, sobretudo pelo objeto de cada uma dessas atividades, não negam a relação existente entre elas, apenas marcam as suas particularidades. Expressa pela autonomia relativa, a educação, enquanto uma forma de práxis social supera as atividades realizadas na esfera do trabalho; Na mesma medida, reafirma a sua posição de dependência ontológica quando, ao falarmos de superação, indicamos não uma forma de rompimento, mas o ponto de partida que permite tal ultrapassagem (LUKÁCS, 2013). Como trata Lukács (2013), o trabalho é o ponto de partida da vida humana, portanto, a sociabilidade, desenvolvida tal como a educação, só é possível depois de um determinado nível de trabalho desenvolvido, especificando aqui a centralidade dessa atividade primária, modelo de toda forma de práxis.

Mas a educação também traz consigo toda contraditoriedade de ser uma atividade realizada por sujeitos humanos compostos por necessidades e interesses. E esse é um dos problemas apresentados por Lukács, posto desde o seu surgimento (2013, p. 178). A educação pode representar o processo de humanização e liberdade humana, assim como pode representar formas negativas de alienação, como o processo de reificação, aquele da coisificação das relações humanas (NETTO, 1981).

Na sociedade burguesa, em que a sociabilidade é atravessada pelo estranhamento, a despeito de um trabalho realizado com fim de obtenção de valorização de capital, a práxis educativa pode influenciar na construção do estranhamento do homem consigo mesmo ou com a atividade que realiza, ao inverter a relação entre sujeito e objeto, expresso no momento em que o fetiche das mercadorias dominam o modo de ser do ser humano, onde valoriza-se o ter em detrimento do ser (MARX, [1867] 2018; GUERRA, 2010).

Sinteticamente, Netto e Braz (2012, p. 59) nos dizem que “a riqueza subjetiva de cada homem resulta da riqueza das objetivações de que ele pode se apropriar”. Então, a depender da forma como se produz a existência humana, a complexificação e organização econômica, política e social etc. de uma sociedade, o acesso e a forma pela qual esse acesso às objetivações sociais acontece pode variar entre os sujeitos que a compõem. É a partir dessa contradição, própria desse modo de produção, que Barroco (2010) diz que, de maneira direta, nesta sociedade, as mesmas relações sociais que elevam o nível de desenvolvimento das capacidades e possibilidades criativas da humanidade, as limitam. Ao mesmo tempo em que apresenta um avanço histórico em comparação às sociedades anteriores e amplia as capacidades humanas, também as negam (BARROCO, 2010).

Para Barroco (2010, p.31), na sociedade capitalista pressupõe-se o domínio do homem pela natureza e este se compreende como sujeito histórico. As forças produtivas se desenvolvem universalmente rompendo barreiras que impossibilitam o desenvolvimento real dos sujeitos. Mas, ao mesmo tempo em que essa sociedade considera o sujeito dono do seu próprio destino, se desenvolve em meio ao estranhamento do trabalhador com o produto do seu próprio trabalho. Assim, concordamos quando Netto (2010, p.4) diz que a sociedade capitalista produz riqueza na mesma proporção em que produz pobreza, ao desrealizar a humanidade.

1.2. Projetos Societários e a modernidade

Toda atividade humana se realiza mediante o planejamento. Assim começamos as nossas considerações sobre os projetos societários. Em Teixeira e Braz (2009), por projetos societários, encontramos o conjunto de atividades que uma sociedade pode produzir, junto à dimensão política dessas atividades, as quais envolvem os interesses e necessidades sociais e suas contradições mais diversas, a partir da luta de classes disposta em cada sociedade.

Os autores nos dizem que são as necessidades humanas que levam os sujeitos a realizarem, no mundo prático-material, as atividades que podem respondê-las. Nesse sentido, “a constituição desse mundo prático material desencadeia um consequente e necessário mundo prático ideal, que reproduz o primeiro no campo das ideias” (TEIXEIRA, BRAZ, 2009, p. 2).

Assim, as atividades realizadas para suprirem as necessidades sociais concretas, desencadeiam o conjunto de atividades sócio-humanas. Atividades essas que, como já falamos anteriormente, partem do âmbito do trabalho, mas que superam as suas determinações, avançando para o âmbito da reprodução social, desenvolvem as mais complexas formas de relações sociais, a depender do nível de exigência de cada tempo histórico. É com essa extensa e complexa criação e recriação das objetivações, que os sujeitos vão criando os rumos e direções sociais que a sociedade pode tomar, apontando para aquilo que denominam como os projetos societários (TEIXEIRA, BRAZ, 2009).

A partir disso, quando olhamos para a sociedade moderna, a qual se baseia no modo de produção de capitalista, o que encontramos foi o alcance de um nível de desenvolvimento produtivo com suposta capacidade de combater a “questão social” e suas diversas expressões; no entanto, aprofundam cada vez mais as relações que as produzem, como condição para a sua própria existência. Condições essas que trazem consequências para a vida humana, na polarização entre o que é produzido e o que é socializado, traduzido na produção coletiva pelos trabalhadores e na socialização privada aos poucos proprietários, complexificando-a ainda mais em sua fase monopolista (NETTO, 2010; NETTO, 2011, p.24).

Outro ponto é que, a partir desse processo de estranhamento, os sujeitos não se reconhecem em sua coletividade como seres sociais e aparecem como seres a-sociais. As necessidades humanas são transformadas em formas de agir que “degradam os seres genéricos conscientes a meros aparatos bio-fisiológicos”, desumanizando-o (NETTO, 1981, p. 69). O que pode ocorrer por meio de instituições e outras estruturas dominantes, aquelas que predominam a ideologia da classe dominante, e que educam, mas também são

educadas, a partir de processo de “internalização” do estranhamento e da coisificação (MÉSZÁROS, 2008; ANTUNES, 2009).

Assim, a despeito do trabalho realizado mediante a um projeto societário que visa a obtenção de valorização de capital, a práxis educativa pode fazer parte de um projeto societário que visa: formar força de trabalho enquanto mercadoria produtora de valor; e influenciar, na construção do estranhamento do próprio homem, a inversão da relação entre sujeito e objeto, incluindo no cotidiano dos trabalhadores às formas cada vez mais mistificadas das relações sociais a partir da cultura, de costumes, preconceitos e disciplinamento etc. (NETTO, 1981; 2011;)

2. A educação pela mediação das Universidades e o processo educativo na formação dos sujeitos

Segundo Benjamim (2016, p. 2), a educação formal para toda a população é um projeto da sociedade moderna. O autor nos diz que na Europa, centro da modernidade, essa ampliação aconteceu por alguns motivos. Inicia-se pela Reforma Protestante, com a ideia de que com a alfabetização os cristãos poderiam ler a Bíblia e ganha ainda mais força durante o Iluminismo, no século XVIII, a partir da ideia de se refundar a sociedade pelas óticas da razão.

Na preocupação de se encontrar caminhos para a vida em uma sociedade que se pudesse reinar a liberdade, a partir das ideias de Rousseau e Kant, Benjamim (2013) diz que a educação estaria como condição para a convivência livre entre os sujeitos. Isso porque, por ela, esses sujeitos seriam formados para além de seus medos e desejos, e, conseguindo regular seus sentimentos, poderiam ter uma convivência livremente (BENJAMIM, 2016, p.2).

Junto a isso, o autor nos diz que na mudança do modo de fazer guerra de Napoleão, criou-se o contexto que influenciou as condições políticas das chamadas “revoluções educacionais” europeias. Herança de um processo realizado na Revolução Francesa, já no final do séc XVIII, Napoleão Bonaparte iniciou o movimento para formar o chamado “exército de cidadãos”, já que as novas nações que surgiam exigiam uma gigante quantidade de sujeitos dotados de uma nova identidade nacional, a nacionalidade moderna (BENJAMIM, p.5, 2016).

Para isso, foram necessários dois grandes processos: primeiro o fim dos direitos feudais - aqui, podemos identificar os sinais dos princípios de igualdade e liberdade formais proposto pela sociedade burguesa/moderna (NETTO, BRAZ, 2012); depois a criação de sistemas educacionais de massa.

Foi durante o século XIX, na Europa, que o desenvolvimento de sistemas de educação das massas, pelos Estados em constituição, se deu como parte do processo de consolidação das suas nações modernas, no intuito de reafirmar essa nova identidade nacional. Parte desse processo pressupunha a unificação do idioma e a disseminação de uma literatura para que se pudessem contar aos sujeitos um passado comum da humanidade, e direcioná-los para a ideia de direitos e deveres, que viriam moldar toda a sociedade (BENJAMIM, 2016).

Como parte desse projeto e de demais lutas sociais, sobre essa questão colocou-se em disputa não somente o processo de educação às massas, mas também o como educar.

E, como exemplo de um dos primeiros sistemas públicos de educação dos Estados nacionais, nasciam as instituições organizadas para disseminar a tal base cultural comum que formariam tais identidades, como Benjamim (2016) nos fala.

Se nos voltarmos rapidamente ao que era o Brasil neste mesmo período, o que se passava era um momento diferente. Distante da ideia da liberdade da cidadania moderna, a escravização de pessoas ainda perdurava. Pode-se dizer que já existiam cursos superiores aqui no Brasil desde 1808, mas, nesse contexto, não se tinha o mesmo propósito de ampliação da educação e formação dos sujeitos, o que nos aponta pistas para contradições postas ainda hoje (SAVIANI, 209; 2010; BENJAMIM, 2016).

Podemos dizer que, salvo algumas tentativas de instituição do ensino superior, só a partir de 1930 que a formação das universidades brasileiras, como política de um Estado nacional iniciaram-se, trazendo consigo particularidades que a situam em um contexto específico sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil (SOUZA, 2016; MINTO, 2014, p. 15). Em 1920, a questão da identidade e do desenvolvimento brasileiro já havia sido colocada como pauta. Mas somente em 1930, que o Estado brasileiro se refuncionalizou, passando a agir como garantidor das condições do desenvolvimento capitalista, criando seus mecanismos “de controle social e exploração do trabalho” (SOUZA, 2016, p. 27). Esse Estado que, então, cria o Ministério da Educação, e a partir daí, as primeiras políticas educacionais e decretos empenhadas a formar professores para implementar uma consagrada rede pública de ensino mais ampla (SAVIANI, 2010).

O contexto em que se institucionaliza esse Estado, entretanto, traz as particularidades de um processo de constituição das relações capitalistas, especificamente brasileira, como diz Coutinho (2006, p. 174), por vias não clássicas e que até hoje marcam as relações da nossa história. Isso porque o Brasil, não rompeu com a sua característica arcaica, mantendo o autoritarismo do Estado com origem na burocracia patrimonialista portuguesa, conciliando a sua moderna burguesia com um passado fundiário pré-capitalista, baseado em trabalho escravizado (SOUZA, 2016; COUTINHO, 2006).

Outro ponto é que o país também não viveu uma revolução burguesa com a participação das camadas populares. Pelo contrário, seu processo de modernização excluiu a maioria da população, por um custoso e gradual processo de substituição do trabalho escravizado pelo trabalho livre; O que nos mostra, inclusive, sua fragilidade quanto a uma revolução democrático-burguesa, sobretudo, quando a sua inserção na dinâmica capitalista ocorreu de maneira subordinada aos países de capitalismo avançado, servindo inclusive como financiador dos seus processos de acumulação, mas também de como uma economia dependente, como diz Souza (2016, p. 28-29; COUTINHO, 2006).

Podemos, então, dizer que a sociedade brasileira e sua identidade nacional foram construídas por um Estado autoritário cuja função principal era executar os interesses da burguesia, por um Estado que, como parte do contexto de generalização das relações capitalistas, estava voltado para garantir a valorização do capital industrial da época, sem compromisso com as demandas populares (COUTINHO, 2006; NETTO, 2011). Mas, como resultado da sua contraditória essência, se vê obrigado a absorver parte das demandas dos trabalhadores, devido ao grande movimento de organização desta classe (COUTINHO, 2006).

Esses elementos nos fazem compreender o surgimento das Universidades por um contexto de modernização conservadora (COUTINHO, 2006), com a passagem do Brasil

para a modernidade como um processo pelo alto, a partir de um Estado cuja função principal era executar os interesses da burguesia, portanto, operava por um movimento de restauração, impossibilitando a interferência da ação radical das massas, de baixo para cima, na tentativa de excluir as camadas populares e suas demandas do processo de constituição do Brasil enquanto nação, voltando-se para as elites; com processos de mudanças vinculados a velhos hábitos; e usando o poder político para corresponder a interesses privados (SOUZA, 2016, 30); (COUTINHO, 2006); (SOUZA, 2016, p. 30; COUTINHO, 2006).

Foi esse o Estado que protagonizou, na década de 1930, a constituição das Universidades em nível nacional. Até o final do Império, o que se tinha eram cursos e faculdades criados por D. João VI, ainda baseado na burocracia portuguesa. Mesmo depois da independência do Brasil, a questão da educação nunca surgiu como horizonte, pois não fazia sentido pensar em educar e formar uma nação com os sujeitos de uma sociedade tardiamente escravista. Nem mesmo com a proclamação da república em 1889, já que não modificou as estruturas do país, baseadas em uma hegemonia conservadora, mantendo a segregação social e racial. Talvez possamos dizer que os primeiros esboços de universidades brasileiras surgiram somente nas primeiras décadas da república (SAVIANI, 2010)

Em 1931, nasce a Universidade do Rio de Janeiro, em 1934 a Universidade de São Paulo e em 1934 a Universidade de Brasília. Surge o movimento estudantil da “União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1938. Em 1941 surgiria a PUC do Rio de Janeiro e, em 1946, a PUC de São Paulo” (SAVIANI, 2010). Segundo Fávero (2006, p. 23), “a criação das universidades tratava-se de “adaptar a educação escolar à diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho”.

Somente a partir da década de 1960, com as pressões populares da sociedade brasileira caminhando em direção a sua industrialização, a questão da ampliação das vagas ganha maior visibilidade. Junto a este processo, também foi garantido a vinculação entre ensino e pesquisa, a extinção das cátedras e a eleição das Universidades como as principais organizações de ensino superior. No entanto, essas demandas foram aceitas subordinadas aos grupos sociais ligados ao golpe de 1964. Estas estavam acompanhadas das exigências de modernização e do capitalismo internacional que prezavam por uma organização fundacional e a racionalização da sua estrutura e dinâmica, então, foram respondidas com uma onda de criação de “escolas isoladas” privadas, na contramão das demandas estudantis (SAVIANI, 2010, p. 9).

Já na década de 1980, concretizam-se transformações sobre a perspectiva da universidade como lugar privilegiado de ensino da educação superior. Essa mudança acompanha o surgimento de um novo tipo de Universidade, criado como uma estratégia de viabilizar a expansão e a democratização do ensino, tão reclamadas. Com esse tipo de universidade, o antigo modelo napoleônico de ensino começa a vincular-se ao modelo anglo-saxônico. Com a sua diferença na gestão dos tipos de ensino, eles variam de uma organização do ensino superior por um forte Estado defensor dos interesses dominantes e do mercado, para uma organização realizada, mais diretamente, pelo próprio mercado (SAVIANI, 2010)

Como uma criação desse novo tipo de Universidade, o que tivemos foram os chamados Centros Universitários. Na tentativa de responder às demandas reclamadas pela classe trabalhadora, mas de uma forma funcional à expansão capitalista e manutenção dos privilégios da classe dominante, nada mais são esses Centros do que outras instituições de ensino superior que convivem com as Universidades e dividem o processo formativo dos sujeitos entre aqueles que realizaram pesquisas e aqueles que participaram apenas de mais um processo de profissionalização para o trabalho (SAVIANI, 2009; 2010).

A partir de então, com essa proposta declarada de divisão do ensino superior, o que se tem é a manutenção do caráter elitista da educação e do seu processo de formação social. Mas também uma forma ainda mais nítida de divisão das atividades humanas entre as atividades intelectuais, aqui sugeridas pelo processo de pesquisa das universidades e as atividades manuais, sugerida pelos Centros Universitários com a proposta de formação para o trabalho, de aparência exclusivamente prática e informacional (SAVIANI, 2009; 2010; MÉSZÁROS, 2008).

O que se intensifica com esse modelo, é a influência das forças mercadológicas, agora mais diretamente, na organização da educação pelas chamadas empresas de ensino, conforme sinaliza Saviani (2010). A partir desse aumento da participação da sociedade civil na organização e promoção da educação superior no Brasil, até então restrita ao Estado, resultando na adoção do modelo anglosaxônico de educação.

A partir desse mesmo tipo de realização da educação superior, surgem as chamadas “Universidades corporativas”, nome dado pela diversidade das instituições privadas de ensino superior. Por estas instituições, se tem a crença pelas empresas que as organizam, em uma disputa vantajosa de mercados, mediante a atualização e especialização de seus funcionários. Assim como a criação de um “departamento de educação do consumidor”, projeto de ampliação dessa educação corporativista, para outros e não só aos seus funcionários: os consumidores, revendedores, etc., no intuito de que todos possam conhecer e praticar a “filosofia da empresa” (SAVIANI, 2009; 2010, p. 11 - 12).

Os dados que Saviani traz, apontam que o que se apresentava como um projeto para o Brasil, em 1990, se concretizou e, em 2004, o número de Universidades corporativas chegou a 500. Esse pode ser mais um exemplo do tratamento da educação superior como mercadoria, e a sua automatização, em parte de um projeto abertamente mercadológico e empresarial, como se se recorresse “a capitais internacionais com ações negociadas na bolsa de valores” (SAVIANI, 2009; 2010, p. 11). Ora, o que fundamenta a formação dos sujeitos, quando está relacionada com esse tipo de filosofia?

A priori, nos parece que esse contexto em que se organizam e institucionalizam as universidades, como as corporativas, direciona para uma forma de educação que pode limitar o desenvolvimento das habilidades e capacidades humanas, sobretudo, a sua capacidade investigativa e da apropriação da realidade. Tendo como objetivo cercear e naturalizar as relações sociais como relações postas. Como dissemos anteriormente, a educação surge como uma atividade que permite aos sujeitos se complexificar, criar e recriar seus modos de vida cada vez mais humanos. No entanto, em um contexto de extrema exploração, divisão social e técnica, de um trabalho realizado sob o fantasma da mercadoria, de uma economia dependente, a educação pode demonstrar seu lado repressivo e desumanizador, enquanto práxis que produz uma cultura alienada (SAVIANI, 2009; NETTO, BRAZ, 2012, p. 57)

Nessa mesma linha, as autoras Accioly, Moreira e Silva (2023, p. 44), chamam a atenção para aquilo que tratam como “guerra cultural”, em que, como ataque “à herança iluminista e aos valores da Revolução Francesa focados no humanismo, na busca pelo conhecimento científico como base para a tomada de decisões que afetam a sociedade como um todo”, o que se tem é o negacionismo e o anticientificismo, contra o que pode ser reconhecido como algo progressista, incluindo as transformações do tempo histórico, principalmente nos dias atuais. Vincula-se então a um projeto de crise da razão e de crise civilizatória, na naturalização das relações sociais e a historicização da sua construção. E não se limita ao plano da disputa discursiva, as autoras dizem que a guerra cultural instaura um ambiente violento e que subsidia o desmonte de uma série de direitos sociais (ACCIOLY; MOREIRA; SILVA, 2023, p. 45 - 56).

Como resultado dessa “guerra cultural”, concordamos quando Accioly, Moreira e Silva (2023) dizem que a subjetividade influenciada por esse tipo de senso comum, de uma educação aparentemente esvaziada, carrega consigo a crença da impossibilidade da crítica social e a luta por melhores condições de vida da classe trabalhadora e suas frações. E, que construída por bases autoritárias, eugenistas, racistas, xenofóbico, etc, esse ideário, não se limita à esfera privada dos sujeitos, mas avança para o público, tanto na forma em que se organiza a educação, como também no avanço para a sua forma ainda mais direta, por exemplo, na atuação policial contra a população negra, gerenciada pelo Estado brasileiro (ACCIOLY; SILVA, SILVA, 2023, p. 46).

O que vimos até aqui é a existência de um projeto de educação superior que divide o processo educativo de acordo com as atividades que os sujeitos estão postos a realizar, por um suposto afastamento entre a atividade intelectual e a atividade prática, mas também naquilo que se entende por determinada atividade. A modernidade conservadora que conduziu o desenrolar da Universidade brasileira, ainda hoje a acompanha. Apesar de se expressar de maneiras particulares na atualidade, ela não se descola do seu fundamento quanto à manutenção de velhas ações elitistas, ao desconhecimento do seu povo, e como sujeito do próprio destino, e na contínua tentativa de bloquear a superação dessa forma de socialização.

Mas essa breve problematização que fizemos sobre o contexto histórico em que se concretizam as Universidades brasileiras e os caminhos conservadores que ela encontra, não é, no entanto, uma análise ou indicações enquanto uma afirmação daquilo que acreditamos corresponder aos processos educativos como um todo. Nem sequer como a única forma de educar e ser educado. É um presente indesejável, de uma forma institucionalizada da educação que se ergue sobre as contradições e a luta de classes, de uma sociedade desigual nas condições básicas de manutenção da vida.

Nos apoiamos em Souza, quando diz que esses apontamentos não servem para “falar de um imobilismo popular” ou para justificar uma formação social brasileira elitista como resultado imediato do suposto total desprezo das suas revoltas, ou o seu papel enquanto classe operária (2016, p.30). Mas para nos situarmos concretamente dos determinantes fundamentais do movimento dos trabalhadores como resistência ao processo de exploração e expropriação, do trabalho, como também da atividade educativa enquanto formação das possibilidades e capacidades críticas da investigação e do conhecimento da realidade (SOUZA, 2016).

Considerações finais

Diante do exposto, podemos concluir que pensar a educação pela ontologia do ser social, a coloca em uma arena de disputa, visto que, como atividade humana, se insere na vida social como produtora, mas também como produto de relações sociais (LUKÁCS, 2013). Isso nos permite elucidar sobre a educação e a sua dimensão política quanto à formação humana dos sujeitos, e, principalmente, em um contexto de reificação da vida social, entendê-la como o oposto de uma atividade imóvel e ahistorica, portanto, passível de transformação (NETTO, 1981).

Vimos que a educação, como uma forma de práxis social e atividade constitutiva do processo de construção social dos sujeitos, corresponde às projeções que estes fazem para a sociedade. Com isso, ela pode ser realizada a partir da influência de cada tempo histórico, por um lado, como um tipo de educação comprometido com a formação total, omnilateral e preocupada com o desenvolvimento do que há de mais humano e criativo nos homens e mulheres, apreendendo o conjunto de riquezas sociais resultado da sua autoprodução (NETTO, BRAZ, 2012).

Já como direto oposto disso, pode se realizar como uma educação de aparência tecnicista, meramente operacional, vazia de sentido, apenas voltada para orientar as atividades práticas que determinados sujeitos vão realizar, para a obtenção de valorização de mercadoria, mediante ao processo exclusivo de profissionalização para o trabalho alienado. O que pode colocar-se como uma proposta de formação social, cultural dos sujeitos de caráter limitador, no estranhamento dele e seu próprio coletivo (ACCIOLY; MOREIRA; SILVA, 2023).

A partir disso, construímos a nossa problematização por uma parte da educação capturada pela ideologia dominante no capitalismo e a sua relação com o processo de autoreprodução dos sujeitos. Nos baseamos em alguns aspectos da educação organizada enquanto Universidade e o contexto histórico que ela e algumas de suas derivações surgiram e se instituíram, para trazer ao debate a contradição da desigualdade produzida no processo de formação entre os sujeitos. Também questionamos essa aparente educação tecnicista que por vezes aparece como falta de planejamento ou um trabalho vazio de sentido, quando dito puramente técnico ou manual, mas que apresenta formas de controle da classe trabalhadora, quando analisada mais de perto.

Por fim, esse breve esforço de aproximação do debate da educação, pela mediação da educação Universitária, nos deixa em alerta quanto aos movimentos conservadores que limitam e negam a diversidade, sobretudo pela capacidade de contribuição na ultrapassagem dessa sociedade, mas também nos anima ao ser espaço de possibilidade da organização, para o planejamento e construção coletivos de uma educação comprometida com a liberdade real dos sujeitos, em busca da emancipação humana, pela criação de uma nova sociedade.

Referências

ACCIOLY, Inny; MOREIRA, Amanda; SILVA, Simone. Guerra cultural e seus efeitos na educação pública brasileira. In: LEHER, R. (Org.). **Educação no governo Bolsonaro**. Inventário de devastação. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2023. p.43-76

ANTUNES, Ricardo. O sistema de metabolismo social do capital e seu sistema de mediações. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BENJAMIM, Cesar. Educação e projeto nacional. **Revista Politika**, n. 3, 2016

COUTINHO, Carlos. O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. *In*: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. cap. 5. p.173-200.

FÁVERO, Maria de Lourdes. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**. rev. [online]. 2006, n.28, pp. 17-36. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJcmLSPfp8r/>

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade**, v. 104, p. 715-736, 2010.

LIMA, Martiana.; JIMENEZ, Suzana V. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. **Educação em Revista**, v.27, nº02, p. 73-94. Belo Horizonte, agosto de 2011.

LUKÁCS, George. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, [1867] 2018.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINTO, Lalo. **A educação da miséria: particularidade capitalista da educação superior no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2014

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie**. Anais do III Encontro Internacional “CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE”, 2010. Disponível em <https://pcb.org.br/portal2/953/uma-face-contemporanea-da-barbarie>

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. 8 ed. V. 1. São Paulo: Cortez, 2012

SAVIANI, Demerval. **O futuro das Universidades entre o possível e o desejável**. Texto da exposição apresentada no Fórum “Sabedoria Universitária”, Unicamp, 10 de novembro de 2009.

SAVIANI, Demerval. A expansão do ensino superior no Brasil: Mudanças e continuidades, **Poiésis Pedagógica**, Goiás. V.8, n. 2, 2010.

SOUZA, Adrianyce. Serviço Social e Marxismo no Brasil. *In*: SOUZA, A. A. S. de. **Lukács e o Serviço Social brasileiro**. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p.23-40.

TASSIGNY, Mônica. Ética e ontologia em Lukács e o complexo social da educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 82-91,. 2004.

TEIXEIRA, Joaquina; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília (DF), 2009. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-20160806040731902860.pdf.

VAZQUEZ, Adolpho. **Filosofia da Práxis**. 2ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IV

Cultura e produção de conhecimento no capitalismo: inflexões para o Serviço Social

Flávio José Souza Silva

Introdução

*“Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo.”
Carlos Drummond de Andrade*

O capítulo que ora apresentamos é fruto dos nossos estudos, iniciados na graduação e aprofundados durante o mestrado, ambos em Serviço Social, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Nossa intenção é de somar a um rico movimento de acúmulo teórico, político e ideocultural, de uma determinada área de produção de conhecimento¹, que se expressa enquanto um movimento coletivo de uma profissão, que ao longo de mais de 80 anos de existência, vem galgando avanços significativos, construindo resistências e vivenciando retrocessos, como todo o movimento dialético, em um cenário consideravelmente adverso à organização coletiva dos trabalhadores, fruto da onda longa de crise do capitalismo (MANDEL, 1982).

A crise capitalista contemporânea, gestada na década de 1970 do século passado, tem afirmado o poder autodestrutivo do capitalismo, a qual é intensificada no contexto de pandemia da COVID-19 (SARS-COV-2). Repercutindo, assim, na reconfiguração das expressões da questão social², relocando o seu caráter político, ideológico e cultural, numa atualização e numa dramaticidade inéditas em termos históricos.

Essa crise, gestada na economia, vem requerendo a reorganização do Estado burguês para socorrer o capitalismo, conservando a sua própria lógica, resultando no que Mandel (1982, p. 343) intitulou de “[...] crise financeira endêmica do Estado Capitalista Tardio”. Porém, essa crise transitou para o ambiente político, ampliando as suas expressões nas relações ideológicas, políticas, culturais, éticas e na produção de conhecimento, assumindo um caráter de uma crise orgânica³ do capitalismo em sua fase tardia (GRAMSCI, 2015; MANDEL, 1982).

A atual fase do capitalismo monopolista, o capitalismo tardio, não é uma ruptura ou

¹ Segundo Mota (2013, p. 19) “[...] ao reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento, poder-se-á objetar que estou advogando em favor de uma divisão técnica do trabalho profissional, entre os que investigam e os que têm um exercício profissional vinculado às mais diversas práticas sociais. Ao contrário, o que defendo é a existência de uma unidade entre essas dimensões, o que não significa uma identidade, visto que há uma distinção entre o âmbito da produção intelectual e da ação prático-operativa.”

² Para Yamamoto e Carvalho (2011), “[...] a questão social diz respeito às expressões do processo de formação, desenvolvimento da classe trabalhadora e da sua inserção no cenário político da sociedade, exigindo, assim, o seu reconhecimento enquanto classe social por parte do empresariado e do Estado”. Optaremos pela utilização do termo sem aspas, tendo em vista a nossa vinculação à teoria social crítica.

³ “[...] O conceito de crise orgânica não é unicamente relacionado à duração de uma crise, mas também ao seu impacto no abalo das estruturas e superestruturas de um bloco histórico, abrindo-se a possibilidade de surgimento de novas formas de organização social (CASTELO, 2012, p. 106)”.

uma quebra com o passado desse sistema social, como afirmam as teorias que são orientadas pela máxima da “sociedade pós-industrial” (JAMESON, 1997). Mas sim, uma continuidade ao que precedeu esta atual fase, com novas configurações, mediações e expressões que exigem de nós, pesquisadores, comprometidos com a pesquisa crítica, o poder de abstração para captar esses fragmentos e os decifrá-los numa perspectiva de totalidade histórica.

Todavia, o capitalismo deve ser apreendido enquanto sendo um sistema econômico-social-político-cultural que não respeita barreiras nacionais. As suas objetivações carregaram consigo as marcas da formação sócio-histórica característica do processo de constituição de um determinado país, no caso do Brasil, os traços da formação sócio-histórica brasileira e as repercussões da crise orgânica do capitalismo tardio irão se constituir de forma desigual, mas combinada aos interesses do mercado internacional (MANDEL, 1982), onde o “[...] o arcaico alimenta o moderno, e este promove as formas de aproveitamento daquele” (OLIVEIRA, 2018, p. 73).

A financeirização da economia, a reestruturação produtiva e a flexibilização dos postos e dos direitos da classe trabalhadora, como expressão da crise, atingem “[...] diretamente a subjetividade do trabalho, a sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação dos quais os sindicatos e os partidos são expressão” (ANTUNES, 1997, p. 148). Portanto, a crise externa à classe trabalhadora é uma ofensiva econômica, política, ética, cultural e que traz repercussões à produção de conhecimentos, expressando as tendências históricas da atual fase do capitalismo contemporâneo.

A partir deste cenário, há a necessidade de partimos do chão concreto, do movimento real da história, privilegiando esse movimento e nos sustentando por uma determinada concepção dos Fundamentos do Serviço Social, que orientaram a pesquisa que deu origem a este capítulo. Assim estamos buscando decifrar essa especialização do trabalho na sociedade, elucidando os processos sociais que geraram (e geram) e que afirmam (e reafirmam) a necessidade social desta profissão e, principalmente, o significado da crise, das suas ações no campo das relações sociais e da sua direção social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Dessa forma, partimos do entendimento que a profissão é um produto histórico, que tem sentido, significado e posicionamento político; inserida na dinâmica complexa das relações sociais, que construiu, através da sua interlocução qualificada com a tradição marxista, chaves teóricas que conseguem, por meio de três núcleos temáticos⁴, decifrar essa complexidade social. Mostrando, dessa forma, a atualidade das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa no Serviço Social de 1996 (ABEPSS, 1996).

Partindo dessas reflexões iniciais, como mencionado, nossa proposta de pesquisa consistiu em apreender a categoria cultura e os reflexos à produção de conhecimento no capitalismo tardio, buscando externar as inflexões para o Serviço Social brasileiro em relação à direção social da profissão.

Direção social que, conforme Netto (1996), diz respeito ao complexo da cultura profissional, valores, princípios, concepções teóricas, instrumentos operativos, que fora elaborada ao longo dos anos 1980 e na entrada dos anos 1990, em meio ao embate contra o lastro conservador da profissão, hoje, espraia-se pela profissão.

Para o referido autor, o fato de que numa profissão, tanto no plano ideal, quanto no

⁴ Núcleo de Fundamentos Teóricos-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira; e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional (ABEPSS, 1996).

plano prático, os sujeitos que nela intervêm, buscam imprimir uma determinada direção social, que atenda aos diversos interesses sociais em disputa na sociedade. A partir deste processo vão se afirmando valores, diretrizes profissionais que, ao conquistarem segmentos expressivos da profissão, passam a representar a sua “autoimagem”, adquirindo a condição de projeto profissional. Porém, é importante ressaltar que tais projetos somente poderão ser pensados em relação aos projetos societários em disputa, cujo eixo central conecta-se aos rumos da sociedade como um todo.

Partimos da premissa de que a realidade é complexa, heterogênea e contraditória; é um movimento que se apresenta em diferentes facetas e em diversas particularidades. Contudo, a pesquisa “[...] deve observar, deve examinar essa realidade, o fato, o acontecimento [...], o que implica em compreender o fato como um todo que seja vivo” (IANNI, 2011, p. 395). Dessa forma, para não cairmos no equívoco de captar o todo dissecado como numa anatomia ou como uma fotografia que expressa o real, mas que não é o real propriamente dito, procuramos apreender essa dinâmica enquanto movimento vivo, contraditório e dialético. Possibilitando, a partir desse processo, a construção de uma reflexão, um conceito e uma definição, que consigam captar essa vivacidade e integridade deste real (IANNI, 2011).

Nossa argumentação, ao longo da presente exposição, consistiu na apreensão do desenvolvimento da sociedade enquanto um processo unitário. Sendo assim, não é possível discutirmos determinados aspectos da sociabilidade, sem considerar que estes repercutem e alcançam outras dimensões da vida social (LUKÁCS, 1920). Foi a partir da apreensão desta unitariedade que tentamos captar o nosso objeto de pesquisa, vinculando-o à processualidade histórica do desenvolvimento da sociabilidade capitalista.

Este capítulo está estruturado em três momentos. O primeiro, iremos aprofundar o debate em torno da cultura e da produção de conhecimentos no capitalismo. No segundo momento, iremos identificar as inflexões deste contexto para o Serviço Social e o tensionamento à direção social. Por fim, apresentaremos as considerações e as referências utilizadas.

1. Cultura e produção de conhecimento no capitalismo

*“provisoriamente não cantaremos o amor.”
Carlos Drummond de Andrade*

Nosso ponto de partida é que para “[...] qualquer abordagem moderna [que diz respeito a uma] teoria marxista da cultura, deve iniciar-se considerando a proposição de uma base determinante e de uma superestrutura determinada” (WILLIAMS, 2011, p. 43). Assim, estamos externando a nossa opção teórica, alicerçada na apreensão que compreende que o ser social tem a sua consciência elaborada a partir das condições materiais de existência (MARX; ENGELS, 2009). Concepção essa que se opõe ao idealismo presente em diversas elaborações teóricas em torno da categoria cultura.

O vínculo entre a cultura e a materialidade da vida social é afirmado no que há de melhor na tradição de pensamento marxista (FREDERICO, 2016). Porém, o debate majoritário em relação a esta categoria, na produção de conhecimento na atualidade, a desvincula e a automatiza, tornando as expressões culturais como sendo autoexplicativas,

escondendo, dessa maneira, a constituição dessas expressões e os seus vínculos com a materialidade social.

Em um determinado momento histórico, a lógica cultural do capitalismo intensifica e reforça os pressupostos culturalistas que desvinculam a categoria cultura da materialidade da vida social. A produção de conhecimento, em torno dessa categoria, não parece desvelar essas problemáticas, tendo em vista que esses pressupostos estão preocupados em interpretar apenas as expressões da cultura e não a constituição dessas.

Por sua vez, a produção de conhecimentos são formas de apropriação do mundo real que estão “[...] em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real” (MARX; ENGELS, 2009, p. 31). Existindo, assim, diversas formas de apropriar-se desse real, como é o caso da arte, da religião, do senso comum, do conhecimento prático, dentre outras. Porém, qualquer forma de apropriação do mundo terá por base as relações sociais concretas dos homens em sociedade, sendo estas fundadas por específicos modos de produção que são datados sócio-historicamente. Contudo, somente o conhecimento teórico permite uma apropriação universal e mais completa sobre o real, já que este busca traduzir e se elevar do “[...] abstrato ao concreto [...] para apropriar [-se] do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta” (MARX, 2008, p. 259).

Marx é o responsável por inaugurar uma nova forma de apreensão do real, completamente revolucionária e em sintonia com “[...] as revoluções científicas ocorridas entre os séculos XVI e XVII [...] consideradas [como] os principais marcos do pensamento moderno” (SIMIONATTO, 2009, p. 1). Na perspectiva marxiana, o conhecimento teórico é a apropriação do real através do primado da razão; a sua tradução pelo pensamento em sua forma concreta real e efetiva, deixando de lado as abstrações dos conceitos, mas procurando a construção da categoria por meio da razão ontológica. Assim sendo,

[...] a totalidade concreta, como totalidade do pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos (MARX, 2008, p. 259).

A partir dessa perspectiva teórica, a realidade existe anterior ao pensamento sobre ela, sendo a matéria precedente do conceito, mas só pelo processo de produção de conhecimento teórico que o sujeito pode captar a reprodução ideal do movimento do objeto na realidade, nas suas mais variadas determinações. O objeto existe no real e não precisa do sujeito para existir, mas para que haja produção de conhecimento teórico sobre esse objeto é preciso que um sujeito, independentemente da sua vontade e desejo, consiga captar e traduzir, por meio do pensamento, essa vivacidade e dinamicidade da existência desse objeto na realidade concreta. Todavia, apropriar-se deste real, através do pensamento, é fundamentalmente um ato teórico.

Para Marx, segundo Tonet (2013), a produção de conhecimento é totalizante e qualquer objeto que o sujeito possa apreender ou criar é uma parte de um todo, sendo este composto pela soma de várias partes que o constituem/constroem, num conjunto de fatos que compõe a totalidade que é histórica e social. Há três elementos, nesta perspectiva, que compõem a sua potencialidade: o primeiro, seria o fundamento na teoria valor-trabalho, que

reconhece a centralidade da categoria trabalho como fonte de toda riqueza social; o segundo, o método crítico-histórico-dialético, sendo capaz de desvelar a realidade; e o terceiro, a perspectiva da revolução, já que o conhecimento, para essa matriz de conhecimento, é a possibilidade de instrumentalização da classe trabalhadora com vistas à superação da sociabilidade burguesa.

A passagem do estágio concorrencial para o estágio monopolista do capitalismo, como assinala Netto (2011), significou mudanças importantes em todos os patamares da vida social e que já foram, por vários estudiosos marxistas, muito bem analisadas. O que nos custa sintetizar é que a “[...] ordem monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2011, p. 20). Caracterizando-se, desta forma, como “[...] um estágio particular de desenvolvimento do capitalismo” (LENIN, 2012, p. 125), tendo como dois elementos típicos dessa fase de monopolização: a supercapitalização e o parasitismo.

Este estágio clássico do capitalismo monopolista tem como sua maior expressão os “30 anos gloriosos”, que é expresso nas políticas do *welfare state*, sendo parte estruturante, como já afirmara Mandel (1982), da ampliação geral da legislação social, que ganhou impulso particular na fase do imperialismo, em decorrência da organização política da classe trabalhadora. Assim,

[...] ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. A tendência a ampliação da legislação social determinou, por sua vez, uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que tinha que absorver uma porcentagem cada vez maior dos rendimentos sociais a fim de proporcionar base material adequada à escala ampliada do Estado do capital monopolista (MANDEL, 1982, p. 338-339).

O pacto entre o trabalho e o capital, objetivado pelas políticas keynesianas do Estado burguês, sobre a organização do trabalho fordista, formaram um bloco histórico⁵ hegemônico, aliando tanto a estrutura, quanto a superestrutura, alcançando consenso e consentimento, espreado em todas as dimensões da vida social, construindo uma “[...] falsa crença [de uma] redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho” (MANDEL, 1982, p. 339).

A cultura e a produção de conhecimentos, neste momento histórico, reproduzia a base material destas relações de produção, constituindo-se enquanto possibilidade, mesmo que de forma tendencial e mínima, de crítica à lógica da mercadoria e na insistente tentativa de transcender, levando em consideração o movimento progressista iniciado pelo modernismo (JAMESON, 1997) e que permaneceu em sintonia ao momento histórico, tendo em vista a alta organização sindical dos trabalhadores e a sua eminente organização política. O modernismo, assim, “[...] se preocupava compulsivamente com o novo e tentava captar a sua emergência (e para isso inventou mecanismos de registro e de impressão semelhantes à de uma foto de baixa velocidade histórica)” (JAMESON, 1997, p. 13).

A historicidade, a profundidade, a conexão com o momento atual e a possibilidade

⁵ Para Gramsci (1968, p. 12), o conceito de bloco histórico é apreendido enquanto uma “unidade entre a natureza e o espírito, entre vida e política (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. Ou seja, é a unidade entre estrutura econômica e superestrutura social.

da crítica ao cotidiano eram características marcantes da cultura e da produção de conhecimento daquele momento específico da sociedade capitalista, no período clássico do imperialismo monopolista. No entanto, como assevera Mandel (1982, p. 339), “[...] as ilusões quanto à possibilidade de ‘socialização através da redistribuição’ não passam, tipicamente, de estágio preliminar do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico” consiste na elaboração de programas e de uma economia que estabilize os níveis de lucro do capitalismo. Ou seja, a utilização do Estado para salvaguardar a necessidade primária do capitalismo: a taxa média de lucro.

Porém é notório que acontecimentos recentes tendem a sugerir o nascimento de um novo estágio do capitalismo monopolista, como é o caso da nova divisão internacional do trabalho; a nova dinâmica das transações bancárias e da bolsa de valores; e as novas formas de relacionamentos, computadores e de automação (caracterizado pela Terceira Revolução Tecnológica, a qual o próprio capitalismo monopolista é devedor). Expressando, portanto, consequências societárias que se objetivam pela crise do trabalho tradicional e a suposta crença de uma “nova cultura”, que emerge do falso entendimento que esse momento histórico é uma quebra com o passado do capitalismo, sugerido, assim, o nascimento de um momento “pós-industrial” (JAMESON, 1997).

O atual estágio do capitalismo traz profundas transformações à forma de apreender a cultura e a produção de conhecimentos, a particularidade dessas mudanças, segundo Jameson (1997), são sentidos a partir da década de 1950 do século passado. É esse o momento de preparação econômica para o capitalismo tardio, bem como, para elaboração dos pressupostos pós-modernistas. Uma das primeiras expressões do pós-modernismo, como processo de negação dos paradigmas modernistas, pode ser percebida, segundo Jameson (1997) e Harvey (2014), na arquitetura, na década de 1950/60, espalhando-se enquanto estilo nas artes e na literatura.

A partir desse momento histórico, observa-se a subsunção da produção de conhecimentos e das apreensões sobre a cultura à lógica da mercadoria, tornando-se também produto que é posto à venda e sugerindo o nascimento de uma “nova cultura”, ou, em termos conceituais, pós-modernista. O pós-modernismo, assim, “[...] é o consumo da própria produção de mercadorias como processo” (JAMESON, 1997, p. 14); é o fetichismo da mercadoria elevado às mais altas potências; é a ruptura das possibilidades de crítica ao cotidiano pela arte; e é o estilo de vida, gestado na produção, agora sendo levado e vendido pelo que a *posteriori* fora chamado, em termos conceituais, de indústria cultural⁶.

Atrelado a essas profundas transformações, nota-se o surgimento de novos movimentos sociais, que agora se agrupam, não em torno do reconhecimento enquanto classe social, mas pelo seu pertencimento identitário, sendo uma tendência à fragmentação que estrutura o pensamento pós-moderno. Toda essa movimentação social é acompanhada pelo apelo à elaboração de “novos paradigmas”, a exemplo da obra de Lyotard (2009), que põe em xeque os modelos clássicos de apreensão sobre o real, exigindo, dessa forma, novas elaborações teóricas, além de uma forte crítica às metanarrativas, sobretudo o pensamento marxiano.

⁶ Adorno e Horkheimer (1985), na obra *Dialética do Esclarecimento*, autores importantes da Escola de Frankfurt, elaboram o conceito de indústria cultural, para tentar apreender as expressões ideológicas que estavam presentes na produção em série de produtos culturais, sendo estes responsáveis pelo prolongamento do trabalho alienado, constituindo, assim, uma cultura mercadológica e a serviço da sociedade capitalista.

O pós-modernismo, como expressão da lógica cultural do capitalismo tardio (JAMESON, 1997), não representa uma “nova cultura”, já que essa própria fase do capitalismo não representa uma nova etapa da sociabilidade do capital, constituindo-se apenas como uma mera questão especulativa, visto que

[...] a resposta empírica é que nenhuma teoria com essas características apareceu até agora – todas replicam, já no próprio título, uma *mimésis* do modo que são parasitárias de outro sistema (no mais das vezes do próprio modernismo) cujo os traços residuais, assim como valores e atitudes inconscientemente [são] reproduzidos (JAMESON, 1997, p. 16).

Os pressupostos pós-modernos partem dos fragmentos desse real que os levam para si mesmos. Não há uma preocupação em desvendá-lo ou de apreender o seu movimento, caótico e aligeirado, numa perspectiva de totalidade e historicidade. O que há é uma necessidade pela busca de provar que o tempo atual é singular e radicalmente diferente de todos os outros. Contudo, essa tentativa carrega consigo uma patologia “[...] distintamente autorreferencial, como se nosso completo esquecimento do passado se exaurisse na contemplação vazia, mas hipnótica, de um presente esquizofrênico, incomparável por definição” (JAMESON, 1997, p. 16).

Os decretos sobre o fim da ideologia, da arte, das classes sociais, do surgimento de uma “nova cultura”, da “crise do leninismo” e da socialdemocracia, iniciaram-se no final da década de 1950, mas foi na década de 1960 que se projetou “[...] uma certa concepção de uma nova norma cultural sistemática” (JAMESON, 1997, p. 32). Assim, a concepção que estamos traçando sobre o pós-modernismo, não é uma crítica ao estilo (sendo esse opcional, como vários outros estilos, disponíveis no mercado), mas sim enquanto uma dominante cultural, pertencente a uma lógica de um determinado momento sócio-histórico, o capitalismo tardio, que se expressará mais tarde nas Ciências Sociais, enquanto uma “teoria”, um modo de pensar que representa e atende as exigências deste momento histórico-social-político-cultural do capitalismo em crise.

Santos (2013, p. 35), ao analisar as transformações societárias, decorrentes da década de 1970, capta a construção de uma “narrativa” em torno de críticas ao marxismo, mesmo que essas reconheçam essa teoria como “[...] uma das mais brilhantes reflexões da modernidade, um dos seus produtos culturais e políticos genuínos”. Porém, em decorrência do cenário de “transição paradigmática”, ou seja, do modernismo para a pós-modernidade, a crítica também envolveria o marxismo. Dessa forma, o autor pós-moderno deixa claro a posição levantada por Jameson (1997), no que tange a diferença entre o pós-modernismo (sendo este apenas um estilo) e da pós-modernidade, como modo de pensar do atual momento do capitalismo; uma estrutura de pensamento que se opõe à modernidade e, principalmente, ao seu produto mais completo, o marxismo.

Assim, o que é posto à produção de conhecimento é que essa passe a centrar-se em práticas discursivas na hiper-realidade, no neo-misticismo, desmaterializando-se e focando nas expressões culturais e nos “novos sujeitos sociais”, sem preocupação nenhuma com a essência dessas expressões, superdimensionando, portanto, o cotidiano à abstração. As manifestações pioneiras dessas tendências postas à produção de conhecimento são notórias na obra “A Condição Pós-Moderna” de Jean-François Lyotard (2009), na qual se observa o chamamento à efemeridade, à fragmentação e para “[...] uma nova falta de profundidade,

que se vê prolongada tanto na teoria contemporânea quanto em toda essa cultura da imagem e do simulacro” (JAMESON, 1997, p. 31).

A produção de conhecimentos, que é funcional a esse momento histórico, reforça as tendências postas pelo cenário de acumulação flexível que necessita, sobretudo, de conhecimentos também flexíveis, superficiais e que não desvelem as contradições próprias do capitalismo, na construção desse novo bloco histórico neoliberal. Mas, de uma teoria social superficial e niilista, sendo funcional à positividade capitalista. Portanto, funcional ao sistema e defendendo, em última instância, o “fim da história”, resguardando essa sociabilidade como “única forma possível”, opondo-se a qualquer perspectiva revolucionária e defendendo apreensões sobre as categorias sociais de forma fragmentada, frágil e desvinculada da materialidade social.

Partimos da apreensão que qualquer que seja o ponto de vista teórico sobre a pós-modernidade e suas repercussões à cultura no atual estágio do capitalismo são, ao mesmo tempo, sobretudo, uma posição político-teórica, sendo essa implícita ou explícita, na produção de conhecimento, mas que busca apreender a natureza do capitalismo multinacional e as configurações em nossos dias. Porém, é flagrante

[...] o que ocorreu [com] a produção estética hoje [é que essa] está integrada à produção das mercadorias em geral: a urgência desvairada da economia em produzir novas séries de produtos que cada vez mais pareçam novidades (de roupas a aviões), com ritmo de *turn over* cada vez maior, atribui uma posição e uma função cada vez mais essenciais à inovação estética e ao experimentalismo (JAMESON, 1997, p. 30).

O capitalismo tardio trouxe novas mediações para o campo das relações sociais, no que tange à produção e, conseqüentemente, à reprodução social. Suas características marcantes, como é o caso das dificuldades de valorização do capital (por meio da supercapitalização e da superacumulação), que o Estado busca solucionar de todas as maneiras. Mas também é a “[...] suscetibilidade crescente do sistema social e explosivas crises econômicas e políticas que ameaçam diretamente todo o modo de produção capitalista” (MANDEL, 1982, p. 340).

A “[...] ‘revolução cultural pós-moderna’”, nada mais é do que a “[...] interrelação do cultural com o econômico, não é uma rua de mão única, mas uma contínua interação recíproca, um circuito de realimentação” (JAMESON, 1997, p. 18). Ou seja, a cultura mercantilizada, produto que deve ser consumido e que aparecerá como novas formas de manifestação cultural, mercantis e que se reproduz, também, na produção de conhecimento.

Assim, o atual processo de reestruturação produtiva, corresponde ao projeto do capitalismo que também se expressa na cultura, na ideologia e na produção de conhecimento, apostando, nesta última dimensão, em análises pós-modernas, fragmentadas e superficiais. A chave para apreender esse “caldo cultural pós-moderno” é o processo de acumulação flexível, cerne do projeto neoliberal, que em tempos de agudização da crise, impulsionado pela pandemia, elava-se ao ultraneoliberalismo e para o reforço da destruição da razão.

2. Inflexões à direção social crítica do Serviço Social

“calo-me, espero, decifro. As coisas talvez melhorem.”
Carlos Drummond de Andrade

Acreditamos que já esteja consolidado, na produção de conhecimento da área, o entendimento do surgimento do Serviço Social “[...] como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada” (NETTO, 2011, p. 17), e que está intrinsecamente vinculado às modificações operadas pelo Estado burguês no trato das expressões da questão social, na passagem do capitalismo concorrencial à sua fase monopolista. Logo, o Serviço Social surge na sociabilidade capitalista para lidar com as mazelas próprias produzidas pela ordem burguesa, como uma resposta conservadora, que deve intervir nessa realidade de forma pragmática, objetivando, assim, ao que fora imposto pelo capital, impossibilitando, no momento da emergência da profissão, a reflexão sobre essa prática profissional.

O Serviço Social surge e reafirma-se enquanto profissão superdimensionando a prática profissional, através da aplicação de conhecimentos práticos à realidade social, sem questionar o porquê desse exercício profissional. Os limites impostos à profissão na sua gênese, a exemplo dos referenciais teóricos- metodológicos nos quais estava vinculada e as próprias requisições do capitalismo na época, não favoreciam a reflexão crítica sobre os fenômenos nos quais o Serviço Social atuava.

Não é possível debitar a emergência, a institucionalização e a legitimação da profissão apenas à sua intrínseca relação com a questão social, mas, sobretudo, com “[...] as peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica” (NETTO, 2011, p. 18).

Para Yamamoto (2013), as formas embrionárias do Serviço Social conquistaram legitimidade graças a sua origem classista e ao seu caráter estritamente missionário. Porém, as peculiaridades da organização monopólica exigiram modificações, expressas na necessidade de capacitação de mão de obra especializada, a fim de atender as novas determinações postas pelo novo estágio do capitalismo. A profissão, assim, deixou de ser uma expressão da distribuição da riqueza das classes dominantes, “[...] para se transformar em uma das engrenagens da execução das políticas sociais do Estado e dos setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores” (IAMAMOTO, 2013, p. 109). A legitimidade social do Serviço Social que, antes estava embutida em sua posição de classe e em uma “missão de vida”, agora é ampliada e consolidada, direta ou indiretamente, pelas relações de poder com o Estado.

Cabe destacar que, mesmo o Serviço Social não possuindo o status de ciência, tal característica, ao longo da sua história, não lhe retirou a necessidade de pensar, questionar e reelaborar a sua prática profissional à intervenção na realidade social. Ao longo desse processo de reelaboração, não restrito apenas à dimensão da intervenção profissional, o Serviço Social pode amadurecer a sua produção de conhecimento, vinculando-se a uma determinada perspectiva teórica (de base crítica), que parte da totalidade da vida social, podendo contribuir, neste sentido, com outras diversas áreas de conhecimento, a exemplo das Ciências Sociais, como da grande área das Ciências Humanas. Tais contribuições são reconhecidas, especificamente, em 1984, quando as agências de fomento à pesquisa brasileira – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – reconhecem o Serviço Social enquanto importante área de produção de conhecimento no Brasil (NETTO, 2016).

Portanto, só faz sentido apreender o Serviço Social a partir da sua inserção na

sociedade, buscando captar “[...] o conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico e nas quais se torna possível e necessária” à sociedade (IAMAMOTO, 2013, p. 102). Todavia, a inserção da categoria profissional, nas relações de produção e reprodução da sociabilidade capitalista, é marcada pela presença das intensas contradições presentes entre o capital e o trabalho que desafiam a profissão para decifrar essas complexas relações sociais, bem como, de posicionar-se nas dimensões que compõem a prática profissional, sendo elas a ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

As contradições presentes entre o capital e o trabalho são marcadas por interesses particulares entre essas classes. É neste jogo de interesses contraditórios, donde a prática profissional do Assistente Social é polarizada, e que supõe, assim, como bem ressalta Iamamoto (2013, p. 103), em duas dimensões também contraditórias, “[...] as determinações históricas da prática profissional; e [a apreensão da] profissão como realidade vivida na e pela consciência de seus agentes profissionais”. A unidade entre essas dimensões, por serem contraditórias, pode sugerir defasagem, no que tange às condições, efeitos e as representações que legitimam o fazer profissional.

Tais elementos, os quais expressam a trajetória do Serviço Social na história, particularizando a sua gênese e o seu desenvolvimento, comprovam que qualquer apreensão em torno da profissão só adquire instrumentalidade quando se parte da análise histórica. Assim, podemos reafirmar a “[...] fecundidade da análise do Serviço Social à luz do legado marxiano” (GUERRA, 2010, p. 22).

Nesse sentido, o fazer profissional não está desvinculado da produção de conhecimento teórico e nem muito menos, das imposições que são postas no atual contexto do capitalismo. Obviamente, não acreditamos que a prática e a teoria representem a mesma dimensão na totalidade social, mas sim, uma unidade, que carrega consigo contradição, particularidade e singularidade. Portanto, não é possível que exista uma prática profissional que não seja orientada por uma determinada visão de mundo, sustentada, dessa forma, por alguma orientação teórico-metodológica. Porém, a elaboração teórica, pode ser construída através de abstrações e não corresponder à realidade concreta.

Através das conquistas dadas pelo referencial teórico marxiano, que o Serviço Social passa da submissão e da incorporação de referenciais teóricos sem as devidas mediações, ao campo plural de alternativas, de disputas de tendências e vertentes, externando a instauração do pluralismo, que só é possível em um espaço respeitoso e propício ao debate democrático. Para Guerra (2010), a convivência entre essas tendências teóricas e ideopolíticas demonstra um dos maiores feitos da profissão nos anos de 1980/1990 do século passado, fruto do movimento de Renovação Profissional.

Em nossa realidade, a vertente de intenção de ruptura com o lastro conservador, fora responsável para que o Serviço Social brasileiro possa consolidar a sua maturidade intelectual (NETTO, 1996), como também alcançar

[...] o reconhecimento e a validação acadêmica como área de produção de conhecimento, determina o seu estatuto profissional e o seu significado social, define a sua relação com as demais disciplinas da área das Ciências Sociais e Humanas, e, sobretudo, constrói e defende objetivos legitimados por um projeto de sociedade na defesa da liberdade, da democracia, dos direitos sociais e das políticas públicas (GUERRA, 2010, p. 22).

Porém, o movimento da história carrega consigo contradições, expressas em rupturas e continuidades as quais compõem a realidade. No final da década de 1980 do século passado, a onda neoconservadora, fruto dos elementos que já discutimos no primeiro momento deste capítulo, expressa-se enquanto ofensiva às “[...] tendências de fundar a razão e a constituição dos processos e a sua explicitação, invadindo o Serviço Social e potencializando os vetores mais conservadores e regressivos da nossa cultura profissional” (GUERRA, 2010, p. 22), buscando reatualizar uma vertente do *ethos* profissional que nega as conquistas trazidas pela intenção de ruptura.

Segundo Alves (2007), na esfera da gestão da força de trabalho, o toyotismo realizou um salto qualitativo na “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital, se distinguindo do taylorismo e do fordismo por promover uma via original de racionalização do trabalho, desenvolvendo, sob novas condições sócio-históricas, as determinações presentes nas formas tayloristas e fordistas, principalmente no que se refere à racionalidade tecnológica.

O tempo presente, assim, é marcado pela reificação das relações sociais, como produto histórico-social da sociedade burguesa tardia (GUERRA, 2010), expressando-se na automatização dos indivíduos, criando uma ilusão de que o ser social sozinho pode se responsabilizar pela sua reprodução, a qual deve ser comemorada como um privilégio da servidão (ANTUNES, 2018). Portanto, essa fase do capitalismo é marcada pelas contradições da sua crise orgânica, reforçada pelo contexto pandêmico, que constrói mecanismos dos mais sofisticados para o enquadramento da subjetividade da classe trabalhadora aos seus interesses, seja por meio da cultura e das formas de se produzir conhecimento, em sintonia com a sua base material de produção.

O Serviço Social, assim, inserido na história e vivenciando a dramaticidade da perda coletiva da classe trabalhadora, também sofre as inflexões deste contexto, como já mencionado, na reatualização das investidas conservadoras no interior da profissão, por concepções teóricas que buscam negar os ganhos subjetivos e objetivos operados pela apreensão ontológica sobre os Fundamentos do Serviço Social. Tais concepções conservadoras, segundo Guerra (2010, p. 23), negam a “[...] historicidade da profissão, o seu vir a ser e o permanente movimento que tem na sua base a contradição (ou as lutas entre os opostos), enquanto motor do movimento da própria profissão para realização de finalidades postas pelo coletivo profissional”.

O atual contexto pode estar empurrando o Serviço Social à um pretensão reducionismo, funcional ao momento histórico de destruição da razão, ao qual compreende essa especialização do trabalho como uma tecnologia social, sendo, portanto, uma prática de ajuda psicossocial que deve estar à serviço dos interesses das instituições e do capitalismo tardio, a fim de possibilitar o controle da sociedade, seja por meio de uma prática conservadora, seja por uma produção de conhecimento que reforce a miséria da razão (GUERRA, 2010).

Segundo Amaral (2012), o contexto atual é marcado por uma crescente mercantilização do ensino superior, onde a pós-graduação situa-se, vivenciando uma dura ofensiva do pensamento conservador que se expressa em todas as dimensões que compõem a totalidade da vida social. O pensamento conservador, assim, é percebido na afirmação pragmática que se coloca a favor da desconstrução do legado intelectual e político explicitado na década de 1990.

Amaral (2012) ainda destaca que os tempos atuais são responsáveis em externar as inflexões do neoliberalismo para o espaço universitário, que o compreende como sendo um campo estratégico para reflexão, análise e proposição de alternativas, onde a esquerda e a direita disputam direção. Segundo a autora, a tendência que aponta à manutenção tem conquistado mais espaço do que a proposição de eversão.

Segundo Mota (2016), essas inflexões expressam-se à categoria através de duas questões específicas, trabalhadas com muita ênfase pela produção de conhecimento, com expressiva atuação do conjunto ABEPSS/CFESS: as inflexões da conjuntura nacional e mundial sobre a universidade brasileira, que tensiona drasticamente o ensino, a pesquisa e a extensão no Serviço Social, num ambiente de reforma do ensino superior; e a direção social estratégica da profissão, onde o projeto ético-político expressa-se. Neste sentido, no

[...] campo [do] conservadorismo, são evidentes as iniciativas para manter e preservar a ordem, através da formulação de medidas modernizadoras, pragmáticas, neoconservadoras e desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo, este espaço abriga a construção do pensamento crítico e da disputa teórica, política e ideológica em relação à concepção de universidade, da sua função social, do papel e dos sentidos do fazer acadêmico, da ciência e da tecnologia, vale dizer, da produção do conhecimento (AMARAL, 2012, p. 231).

A partir de tais reflexões conjunturais, o ambiente acadêmico, como não poderia deixar de ser, também é travejado por disputas políticas, teóricas e éticas. Numa conjuntura de regressão civilizatória, em particular, num momento em que a ciência tem sido julgada e desacreditada, o pensamento conservador (e suas diversas vertentes, transvestidas de apelo moral: pela família e pelos “bons” costumes) tem objetivado uma grande investida ideológica que tende a se expressar na produção de conhecimento, em um contexto como estamos vivenciando.

No tempo presente, estamos vivenciando um intenso ataque ao ensino superior público, em todos os sentidos: a caça às produções críticas (inclusive que já aconteceu em nosso campo temático); os altos índices de exigência na produtividade, que são equiparados à lógica da produção do “núcleo duro” das ciências naturais (tendência essa posta desde 1990, mas intensificada neste cenário); e o risco concreto da mercantilização do ensino superior público, por meio do sucateamento, desvalorização que caminha à privatização.

Portanto, nesse cenário tão temeroso e incerto à educação pública superior e, mais especificamente, à educação pós-graduada, os desafios postos são diversos, os quais destacamos: a preservação da qualidade dessa modalidade de ensino; as condições objetivas de manutenção e de permanência de discentes; as condições de trabalho docente; os altos índices de assédio moral; o adoecimento mental (de discentes e docentes); e o constante descaso das agências de fomento no investimento de pesquisas nas áreas das ciências sociais e humanas, priorizado o “núcleo duro” das ditas ciências naturais.

Considerações finais

*“são fortes as coisas! Mas eu não sou as coisas e me revolto.”
Carlos Drummond de Andrade*

O tempo presente é marcado pelas contradições de mais um processo de

reestruturação do capitalismo, reafirmando que esses processos estruturam esse modelo econômico, e das respostas que as classes dominantes elaboram com a necessidade de estabelecer renovadas bases materiais e espirituais. Tal estratégia busca, portanto, potencializar, manter e atualizar os pilares de sustentação da dinâmica do capitalismo, a saber: a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a exploração.

Para Gramsci (2015, p. 266) “[...] os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, pensar e de sentir a vida: não se pode obter sucesso em um campo sem obter resultados tangíveis no outro”. Nesse sentido, o autor destaca a articulação existente entre a objetividade e a subjetividade, bem como, a necessidade de apreensão entre essas dimensões que compõem a vida social, numa perspectiva de totalidade histórica.

Como já mencionamos, estamos diante de um projeto que se acelera e se agrava com o contexto da pandemia, que busca assegurar a rentabilidade e a produtividade na atual fase de acumulação do capitalismo, por meio de reiteradas novas formas de dominação e de exploração, em um momento de socialização de perdas.

A cultura e a produção de conhecimentos são reorientadas para atender a lógica imposta por esse contexto, onde o capitalismo necessita cada vez mais de conhecimentos técnicos e do incremento da tecnologia, a fim de possibilitar a diminuição dos custos da produção. Todavia, no contexto de reestruturação econômica, a esfera da subjetividade é alterada para dar sustentação, possibilitando a tecnificação do conhecimento e da cultura, que atendam aos interesses de recomposição deste modelo econômico.

Os impactos à direção social do Serviço Social são tendenciais, tendo em vista o atual contexto de precariedade dos postos de trabalho, fruto do processo de ruína do mundo do trabalho, imposto pela saída ultraneoliberal, a fim de possibilitar o resgate do capitalismo em nosso país. Outro ponto, como já fora destacado por Guerra (2010, p. 724) é a formação aligeirada que visa “[...] o ter (neste caso, o certificado) em detrimento do ser (neste caso, um profissional qualificado).” O resultado é a constituição de um profissional que atenda aos interesses do capitalismo e a construção da falsa ideia de que a inserção, mesmo que seja precarizada, em instituições públicas e/ou privadas, seja compreendida como democratização do ensino superior público, o que expressa uma tendência regressiva à direção social da profissão, numa atualização conservadora que nega os ganhos substanciais e materiais da vertente de intenção de ruptura.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL - CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 143-171.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007. Disponível em: <http://www.giovannialves.org/DRP.pdf>. Acesso em 04 de fevereiro de 2019.

AMARAL, Ângela. A Política Nacional de Pós-Graduação e suas Relações com o Serviço Social. *In: Katálysis*, v 15, nº 2. Florianópolis: UFSC, 2012, p. 230-238.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre a metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASTELO, Rodrigo. **O Social Liberalismo:** auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã.** (trad. Álvaro Pina). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FREDERICO, Celso. **Ensaio Sobre Marxismo e Cultura.** 1º ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

GUERRA, Yolanda. O potencial da pesquisa sobre os fundamentos do Serviço Social. *In: COLÓQUIO: Trabalho na sociedade contemporânea e o trabalho do assistente social.* Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do Assistente Social (RETAS). Maceió - AL, 2010. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B2-zBHhnHGVbMDAyYtLiNzUtOGFjNC00Zjc0LWJlMjMtZmI1ZjhmZWQwOTU1/view?hl=pt_BR Acesso em: 19/11/2018

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere:** temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. (trad. Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sérgio Henriques). 5ªed. 4ªv. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** (Trad. de Luiz Mário Gazzaneo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2014.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 13ªed. São Paulo: Cortez, 2013.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. (trad. Maria Elisa Cevalco; rev. Iná Camargo Costa). 2ªed. São Paulo: Ática, 1997.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo:** estágio superior do capitalismo (ensaio popular). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUKÁCS, György. Velha e Nova Cultura. In: **Revista Kommunismus.** Nº 43, 1920. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm> >. Acesso em: 4 de setembro de 2017.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna.** (trad. Ricardo Corrêa Barbosa). 12ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** (trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de

Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo). São Paulo: Abril Cultural, 1982. (os economistas).

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. (Trad. Florestan Fernandes). 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social Brasileiro: insurgência intelectual e legado político. *In: Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo* (org.: Maria Liduína de Oliveira e Silva). 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social no Brasil; notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

SANTOS, Boaventura. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade** São Paulo: Cortez, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões Ideoculturais da Crise Capitalista Contemporânea e a sua Influência Teórico-Prática. *In: Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. 1ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

V

Matrizes teóricas que influenciam o Serviço Social: um reacionarismo latente

Iris Sunsyaray
Manuella Aragão Pinheiro

Introdução

No pós-Segunda Guerra Mundial, o mundo vivenciou uma das disputas mais atroz e frenéticas da modernidade. Um “duelo”¹ bem delimitado entre capitalismo e socialismo, que se lançava de maneira aberta em todas as esferas da vida humana: política, econômica, cultural, tecnológica e armamentista-bélica (HOBSBAWM, 1995). Além de ter sido um período que demarcou uma produção em escalas exponenciais e uma elevada atividade científica e tecnológica. Eis a era da corrida armamentista, bélico-química, espacial, robótica e da automação.

Após terem derrotado o eixo (Japão, Itália, Alemanha), marcando, portanto, o término da Segunda Guerra Mundial, as principais potências aliadas (Estados Unidos da América (EUA), União das Repúblicas Soviéticas (URSS), França e Inglaterra) entraram em disputa. É nesse ínterim em que houve: o primeiro vôo tripulado para o espaço, em 1961, o Vostok I – URSS -, com o cosmonauta Yuri Gagarin; a primeira expedição à lua, com Neil Armstrong - EUA -; a criação de secretarias de inteligência e espionagem, tais como a Agência Central de Inteligência (CIA) - EUA - e o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON)– URSS -; e a formação de blocos militares, como a Organização do Tratado do Atlântico do Norte (OTAN), em 1940, pelos EUA, e o Pacto de Varsóvia, em 1955, pela União Soviética (BARBOSA, [S.D.]).

Esse período foi marcado também pela massiva produção de armas nucleares, já que ambas as potências (EUA e URSS) as detinham e o mundo todo vivia em alerta e sob o temor de uma possibilidade de destruição do planeta caso uma das partes decidisse partir para o confronto direto. O mundo registrou ataques e chacinas em que os dois países colidiram “indiretamente”, participando com o envio de frotas, maquinaria, suprimentos e financiamento, tal como se deu com a Revolução Chinesa, a Guerra da Coreia, do Vietnã e do Afeganistão, sem contar os processos de independência vivenciados por países da África (Angola e Moçambique) e Ásia (Coreia, China e Índia) sob o patrocínio dos EUA e da URSS. Essa é a parte tenebrosa, “quente” e pútrida de uma guerra apresentada falsamente apenas como ideológica, “fria” e sem duelos diretos entre as principais potências beligerantes (HOBSBAWM, 1995).

¹ O vocábulo está entre aspas, pois é assim que esse contexto é difundido hegemonicamente. Contudo, Hobsbawm (1995) enfatiza que tal disputa era encabeçada pelos Estados Unidos como forma de prevenir uma futura perda de hegemonia. A Ex-União das Repúblicas Soviéticas, embora vitoriosa, sai da Segunda Guerra Mundial muito comprometida. O seu exército vermelho fora significativamente desfalcado, mas a pretensão dessa potência era manter o seu poderio nas limitações propostas no período da Segunda Guerra Mundial, mantendo a sua predominância no leste europeu; os EUA, por sua vez, desejavam ampliar os seus domínios e influência no restante do globo.

Sob esse contexto, destaca-se a revolução nacionalista ocorrida em Cuba em 1959, liderada por Fidel Castro contra o controle abusivo dos EUA na região e a ditadura de Fulgêncio Batista, o que alertou os EUA no trato de sua soberania sob do continente. Neste sentido, a América Latina tornou-se um alvo certo desse enredo, tendo a região sediado uma série de golpes militares patrocinados pelos EUA em seu processo de “contrarrevolução preventiva” (NETTO, 2014) em escala mundial. Desse modo, os norte-americanos, a fim de garantirem sua influência no continente, constituem o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. Ambas as organizações criadas com o intuito de promover um maior controle por parte dessa potência nas demais nações do continente (NETTO, 2014).

Tem-se no cone Sul um enquadramento militar² por meio do Plano Condor³ e da Escola das Américas, no Panamá—, com base no modelo norte-americano do *National War College*—, em que se ensina aos militares da região práticas de repressão, de tortura, de combate a guerrilhas e subversão. No Brasil, o contexto— especialmente entre 1961 e 1964, que marcou o período antes do golpe militar — evidenciou a crise da forma de dominação burguesa, expondo a contradição entre demandas derivadas da dinâmica do desenvolvimento, com base na industrialização pesada, a modalidade de intervenção, articulação e a representação das classes e camadas sociais no sistema de poder político (NETTO, 2005). A rigor, tal padrão de acumulação contrapunha-se às requisições democráticas, nacionais e populares. Assim, “o desfecho de abril foi a *solução política* que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um *pacto contrarrevolucionário* [...]” (NETTO, 2005, p.25, grifos do autor).

A ditadura civil militar e empresarial⁴ se estabeleceu em 1º de abril de 1964, após o golpe contra o então presidente João Goulart, marcando o início de um período de profundas modificações no país, nas esferas política, econômica e social. Em termos gerais, “o Estado que se estrutura depois do golpe de abril expressa o rearranjo político das forças socioeconômicas a que interessam a manutenção e a continuidade daquele padrão, *aprofundadas a heteronomia e a exclusão*” (NETTO, 2005, p. 27, grifo do autor).

Especificamente no que concerne ao Serviço Social brasileiro, o lastro de tempo entre 1960 e 1980 retratou uma ebulição na trajetória desta profissão. Por estar inscrita na produção e reprodução das relações sociais, é intrinsecamente atingida pelos rebatimentos do contexto internacional da chamada Guerra Fria e também pela resposta a esse cenário na América Latina, com a instauração, via golpe militar, de ditaduras militares e, como no caso brasileiro, burguesa e empresarial.

É, portanto, circunscrita nessa realidade que tal profissão visa atualizar-se, conferir reconhecimento sobre o seu fazer profissional e se reconceituar. Assim, coloca-se em curso um constante movimento de idas e vindas, de continuidades e rupturas com o seu formato

² As ditaduras militares: no Chile, de 1973 a 1990; na Argentina, de 1973 a 1983; no Uruguai, de 1973 a 1985; e no Peru, de 1968 a 1980.

³ Plano que integrou os serviços de operação e repressão de forma conjunta na América do Sul. Também atuou em países europeus, perseguindo subversivos latino-americanos que lá estavam exilados (NETTO, 2014).

⁴ Importa mencionar que a finalidade dos governos militares estava para além de uma disputa ideológica. Esse período demarca a lógica burguesa de assegurar a consolidação dos monopólios no continente, sendo que cada país tinha suas particularidades. Embora sob o patrocínio dos EUA, o desenrolar dos regimes militares ocorrem, sobretudo, por questões conjunturais internas, conforme as particularidades de cada formação sócio-histórica (NETTO, 2005, 2014).

de operar e de intervir, desde sua gênese, na sociedade dos anos 1930. É preciso destacar que a profissão foi reforçada pela expansão do mercado de trabalho e também pela entrada do Serviço Social nas universidades. Esta formação profissional era demandada pelas exigências provenientes do mercado de trabalho posto e consolidado precisamente no período ditatorial. Assim, “passa a oferecer àquele um profissional ‘moderno’, cuja legitimação advém menos de um (auto)representação humanista abstrata que de uma fundamentação teórico-técnica do seu exercício como assistente social” (NETTO, 2005, p. 127).

Logo, é sob este contexto histórico que surge o processo de Renovação do Serviço Social, apresentado por Netto (2005) sob três vertentes, saber: a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Tal processo desencadeou uma nova forma de agir profissional, principalmente ao romper com práticas tradicionais que haviam marcado a gênese da profissão. Assim, tendo em vista o objetivo proposto para este texto, evidencia-se, no âmbito do processo de Renovação, a perspectiva modernizadora e a reatualização do conservadorismo. Por meio de diferentes tendências e correntes ideológicas, ambas expõem e conservam o lastro conservador existente – e ainda presente – no Serviço Social.

1. Renovação e revisão. Inovações, modificações e reiteraões

O movimento de reconceituação é de caráter latino, mas permeado de peculiaridades a partir de cada país. Ele reflete uma quadra histórica de mudanças relacionadas ao processo de desenvolvimento capitalista na América Latina, por essa razão, não pode ser pensado de forma endógena. Trata-se de uma realidade de lutas sociais de vários segmentos, os quais passam a questionar a histórica condição de subordinação dos países da região às nações imperialistas. Logo, tem-se um movimento de contestação, de inquietação, que pontua a necessidade de se pensar teorias que atentem ao processo de desigualdades sociais no país (DUARTE, 2021). De acordo com Netto (2005), no Brasil, a profissão sofreu um giro ideopolítico e formativo, tendo suas concepções e perspectivas reformuladas, de modo que sua intervenção e práticas acompanham esse horizonte; por isso, qualifica-se esse momento como sendo o de renovação da profissão.

Ainda consoante Netto (2005), tal renovação se divide em etapas, sendo o primeiro ciclo denominado como perspectiva modernizadora, ou seja, caracteriza a chamada modernização conservadora. Esta retrata o momento em que o Serviço Social se afasta da perspectiva religiosa em direção à chamada laicização da profissão, que caminha visando à sua atualização técnica, mas inspirando-se sob fontes tão conservadoras como de outrora. Precisamente nesse contexto, o Serviço Social acredita que é um aporte para o desenvolvimento nacional. Desde os anos 1950, no momento ápice do chamado Serviço Social de comunidade⁵, a profissão já alimentava esse pensamento.

⁵ Ideologia e metodologia de intervenção profissional pautadas nas diretrizes norte-americanas, visando à capacidade do assistente social de mobilizar, articular e estimular os membros de determinada comunidade para a materialização de suas demandas, a fim de lhes garantir bem-estar social e progresso, por meio de ações cooperadoras mútuas (AGUIAR, 2011). No início dos anos 1960, esse pensamento se tonificou ainda mais com o projeto Aliança para o Progresso, desenvolvido no governo John Kennedy (EUA), cujo objetivo era garantir a integração da América nas áreas política, econômica e cultural, sob o envio de financiamentos para consolidar aliados na região e, assim, impedir que as influências soviéticas dominassem esses países.

Ancorado nesse pilar, o Serviço Social busca um enquadramento do usuário sob a lógica do Estado, passando a pautar-se pela corrente funcionalista teórica norte-americana. A seguir, são abordadas as ideologias positivista e funcionalista (ramificação do positivismo), a fim de desvelar as balizas que ergueram a profissão e continuaram hegemônicas (embora, recorrendo a outros vestuários), sobretudo, nos anos 1960 e 1970, mas que ressoam até os dias de hoje em sua formação e prática.

1.1 Positivismo e Funcionalismo: breves apontamentos

Em 1925, em Milão, ocorreu a I Conferência da União Católica Internacional do Serviço Social, disposta em dois seguimentos: o grupo de Escolas de Serviço Social e as Associações auxiliares sociais. Tal encontro objetivava evidenciar a necessidade de instauração do Serviço Social no mundo, a fim de garantir o seu crescimento sob a perspectiva da concepção católica (CASTRO, 1984). Desse modo, ocorre um incentivo por parte da instituição católica para a criação e disseminação de escolas de Serviço Social em todos os lugares de influência católica.

No Brasil, em 1932, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Por meio dessa entidade, seria fundada a primeira Escola de Serviço Social no país, em 1936, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (YAZBEK, 2009a). Para além das designações da Igreja, ancoradas na *Rerum Novarum* de 1891⁶ e no Quadragésimo Anno de 1931⁷, a questão social⁸ intensifica-se, fazendo com que o Estado assumisse uma postura conciliadora na relação entre as classes fundamentais, trabalhadora⁹ e a capitalista. Coube, portanto, ao Estado harmonizar e aparar as arestas existentes entre essas forças.

É precisamente neste momento em que o Estado intervém nas relações entre empresariado e classe trabalhadora, buscando amenizar o processo de pauperização desta última, que a profissão se consolida, integrando-se a setores do Estado e a empresas privadas que contratavam o profissional assistente social como um trabalhador assalariado para exercer atividades de controle e “adestramento” dos segmentos operários e das classes populares. Deste modo, percebe-se que, desde os primórdios de sua atuação profissional, as atividades assumidas compreendiam os desígnios das instituições e entidades – e não a um direcionamento próprio desta categoria em ascensão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Neste sentido, o positivismo é tido como o primeiro suporte teórico-metodológico da profissão, tendo sido por conceder qualificação e modernização necessárias à época no que se refere à atuação sob a reprodução das relações sociais. Baseia-se em uma análise imediata da realidade e do ser; um proceder que trabalha sob a apreensão objetiva dos fatos

⁶A *Rerum Novarum* foi uma encíclica escrita pelo Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891, cujo intuito era modernizar o pensamento social católico diante do alastramento da questão social (CASTRO, 2011).

⁷ Tratou-se de um novo apelo aos cristãos. A mensagem era dedicada à obra e ao apostolado dos homens. A ordem era para que se ensinasse aos jovens por meio de associações cristãs e círculos de estudos; o foco aqui era a população pagã da sociedade secularizada.

⁸ Nas palavras de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 84): “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão”.

⁹ Classe está contemplada também pelo segmento do chamado “exército industrial de reserva”, ou seja, os desempregados, que são úteis ao processo para que haja a manutenção dos salários baixos e o tratamento pífio aos trabalhadores por parte da classe capitalista, tal como sinalizado por Iamamoto e Carvalho (2014).

e dados, ou seja, com o que se demonstra no aparente, circunscrito no que já existe, em fragmentações, sob uma previsibilidade e na frequência do que se sabe. Assim, o positivismo parte da premissa de que a sociedade, tal como a natureza, tem as suas próprias leis que estabelecem o ordenamento da sociabilidade humana. De acordo com essa perspectiva, tais regras não variam, são independentes da ação humana, sendo, portanto, naturais, devendo ser isentas de juízos e valores humanos (YAZBEK, 2019; LOWY, 1991).

Essa perspectiva foi retomada¹⁰ na profissão precisamente nos anos de 1960 e 1970, à medida que se opera uma atividade ajustadora, com um perfil manipulatório e corretivo “voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas, para intervenção sob metodologias de ação”, com a “busca de padrões de eficiência, sofisticação, de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização de atividades institucionais” (YAZBEK, 2009b, p.6).

De acordo Leila Netto (2020), o positivismo é lançado no final do século XVIII, na Europa Ocidental, sob um contexto da passagem do feudalismo para o chamado “mundo moderno”. Tratava-se de uma época em que a burguesia vivenciava a sua fase revolucionária contra o “*Ancien Régime*”¹¹ na Revolução Francesa. A cultura feudal que detinha a base de seu saber na Igreja, a qual servia à manutenção dos senhores feudais no mais alto pedestal, foi contestada. Assim, a lógica balizada no senso comum para o estudo da natureza e de seus fenômenos passou, portanto, a ser questionada.

Neste sentido, um dos principais movimentos que colidiam com essa racionalidade foi o Enciclopedista, encabeçado pela burguesia na defesa dos direitos naturais do homem, com apelo à igualdade e à liberdade, bem como à propriedade privada e à necessidade de um Estado que fosse capaz de contemplar as urgências das transformações naquela sociedade. Nesse ínterim, eclode também a Revolução Industrial, que demarca uma nova realidade para a vida de trabalhadores nas diversas esferas da vida humana (ESCORSIM NETTO, 2020).

O positivismo foi, portanto, fundamental à superação do Antigo Regime. Isso porque trabalhou no intuito de elevar a ciência a uma condição de credibilidade popular, por meio de leis, experimentos e métodos que, com efeito, pudessem ser testados e comprovados cientificamente, de maneira a viabilizar um progresso mais visível e verificável naquela sociedade. A teoria positiva foi assim considerada por contrariar a chamada filosofia negativa hegeliana. Consoante Escorsim Netto (2020, p.177), a teoria hegeliana propunha uma crítica ao existente e defendia que toda a dinâmica da sociedade se explica pela negação ou pela contradição que circunscreve a realidade: “É a negação que move a história e a (e)leva a um novo patamar.”

A primeira aproximação em relação ao positivismo se deu na fase da burguesia revolucionária. Deste modo, contou com filósofos precursores vinculados ao movimento enciclopedista, que foram classificados como socialistas utópicos. O primeiro deles foi Condorcet (1743-1794), que postulava que as Ciências Sociais deveriam possuir um caráter de matemática social, com um objeto preciso, fixo e numérico. Ademais, defendia que as

¹⁰ Yamamoto (1992, p. 21) pontua que, entre os anos 1940 e 1950, houve um “arranjo teórico doutrinário” caracterizado por unir o discurso humanista cristão e o suporte técnico-científico positivista.

¹¹ Refere-se ao regime social e político da antiga França (séculos XV e XVI), o qual se caracterizava como centralizador e absolutista, voltado à figura de um rei soberano, em detrimento de uma sociedade estamental.

teorias da sociedade estavam fixadas conforme preconceitos¹² e desígnios das classes abastadas, logo, ele colocava-se contrário à concentração de poder e de conhecimento por parte da Igreja e da sociedade feudal. Por essa razão, foi considerado como socialista utópico (LOWY, 1991).

Trata-se então de romper com esse controle do conhecimento e observar nas ciências sociais um desenvolvimento tão científico, objetivo e seguro, quanto o das ciências naturais [...] considera, que como na marcha das ciências físicas, os interesses e as paixões não perturbam (LOWY, 1991, p.37).

Um outro importante precursor foi Saint-Simon (1760- 1825), que postulou a ciência da sociedade como uma fisiologia social (LOWY, 1991). Ele criticava a aristocracia e o clero, os quais classificou como “parasitas do organismo social” (YAZBEK, 2019, p.57). Tal filósofo chegou à compreensão de que era a classe trabalhadora e a pobreza que aplanavam a grande indústria. Assim, “A ideia de uma ciência fisiológica da sociedade é também uma ideia que se situa no contexto do combate às doutrinas da classe dominante da época” (LOWY 1991, p. 38).

Por meio desses dois autores supramencionados, verifica-se que há um caráter utópico-crítico na concepção positivista. No entanto, ocorre uma mudança de tendência a partir dos pressupostos do filósofo francês Auguste Comte (1798- 1857), discípulo de Saint-Simon (1760- 1825). Comte se colocava como continuador de Condorcet e Saint-Simon, mas os compreendia como críticos e negativos, já que, para ele, o pensamento deveria ser positivo e distante de juízos críticos, por essa razão defendia o fim das ideias revolucionárias inseridas nele (LOWY, 1991).

Em Comte, há a mudança da palavra preconceito, já que esta adquire uma tonalidade conservadora; sob essa lógica, o método positivo deve se alinhar à defesa da ordem real. Defende a concepção de física social para o estudo dos fenômenos sociais, resguardando as leis invariáveis e eternas, como a lei do poder econômico, a lei das riquezas. Ao seu ver, cabe à sociologia explicar essas leis universais à classe trabalhadora, a fim de difundir o seu caráter natural e fazer com que as classes mais baixas da sociedade entendam e reconheçam as possíveis vantagens de tal subsunção. Ou seja, objetivava ensinar a ordem pública contando com a “sábia” resignação do proletariado (LOWY, 1991). Assim, o progresso seria alcançado por meio dessa ordem e do respeito a essas leis imutáveis. Para alcançá-lo, propunha uma postura de resignação por parte dos trabalhadores ante os seus patrões, ao mesmo tempo em que alertava o patronato acerca da necessidade de viabilizar uma condição digna a seus trabalhadores (ESCORSIM NETTO, 2020).

É precisamente sob os ideais comteanos que a burguesia abandona seus compromissos revolucionários e se consolida no poder político, amarrando-se ao pensamento conservador. Assim, entre os séculos XVIII e XIX há um giro por parte dessa burguesia, que será classificado por decadência ideológica da burguesia, que abandona as bandeiras de igualdade, liberdade e fraternidade e passa a refugiar-se no pensamento conservador, no intuito de ter garantia e manutenção de seu poder (ESCORSIM NETTO, 2020).

¹²O preconceito na fase utópica é referente a tudo o que é dogma irracional, político e religioso (LOWY, 1991).

Com Émile Durkheim há o ápice do pensamento positivista. Segundo Lowy (1991), ele salta a perspectiva comteana porque, diferentemente do caráter manipulatório que havia anteriormente, Durkheim proporciona uma maior envergadura em termos de base científica para alicerçar o pensamento burguês reformador. Escorsim Netto (2020) assevera que este é o pensador mais apto que opera na dimensão reformista e laica do pensamento.

Em sua obra “Divisão social do trabalho”, Durkheim defende que este encontra-se circunscrito em qualquer organização humana como um fenômeno natural e eterno da sociabilidade, estando presente em suas variadas organizações: caçadores/coletores, pastoris/agrícolas, sistema feudal, escravocrata, capitalista, dentre outros. Desse modo, ele foca na desigualdade social que é decorrente do trabalho. Nas palavras de Escorsim Netto (2020, p. 187): “Há fronteiras claras entre os que pensam e os que fazem, entre os que decidem e os que executam – vale dizer, entre os governantes e os governados. Houve, há e haverá sempre uma hierarquia de poder entre os homens”.

Nesse sentido, ainda Escorsim Netto (2020) salienta dois indicadores do pensamento conservador em Durkheim, quais sejam: a) a testificação para além da história da desigualdade entre os homens; e b) a inviabilização de uma organização futura livre destas normatizações, ou seja, a conseqüente impossibilidade de um movimento revolucionário. O filósofo declara: “Nosso método [...] nada tem de revolucionário. Num certo sentido, é até essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, ainda que dócil e maleável, não é modificável à vontade” (DURKHEIM, 2007, p. 13 *apud* ESCORSIM NETTO, 2020, p. 187). Desse modo, inviabiliza quaisquer possibilidades revolucionárias e nega alternativas às reformas por parte do movimento operário e popular. Logo, por meio deste pensamento, a sociologia se institucionaliza.

Contudo, durante os anos 1950 e 1960, a lógica positivista é recolocada na prática profissional, sob o contexto histórico do chamado Nacional-Desenvolvimentismo¹³. Aqui, a profissão já acreditava que seria um aporte para a superação do subdesenvolvimento nacional. A intervenção se dava ainda por meio de uma perspectiva imediata, sob um esquema de condução *funcionalista*, pautado em um método que previa investigação, planejamento, execução, diagnóstico e avaliação preliminares e introdutórias e, somente em seguida é que se elaboraria a fase de uma investigação geral, ampla ao diagnóstico final (CASTRO, 2011, p.143).

A conceptualização sobre organização de comunidade revela uma perspectiva profundamente funcionalista no trato da questão social e o seu desenvolvimento, quase exclusivamente, está centrado nas peculiaridades da sociedade norte-americana. A identificação das necessidades e a alocação de recursos reduzem a questão social a problemas técnicos, construindo a partir deles, uma fórmula central que contempla múltiplas variantes de intervenção profissional (CASTRO, 2011, p. 142).

Neste sentido, cabia ao assistente social mobilizar, animar, desenvolver potencialidades no sentido de direcionar a comunidade rumo ao desenvolvimento

¹³ Modelo econômico hegemônico entre os anos de 1930 a 1970, que se baseava no incentivo à produção industrial nacional em detrimento das importações. Ou seja, uma condução centrada no Estado, o qual desempenhava uma postura protetiva às empresas nacionais, visando à autonomia e à autossuficiência nacionais. É o momento em que o Estado firma relação com a burguesia emergente, legitimando-a. Para tanto, intervinha, aparando as relações desta com a classe trabalhadora (SUNSYARAY, 2020).

econômico, proporcionar sentimentos de pertencimento, bem-estar e realização individual e coletiva, colimando a realização de construções e ajustes, angariação de recursos, por parte dos membros da própria comunidade. Ademais, manipular a sociedade no sentido de fazê-la reconhecer os seus problemas em comum e ajudar no sentido de saná-los ou de atenuá-los; também, cabia-lhe despertar a participação e o engajamento popular. Desse profissional, eram esperadas as velhas práticas de ajustamento, adaptação e correção, mas agora sob outros métodos e pilares (CASTRO, 2011; ROSS, 1964).

Entretanto, no início dos anos 1960, essa lógica foi perdendo campo na atuação profissional, uma vez que a conjuntura política inseria na cena pública diversos setores da sociedade na requisição de seus direitos e na reivindicação de uma maior participação nas decisões que lhe afetavam. Tratava-se de uma conjuntura internacional que questionava a sujeição econômica da América Latina, o seu espaço na divisão internacional do trabalho, bem como a relação que isso poderia ter na posição subdesenvolvida desses países.

Assim, teóricos como Ruy Mauro Marini se evidenciaram na região, de modo que a teoria social de Marx passa a ser fomentada e debatida como instrumento de compreensão dessa contínua pobreza e desigualdade (DUARTE, 2021). Logo, tem-se a chamada teoria marxista da dependência. Somado a isso, têm-se as ideias do educador Paulo Freire, as quais tomam ímpeto e fôlego nessa ocasião; suas teses, como por exemplo, a da pedagogia do oprimido, bem como sua leitura da realidade, rebatem no campo educacional, nos diversos debates fomentados na universidade (MACHADO, 2012).

Dessa maneira, por estar contemplada nesses movimentos da sociedade, da universidade e das classes sociais, a profissão foi diretamente atingida por essas produções e racionalidades. Para além desse movimento na América Latina, no Brasil, o então presidente João Goulart mantinha em campo uma agenda progressista e nacionalista, era aliado a movimentos trabalhistas e sindicais, admitindo publicamente a necessidade de realização das chamadas reformas de base, fato este que dava mais margem a uma comoção e envolvimento popular na agenda política. Data desse momento histórico a afirmação da União Nacional dos Estudantes (UNE) acerca de uma postura mais progressista na sociedade e, conseqüentemente, da assunção de um lugar mais combativo pelos direitos sociais (NETTO, 2014).

Ammann (1982) salienta que, nesse período, a profissão rotacionou o *modus operandi* no desenvolvimento de comunidade, tendo saltado de uma perspectiva ortodoxa em direção a uma perspectiva heterodoxa. Assim, o contato corriqueiro da profissão com a comunidade, nesse tempo histórico, implicou em uma prática mais politizada por parte do assistente social com o seu cliente, no sentido de uma orientação para além das diretrizes liberais; tratava-se de uma atividade educativa perspectivada, agora, de acordo com as necessidades reais dessa população. A autora pontua também que instrumentos como a escola radiofônica para a educação de crianças, jovens e adultos, bem como organizações da sociedade civil – como o Movimento de Educação de Base (MEB), organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) –, serviram de aporte para essa mudança de performance da categoria. No entanto, todo esse movimento que vinha sendo encadeado foi silenciado com a instauração do golpe militar, que repreendeu os movimentos e as organizações da sociedade civil, condenando os pensamentos críticos e divergentes ao Estado autocrático burguês, promovendo torturas, prisões, violações e mortes. Desse modo, houve um impeditivo ao pensamento crítico na profissão.

Foi precisamente nesse período que se admitiu a necessidade de uma teorização do Serviço Social brasileiro, a fim de adequá-lo aos pressupostos do Estado tecnocrático militar. A profissão passa, então, por longos ciclos de debate. No primeiro deles, a perspectiva modernizadora, o funcionalismo (positivismo), ganha contornos uma vez mais, haja vista que a profissão almejava reconhecimento nacional, buscava sair de uma concepção de subordinada e de executora terminal de políticas públicas ou de ajuda sob um direcionamento psicossocial. Para tanto, buscava-se rever a funcionalidade da profissão em relação ao cenário nacional (NETTO, 2005).

No seminário ocorrido em Teresópolis (Rio de Janeiro), entre 10 e 17 de janeiro de 1970, há a “cristalização” e o “coroamento” (NETTO, 2005, p. 178) da perspectiva modernizadora, que já havia se iniciado no encontro ocorrido em Araxá (Minas Gerais), entre 19 e 26 de março de 1967. Em Teresópolis, houve o auge e a concretização de um caráter interventivo, sob uma “instrumentação programática”. Foi justamente a obra de autoria de José Lucena Dantas, sob o título “Fundamentos da metodologia do Serviço Social”, que condensou os postulados da modernização do Serviço Social. De acordo com Netto (2005), Dantas foi quem forneceu as respostas mais adequadas às exigências da época, sobretudo, os fundamentos científicos e a rotação das práticas metodológicas.

Na ótica de Dantas, a prática profissional constitui o eixo principal da teoria geral do Serviço Social. Destarte, com a metodologia adequada, seria possível atuar com êxito na problemática da sociedade brasileira e, além disso, atingir o nível de cientificidade que a profissão requeria. Uma vez que, a seu ver, o método profissional é um método científico aplicado que passa por duas categorias fundamentais, quais sejam: diagnóstico e intervenção planejada. Ou seja, trata-se de um método que é geral, mas com especificidades quando comparado com as metodologias utilizadas anteriormente na profissão (NETTO, 2005, p. 180-182).

Netto (2005, p. 183) identifica o neopositivismo na obra de Dantas, com a nítida separação entre a direção científica pragmática e a sistemática (metodológica): “Para ele, o método não passa de um jogo de ordenações formais, envolvendo a matéria a ser ordenada [...] e os critérios utilizados para imprimir ordenação a essa matéria”. Por isso, o objeto em questão da profissão sob essa concepção eram as chamadas situações sociais problemas. Netto (2005) também critica a forte assepsia ideológica na obra de Dantas, além de um forte traço de ecletismo teórico. Contudo, foi Dantas quem forneceu ao Serviço Social um estatuto decorrente da aplicação das ciências, “resolvendo”, assim, a lacuna existente de conexão com as Ciências Sociais. Há, portanto, uma redefinição das práticas tradicionais – que, como se percebe, não foram abandonadas – para atuações específicas demandadas pela modernização.

Em termos metodológicos, no funcionalismo, tem-se o enfoque na unidade, a parte para explicação do todo, da estrutura. Logo, comparar o item ao todo ou pela particularidade e compreender todo o sistema por meio da função, da forma como essa particularidade contribui com o equilíbrio desse todo, é a premissa básica dessa vertente. Ou seja, é a explicação do macrocosmo da realidade social a partir de entes simples – microssocial (DANTAS, 1991). A seguir, o texto se debruça a apresentar a perspectiva que representa o segundo ciclo da renovação do serviço social.

1.2 A fenomenologia: uma compreensão profunda do ser

Em continuidade, tem-se o segundo grande ciclo renovador da profissão, denominado por Netto (2005, p. 201) como a reatualização do conservadorismo, a qual marca o falecimento do que havia sido tecido no auge da perspectiva modernizadora, especificamente nos seminários ocorridos em Araxá e Teresópolis. Neste segundo momento, há um retorno ao que existe de mais conservador na trajetória da profissão: o atrelamento à Igreja, o qual agora passava a ser ensejado por meio da perspectiva fenomenológica, já que os renovadores desse segmento se retiravam da esteira asséptica, neutra e se colocavam motivados por uma “ética cristã” (NETTO, 2005, p. 205). Os Colóquios do Sumaré (1978) e do Alto da Boa Vista (1984), ambos ocorridos no Rio de Janeiro, atestam o levantamento desta teoria.

No Serviço Social, o estudo da fenomenologia baseou-se no entendimento da compreensão do ser, da subjetividade, do vivido humano, com ênfase na intuição e sob o recurso da ajuda psicossocial. Trata-se de uma postura voltada fixamente à captação dos fenômenos, em que se acreditava ser capaz de extrair uma essência pura ou núcleo fundamental (CAPALBO, 1991) do fenômeno investigado.

A principal expoente dessa corrente foi a professora Anna Augusta de Almeida, por meio de sua tese de livre docência na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1977, a qual foi denominada de “A nova proposta”. Tal teoria destacava a importância da singularidade da pessoa humana, do personalismo e da valorização do vivido humano. Era uma metodologia tida como inédita e inovadora por seus intérpretes e defensores. Trata-se de “[...] uma metodologia genérica pensada a partir [...] de um sentido novo. Uma abertura para ajuda psicossocial, na consciência entre concepção da realidade ou de uma de suas partes, e os problemas/programas humanos e sociais na sua situação humana, histórica e concreta” (NETTO, 2005, p. 206).

Neste sentido, para que haja o alcance desse método, defende-se: o *diálogo* – como um agente de transformação, na busca por uma verdade que seria encontrada ao se ouvir os clientes, compreendendo-os e orientando-os na resolução de seus dilemas e problemas. Chegando-se, dessa forma, à compreensão do sentido da vida; a *pessoa* – tida como o homem total, um sujeito livre e racional. Segue os pressupostos tanto da fenomenologia existencial personalista, quanto das noções neotomistas. Sob essa lógica, o cliente é reconhecido por sua condição humana e não enquanto oprimido, alienado, desajustado; e, por fim, a *transformação social* – no sentido de mudança no crescimento e no desenvolvimento da pessoa. Sob a lógica de que, mudando a pessoa, modifica-se o todo. Aqui, mais uma vez, o Serviço Social serviria como instrumento de adaptação social (NETTO, 2005; TATAGIBA, 2020).

Para além dessa metodologia, há uma crítica aos paradigmas positivistas – até então empregados e sempre revisitados no Serviço Social – como sendo limitados e esgotados em sua capacidade explicativa, havendo, portanto, uma desarticulação entre sua teoria e prática. Por essa razão, há a defesa da fenomenologia como uma alternativa metodológica capaz tanto de viabilizar a participação do sujeito no processo de ação social de transformação quanto de abranger o homem em seus aspectos globais (CAPALBO, 1991). Vale-se, para tanto, de um caráter dialético, alegando a busca da compreensão reflexiva entre o ser no mundo e o ser sobre o mundo – este último no sentido das transformações que o sujeito poderia viabilizar a nível macrossocietário (NETTO 1991, p. 206).

Para Netto (2005), por meio da utilização desse recurso, ocorre uma reentronização do espaço profissional tradicional, o qual era posto como crítica no próprio movimento de reconceituação. No que se refere ao pensamento crítico-dialético – uma das fortes vertentes em disputa no processo de renovação da profissão –, a perspectiva em tela coloca-se de modo tímido, sob o objetivo de parecer uma possibilidade que o descarta. Para Netto (2005), essa perspectiva não tece qualquer polêmica franca e direta com a teoria social de Marx, utilizando-se de fontes sem as devidas credibilidades para tentar contrarrestar esta última.

Ainda no que concerne às problemáticas da aplicação fenomenológica, Netto (2005) pontua a ausência da relação entre os autores formuladores da reatualização do conservadorismo e as fontes seminais do recurso ao pensamento fenomenológico, apontando os aportes como secundários e denunciando a inexistência ou a fragilidade de uma interlocução frontal com Husserl, Heidegger, Scheler, Hartmann e Schutz. Em suas palavras: “Assim, está-se diante de construções cuja *filiação à metodologia anunciada é frouxa e lassa*, determinada menos pela reflexão intensiva sobre os/a partir dos ‘clássicos’ do que pela *influência enviesada de fontes de segunda mão*, de comentaristas e de divulgadores” (NETTO, 2005, p. 212, grifos do autor). Critica, desse modo, a forma como os renovadores se apropriam dessa corrente filosófica.

Aponta, também, a falta de referências às problematizações e contradições desse método, que é colocado como uma teoria sem contestação e críticas, não demonstrando que ela é atravessada por polêmicas e imprecisões. Netto (2005, p.213) acrescenta que a resultante é, nestas condições, um método fenomenológico que, na *ausência de confrontos*, parece conformado pela adição de múltiplos aportes de pensadores indiferenciados e refratários aos grandes debates da contemporaneidade. Nesses termos, ainda na ótica de Netto (2005), esta metodologia não passa de uma ficção ou de uma deformação.

Considerações finais

A vertente modernizadora, primeiro momento do processo de renovação do Serviço Social, destacou-se pela adesão significativa dos profissionais, cujos procedimentos de intervenção caracterizavam-se pela reintegração dos indivíduos à ordem social, incorporando o projeto da burguesia de desenvolvimento. Recuperou-se uma leitura funcionalista das relações sociais, tendo como suporte a corrente funcionalista teórica norte-americana. Nesse contexto, as ideologias positivista e funcionalista serviram de aporte teórico hegemônico para a formação e a atuação profissional. A segunda vertente, a reatualização do conservadorismo, traz à baila o papel da subjetividade de indivíduos e grupos, apoiando-se em ideias da fenomenologia, como a corrente teórica capaz de capturar as dimensões das problemáticas existenciais e sociais expressas nas experiências e discursos dos sujeitos contrapondo-se a primazia da objetividade presente em outras correntes. Mediante a centralidade dos sujeitos, deslizou-se não só à subjetivização, mas à psicologização (NETTO, 2005). A rigor, a vertente significou uma retomada do tradicionalismo porque recuperou os princípios orientadores da profissão, como a herança psicossocial, a tendência à centralização nas dinâmicas individuais e o viés psicologizante (NETTO, 2005).

Ambas as vertentes, a modernizadora e a reatualização do conservadorismo, expressam e evidenciam o conservadorismo do Serviço Social tradicional, cuja incidência está presente na gênese do Serviço Social e, de formas particulares, durante a história da profissão

até os dias atuais. Por fim, destaca-se aqui a mais recente das vertentes renovadoras, a intenção de ruptura (embora não enfatizada no percurso do texto por extrapolar os limites deste), formulada nos anos de 1970 e início da década de 1980, a partir do amadurecimento acadêmico do Serviço Social (com destaque para a aproximação ao marxismo), que aponta o conservadorismo e sua incidência teórica, histórico, política na profissão como um problema que deva ser enfrentado.

Em síntese, a vertente da intenção de ruptura, impulsionou a inserção de importantes setores da profissão na organização política dos trabalhadores e partindo da teoria e do método de Marx apresentou uma interpretação inédita sobre o significado social da profissão. Assim, iniciou-se com essa vertente, “uma importante distinção em relação à tradicional apologética capitalista sobre a relação dos trabalhadores com o sistema capitalista, típica do funcionalismo. Distingue-se também da exaltação da subjetividade abstrata da fenomenologia e do conservadorismo neotomista. Por todas essas distinções, o projeto profissional encetado nesse momento realiza, de fato, rupturas essenciais com o passado conservador” (SOUZA, 2016, p. 241).

Contudo, como problematiza Netto (2005), no ciclo de ruptura com o conservadorismo tem-se a intenção do mesmo, e não o ato concretizado. O que sugere a importância de debates e retomadas como o feito aqui, evidenciando a essência dessas vertentes teóricas que alimentaram e encetam a profissão até o presente momento. O que nos leva a compreender o caráter e substância dessas ideologias conservadoras e a nos manter vigilantes e alertas contra as suas constantes investidas.

Referências

AGUIAR, Antonio. **Serviço Social e Filosofia**: das origens a Araxá. São Paulo, Cortez, 1985.

AMMANN, Safira. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

BARBOSA, Mariana. **Guerra Fria**. História do Mundo, [S.D.]. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/guerra-fria.htm#:~:text=Os%20acontecimentos%20mais%20importantes%20da,e%20a%20Guerra%20do%20Afeganist%C3%A3o>. Acesso em: 29 Jun. 2023.

CASTRO, Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1984.

CAPALBO, Creusa. Fenomenologia: tendências históricas e atuais. In: **Cadernos ABESS n.4** – Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1991, p. 23-26.

DANTAS, José. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social. In: **Cadernos ABESS n° 4**. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1991, p. 37-67.

DUARTE, Pedro. **Teoria marxista da dependência**: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini. Nova Economia, v.31, n.1. Minas Gerais, 2021, p.131-156.

HOBBSAWM, Eric. Guerra fria. In: **Era dos extremos**. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 2014.

LÖWY, Michel. **Ideologias e ciência social**. 7. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

MACHADO, Alice. **Serviço Social e educação popular**: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 109, p. 151-178, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da DITADURA BRASILEIRA (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

ESCORSIM NETTO, Leila. Notas para uma aproximação ao positivismo. In: FORTI, Valéria.; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). **Fundamentos filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Socialis Editora, 2020, p. 173-194.

ROSS, Murray. **Organização de Comunidade**: teoria e princípios. Porto Alegre, RS: PUC/RS, 1964.

SOUZA, Jamerson. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SUNSYARAY, Iris. **O neodesenvolvimentismo no Brasil**: um estudo sobre a sua gênese, ascensão e contradições (2006-2010). 2020. A553n. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa – PB, 2020.

TATAGIBA, Ana. Fenomenologia e Serviço Social: nuances da experiência brasileira. In: FORTI, Valéria.; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). **Fundamentos filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Socialis Editora, 2020, p. 195-218.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos histórico e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. et al. (Orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. 2 ed. Campinas: Papel Social, 2019, p. 47-84.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS (Org.). **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009a.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS (Org.). **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009b.

VI

O rodo cotidiano e as perspectivas teóricas para o Serviço Social

Dandara Vianna

Introdução

O Serviço Social se insere no âmbito da divisão social e técnica do trabalho como uma profissão interventiva nas expressões da “Questão Social¹”. Para um olhar desatento, as intervenções profissionais aparentam ser de meras ações sociais em resposta à pobreza. Mas, embora fique obscurecido no cotidiano, o Serviço Social sempre desempenhou um papel político e seu exercício profissional cumpre com interesses do capital no âmbito da luta de classes, bem como, as expressões da Questão Social não são fenômenos simples ou apenas um acaso dos desafortunados, de modo que a intervenção do Serviço Social se articula com processos de dimensão estrutural no âmbito das relações sociais.

Para o seu exercício profissional, os assistentes sociais devem se transformar em profissionais competentes para compreender o seu papel nas relações sociais, bem como o direcionamento das políticas sociais nas quais estão inseridos e o conteúdo da sua intervenção. É necessário conhecer os processos sociais como totalidades que se compõem de vários aspectos e âmbitos e que possuem níveis diferentes de complexidade.

No decorrer da trajetória histórica da profissão diferentes perspectivas teóricas serviram de lentes para que o Serviço Social analisasse a sociedade e realizasse sua intervenção no cotidiano dos usuários. Neste capítulo buscaremos analisar a prática profissional no cotidiano apresentando, brevemente, a perspectiva positivista e a teoria crítica de Marx. Longe de ser um “manual” ou uma “receita de bolo” de como ser um bom profissional ou ter uma boa prática, em nosso texto apenas problematizamos a prática baseada na aparência e na imediaticidade; reafirmaremos a importância de investigar a realidade para realizar a intervenção profissional, além de apontar qual o impacto do positivismo e da teoria crítica no exercício da profissão.

1. O cotidiano e a intervenção profissional

*“A ideia lá comia solta
Subia a manga amarrotada social
No calor alumínio
Nem caneta nem papel
Uma ideia fugia*

¹Para a compreensão do termo “Questão Social” neste artigo, tomamos como referência a análise presente nas obras de Netto (2001) e Iamamoto (2010) que compreendem a “Questão Social” como desdobramentos sociopolíticos da sociedade burguesa, posta no marco da contradição capital x trabalho. A análise dessas obras explica que a organização dos trabalhadores em reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho obrigou o Estado a produzir respostas às necessidades da classe trabalhadora desse modo a “Questão Social” ganhou seu significado

Era o rodo cotidiano
Era o rodo cotidiano
Espaço é curto, quase um curral
Na mochila amassada, uma quentinha abafada
Meu troco é pouco, é quase nada
Meu troco é pouco, é quase nada”
O RAPPÁ

O cotidiano é um espaço de construção permanente repleto de limites e possibilidades, nele a resignação e mobilização dos trabalhadores acontece, bem como as práticas de manutenção e de ruptura com a sociedade burguesa. Nesse sentido, podemos afirmar que o cotidiano é tão rico quanto a própria luta de classes.

Para o Serviço Social, o cotidiano gesta desafios que exigem competência na articulação das dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica da profissão. Assim, no cotidiano da vida profissional é exigido do Serviço Social uma capacidade de elaboração interventiva estratégica e coerente com o projeto ético político profissional².

Do mesmo modo, como as demais profissões inscritas na divisão social e técnica do trabalho, se espera que o/a assistente social dê conta da tarefa de provocar alterações na realidade dos sujeitos a partir de sua formação profissional. De acordo com Guerra (2013),

O cotidiano como espaço de realização da reprodução das individualidades e da sociabilidade é um locus privilegiado para o assistente social. Este não apenas tem um cotidiano profissional como atua no cotidiano de outros sujeitos, em geral, visando uma modificação imediata dos mesmos (Ibid.; p.40).

Por outro lado, o cotidiano pode obscurecer o conteúdo das relações sociais capitalistas, sendo um terreno frutífero para a desistorização e despolitização das expressões da Questão Social. Logo, um dos maiores desafios gestados na vida profissional é o de não reproduzir uma prática vazia através de respostas mecânicas e burocratizadas às demandas. Isto posto, o/a assistente social não deve se tornar apático e limitada a compreensão imediatista do cotidiano, na qual ele se transforma em um rodo que arrasta a rotina.

Utilizamos aqui o termo rodo cotidiano que está presente em uma música da banda O Rappa (2003) que faz crítica às condições de vida da população pobre nos transportes públicos. Na música, o termo descreve o dia a dia exaustivo e repetitivo da classe trabalhadora indo e voltando do seu trabalho. Contudo, o rodo cotidiano se expande para além do dia a dia do transporte público e elucida um *modus operandi* automático que arrasta diariamente o trabalhador e o limita à satisfação das necessidades imediatas e nada mais.

Neste rodo cotidiano, o Serviço Social está inserido num contexto em que o acompanhamento do caso não é mais valorizado do que a resposta pontual e imediata que

² O Serviço Social no Brasil dispõe de um projeto ético-político fruto de um amadurecimento profissional e luta política Segundo José Paulo Netto (1999), este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/ dominação de classe, etnia e gênero, tendo como núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central- a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas. O projeto ético-político do Serviço Social está traduzido no Código de ética profissional, na Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão, nas resoluções e no compromisso do conjunto CFESS-CRESS, nas Diretrizes curriculares estabelecidas pela ABEPSS, no direcionamento hegemônico da produção intelectual do Serviço Social etc.

faz a “fila” diária de famílias empobrecidas andar mais rápido. A vasta demanda de atendimento se contrasta, em muitos casos, com uma equipe pequena e insuficiente. A “resposta do problema” da população pobre não soluciona, mas ameniza momentaneamente e vem em forma de um cartão³. Assim, como diria o poeta, o troco é pouco, é quase nada (O RAPP, 2003).

Somada a este cenário, no rodo cotidiano, a prática profissional se traveste com uma aparência burocratizada e apolítica; e o/a assistente social enquanto um/a trabalhador/a especializado/a que precisa vender sua força de trabalho e que está submetido às exigências da instituição que o contrata, tem condições de trabalho precarizadas pela neoliberalização das políticas públicas e desproteção ao trabalho.

Contudo, a alteração que o Serviço Social realiza na vida dos usuários dos serviços tem um lugar importante no processo de reprodução das relações sociais capitalistas. Apesar de aparentar ter fim em si mesmo, no seu dia a dia, o significado da prática profissional não é neutro ou meramente superficial. Portanto, é de suma importância que o/a profissional compreenda o conteúdo da política em que está inserido, bem como o conteúdo da sua intervenção.

Para tanto, o/a assistente social deve não se limitar a uma intervenção baseada na aparência fenomênica dos casos e adotar um rigor investigativo com relação à análise da realidade, compreendendo em qual aporte teórico está se apoiando. As teorias subjazem pressupostos teórico-metodológicos e visões de mundo e nos conduzem a uma determinada postura diante do real que pode ser de sua manutenção ou transformação (IAMAMOTO, 2013). Nesse sentido, apresentaremos nos próximos itens desse capítulo as perspectivas teóricas que se vinculam a projetos profissionais em disputa no interior da profissão e as suas respectivas contribuições para a prática profissional.

2. Positivismo e Serviço Social

Para a compreensão do efeito das abordagens teóricas na prática profissional do/a assistente social, precisamos inicialmente pôr em evidência as raízes históricas dessas abordagens no interior da profissão e como elas se vinculam aos interesses em confronto na luta de classes.

Segundo Iamamoto (2013), o Serviço Social emerge da iniciativa de grupos e frações da classe dominante que se expressam através da Igreja. A autora explica que a profissão se expande como parte de uma estratégia mais ampla do bloco dominante para o controle do proletariado. Sobre esse papel estratégico do Serviço Social, Iamamoto aponta:

Essa estratégia visava criar um tipo de socialização do operário adequada às condições da nova vida industrial, ao ritmo e à disciplinarização do trabalho que fortalecesse as bases de legitimidade para o exercício do poder de classe: a dominação político-ideológica e a apropriação econômica. O Serviço Social surge e se desenvolve como profissão na divisão social do trabalho com algumas características, a saber: como parte de uma estratégia de classe, de um projeto para a sociedade que preside suas origens e seu desenvolvimento, o do bloco no poder; surge tão como um tipo de ação social que é essencialmente política, mas que

³Referência aos programas de transferência de renda destinados às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Os programas utilizam o CadÚnico, como base para definição dos beneficiários e os valores do benefício são pagos mensalmente, por meio de Cartão Magnético.

aparece travestida da aparência de atividades dispersas, burocráticas, descontínuas, de caráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento de benefícios sociais (Ibid.; p. 204).

Sendo assim, a profissão cumpriu, desde suas raízes, um papel essencialmente político, no qual através das suas ações sociais contribuía para as necessidades de desenvolvimento do capitalismo monopolista, lapidando o comportamento dos trabalhadores em conformidade aos interesses da burguesia.

Do ponto de vista da sua herança intelectual, o Serviço Social floresce no universo cultural do pensamento humanista-cristão e, no decorrer de sua história, irá se secularizar e absorver outras referências importantes para a construção do seu fazer profissional. Apesar da laicização, uma característica forte do Serviço Social nos seus primórdios até a virada da profissão na década de 1970, identifica-se o predomínio do pensamento conservador. De tal modo, durante as primeiras décadas de sua existência, não houve no interior da profissão um arsenal teórico significativo que questionasse a estrutura da sociedade capitalista e suas expressões na vida da classe trabalhadora.

Mediante o exposto, a visão dos profissionais a respeito da Questão Social e suas expressões estava permeada por um teor moralizador. Logo, as intervenções na vida dos sujeitos a partir dessa base não fugiam de uma tentativa de correção moral, extremamente necessária para a instrumentalização do Serviço Social para os fins de dominação político-ideológica de classe.

Nos anos 1940 e 1950, com o desenvolvimento das escolas brasileiras especializadas em Serviço Social, em simultâneo com o processo de secularização e ampliação do suporte teórico científico, a categoria recebe forte influência das ciências sociais. A formação profissional embebeu-se do empirismo norte-americano, caracterizado por um tecnicismo advindo da mistura da psicanálise, da sociologia positivista e do funcionalismo. Assim, o trato da Questão Social era focado na ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial (Idem, 2013).

As ciências sociais foram de grande importância para o amadurecimento intelectual do Serviço Social. A sociologia funcionalista de Durkheim e a sua metodologia serão tratadas com mais atenção neste capítulo. Cabe ressaltar que a sociologia é resultado do processo de divisão das ciências que advém da fragmentação do conhecimento. Este movimento na produção do saber está diretamente articulado com o deslocamento da burguesia de força motriz revolucionária para o seu atual lugar de classe conservadora da ordem.

Émile Durkheim é considerado o pai da sociologia. Dando continuidade à teoria positivista de Comte, este intelectual propõe a criação de uma ciência particular da sociedade e do método da pesquisa sociológica que tem como objeto de estudo os fatos sociais (GIANNOTTI, 1983).

Para ele, no fazer sociológico, devemos deixar de lado nossas pré-noções e, assim, compreender o objeto, construindo uma análise verdadeiramente científica. O autor defendia que o sociólogo deve e pode ser neutro em relação ao seu objeto. Para tal fim, é imperativo se manter fiel ao método e estudar os fatos sociais como coisas. Desse modo, a análise seria imparcial e distanciada do senso comum. No trecho a seguir, podemos observar um pouco do detalhamento do método:

Devemos afastar essas deduções que, em geral, não são empregadas senão para fazer figura de argumento e justificar, a posteriori, sentimentos preconcebidos e

impressões pessoais. A única maneira de chegar a apreciar de maneira objetiva a divisão do trabalho (leia-se, os fatos sociais) é estudá-la primeiro em si mesma, de uma maneira totalmente especulativa, investigar a que ela serve e de que depende – numa palavra, formar a seu respeito a noção mais adequada possível. Feito isso, estaríamos em condições de compará-la com outros fenômenos morais e de ver que relações ela mantém com eles (DURKHEIM, 1995; p.8).

O autor desenvolve seus estudos na emergência da sociedade moderna, tendo como preocupação compreender como essa sociedade complexa se mantém integrada. Para tal, Durkheim tem como referência as ciências da natureza e as usa como modelo do método sociológico. Ele traça um paralelo entre a sociedade e um organismo vivo, no qual cada parte exerce uma função para o funcionamento saudável deste organismo. Assim como os órgãos do corpo humano, cada instituição e indivíduo atuam como partes de um todo integrado que deve se manter coeso. A manutenção da integração da sociedade depende que seus membros assimilem os valores e regras do organismo vivo que são definidas por Durkheim como consciência coletiva:

O conjunto das crenças dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela é por definição, difusa em toda a extensão da sociedade, mas tem, ainda assim, características específicas que fazem dela uma realidade distinta. De fato, ela é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram: eles passam, ela permanece. É a mesma no Norte e no Sul, nas grandes e pequenas cidades, nas diferentes profissões. Do mesmo modo, ela não muda a cada geração, mas liga umas às outras as gerações sucessivas. Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, enquanto só seja realizada nos indivíduos. Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira (Ibid.; p. 50).

A consciência coletiva é capaz de coagir ou constranger os indivíduos a se comportarem de acordo com as finalidades coletivas. Nas palavras do autor, a consciência humana que devemos realizar integralmente em nós é a consciência coletiva do grupo em que fazemos parte e que fundamenta as regras morais que conduzem a vida social. Dessa forma, Durkheim aponta que todos os indivíduos são dotados de moral porque vivem em sociedade e ela representa a doação do indivíduo para o todo social.

Segundo o pai da sociologia, a moralidade consiste em ser solidário. Assim, infere-se que a sociedade está perpassada por laços de solidariedade que desempenham o papel de integração geral.

Ora, o que faz nossa personalidade é o que cada um de nós tem de próprio e de característico, o que nos distingue dos outros. Portanto, essa solidariedade só pode crescer na razão inversa da personalidade. A solidariedade que deriva das semelhanças se encontra em seu apogeu quando a consciência coletiva recobre exatamente nossa consciência total e coincide em todos os pontos com ela. Mas, nesse momento, nossa individualidade é nula. Ela só pode nascer se a comunidade ocupar menos lugar em nós. (...) Se temos uma viva inclinação a pensar e agir por nós mesmos, não podemos ser fortemente inclinados a pensar e agir como os outros. Se o ideal é ter uma fisionomia própria e pessoal, esse ideal não poderia parecer-se com todo o mundo. Ademais, no momento em que essa solidariedade

exerce sua ação, nossa personalidade se esvai, podemos dizer, por definição, pois não somos mais nós mesmos, e sim o ser coletivo (Ibid.; p. 81).

O sociólogo destaca dois tipos de solidariedade: a solidariedade mecânica, baseada na consciência coletiva das sociedades primitivas, onde os indivíduos fazem parte dela como um todo por serem semelhantes. Ele chama a solidariedade mecânica de *sui generis*; já a solidariedade orgânica é baseada na complexidade da vida moderna. Ela deriva da divisão social do trabalho, na qual o indivíduo retoma consciência de seu estado de dependência com a sociedade (GIANNOTTI, 1983).

A preocupação dos estudos de Durkheim é compreender como a sociedade se mantém integrada e o conceito de solidariedade é a resposta para essa indagação. Tal integração decorre da interdependência, complementaridade de funções e do compromisso dos indivíduos em buscar o seu objetivo dentro da sua função, mediante o princípio da cooperação.

No âmbito do Serviço Social, a influência do positivismo pôs ênfase na ideia de ajustamento do indivíduo a partir da intervenção profissional, dando continuidade ao conservadorismo moralizador que sempre esteve presente no interior da categoria. Os trabalhadores devem cumprir sua função nesse organismo vivo, conhecido como sociedade, para que ele se mantenha integrado. As expressões da Questão Social devem ser objeto de ações pontuais que visam corrigir comportamentos em desacordo com a integração social.

Para o saber positivo, o capitalismo não é compreendido enquanto raiz da Questão Social e suas expressões, então perde-se a conexão com a totalidade. Pelo contrário, naturaliza-se a Questão Social e sugere-se o aperfeiçoamento da sociedade por meio de reformas que amenizem algumas anomias que colocam em risco o todo.

Além disso, supervaloriza-se a técnica, considerada autônoma, como um fim em si mesma e cientificamente neutra. Segundo Guerra (2009), a racionalidade presente nessa sociologia é a formal-abstrata. Nesse sentido, ela privilegia os procedimentos metodológicos e a noção de neutralidade/ objetividade no conhecimento. Já que para Durkheim, o saber sociológico advém do rigor metodológico e da neutralidade do sociólogo, em simetria, o Serviço Social deve também compreender o exercício profissional como algo neutro, o que resulta em um obscurecimento do conteúdo da prática profissional e do cotidiano.

Guerra (2009) explica que em Durkheim a razão se constitui em um meio formal de recepção do real, ficando reduzida a procedimentos intelectuais através dos quais se apreende a forma pela qual o objeto se apresenta. Sob influência do aporte teórico e metodológico do positivismo, temos um Serviço Social que valoriza seu caráter técnico-especializado, mas pouco se interessa pela investigação das múltiplas determinações do real. A essência da realidade é deixada de lado junto com a historicidade. Nesse sentido, a apreensão que se faz do cotidiano é apática e apolítica; e a sociedade burguesa não é questionada na sua dinâmica e estrutura.

3. Teoria crítica e Serviço Social

A categoria profissional, no seu movimento de reconceituação, se enriqueceu de um acúmulo teórico que coloca em xeque a falácia de um Serviço Social meramente técnico e apolítico; o que resultou no posicionamento hegemônico da categoria em prol da classe

trabalhadora que está contido no atual projeto ético-político da profissão. Salientamos que, a princípio, o Serviço Social recebeu a influência de um marxismo vulgarizado, ainda com marcas positivistas e no decorrer da sua trajetória construirá uma análise mais madura sobre o marxismo.

A teoria crítica - perspectiva teórica que conduziu a reconceituação crítica do Serviço Social - e seu método, tem particularidades que fizeram a categoria pensar o Serviço Social dentro das relações sociais do capitalismo, superando a visão endogenista da profissão e contribuindo para o giro no interior do Serviço Social (IAMAMOTO, 2013)

Diferente de Durkheim que exaltava a neutralidade para o estudo da sociedade, a teoria de Marx tem como uma das suas características centrais, a sua clara demarcação ideopolítica em prol da luta da classe trabalhadora. Assim, a teoria social crítica não é um mero método de conhecimento e está vinculada a um projeto revolucionário presidido pela força criadora do trabalho.

Outra importante contribuição de Marx é que seu método não é um conjunto de regras que o pesquisador escolhe para enquadrar seu objeto; o método é resultado de uma longa investigação de quase 15 anos, na qual Marx se dedicou a compreender a dinâmica do Capital. Para tanto, o alemão buscou ser fiel ao objeto para extrair as múltiplas determinações do real e construiu uma concepção materialista e dialética da história humana, avançando criticamente a partir do tripé do pensamento moderno: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês (NETTO, 2011)

Em sua jornada teórica, o autor foi influenciado pela crítica à filosofia de Hegel feita por Feuerbach que defende um materialismo humanista naturalista. A partir dos seus estudos sobre esses dois autores, Marx reelabora a dialética hegeliana, unindo o princípio da dialética ao corpo do materialismo, o que resulta no que conhecemos como materialismo dialético. Assim, ele chega ao materialismo histórico que parte da realidade concreta (MARX E ENGELS, 1989)

O autor considera que as condições materiais existentes em uma sociedade são a base da consciência humana. Daí a contraposição a Hegel que acreditava que o processo do pensamento era criador do real, sendo o real apenas uma manifestação externa. Em síntese, Marx dá um giro na dialética de Hegel e a coloca de cabeça para cima.

Marx e seu amigo Engels também teceram críticas aos jovens hegelianos na obra Ideologia Alemã (1989). A crítica direciona-se ao idealismo filosófico no qual se enquadram os hegelianos e que, conseqüentemente, os faziam considerar que a libertação das massas advinha da superação ideal sobre os seus representantes alienados e alienantes. Marx acreditava que das bases sócio-materiais existentes se erguem estruturas e complexos sociais, políticos e ideológicos. Nesse sentido, a transformação ideal estava condicionada à transformação das relações materiais vigentes. Como apontamos o trecho a seguir,

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua

vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais (MARX E ENGELS, 1989; p. 19).

Segundo Netto (2011), esta determinação das relações entre o ser e a consciência dos homens em sociedade permitirá a Marx avançar, na segunda metade dos anos 1840, na sua análise da sociedade burguesa.

No seu caminho intelectual, Marx se desloca da crítica da filosofia para a crítica da economia política. O autor polemizou com os intelectuais do socialismo utópico francês por entendê-los como críticos românticos ao capitalismo. A crítica francesa era baseada em apreciações morais ou saudosistas (MONTAÑO, 2013). Nas palavras de Marx, “é supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher as suas forças produtivas – base de toda a sua história. - Porque toda força produtiva é uma força adquirida, produto da atividade anterior”.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais (MARX, 2008; p.47).

Na sua crítica à economia política inglesa, Karl Marx trata das leis do desenvolvimento da sociedade burguesa, das condições de seu funcionamento e de mudanças nas formas de produção. O autor extrai da própria realidade a Teoria do Valor-Trabalho, a exploração de mais valia, as contradições e as lutas de classes, a alienação, assim como o imperialismo, a crise capitalista etc. Marx aponta que a riqueza no capitalismo é o resultado da exploração do trabalho alheio, da mais-valia produzida por um trabalhador e explorada pelo capitalista. Nas palavras de Montaño:

Riqueza, pobreza e desigualdade agora não são mais uma determinação divina, mas o resultado do trabalho individual. Marx, ao incorporar a teoria do valor-trabalho, a retira da sua dimensão abstrata e a põe no sistema social concreto, no Modo de Produção Capitalista. Assim, a riqueza (e a pobreza) na ordem burguesa é sim o resultado do trabalho, mas este se realiza como “trabalho assalariado”, cuja força de trabalho é vendida pelo trabalhador e comprada pelo dono dos meios de produção (o capitalista), fundando um especial processo de produção de mais-valia e de exploração. A “teoria do valor-trabalho” (como abstração a-histórica, nos pensadores liberais) assume em Marx, com a “teoria da mais-valia”, concretude histórica com a análise da produção e exploração da “mais-valia” no MPC atingindo os fundamentos do MPC, fundando o “Socialismo científico” (Ibid.; p. 283).

Marx conseguiu compreender os fundamentos de uma sociedade de classes, e apontou um caminho para a sua superação, a revolução proletária. Karl Marx apoiava a luta operária e evocava uma transformação por meio do processo revolucionário no qual a classe trabalhadora chegaria ao poder e eliminaria a propriedade privada. No capitalismo, o conjunto de forças produtivas entra em contradição com as relações da propriedade privada, tornando-se, na realidade social, forças destrutivas. Logo, a classe operária não tem nada a perder e se constitui como força revolucionária para a construção de uma sociedade verdadeiramente emancipada: o comunismo. O autor elaborou uma perspectiva de Revolução fundamentada na superação da contradição entre o capital e o trabalho.

Segundo Netto (2011), o método científico de Marx implica que o pesquisador busque extrair as múltiplas determinações do seu objeto, tal como o próprio Marx realizou na sua busca em compreender a sociedade burguesa. Netto aponta que a teoria crítica busca a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa. O sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do fenômeno, vencendo assim a visão aparente dele. Quanto mais fiel o pesquisador é ao seu objeto, mais fiel à verdade. Nesse movimento de busca em capturar as múltiplas determinações do objeto sendo fiel ao seu movimento, o pesquisador apreende a essência do objeto, em suma, o que faz parte da sua dinâmica e estrutura. Nas palavras de Netto (2011):

Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (Ibid., p. 22).

Retomando o Serviço Social, sob a luz da teoria crítica, a profissão aprofundou seu conhecimento sobre o significado das políticas sociais, a prática do Serviço Social, a luta de classes e a sociedade capitalista. Esse acúmulo é resultado de um processo muito trabalhoso de investigação do cotidiano profissional. Por certo, é através da investigação do real que analisamos as Políticas sociais e a Instituição em que estamos inseridos; compreendemos os fundamentos constitutivos e as particularidades das expressões da chamada Questão Social no espaço sócio-ocupacional; apreendemos o significado do trabalho; definimos objetivos da sua intervenção; estabelecemos estratégias socioprofissionais adequadas; avaliamos e escolhemos os melhores instrumentos para atingir seus objetivos profissionais; e intervirmos de forma crítica na realidade dos sujeitos. Segundo Guerra,

Para intervir nas mais diversas sequelas como expressões da “questão social” na vida dos sujeitos, precisamos conhecer a realidade nos seus distintos níveis de abrangência (universal, particular, singular). Estrutura, conjuntura, contextos institucionais, territoriais, familiares cotidianos, precisam se converter em objeto de desvelamento sistemático, de modo que o conhecimento para nós se constitui em parte de nossas atribuições profissionais e da nossa condição de intelectual (GUERRA, 2020; p. 8).

A investigação dentro da perspectiva da teoria crítica é uma atitude ativa do/a assistente social que se direciona a apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a aprendê-lo enquanto processo. Assim, o cotidiano profissional é observado como produto de um processo que tem múltiplas determinações e não apenas uma sucessão de fatos sem mediações e repetitivos. Nesse sentido, a concepção teórico-metodológica de Marx é um farol para esse processo de desnudar o cotidiano e apreender a profundidade das demandas profissionais do assistente social.

Considerações finais

A limitação à imediaticidade encontra terreno fértil na rotina diária de qualquer trabalhador no capitalismo, pois é favorável aos interesses da classe dominante. O exercício

profissional de diversos/as assistentes sociais também pode ser capturado pelo imediatismo que dá ao cotidiano a aparência de um rodo que passa por cima do trabalhador.

Nota-se que para intervir, é preciso conhecer, para o que há que se ter procedimentos adequados (GUERRA, 2009). Para construir intervenções profissionais menos automatizadas é preciso se munir de um referencial teórico e metodológico que supere a visão imediatista da realidade. Assim, neste capítulo, problematizamos a prática profissional no cotidiano apresentando duas perspectivas teóricas: positivista e marxista. Como abordado no texto, as distintas opções teórico-políticas da categoria profissional se vinculam a projeto sociais e visões de mundo distintas.

A título de conclusão, compreendemos que a teoria crítica é a munição mais adequada para reagir ao rodo cotidiano e projetar um exercício profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Nela, o/a assistente social aquece a sua prática com a busca inquieta pelo conhecimento profundo da realidade em que está inserido. Em síntese, o/a profissional nutre sua intervenção ao investigar a essência dos fenômenos. Dessa maneira, a teoria crítica estranha o que nos é posto pelo cotidiano como algo "natural" ou "a-histórico" e mune com criticidade nossas respostas ao cotidiano.

Referências

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**, Martins Fontes, São Paulo, 1995.

GIANNOTTI, José. Durkheim: vida e obra. In: DURKHEIM, E. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **CFESS & ABEPSS**. Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ ABEPSS, 2009.

GUERRA, Yolanda. Elementos para uma crítica ontológica das “filosofias” e de seus fundamentos. In: GUERRA, Yolanda e FORTI, Valéria. **Fundamentos filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza-CE, Socialis Editora, 2020. (pp. 31 a 74).

GUERRA, Yolanda. “Expressões do Pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares”. In: **Katalysis**, vol. 16, Florianópolis (SC): UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/04.pdf>

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2013.

MARX, Karl. e Engels, Frederic. **A Ideologia Alemã**. SP: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl. **Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTAÑO, Carlos. Atualidade e vigência do marxismo no século XXI. **Revista Praia Vermelha**, vol. 23, nº2. Rio de Janeiro: PPGSS-UFRJ, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/3591>.

NETTO, José. Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

O RAPPÁ. Rodo cotidiano. In: “**O silêncio que precede o esporro**”. Rio de Janeiro, Warner Music, 2003. CD

VII

O trabalho do/a assistente social no campo da gestão: notas introdutórias sobre os desafios profissionais para direções dos Centros de Referências da Assistência Social (CRAS) cariocas

Andreia da Silva Lima

Introdução

O campo da gestão é, historicamente, um espaço organizado da divisão sociotécnica do trabalho, ocupado por assistentes sociais, seja no campo público ou privado. O estudo da gestão a partir das empresas capitalistas em um contexto de Reestruturação Produtiva foi muito bem explorado e debatido teoricamente no Serviço Social. A partir da Reforma Gerencial do Estado, a atuação de assistentes sociais nas políticas públicas foi incorporada por demandas advindas da lógica empresarial, sendo assim, um momento de crescimento da atuação profissional na gestão pública. A partir dos anos 2000, com a continuidade da Reforma Gerencial do Estado pelos governos progressistas, o Serviço Social vem produzindo reflexões críticas sobre o trabalho profissional no campo das políticas públicas e o campo da gestão cresceu nesse contexto ocupado por assistentes sociais. Analisar as tensões e dilemas que profissionais de Serviço Social vivenciam nesse espaço contribui para que se evite uma visão restrita da gestão.

O presente capítulo tem como objetivo trazer um debate introdutório sobre a atuação profissional de assistentes sociais no campo da gestão com foco para os/as profissionais que ocupam o lugar de direção/coordenação de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Essa aproximação com a temática se dá a partir da construção da tese de doutorado que está em processo inicial, tendo como orientadora a Professora Doutora Alejandra Pastorini do PPGSS/UFRJ.

Queremos aqui problematizar as requisições e demandas profissionais que chegam para assistentes sociais que ocupam o cargo de gestão dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) a partir dos estudos Souza Filho (2013) e Souza Filho e Gurgel (2016) sobre a concepção de gestão. Analisando a Reforma Gerencial do Estado que impacta na organização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, por conseguinte, no cotidiano de assistentes sociais que atuam como diretoras de CRAS na Cidade do Rio de Janeiro.

Complementando o debate teórico, temos as importantes contribuições de Silva (2012)¹ e Costa (2018)² que em suas dissertações de mestrado trouxeram importantes contribuições para o trabalho de assistentes sociais que atuam ou atuaram no campo da gestão na Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (SMAS/RJ). Temos

¹A gestão dos CRAS em foco: Um Estudo do município do Rio de Janeiro. Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense.

²O Assistente Social no âmbito da gestão da política de assistência social no município do Rio de Janeiro: limites e possibilidades da materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social. Defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

como referência, ainda, a dissertação de mestrado de Piva (2010)³ que argumenta sobre a chegada da Reforma Gerencial do Estado na organização do processo de trabalho da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, na SMAS/RJ a partir dos anos de 1990 e que essa que essa lógica se materializou na formação de assistentes sociais que ocuparam a gestão dos serviços, a partir do processo de descentralização da PNAS iniciado nos anos 2000.

Como dissemos linhas acima, esse capítulo apresenta notas introdutórias que estão sendo construídas no projeto de qualificação, não temos a pretensão de apresentar nenhum resultado definitivo. Porém, já temos algumas premissas que fazem parte desse estudo. A primeira é compreender o/a assistente social como trabalhador(a) assalariado(a) que possui relativa autonomia conforme Yamamoto (2001). Entendendo, assim, que no exercício profissional existem demandas postas pelo empregador que devem ser respondidas, mas a natureza da atuação do Serviço Social junto aos indivíduos possibilita respostas profissionais diversas que podem ir além dos ditames institucionais e contribuir para ações no campo progressista.

Nessa linha de raciocínio, entendemos que a ampliação de postos profissionais no campo da gestão pública está intimamente ligada à Nova Gestão Pública que se apresenta a partir da reprodução da lógica empresarial nos serviços estatais. Sendo assim, o/a assistente social vem ocupando esse espaço com requisições institucionais que visam a produção de consensos sociais na busca de uma produtividade no setor público com finalidades restritas à lógica instrumental. Não obstante, a relativa autonomia não é algo que fique no campo das ideias e pode proporcionar novas possibilidades de atuação visando uma gestão democrática e participativa.

Por fim, não consideramos o campo da gestão como espaço privilegiado para profissionais mais bem capacitados(as) ou local onde só se reproduz a dinâmica do capital. O lugar da gestão está inserido na divisão sociotécnica do trabalho que apresenta tensões e disputas que devem ser desveladas e problematizadas. Queremos então aqui debater que assistentes sociais que atuam no campo da gestão não são apenas os/as profissionais que sucumbiram à reprodução da lógica institucional. São, sim, trabalhadores(as) que lidam como qualquer outro(a) nos limites profissionais, e aqui pretendemos contribuir para que assistentes sociais gestores(as) públicos(as) possam pensar e analisar seu exercício profissional.

O interesse teórico partiu da experiência profissional da pesquisadora em questão, que no mesmo momento em que estava realizando o processo seletivo para o doutorado recebeu o convite para ocupar a direção de um CRAS na zona oeste⁴ da cidade do Rio de Janeiro. Ocupar esse lugar foi visto pela pesquisadora como uma forma de se aproximar

³ PIVA, C. C. M. Trabalho na assistência social carioca na era César Maia. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

⁴ Os bairros que compõem a zona oeste são: Bangu, Barra de Guaratiba, Barra da Tijuca, Camorim, Campo Grande, Campo dos Afonsos, Cosmos, Deodoro, Gericinó, Grumari, Guaratiba, Inhoaíba, Itanhangá, Ilha de Guaratiba, Jacarepaguá, Jardim Sulacap, Joá, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Pedra de Guaratiba, Realengo, Recreio dos Bandeirantes, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba, Vargem Grande, Vargem Pequena, Vila Militar, Vila Valqueire, Vila Kennedy. Esses são bairros mais distantes do centro da cidade e possuem altos níveis de pobreza e outras vulnerabilidades sociais. Desses bairros excluímos Barra da Tijuca e Recreio que fazem parte de uma ampla especulação imobiliária e possuem um perfil totalmente inverso aos demais bairros.

desse objeto que a tinha mobilizado inicialmente⁵. Visto que a mesma ainda não tinha desenvolvido uma experiência laboral junto a um CRAS, apenas em espaços da Proteção Especial de Alta Complexidade e nas áreas de Direitos Humanos⁶. Foi nessa função dentro da divisão sociotécnica do trabalho que o fenômeno começou a se desvelar e o objeto de pesquisa foi se redefinido para a compreensão do/a assistente social que ocupa o lugar de gestão nos CRAS.

No exercício profissional como diretora do CRAS houve uma aproximação com os/as trabalhadores(as) da assistência social, na qual foi possível perceber as diferentes formas de contratação e condições de trabalho precarizadas. Além de vivenciar o lugar de uma assistente social na gestão desse espaço e compartilhar com outras colegas das angústias entre o possível, o necessário e o que cabia nesse espaço. Inicialmente a pesquisadora, ao olhar a forma de organização dos CRAS em resposta a alta procura para ao Programa Auxílio Brasil⁷, entendeu que esse era um fenômeno novo que impunha aos CRAS uma reorganização do processo de trabalho. Mas, ao se aproximar do objeto de forma empírica e teórica percebeu-se que essa forma de organização do processo de trabalho não era algo novo, ou feito de forma desorganizada, muito menos feito na emergência, mas sim uma lógica de trabalho da SMAS/RJ.

Partimos de um problema que se apresentou na realidade concreta, começamos a nos aproximar teoricamente das questões que perpassam esse lugar ocupado por assistentes sociais e agora iniciamos uma pequena síntese com o intuito de apresentar notas introdutórias sobre esse debate. Pretendemos, assim, reafirmar a inexistência da dicotomia teoria e prática, concordando com Guerra e Forti (2009) que além da exigência técnico-instrumental, a ação profissional de assistentes sociais deve ter uma análise teórica crítica. Sabemos como o lugar da gestão é permeado pela exigência de um/a profissional que tenha total conhecimento de instrumentos de gerenciamento, que faz parte do exercício profissional, mas conhecer a realidade e analisá-la criticamente se apoiando na teoria social crítica deve fazer parte do trabalho de profissionais que possuem um Projeto Ético-Político Profissional que defende a Gestão Participativa e Democrática.

1. O debate sobre gestão

No Serviço Social o debate sobre Gestão Pública considera Rodrigo Souza Filho um grande expoente e é nossa referência para esse ensaio. O presente autor traz a relação entre administração e gestão e os trata como sinônimos. Assim, vamos entender o que é administração a partir de Paro (1986), que na perspectiva crítica entende a necessidade de compreensão da realidade social, ou seja, da sociedade capitalista que se divide em classes sociais e é complexa e plena de contradições. Nessa linha de raciocínio precisamos pensar a administração/ gestão não apenas em sua versão do capital, mas em seu conceito geral.

⁵O Impacto no Programa Auxílio Brasil no processo de trabalho dos CRAS Cariocas.

⁶Serviço de Família Acolhedora, URS LGBT e Assessoria a Coordenação de Área.

⁷O Auxílio Brasil foi sancionado por Medida Provisória (MP) 1061 de 09/08/2021 onde se anunciou como um substituto do Programa Bolsa Família, inicialmente se propôs um valor único de R\$400,00 por família e que as vésperas da eleição aumentaram para R\$600,00. Com a eleição de 2022 vencida por Lula, o Auxílio Brasil cai e volta-se ao Programa Bolsa Família em 2023.

A administração para o alcance dos fins do capital se apresenta como uma necessidade de uma sociedade complexa que a partir da divisão social do trabalho foi necessário o controle e coordenação por órgãos e pessoas através de funções administrativas. Paro (1986, p. 18) entende que “a administração é a utilização racional de recursos para a realização de determinados fins”; uma atividade essencialmente humana utilizada a partir da necessidade da mudança da natureza pelo homem segundo a sua capacidade teleológica. Ou seja, considerando as contradições dessa sociedade, a administração pode ser utilizada e entendida tanto a partir de um viés na manipulação de métodos e técnicas, como, também, partindo de sua vertente política considerando escolhas racionais realizadas pelo ser humano.

A administração necessita de uma parte instrumental que é realizada segundo a melhor forma de utilização dos meios e recursos para alcançar seu objetivo final. O problema da concepção utilizada pela Teoria da Administração é a centralidade em sua fase instrumental, na qual o bom gestor é aquele que conhece e emprega métodos e técnicas de gestão, considerando este o processo final. A razão nesse sentido é apenas instrumental, mas em um contexto de gestão pública, conforme o que se apresenta na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) que tem como um de seus princípios um “sistema democrático e participativo de gestão e de controle social” (pg 88), há a necessidade de uma racionalidade voltada para emancipação e liberdade humanas. Indo além da perspectiva instrumental da gestão.

Partindo dessa análise crítica, evitamos uma visão demonizada da gestão, na qual só se identifica a administração como um instrumento de dominação do capital a partir do controle da força de trabalho. A administração na perspectiva empresarial não é universal, assim, há de se pensar na gestão não apenas pelo que é propagado pela Nova Administração Pública que advém do gerencialismo. E, sim, compreender as contradições que perpassam esse lugar que é ocupado por profissionais que possuem uma racionalidade emancipatória. É nesse caminho que é possível:

[...] articular a dimensão política (finalidade) com a dimensão técnica (utilização racional dos recursos) da administração, evitando a cisão entre o político e o técnico. Dessa maneira, rejeita-se a forma tradicional de conceber a administração apenas pelo foco da utilização dos recursos, pois administrar é agir racionalmente para definir fins e utilizar recursos (Souza Filho, 2013, p. 14-15).

Entendemos que o projeto de gestão pública que hoje se apresenta está voltado para uma compreensão de uma Nova Gestão Pública, no qual o discurso neoliberal de Reforma do Estado difunde a ideia de ineficácia do setor público e da necessidade de mudança a partir princípios advindos da esfera empresarial. Trazendo a particularidade de considerar a gestão em seu caráter “social”, assentada sobre novas bases de compreensão do que é público, onde não podemos confundir como público apenas os serviços estatais. Desta forma, abre-se para o setor privado, a gestão dos serviços públicos através das Parcerias Público Privado (PPP), onde a administração burocrática própria da organização estatal deve ser atacada, com um discurso de modernização do Estado, utilizando-se de instrumentos de gestão a partir de novas tecnologias da informação que valorizam apenas ações instrumentais quantitativas realizadas por trabalhadores contratados, retirando desses espaços os profissionais concursados.

É nesse projeto de Nova Gestão Pública que estão as requisições profissionais para os/as gestores(as) públicos(as) e negar esse lugar não é uma opção, entendendo que faz parte da realidade objetiva na qual vivemos e trabalhamos. A necessidade de pensar esse espaço ocupado por assistentes sociais a partir de suas múltiplas determinações é urgente, com vistas a contribuir para que esses profissionais possam pensar o cargo que ocupam a partir da concepção hegemônica da profissão voltada para a emancipação humana.

Concordamos com Souza Filho (2013) quando o autor afirma que entender que a finalidade da administração já está dada, que é a expansão da sociedade capitalista, é uma visão restrita da administração. Pois, essa perspectiva visualiza apenas uma parte da gestão, que é seu componente instrumental. Assim, compreendemos a gestão pública em sua dimensão política, “resgatando a articulação dialética entre política/ finalidades e utilização de recursos/meios/técnicas” (p. 16). Essa forma crítica de apreender a administração nos faz ter a certeza das condições desfavoráveis a uma gestão democrática, mas não há impedimento para a negação desse espaço ou de se assumir uma dimensão apenas instrumental e empresarial da gestão pública.

Souza Filho e Gurgel (2016) apresentam que o/a gestor(a) em sua relativa autonomia junto às organizações empregadoras, a partir de uma visão crítica da gestão, deve compreender o processo contraditório entre as finalidades da instituição e compromisso profissional voltado para gestão democrática e participativa. Entendendo que atuar nessa tensão é uma escolha profissional, como também é uma escolha profissional assumir os objetivos institucionais como seus. Ou seja:

As condições objetivas para implementação da gestão democrática na atual conjuntura são restritas, mas essas condições não impedem o gestor de assumir a opção política democrática. Ao assumir essa opção, o gestor atuará no limite das condições existentes, porém visando tensioná-las para superá-las e/ou contribuir para sua superação (p. 17).

Consideramos importante trazer o debate sobre o que seria essa gestão democrática.

O Brasil vivenciou por 21 (vinte e um) anos uma Ditadura Civil Militar⁸ na qual os direitos civis e políticos foram cerceados. Nos anos de 1980, a tensão entre projetos de sociedade esteve em disputa e se materializou na Constituição Federal de 1988 que trouxe muitos avanços em relação aos direitos sociais e inovou na participação social. A sociedade capitalista é uma sociedade de classes e para Souza Filho e Gurgel (2016) o processo de democratização é a materialização dessa disputa.

Os autores entendem que o processo de democratização não é o objetivo final, mas, sim, um caminho para superação da ordem capitalista e que a gestão “pode ser implementada como um dos elementos que compõem o processo de democratização.” (pg 69). Assim, a democracia não é algo dado, mas sim construído historicamente e assistentes sociais que ocupam o lugar de gestão devem contribuir nesse processo. Dessa forma, entendemos que constar nas legislações sociais como princípio a gestão democrática e participativa não garante que ela realmente esteja sendo efetivada.

A contradição entre as finalidades institucionais e ações gerenciais de cunho democratizante sempre existirão, pois, dentro da sociedade capitalista a democracia estará

⁸De 1964-1985.

sempre na disputa entre os interesses do capital e na melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Desta forma, um/a gestor(a) democrático(a) deve sempre tensionar os objetivos da instituição para ampliação e universalização das condições de vida dos trabalhadores, como também implementar a gestão com a participação de trabalhadores(as) e usuários(as) dos serviços que gerenciamos.

Nessa tensão entre uma gestão que valoriza a manipulação de instrumentos gerenciais e a gestão democrática que está atenta e crítica às finalidades institucionais e tem como elemento central a participação ativa dos que trabalham e utilizam os serviços, é necessário o conhecimento do espaço sócio-ocupacional. Então, veremos agora como a Reforma Gerencial adentra a SMAS/RJ em um momento de implementação da descentralização da PNAS e qual gestor(a) está sendo pensado nesse processo.

2. A reforma gerencial na Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (SMAS/RJ)

A política de assistência social como direito social reclamável do cidadão é recente. Seu histórico é permeado pela caridade na relação do Estado com a Igreja Católica que sempre apresentou ações sem garantia de continuidade e voltadas para uma moralização da pobreza. A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social se estabelece no tripé da Seguridade Social, ao lado da Previdência e da Saúde. O avanço da política de Assistência Social, a partir dos anos 2000 com a organização de seus serviços, é latente, mas, seu percurso pela caridade e solidariedade e uso político com fins eleitorais clientelistas não desaparece.

Entendemos que nesse contexto diversas racionalidades estão em disputa na execução da Assistência Social. Racionalidades que se apresentam na compreensão dela como política pública ou como caridade e/ou solidariedade. Lógicas que impactam em sua execução que tem no governo local, ou seja, no âmbito municipal, sua ação direta. O Governo Federal nos últimos 20 anos organizou a política de Assistência Social privilegiando a descentralização com a execução pelas prefeituras e orientando, a partir da Tipificação dos serviços socioassistenciais, um padrão federativo no atendimento.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) através da Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004 foi um grande avanço para a assistência social como política pública, a partir da necessidade de organização e direcionamento do processo de descentralização. É na PNAS que se estabelece a organização em níveis de complexidade e quais equipamentos fazem parte da proteção básica e da especial.

Na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) aprovada pelo CNAS através da Resolução nº 130 de 15 de julho de 2005 apresenta que a proteção básica atuará na prevenção através de ações territoriais para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Em relação aos instrumentos de gestão, não há um específico para os CRAS, mas há a indicação deles para os entes federativos que são: Plano de Assistência Social; Orçamento; Monitoramento; Avaliação e Gestão da Informação e Relatório Anual de Gestão.

O CRAS foi organizado dentro da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais como um equipamento de proteção social básica da política de Assistência Social que tem como

função operacionalizar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Esses serviços têm como atuação precípua o trabalho através da territorialização e matriciamento sociofamiliar que foi construído nos últimos anos como um espaço que a população aprendeu a procurar para a busca de programas sociais. Esse equipamento foi o primeiro a ser implantado nos municípios com a função de executar os serviços da proteção básica voltado a famílias em vulnerabilidade, como também organizar e coordenar a rede local.

Na NOB-RH/SUAS está normatizada: a equipe mínima que deve compor um CRAS, e uma das funções está a coordenação que deve ser ocupada por um/a técnico(a) concursado(a) com experiência em gestão de programas e projetos sociais. Na cidade do Rio de Janeiro essa função é ocupada em sua imensa maioria por assistentes sociais concursados(as), seguindo o que determina a legislação.

Piva (2010), Silva (2012) e Costa (2018) são assistentes sociais da SMAS/RJ que realizaram estudos em forma de Dissertações de Mestrado, os quais têm em comum o desvelamento das lógicas que perpassam o trabalho desta secretaria. Assim, todas concordam que a partir do ano 2003, retorno da gestão do Prefeito César Maia, tendo Marcelo Garcia como secretário, inicia-se o processo de municipalização e descentralização da PNAS. Esse processo, ao mesmo em tempo que traz a lógica de direito social contemplando profissionais concursados para a SMAS/RJ e a implantação de formas de gestão participativa com a organização do Conselho Municipal de Assistência Social e a descentralização da participação através das Comissões Locais organizadas pelos 10 territórios que compreendem a divisão da assistência social carioca, também impôs uma lógica produtivista, baseada na Reforma Gerencial do Estado.

Piva (2010) ao analisar a Era César Maia na SMAS afirma que a lógica gerencial se inicia com esse governo e em toda a prefeitura na década de 1990 e é reafirmada em seu retorno nos anos 2000 com um discurso empresarial próprio deste prefeito apoiado na Reforma Gerencial que traz o debate da necessidade de uma Nova Gestão Pública. Na SMAS, Piva (2010) afirma que a Escola Carioca de Gestores⁹ institui a lógica gerencial no processo de trabalho, tendo o discurso de fortalecimento da capacitação e da educação permanente voltou-se para debates amplos em seus 19 volumes dos Cadernos da Assistência Social, mas que não chegaram aos CRAS, pois a única formação citada pelos profissionais estava voltada na gestão e execução do Programa Bolsa Família. Assim, alguns profissionais eram convidados a escrever sobre suas análises e experiências, mas a maioria dos profissionais estava realizando ações instrumentais voltadas para o Programa Bolsa Família.

A autora ainda afirma que entre 2003 e 2008¹⁰ a lógica de trabalho da SMAS era a execução de projetos e programas assistenciais com prioridade para o Programa Bolsa Família que ocupou naquele momento “90% das ações em curso operacionalizadas pelos

⁹A Escola Carioca de Gestores da Assistência Social foi criada em janeiro de 2004 pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), e tem o objetivo de potencializar habilidades e competências dos funcionários públicos, além de profissionais de organizações da sociedade civil na gestão de políticas públicas intersetoriais e em rede, especialmente visando à operacionalização da nova Política Nacional de Assistência Social no nível municipal. Seus produtos e serviços estão voltados para a capacitação continuada de gestores, educadores, técnicos e demais profissionais interessados em melhorar e ampliar sua prática profissional na gestão de políticas públicas. (PIVA, 2019, p. 63)

¹⁰Gestão do Secretário Marcelo Garcia.

assistentes sociais” (2010, p. 74). Costa (2018) reafirma que essas “ações se reduziram à cadastros sequenciais, sendo [os/as assistentes sociais] constantemente chamados a responder pela produtividade” (p. 109). Assim, a lógica programática e produtivista com prioridade nos programas de Transferência de Renda não é uma novidade nesta secretaria.

Como dissemos anteriormente, na cidade do Rio de Janeiro a implantação da PNAS iniciou-se em 2004 e uma das decisões foi instituir a Lei municipal nº3746/04 que muda o nome da secretaria que desde sua criação em 1979 se denominava Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) para Secretaria Municipal de Assistência Social. Entendemos que essa mudança indica mais do que uma nomenclatura, vem instituir a lógica de direito social da Assistência Social.

Na criação da secretaria em 1979 não foram instituídos cargos. A lei municipal 110/79 reorganiza a Secretaria Municipal de Turismo, redistribuindo cargos e funções gratificadas desta secretaria para a nova de Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Silva (2012) apresenta que a SMDS se organizou de forma centralizada, seguindo a tecnocracia burocrática implantada pela Ditadura Militar e as ações estavam voltadas na execução do convênio com a LBA (Legião Brasileira de Assistência) junto às favelas cariocas em parceria com lideranças locais, principalmente com associação de moradores. Costa, apud Mota (2018), aponta que a partir da democratização essa proximidade com as lideranças locais foi utilizada como um espaço de cooptação para fins eleitoreiros. Assim, a Política de Assistência Social, na cidade do Rio de Janeiro, também se organiza a partir de interesses clientelistas.

Durante os 44 anos de existência da SMAS/RJ houve muitas oscilações de profissionais. O primeiro momento em que se realizou um corpo técnico de profissionais qualificados foi na década de 1980, onde cerca de 50 assistentes sociais foram convocados do banco de um concurso para saúde. Um concurso próprio para a Assistência Social aconteceu apenas nos anos 2000, momento de organização da Política de Assistência Social, pós-Constituição Federal de 1988 e em vigência da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e um segundo concurso pós a instauração da PNAS. Nessa década, a secretaria chegou a possuir mais de 1 mil assistentes sociais concursados. Os números oficiais mais recentes que temos de acesso público estão no Diário Oficial de 25/06/2018, que apresenta que toda a SMAS/RJ possuía 835 assistentes sociais em exercício.

Podemos perceber que a SMAS/RJ se inicia a partir de uma lógica formal-burocrática tendo sua organização centralizada e os serviços realizados mediante convênio com a LBA de acordo com a metodologia de Desenvolvimento de Comunidade. Na redemocratização essa proximidade com as lideranças locais é utilizada para fins eleitoreiros, demonstrando uma lógica patrimonialista e clientelista típica da formação social brasileira. No final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, já com a Constituição Federal de 1988 em vigor e a Reforma Gerencial do Estado em curso, a SMAS/RJ vai se organizando a partir de duas lógicas que são a do direito social considerando a primazia do Estado na operacionalização da Política de Assistência Social e na organização da Gestão Democrática e Participativa da sociedade e a Gerencial, a partir de um processo de trabalho organizado por metas e produtividade com o objetivo de trazer a Política de Assistência Social para um novo padrão de Estado.

Acreditamos que essas lógicas (Patrimonial, Gerencial e de Direito Social) convivem e se misturam na organização do processo de trabalho desta secretaria. Não existe apenas uma lógica ou que elas se opõem, no qual uma anula a outra, na verdade elas convivem e a

dependem da necessidade política e/ou técnica elas são acionadas separadamente ou são organizadas estratégias que podem uni-las para a conquista de um objetivo. Uma de nossas hipóteses é que esses objetivos construídos pela gestão central da SMAS/RJ apresentam, sim, objetivos a partir do que é preconizado na PNAS, a gestão participativa e democrática, mas, a partir de interesses políticos e necessidades do Capital, esses objetivos ficam em segundo plano.

Assim, para atender aos interesses do capital são alinhados instrumentos de gestão que seguem lógicas gerenciais, através de uma busca incansável por produtividade. Há também uma lógica patrimonialista, a partir de uma relação entre Estado e Sociedade Civil que favorece as relações de clientelismo e favor. E, trabalhando nessa disputa de projetos de gestão, temos profissionais que gerenciam territorialmente essas ações, que são profissionais concursados(as), servidores(as) municipais, em sua grande maioria são assistentes sociais e que possuem um Projeto Ético Político voltado para o fortalecimento de uma gestão democrática e participativa. São trabalhadores(as) que possuem relativa autonomia e lidam a todo o momento com tensões e dilemas na gestão dos CRAS, nas disputas entre projetos profissionais, projetos de assistência social e projetos de gestão.

3. A gestão do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) cariocas

Como já dissemos linhas acima, na cidade do Rio de Janeiro os primeiros equipamentos da Política de Assistência Social foram os CRAS que no processo de descentralização potencializaram o lugar de assistentes sociais na direção local dessa política pública. Esses cargos foram ocupados, e continuam a sê-los, por profissionais concursados, em sua maioria assistentes sociais, fortalecendo o que se apresenta na PNAS de valorização da Política de Assistência Social como função do Estado. Desta forma, além das requisições profissionais pautadas na PNAS e na NOB/SUAS temos a Lei de Regulamentação e o Código de Ética Profissionais que regulamentam nossa intervenção. No documento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre os Parâmetros para atuação de assistentes na Política de Assistência Social está definido que tanto na gestão como na execução devemos trabalhar na perspectiva da gestão democrática e participativa, potencializando a gestão em favor da população atendida.

Estar na direção de um CRAS na cidade do Rio de Janeiro prevê alguns requisitos, alguns estão normatizados, outros não. Podemos citar alguns que cabem a qualquer profissional que está na gestão como o gerenciamento de recursos humanos, dos conflitos, de estoque de materiais, do processo de trabalho, organização do fluxo de atendimento e informações, sistematizar dados e repassar a outros níveis de gestão etc.

Souza Filho e Gurgel (2016) apresentam que a gestão se materializa através de quatro funções gerenciais, sendo: direção, organização, planejamento e controle. Na função de direção estão “as atividades de coordenação e de liderança da equipe de trabalho” (Id. p. 206), ou seja, na gestão de um CRAS o gerenciamento dos recursos humanos e dos conflitos está ligado a essa função. Já, na organização os autores apresentam que é o momento da tomada de decisões tanto na organização do processo de trabalho, definindo responsabilidades e atividades como a alocação dos recursos materiais necessários para

execução dos serviços. Em um CRAS essa função gerencial se encaixa nos requisitos de gerenciamento de estoque e da organização do fluxo de atendimento. O planejamento consiste em “projetar a organização para o futuro e indicar os meios necessários para sua efetivação, durante um prazo determinado” (Id. p. 210) essa função gerencial é sempre tensionada pelas demandas “emergenciais” que atravessam o trabalho. Já a função controle, que para os autores “é constituída de duas dimensões: monitoramento e avaliação” (Id. p. 221), também sofre impacto no cotidiano, por conta do que é prioritário no momento. As direções dos CRAS ficam mais a cargo de repassar números de atendimento e a caracterização do território para os níveis de gestão superiores e estes determinam as ações que devem acontecer.

Ainda concordando com Souza Filho e Gurgel (2016) a gestão não é apenas o lugar de chefia, mas sim um trabalho desenvolvido por qualquer trabalhador:

[...] não estamos identificando aqui o gestor como sendo apenas aquele indivíduo que possui o título de diretor, gerente, coordenador, administrador, gestor, superintendente ou o que valha, qualquer profissional que possui responsabilidade sobre certa atividade que envolva um grupo de indivíduos na execução de tarefas, independente da titulação que possua, administra um processo e, portanto, substantivamente, é um gestor, e, assim, está sob sua responsabilidade desenvolver funções gerenciais (p. 207).

E, entendendo que a administração é um ato racional humano, a restrição do planejamento, avaliação e monitoramento para os/as que ocupam o lugar de gestão dos CRAS não interfere nessas funções gerenciais exercidas por esses/as profissionais. Na verdade, as requisições sobre essas funções gerenciais se restringem a uma ação instrumental. É esperado das direções, além do conhecimento mínimo da Política de Assistência Social, que possuam a capacidade técnica para manipular os instrumentos de gestão cobrados mensalmente como o Registro Mensal de Atendimentos (RMA) e outros de controle diário, semanal ou mensal conforme determinação dos órgãos gestores superiores da SMAS/RJ. Tendemos a pensar que o planejamento e controle ficam a cargo do preenchimento e análise desses instrumentos, que na rotina de trabalho deve ser preenchido e enviado a outros níveis de gestão.

Assim, as planilhas de preenchimento mensal, semanal ou até mesmo diário, por diversas questões que pretendemos desvelar, não são utilizadas como instrumentos subsidiários para o planejamento e controle. Cremos que a valorização da produtividade própria do gerencialismo acaba por deixar nos números e nas metas as finalidades das ações do CRAS. Ou seja, quantos atendimentos individuais, quantos grupos, quantas visitas, quantos cadastros únicos etc. Em uma perspectiva que os números falam por si, e não que se apoiam em uma análise qualitativa para sistematização dessas informações que são a base de um planejamento e controle que tem como premissa a gestão democrática e participativa.

O cargo de gestão na SMAS/RJ é de livre nomeação e exoneração, ou seja, depende de uma indicação, que pode ser técnico/ política ou apenas política a depender do objetivo dos níveis de gestão superiores. Acreditamos que essa é uma fragilidade desse lugar, pois, atender aos ditames de quem indicou acaba por ser um requisito não normatizado, mas, demandado. Nessa linha, outras habilidades também se fazem necessárias como uma boa relação com as lideranças locais, principalmente as que fazem parte do grupo político de quem está comandando a Secretaria e o “jogo de cintura” para que problemas sejam

controlados em nível local e, assim, não cheguem reclamações na Ouvidoria¹¹ ou até mesmo na imprensa. O gerenciamento de crises também é demandado, esse acontece entre as necessidades dos/as usuários/as e o que os CRAS conseguem atender, e o diretor deve evitar o desgaste político na mídia da Prefeitura e da Secretaria.

Assim, o assistente social no cargo de gestão é chamado a ser o profissional do consenso, acalmando ânimos. Ou, sempre que possível, tentar atender aos pedidos das lideranças locais que possuem relação com quem está ocupando a Secretaria no momento, exercendo um lugar assistencial e fortalecendo o clientelismo. Como também, uma lógica que espera que o/a assistente social amenize conflitos a partir de uma relação com a comunidade voltada para uma metodologia de trabalho profissional na lógica da modernização conservadora, através do Desenvolvimento de Comunidades.

Assim, para a SMAS/RJ, gestor é o lugar de chefia em algum espaço institucional organizado pela burocracia municipal carioca, que é convidado a assumir este cargo de confiança e, assim, é esperado que ele cumpra funções gerenciais dentro uma lógica instrumental e clientelista. Ou seja, com uma finalidade que não coaduna com um gestor democrático. Pois:

[...] os fundamentos da gestão democrática devem orientar a efetivação das funções gerenciais. Isso significa dizer que os elementos técnico-operativos de cada função gerencial (direção, organização, planejamento e controle) devem ter como orientação imediata o fortalecimento da espinha dorsal burocrática e a expansão dos mecanismos de participação das classes subalternas nos níveis de decisão e controle das organizações, com o objetivo de ampliar e universalizar as condições de vida nas esferas civil, política e social das classes subalternas, visando contribuir com a superação da ordem do capital. (SOUZA FILHO, 2016, p. 207)

Acreditamos, assim, que a Gestão Democrática e Participativa acaba por não ser debatida e discutida por esses profissionais que ocupam o lugar de gestão nos CRAS que, mesmo sendo assistentes sociais, acabam por atender os requisitos da instituição e restringindo as suas finalidades profissionais à dimensão instrumental da gestão. As formas gerenciais de lidar no cotidiano profissional superam o debate entre gestão instrumental x gestão democrática. O debate sobre democracia e participação na gestão dos CRAS não é valorizada, assim, contribuindo para que essa tensão praticamente não exista, considerando as formas de sua efetivação

Nas dissertações de Silva (2012) e Costa (2018) podemos perceber essa disputa que se materializa entre o/a assistente social gestor(a) que deve conhecer e saber utilizar as ferramentas gerenciais como forma de realizar seu trabalho dentro do que é necessário para as novas requisições profissionais.

Partimos da premissa de que a conformação da vigilância está diretamente ligada à utilização adequada das principais ferramentas de gestão, vinculando-se a reestruturação das múltiplas dimensões do processo de trabalho nos CRAS. Para tanto, faz-se necessário reafirmar que o olhar sobre o território deve ser mediado por elementos e instrumentos que direcionem da forma mais apropriada à adoção

¹¹Na prefeitura do Rio de Janeiro as ouvidorias chegam através do canal intitulado 1746 que pode ser acessado por telefone, whatsapp, aplicativo ou diretamente na internet. Nesse canal é possível enviar sugestões, reclamações e/ou elogios e uma das metas é responder rapidamente às reclamações e evitar que as mesmas surjam. O acesso pode ser feito por link disponível em <https://www.1746.rio/hc/pt-br>

de mecanismos capazes de articular, mobilizar e catalizar efeitos positivos para gestão da política de assistência social nesses espaços. (SILVA, 2012, p. 126).

Nessa visão, podemos perceber que o que falta aos/às profissionais que ocupam o lugar de gestão nos CRAS é lidar com os instrumentos gerenciais. Claro que os instrumentais são apresentados como forma de mediação para uma análise mais ampliada, mas nessa visão não se apresenta a gestão democrática e participativa como finalidade da boa manipulação dessas ferramentas. E, sim, os efeitos positivos da política de assistência social que pode ficar centrada, ainda, em apenas ações numéricas que não trazem a participação de trabalhadores(as) e usuários(as) nessa gestão.

Como nesse espaço, dentro da divisão sociotécnica do trabalho, estão em sua maioria assistentes sociais, acreditamos na possibilidade dessa tensão através do estudo de Costa (2018) que aponta a necessidade de ter uma visão ampliada sobre a gestão aliando a dimensão técnica, relativa a como lidar com instrumentos gerenciais. Mas, também, a dimensão ético-política e teórico-metodológico para que a atuação do assistente social na gestão não esteja apenas vinculada a uma lógica tecnicista.

Os autores [Souza Filho e Gurgel, 2016] consideram a possibilidade de o assistente social gestor assumir um posicionamento crítico, visando uma gestão democrática, desenvolvendo um trabalho através da leitura sobre os limites da sua condição enquanto trabalhador. O não reconhecimento dessa condição, seja pela categoria profissional, seja pelo próprio assistente social gestor, conduz para uma prática no exercício profissional “fatalista” ou “messiânica”. Dessa forma, é importante reconhecer os limites e possibilidades do exercício profissional no contexto institucional, e no caso dos assistentes sociais entrevistados, também na implementação da política de assistência social (p.136).

Percebemos, assim, que projetos estão em disputa sobre a atuação do/a assistente social no campo da gestão, sendo um voltado para uma lógica gerencialista, que entende que as funções gerenciais devem ter como objetivo resultados positivos para a política pública. E, temos também uma lógica voltada para a compreensão de que estar no lugar da gestão não afasta o/a assistente social, mesmo que esteja nessa função por indicação, de ter compromisso com a emancipação humana, através de uma Gestão Democrática e Participativa, entendendo que somos trabalhadores(as) assalariados(as) que possuem uma relativa autonomia. E, essa relativa autonomia não é uma abstração, mas sim um exercício diário na relação que se estabelece no cotidiano profissional entre os objetivos institucionais e os objetivos profissionais, de compromisso com a participação, com a democracia e com a melhoria das condições de vida das classes subalternas.

Considerações finais

Entendemos que essa pesquisa, ainda está em passos iniciais, mas possui uma grande relevância para que possamos distinguir e confrontar as finalidades institucionais e o compromisso profissional em um contexto de uma lógica gerencialista que atinge até mesmo profissionais concursados(as). Pois, o projeto de Nova Gestão Pública pretende afastar a gestão e a execução mesmo entre servidores(as), entendendo que apenas alguns(mas) profissionais tem o perfil para ser gestores(as), sendo aqueles que manipulam os instrumentos gerenciais com excelência os/as que devem ocupar esse lugar. Já profissionais

que defendem a participação social e possuem compromissos com a mudança da realidade são os que devem ocupar a execução.

Assistentes Sociais ocupando cargos de gestão ou na execução das políticas públicas devem ter o compromisso com a democracia, participação e com a população a qual atende. Não é o lugar dentro divisão sociotécnica do trabalho que define as finalidades profissionais, mas sim a tomada de decisão profissional utilizando sua relativa autonomia. Entendemos que desvelar as tensões e dilemas que se apresentam no cotidiano profissional de assistentes sociais que estão ocupando cargos de gestão contribui para que esse espaço não seja desconsiderado por profissionais comprometidos com o Projeto ético-político profissional.

Referências

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 145 do Conselho Nacional de Assistência Social**. Publicado no DOU de 28/10/2004.

BRASIL. Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social. **Resolução no 130 do Conselho nacional de Assistência Social**. Publicado nº DOU de 15/07/2005.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social. **Resolução nº269 do Conselho Nacional de Assistência Social**. Publicado no DOU de 26/12/2006.

BRASIL. **Medida Provisória 1061 de 9 de agosto de 2021 que institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências**. DOU Publicado em: 10/08/2021, Edição: 150, Seção: 1, Página: 6.

CFESS. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2007.

COSTA, Michele. **O assistente social no âmbito da gestão da política de assistência social no município do Rio de Janeiro: limites e possibilidades da materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

FORTI, Valéria. e GUERRA, Yolanda. Na Prática a Teoria é Outra? In: **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Lumen Juris. RJ, 2009.

GURGEL, Carlos. e SOUZA FILHO, Rodrigo. **Gestão Democrática e Serviço Social**. Biblioteca Básica do Serviço Social. Cortez. SP, 2016.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PARO, Vitor. **Administração escolar: introdução crítica**. Cortez: Autores Associados, SP. 1986

PIVA, Carla. **Trabalho na assistência social carioca na era César Maia**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Viviane. **A gestão dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS em foco**: um estudo do município do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado apresentada Programa de Estudos de Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, 2012.

SOUZA FILHO, Robrigo de. **Gestão Pública e Democracia**: a burocracia em questão. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

VIII

Questão social e superexploração: apontamentos a partir da unidade classe, raça e gênero

Gustavo Fagundes

Introdução

A presente reflexão tem por objetivo contribuir na atual agenda de pesquisa sobre a questão social no Brasil, principalmente a partir do traço estrutural das relações raciais em nossa formação social, a vigência da superexploração enquanto aspecto marcante da dependência e o patriarcado como elemento central da dinâmica das relações sociais. Esse entrelaçamento nos auxilia a compreender a permanência de particularidades na conformação da classe trabalhadora, nas respostas do Estado à luta de classes e, em última instância, na emergência da própria questão social. Dessa forma, desejamos adensar a perspectiva vigente no Serviço Social.

A temática referente à questão social é normalmente atrelada a alguns documentos históricos da nossa profissão ou com determinadas publicações que ganharam contornos de verdadeiros clássicos, dada a relevância corretamente construída em torno dessas elaborações. Falamos desde os textos contidos na edição número 3 da revista *Temporalis* até as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, passando por um livro da Biblioteca Básica e outros esforços de pesquisa. Um tema de investigação que percorre dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso, artigos em periódicos, além de uma gama de grupos de estudo e pesquisa. Todo um arcabouço teórico desenvolvido em contato com o conjunto da teoria social crítica, diálogo com amplas áreas do conhecimento e firme rigor na condução intelectual. A empreitada ao longo das próximas páginas irá se debruçar em aliança ao que foi produzido, pensado e difundido no processo histórico de conformação das firmes bases da profissão no Brasil. Logo, a busca é por caminhar junto ao acúmulo estabelecido e apresentar algumas proposições para a compreensão do que vem a ser a questão social no Brasil.

Nesse sentido, nosso percurso teórico-metodológico está centrado na teoria social fundada por Marx e Engels, enraizado na crítica da economia política. Assim, a incursão sobre as elaborações a respeito da questão social e o Serviço Social se apoiam no projeto de formação profissional construído pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS, 1996) e com relevante diálogo com Marilda Iamamoto (2001) e José Paulo Netto (2001). Dessa forma, buscaremos localizar pontos de intersecção entre as perspectivas aqui apresentadas e avançar na compreensão do real com indicativos de superação de eventuais imbróglios.

Tendo a luta de classes, as contradições da acumulação capitalista e as mediações do aparelho estatal como pontos nodais do que vem a ser a questão social e o espraio das suas expressões, é preciso uma aproximação desses referenciais com a realidade latino-americana, em geral, e brasileira, em específico. Sobre esse aspecto, ressaltamos a persistência de três tensões (FERREIRA; FAGUNDES, 2021) que podem produzir distorções analíticas: a) a tendência a cindir particularidade e totalidade, o que pode trazer o entendimento de que uma sobrepõe a outra. Particularizando o que é total ou alçando o universal ao que é

particular; b) tratar o racismo e a questão racial como mera herança colonial, ignorando sua umbilical conexão com o desenvolvimento capitalista e o mercado mundial; c) abordar o patriarcado moderno como traço de um suposto arcaísmo, sendo assim alheio à funcionalidade para a acumulação capitalista.

Longe de buscar uma alusão panfletária, iremos buscar relacionar e dialogar categorias que foram e são desenvolvidas no âmbito do marxismo. E qual será a relação desse percurso com o Serviço Social? Netto (1999) nos auxilia ao abordar que o projeto profissional se vincula a um projeto societário, o qual deve buscar uma nova ordem social, baseada em contornos de superação da exploração e dominação de classe, etnia e gênero. Yamamoto (2001) vai além e nos conduz a necessidade de maior profundidade, como “a premissa é de que a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho” (p. 10), o que implica em umbilical ligação com o processo de acumulação e os desdobramentos sobre as classes sociais, em especial a classe trabalhadora. O que “diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura” (p.16) e, portanto, expressa “disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizada por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (p. 17). Temos com isso uma firme orientação sobre as raízes e formas de expressão desse elemento nuclear da profissão e que, ao mesmo tempo, reserva o centro da prática interventiva da categoria profissional.

Nesse sentido, trataremos a seguir de pressupostos que julgamos serem fundamentais na apropriação da questão social no Brasil em sua conformação e posteriormente uma apresentação de hipótese para o seu entendimento.

1. De onde viemos e os caminhos que podemos percorrer

Frente ao debate clássico na tradição crítica a respeito da questão social no Brasil, existe no âmbito do Serviço Social uma importante iniciativa de incorporar, qualificar e atualizar as discussões sobre o tema. Esse é um esforço coletivo, e que abrange o conjunto da categoria profissional e pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Uma empreitada fundamental, seja pelos desafios impostos pelas transformações no mundo do trabalho e na própria ordem societal (ANTUNES, 2018; BEHRING, 2018) como também por aprofundar nas elaborações próprias da questão social e suas particularidades, elementos centrais da realidade brasileira, o que na nossa avaliação diz respeito ao racismo estrutural (ALMEIDA, 2019; MOURA, 2014), o patriarcado (SAFFIOTI, 2015; LERNER, 2019), além da superexploração e a dependência (BAMBIRRA, 2012; MARINI, 2005). Dessa forma, temos em mãos um complexo fenômeno para desvelar.

Buscaremos relacionar a vigência da opressão racial e patriarcal com a questão social em nosso país. Partimos do entendimento do racismo como elemento estrutural na formação social brasileira e substância central na dominação de classe, qualificado como uma potente arma ideológica. E como tal, possui tentáculos na dinâmica econômica, política e tem no Estado um firme ponto de apoio. Uma mínima atenção a divisão social do trabalho no Brasil produz a percepção de uma contraditória relação entre os trabalhadores negros com os trabalhadores brancos, entre homens e mulheres, além de uma escala superior de degradação do trabalho as mulheres negras, criando um gradiente de hierarquização funcional à reprodução ampliada do capital. Além disso, orientamos um exame da questão social a partir

da superexploração da força de trabalho. Uma categoria que a nosso ver se constitui de elementos capazes de nos auxiliar no entendimento da luta por direitos, nos limites da democracia burguesa em nosso país e, fundamentalmente, na aproximação transversal das particularidades da questão social com as relações raciais. Um percurso que já é tema de esforço analítico no período recente (FAGUNDES, 2022; SOUZA, 2023). E nesse mesmo interregno, entendemos que as relações de dominação patriarcal agem em sentido favorável - e/ou funcional - à acumulação capitalista, principalmente, por produzir legalidades históricas em tendência a inferiorizar as mulheres e com isso apoiar sobre seus corpos e mentes tarefas relacionadas ao cuidado, exprimindo uma rotina de trabalho não pago e/ou sub remunerado. Portanto, entendemos esses elementos como indispensáveis à compreensão da gênese da questão social, sua constituição e os desdobramentos até o tempo presente, entendendo “as dimensões de gênero, raça/etnia e do desenvolvimento desigual como determinantes da lei do valor e à análise da questão social” (FERREIRA; FAGUNDES, 2021, p. 62).

Assim, acreditamos ser possível estabelecer conexões com produções que moldaram a compreensão do Serviço Social sobre a questão social. Dessa forma, compartilhamos da elaboração de Josiane Soares Santos (2010):

Para explicar a “questão social” no Brasil não basta identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista, que compõem o nível da universalidade; há que acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes desta sociedade enquanto formação social concreta, para que se tenha condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da “questão social” (p. 128-129).

O que encontra relação nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996):

A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbanos e rurais. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações socioambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários (p. 17).

Esses elementos se combinam ao entendimento da questão social como desdobramento da contradição entre o capital e o trabalho, a partir da Lei Geral da Acumulação e a constituição da classe trabalhadora enquanto classe para si a partir da mediação política do Estado. Logo, essa definição geral, em elevado nível abstrato, deve ser adensada com outras determinações para que possamos obter maior definição na compreensão do real. Isso significa que é preciso discorrer sobre as classes sociais no Brasil, em particular na conformação daquela que é obrigada a vender sua força de trabalho e suas resistências, além de todo constructo do aparelho estatal para mediar, via coerção e consenso, a luta de classes.

O que trazemos aqui não é a inauguração de uma agenda de pesquisa ou uma inovação nos termos da compreensão sobre a emergência da questão social em nosso país ou nas suas expressões nos dias atuais. O objetivo é adensar o que já foi produzido nos

marcos do Serviço Social, por referências que ergueram os diques que dão sustentação teórica e metodológica para o conjunto da profissão, sempre afiançados com a tradição marxista.

Marilda Yamamoto (2001) aponta a questão social como “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras” (p. 11) e avança:

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência direta do Estado para o reconhecimento e a legalização dos direitos e deveres dos sujeitos envolvidos (p. 17).

No trecho acima a autora traz delineamentos mais rígidos sobre a questão social, alçando maiores determinações e aprimorando o entendimento sobre suas conexões internas. Inclusive caminhamos em sentido semelhante, quando no mesmo texto percebemos as críticas às concepções liberais.

Netto (2001) afirma que “na agenda contemporânea do Serviço Social, a “questão social” é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual” (p. 41). E afirma:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a questão social - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social; está não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência dominante. A questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando a segunda (p. 45).

Ainda que de maneiras distintas, o que essas duas importantes referências do Serviço Social trazem possuem semelhanças e fundamentais pontos de conexão. Logo, a abordagem da questão social está intimamente relacionada com a lei geral da acumulação capitalista e os desdobramentos políticos da contradição entre o capital e o trabalho, o que se inscreve na dinâmica de luta e resistência dos trabalhadores.

Esse é o ponto ao qual devemos nos apegar e é, na nossa avaliação, a principal contribuição dos intelectuais supracitados para esse debate. Estabelecer a discussão sobre a questão social em nossa profissão nesses termos é uma vitória política, a qual se expressa no projeto profissional, nas diretrizes curriculares e na agenda da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS. Portanto, o que vamos explorar na sequência é possível por sabermos de onde viemos e pelas possibilidades criativas e rigorosas que a tradição marxista nos oferece.

2. A unidade dialética na apreensão da questão social no Brasil

A partir de agora será realizado um procedimento de contribuição na elaboração clássica sobre a questão social no Brasil. O intento é de adensar o que já temos de elaboração, sem necessariamente entrar em conflito com eventuais produções. Essa opção metodológica diz respeito ao próprio caráter desse texto, o qual julgamos ser uma mera exposição de um momento da pesquisa que irá resultar na tese de doutorado.

Adiantamos, em diálogo ao que afirma Ruy Mauro Marini ao final da introdução do seu célebre ensaio *Dialética da Dependência*, “o rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para o processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo.” (2005, p. 139). Dessa forma, queremos apontar uma proposta de interpretação da conformação da questão social em nosso país a partir das categorias presentes na crítica da economia política, sem perder de vista a diversidade do conjunto da tradição marxista. É nesse sentido que buscamos sintetizar temas como dependência, superexploração, patriarcado e racismo estrutural. Justamente por considerarmos que sem esse aporte categorial é insustentável uma plena compreensão da dinâmica das classes sociais em solo brasileiro, seja na sua conformação como nos entraves com o Estado burguês enquanto mediação opressora.

Ferreira e Fagundes (2021) apontam que o estudo teórico da relação valor é condição central para a compreensão da posição social das mulheres, pessoas LGBTQIA+ e indivíduos racializados não brancos, principalmente quando a determinação das inter-relações entre classe, gênero e raça/etnia. Esse entendimento nos exige uma “articulação unitária dessas relações” (p. 46).

Na particularidade latino-americana, o Brasil apresenta, de forma singular, processos históricos que demarcam as relações entre capital e trabalho pautadas pela superexploração da força de trabalho como determinante econômico do capitalismo dependente, e tem como base fundante e dinamizadora o racismo, que, instituído desde a invasão colonial, ao contrário de ser concebido como traço morto ou vestígio do sistema escravista, foi dinamizado e incrementado como um dos mecanismos reguladores do capitalismo dependente e do imperialismo. Desse modo, as contribuições de Clóvis Moura possibilitam compreender a dinâmica brasileira a partir das relações raciais e sua centralidade na formação da estrutura da sociedade de classes, e explicita que a questão racial não é uma expressão da questão social, mas constitutiva da relação entre capital e trabalho e seus desdobramentos. Por fim, Moura nos ajuda a compreender a vinculação da luta antirracista e anticapitalista como única forma de superação do racismo e, por conseguinte, dessa ordem societária. Queremos com esses apontamentos afirmar que o debate sobre a questão social no Brasil perpassa necessariamente pela questão racial, coadunando com uma vasta produção contemporânea que vem pautando a importância de maior contundência na incorporação da temática étnico-racial na abordagem sobre a questão social e o Serviço Social. Nesse sentido, entendemos, assim como Santos (2010), que as particularidades do capitalismo no Brasil determinam a questão social no país.

Marcelo Badaró Mattos (2008; 2009) nos auxilia nessa empreitada. O historiador faz um criterioso exame da conformação da classe trabalhadora no Brasil, principalmente por trazer elementos que identificam o sujeito negro - escravizado, livre ou liberto nas últimas décadas do século XIX - nas mais diversas ocupações laborais em âmbito urbano. Além disso, traz também exemplos de organizações e mobilizações desses trabalhadores, o que acaba por exigir uma mediação estatal frente suas reivindicações e os interesses da classe patronal no processo de fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, então capital do império. João José Reis (2020) discorre com riqueza de detalhes sobre a greve negra na Bahia em 1857 e que teve como estopim a decisão da assembleia provincial de alterar a legislação fiscal e da regulação dos chamados ganhadores, o que provocou esse processo de luta entre

trabalhadores negros escravizados e o poder público local. Esse imbróglio na costura inicial do mercado de trabalho brasileiro produziu fraturas que permaneceram no período pós-abolição.

Marini (2005) aponta que a América Latina teve uma participação coadjuvante na passagem da mais valia absoluta para a mais valia relativa, dada a sua relação comercial com os países europeus. Absorvemos esse ponto e avançamos a partir das contribuições de Erik Williams (2012), Robin Blackburn (2016), Dale Tomich (2011), Rafael Marquese e Ricardo Sales (2016) na compreensão da escravidão como um processo histórico fundamental para o alvorecer do modo de produção capitalista e, principalmente, para o seu desenvolvimento no século XIX. Momento esse marca a instauração da divisão internacional do trabalho e a ebulição do mercado mundial capitalista, fenômenos que teriam desdobramentos distintos sem a oferta de mercadorias produzidas por economias escravistas, em particular o Brasil, Cuba e os (sul) dos Estados Unidos. Portanto, é inescapável a vinculação entre a moderna sociedade burguesa e o jugo escravista. O chamado século antiescravista foi, na verdade, o ápice da diáspora africana e da intensidade do trabalho dos corpos e mentes negras em uma relação compulsória.

Sendo o Brasil um país com produção baseada na escravidão, isso já enquanto nação independente, e uma economia estruturada na exportação de bens de pouca complexidade, Marini (2005) - junto da Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra - desenvolve a chamada Teoria Marxista da Dependência. Uma abordagem que condensa o arcabouço teórico que nos possibilita decifrar as origens e base da dependência que ainda nos assola, como a integração subordinada ao mercado mundial e intercâmbio desigual de mercadorias, o que deságua na transferência de valor das nações dependentes rumo às centrais. Portanto:

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (MARINI, 2005, p. 138).

A nossa formação econômica e social se molda a essa característica em um sentido favorável ao capital. Dessa forma, concebemos - nos termos de Marin - a superexploração como um mecanismo de compensação a essa perda de valor.

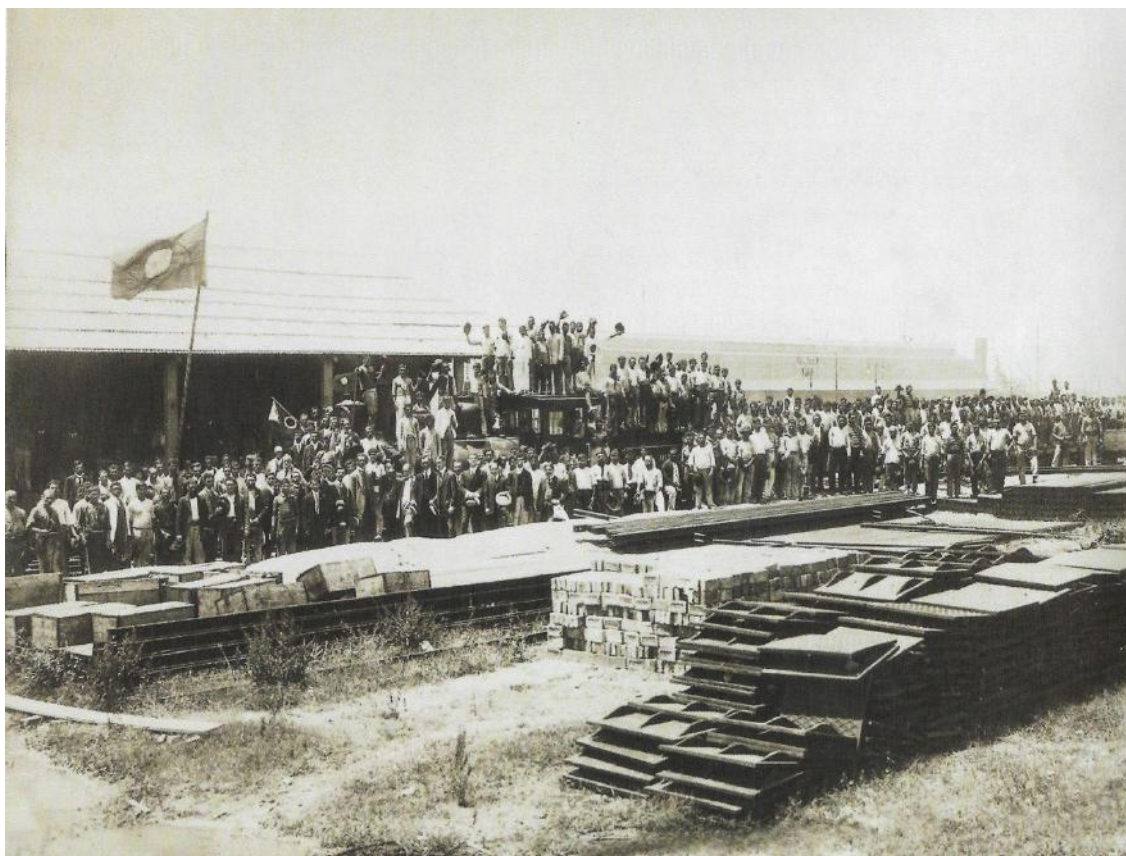
A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida à exploração capitalista nas determinações mais gerais da lei do valor, está também, submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor (LUCE, 2018, p. 155).

Logo, entendendo a superexploração como um pilar da organização social e econômica dos países dependentes, sua manifestação pode ser captada em quatro expressões: a) pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; b) o prolongamento da jornada de

trabalho além dos limites normais; c) o aumento da intensidade além dos limites normais; d) o hiato entre o elemento histórico moral do valor da força de trabalho e a remuneração do trabalhador. Portanto, se a questão social nos termos de Yamamoto (2001) e Netto (2001) tem como ponto de partida a lei geral da acumulação e a contradição capital-trabalho, é preciso adensar essa definição com a categoria superexploração, justamente por se tratar do traço mais lembrado do capitalismo dependente, tal nos apresenta Mathias Luce (2018).

Isso se acentua ao recuperar a definição de Marx (2017) sobre o controle e a oscilação dos salários, “grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva” (p. 712-713). Carcanholo e Amaral (2008), a partir de Ruy Mauro Marini, apontam o exército industrial de reserva como categoria anteriormente essencial para a superexploração. Percebemos na organização do mercado de trabalho no Brasil uma característica peculiar com a participação de negros, enquanto primeiro força dos indivíduos submetidos a rotina de desemprego, informalidade, subemprego e toda a dinâmica de ociosidade forçada, como nos alerta Fagundes (2022) ao buscar estreitar superexploração e racismo. Logo, o exército industrial de reserva se forma e se mantém não só de maneira avolumada como também com marcante racialização. Dessa forma, o racismo age no sentido de agudizar as expressões da superexploração da força de trabalho, pressionando para baixo o valor da força de trabalho e o conjunto das condições de vida da classe trabalhadora.

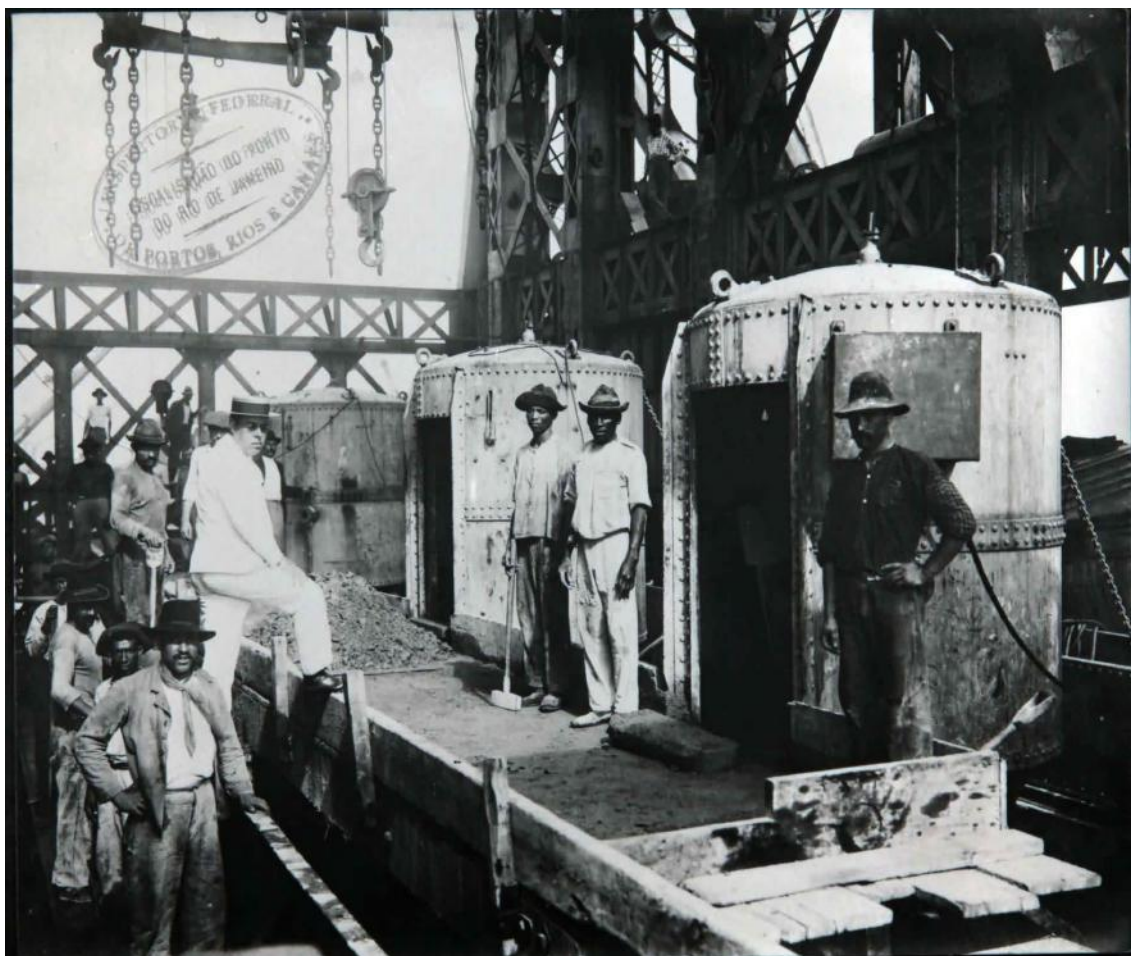
Ainda que o presente texto não tenha o enfoque da conformação da classe trabalhadora no Brasil, as discussões sobre a emergência da questão social passam por esse elemento. Logo, acreditamos ser de grande valia trazer ao debate a exposição de algumas fotos de um dos principais empreendimentos - no ramo da construção civil e com objetivo de expansão das relações no mercado mundial - executados no país no início do século XX, justamente a chamada reforma-construção do Porto do Rio de Janeiro (ocorrido entre 1903 e 1914), tal qual indica Thiago Vinicius Mantuano da Fonseca (2022) em sua tese de doutorado. Essa foi uma obra que empregou milhares de trabalhadores, com maioria para os nacionais (brancos e negros) e também com participação de estrangeiros (portugueses em sua maioria). A imagem abaixo retrata um momento célebre: a inauguração de um dos armazéns. Além de ser possível comprovar, a partir da observação, a diversidade racial entre os sujeitos, reconhecemos no lado esquerdo a exibição da bandeira da União dos Pedreiros, uma associação de classe fundada em 1903. Uma organização que encampou as lutas por melhores condições de trabalho, principalmente ao que tange às melhorias salariais e redução da carga horária. Temos com isso um aspecto importante de organização e mobilização da classe trabalhadora brasileira, no centro político e administrativo da república, exigindo respostas do Estado nacional.



Fonte: RIO DE JANEIRO (cidade). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Série Fotografias. Coleção Augusto Malta. Operários em Inauguração de Armazém. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1908 [circa].

Na imagem a seguir temos com maior nitidez o elemento racial dos trabalhadores envolvidos na reforma-construção do Porto do Rio. Isso significa dizer que os trabalhadores negros estavam diretamente envolvidos no principal empreendimento do Estado brasileiro no período, articulados de forma organizada na defesa dos seus interesses de classe e na busca por respostas estatais as suas exigências. Avaliamos que essa combinação de acontecimentos deve adensar de maneira qualitativa a compreensão sobre a questão social no Brasil. Cabe ressaltar que a engenhosa máquina operada por esses trabalhadores estava na fronteira tecnológica no país, começou a ser utilizada em nossas fronteiras justamente no empreendimento aqui descrito.

Enfatizamos que o conjunto dos sujeitos envolvidos na obra do Porto não eram negros. Pelo contrário, compartilhavam as experiências de classe com trabalhadores brancos nacionais e também estrangeiros. Entretanto, compreendemos que a vigência do racismo tende a corroer a disputa no âmbito do mercado de trabalho. Uma constatação que fortalece nossa hipótese de entrelaçamento das dimensões de classe, raça e gênero. Assim, nos diferenciamos da afirmação de Montaño e Duriguetto (2011) de que o “capitalismo pode existir e se perpetuar mesmo resolvendo a discriminação racial, de orientação sexual, de gênero etc” (p. 127).



MINAS GERAIS (estado). Arquivo Público Mineiro. Coleção Nelson Coelho de Senna. Operários no interior de um flutuante usado na construção do cais do porto da cidade do Rio de Janeiro. (1904-1911[?]). Localização: NCS-137(42). Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro.

Gracyelle Costa Ferreira (2020) traz em sua tese de doutorado uma importante pesquisa sobre os trabalhadores negros na origem da política social no Brasil. Onde a partir de dados primários e secundários, apresenta distintas experiências de proteção social originadas em categorias profissionais como marítimos, ferroviários e portuários. Ocupações laborais com ampla participação de pessoas negras e que foram referência na organização sindical, na luta por direitos e que através das suas associações contribuíram para a experiência de classe do proletariado brasileiro, sem perder de vista as reivindicações de enfrentamento à opressão racial.

Partimos da compreensão de que o gênero não se determina de forma individual na sociedade, está sempre relacionado à condição de classe e raça, o que nos coloca em pleno diálogo com Angela Davis (2017). Logo, a dimensão do patriarcado moderno é central para as relações sociais, seja na subjugação das mulheres em todas as esferas como na produção de papéis sociais diferenciados e na dinâmica do mundo do trabalho. Essa tecnologia de dominação tem configuração estrutural neste modo de produção, o que nos permite entender que mulheres são oprimidas em sentido totalizante do seu ser, é a combinação ideológica que rebaixa suas condições de vida enquanto classe e também como mulher. E que encontra caráter agudizado na rotina das mulheres negras.

A Teoria da Reprodução Social (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019) nos auxilia na compreensão da funcionalidade do patriarcado para ocultar a relação valor do trabalho executado por mulheres, principalmente naquelas atividades entendidas como sendo responsáveis pelo cuidado e de caráter doméstico. Socialmente minimizado, mas que representa a garantia da reprodução do conjunto da classe trabalhadora. Assim, percebemos um dos mecanismos do capital para expropriar, ocultada e violentamente, o trabalho das mulheres na reposição do desgaste da força de trabalho do conjunto da classe trabalhadora.

Pelo que acumulado da abordagem aqui apresentada, julgamos que os indivíduos centralmente oprimidos neste modo de produção passam a compor as primeiras fileiras do exército industrial de reserva. O que em nossa avaliação significa um rebaixamento nas condições de vida e trabalho de mulheres, pessoal não heteronormativas e racializadas. Defender uma unidade na diversidade é o ponto central dessa análise. Enquanto o capital busca cindir as frações da classe trabalhadora, é nosso anseio ter como perspectiva uma teoria unitária de emancipação.

Considerações finais

Desde já aproveitamos para apontar que essa é uma elaboração em nível introdutório sobre o tema. Ainda que o objeto aqui tratado já tenha sido foco de produções anteriores, os obstáculos da pesquisa avançam e com isso novos desafios são colocados à mostra. Os escritos aqui apresentados fazem parte de um momento no percurso investigativo que irá desembocar na tese de doutorado. Não significa a renúncia aos pressupostos aqui levantados. Pelo contrário, é somente a necessária ponderação para uma devida compreensão sobre o estágio da análise aqui percorrida.

Frente a isso, vivenciamos no Brasil contemporâneo um momento de acirramento na luta de classes, um período que nos apresenta uma crise profunda do capital, que busca alternativas na ampliação da expropriação e espoliação (Boschetti, 2018). Tal cenário é crucial para o entendimento das tendências da questão social e suas particularidades, o que não é possível de ser efetivado sem o conhecimento prévio e minucioso da formação social brasileira, das relações raciais e patriarcais que a permeiam e das condições vinculadas a superexploração da força de trabalho. Portanto, devemos avançar na ampliação da lente de interpretação da realidade brasileira enquanto subsídio para o Serviço Social. Um caminho já aberto e que segue em constante crescimento. Deixar de lado os dogmas e utilizar as armas da crítica para desvelar a brutal estrutura do capitalismo dependente, visto que sem cumprir tal objetivo estaremos distantes de uma emancipação plena. Logo, apontamos a construção de uma *chave de análise* que nos “permite compreender mais profundamente as tendências do mundo do trabalho à feminização e à racialização, bem como a questão social, na crise estrutural, onde o capital busca enfrentar a crise por meio da equalização por baixo do valor da força de trabalho” (FERREIRA; FAGUNDES, 2021, p. 46).

Referências

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo público, exploração e expropriação no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, Ivanete (org). **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete (org). **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). **Escravidão e Capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 13-54.
- CARCANHOLO, Marcelo.; AMARAL, Marisa. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, n. especial, p. 163-218, 2008.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2017.
- IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9 - 32, jan./jul. 2001.
- FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. **Superexploração e racismo no Brasil**: diálogos e questões. Curitiba: Editora Appris, 2022.
- FERREIRA, Carla.; FAGUNDES, Gustavo. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 62-76, jul./dez. 2021.
- FERREIRA, Gracyelle. **Raça e nação na origem da política social brasileira**: União e Resistência dos trabalhadores negros. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2020.
- FONSECA, Thiago. **A construção do porto do Rio de Janeiro**: do capital comercial ao capital financeiro e industrial. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, Niterói, 2022.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

- LUCE, Mathias. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.
- MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p.99-161.
- MATTOS, Marcelo. **Escravizados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MATTOS, Marcelo. Trajetória entre fronteiras: o fim da escravidão e fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Florianópolis: **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 1, p. 51-64, jan./jun. 2009.
- MARX, Karl. **O Capital Livro 1**: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: módulo 1 – Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. CFESS, Brasília, 1999.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41 - 50, jan./jul. 2001.
- REIS, João José. Ganhadores: **A greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SANTOS, Josiane. Particularidades da “Questão Social” no Brasil: Elementos para o debate. In: Dossiê: A “Questão Social”. **Temas & Matizes**, v. 9, n. 17, p. 125-150, 2010.
- SOUZA, Cristiane. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social e Sociedade**., São Paulo, v. 146 (1), p. 16-35, 2023.
- TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão**. Trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

IX

O processo de enegrecimento da categoria de assistentes sociais e a divisão racial do trabalho no Brasil: uma aproximação com o debate da pertença étnico-racial no perfil profissional do Serviço Social

Leonardo Dias Alves
Fátima Grave Ortiz

Introdução

O objetivo desse capítulo é analisar a alteração na pertença étnico-racial no perfil das/os assistentes sociais brasileiras/os para se aproximar do processo de enegrecimento da categoria. Desse modo, do ponto de vista metodológico, revisitamos os resultados de duas pesquisas sobre o perfil da/o assistente social brasileira/o publicadas pelo Conselho Federal de Serviço Social intituladas: “*Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*” (2005) e “*Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*” (2022).

A partir da complexificação desse debate, elegemos a *divisão racial do trabalho* como uma categoria fundamental para analisar a realidade brasileira e, sobretudo, subsidiar nossa hipótese de que há em curso um processo de enegrecimento da categoria profissional de assistentes sociais determinado pelo racismo.

A divisão racial do trabalho é extremamente complexa e entranhada na divisão social e técnica do trabalho brasileira. Assim, essa categoria demanda do Serviço Social uma análise sofisticada e bem fundamentada histórica e teoricamente para se aproximar do processo de enegrecimento da categoria de assistentes sociais. Alves (2022a, p. 219) afirma que

A divisão racial do trabalho não é um arranjo institucional provocado pelo racismo estrutural, mas uma forma de ser do racismo no mercado de trabalho, fornecendo uma filtragem racial na compra e venda da força de trabalho, e está diretamente ligada ao modo de produção capitalista. A divisão racial do trabalho penetrou profundamente na sociedade capitalista, alargando o pauperismo, com a racialização do desemprego e com os baixos salários, que refletem na educação, na saúde, nas políticas sociais, na economia, ou seja, em todas as esferas que compõem a vida material da população negra.

Defendemos que, assim como o racismo, a divisão racial do trabalho não é uma categoria simples e/ou de fácil apreensão. Muito pelo contrário. A divisão racial do trabalho, sedimentada pelo racismo que se estruturou no Brasil, fundamenta o processo de marginalização da população negra. Esse capítulo objetiva se afastar da aparência comportamental e individualista do racismo, para entender a imbricação entre a divisão racial do trabalho e a divisão social e técnica do trabalho, e como esse processo pode explicar o enegrecimento da categoria de assistentes sociais. Não podemos incorrer no risco de tratar a aparência comportamental e individualista do racismo como o núcleo duro da sua (re)produção no âmbito da sociedade brasileira. Essa perspectiva se limita e se esgota nela

mesmo, pois o racismo não pode ser enfrentado, combatido e, sobretudo, superado, se a centralização das ações antirracistas for no campo individualista.

A divisão racial do trabalho é uma das particularidades da sociedade capitalista, e é um problema entranhado em toda a realidade social do Brasil. Dessa forma, devemos compreender que o processo de enegrecimento da categoria profissional do Serviço Social brasileiro se dá numa sociedade, cujo racismo é estrutural e o seu combate e enfrentamento deve ser parte da luta geral da classe trabalhadora.

Assim, o método que nos permitiu nos afastarmos da aparência comportamental e individualista do racismo e da divisão racial do trabalho para nos aproximarmos do processo de enegrecimento da categoria de assistentes sociais, foi o materialismo histórico-dialético. Nesse sentido, o materialismo histórico-dialético nos permitiu, pelo constante movimento do pensamento, nos apropriarmos da materialidade do processo de enegrecimento da categoria de assistentes sociais.

Ao enegrecer-se, o Serviço Social brasileiro está alargando as suas fileiras com profissionais que integram uma classe trabalhadora racialmente discriminada e explorada, e, conseqüentemente, o Serviço Social depara-se com os dilemas que envolvem as relações étnico-raciais experimentadas pela classe trabalhadora negra.

1. A divisão racial do trabalho e a classe trabalhadora negra no Brasil: uma aproximação com a imbricação com a divisão social e técnica do trabalho

*“A realidade do negro no Brasil está contida em um círculo vicioso.
O início desta ciranda começa exatamente no mercado de trabalho.
O desemprego, ou o pior, o não-trabalho sistemático leva a família negra à desagregação.
O trabalho é a atividade fundamental do homem.
Uma boa parte do tempo da nossa vida é passado trabalhando.
Todo homem tem direito ao trabalho para poder se realizar como pessoa e ao mesmo tempo sustentar a si mesmo e a sua família.
No Brasil, até mesmo este direito elementar é, muitas vezes, negado ao negro”
(Clóvis Moura, 1986, s.p).*

Tomamos como ponto de partida essa importante síntese moureana, pois, de imediato, nos situa sobre a complexidade da relação entre o racismo estrutural¹ e o mercado de trabalho e, fundamentalmente, como tem repercutido na vida cotidiana da classe trabalhadora negra. Compreendemos, ainda de acordo com o autor, que esse “círculo vicioso” traz no seu bojo a precariedade como condição de vida para a sociabilidade da classe

¹ Compreendemos o racismo a partir da tese de Almeida (2018), que defende que “[...] o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, [...] o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais – e, portanto, incompletos – de conceber o racismo. Em suma, procuramos demonstrar [...] que as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade” (ALMEIDA, 2018, p.15-16).

trabalhadora negra. Esta se afirma a partir da existência histórica do mercado de trabalho, mediado pelo “não-trabalho sistêmico”, como uma importante fundamentação teórica para aproximar-se da problemática da divisão racial do trabalho no Brasil.

Moura (2021) salienta que a classe trabalhadora negra, pós-abolição do regime de trabalho escravista e ascensão do mercado de trabalho assalariado, sofreu com restrições atribuídas à sua cor de pele no mercado de trabalho e nas demais instituições. Além disso, o autor destaca que a classe trabalhadora negra passou a ser enquadrada no chamado “mau cidadão”, situada nas mais baixas camadas sociais, interpretada como operária/s não qualificada/o, alocada para os segmentos sociais mais precarizados e subalternizados da realidade brasileira.

Observa-se que os vínculos empregatícios das (os) trabalhadoras(es) negras(os) é um forte indicativo da presença da divisão racial do trabalho no Brasil, pois a população negra estava inserida em ocupações irregulares, subalternizadas e precarizadas (ALVES, 2022a, p.218).

Em outra obra, Moura (2019) observa que a classe trabalhadora negra não foi incorporada ao proletariado nascente, mas passou a compor a franja marginal do mercado de trabalho e, conseqüentemente, da sociedade em sua totalidade e junto com esse processo desenvolve-se elementos ideológicos de bargame social apoiados no preconceito de cor.

Assim, afirmamos que o racismo estrutural se faz presente no mercado de trabalho, e possibilita a sedimentação da divisão racial do trabalho, cuja finalidade é estabelecer as condições necessárias para a exclusão e marginalização das/os trabalhadoras/res negras/os do mercado de trabalho assalariado formal, assim como determina as condições materiais para a classe trabalhadora negra ser inserida de forma precária em postos de trabalho informais ou com salários insuficientes para a produção e reprodução da vida social (ALVES, 2022a).

Certamente, a divisão do trabalho² acompanha a relação de dominação da classe burguesa sobre o conjunto da classe trabalhadora, e o racismo, como apresentamos até aqui, não está isento desse processo. De tal modo, nos cabe identificar como a divisão racial do trabalho, nessa relação de dominação de classes, a partir da constituição das profissões, se apresenta enquanto uma importante mediação do racismo na divisão social e técnica do trabalho. A aproximação entre a divisão racial do trabalho e a dominação de classes nos auxilia a compreender como as profissões são constituídas e se relacionam na divisão social e técnica do trabalho.

Objetivando compreender a divisão racial do trabalho na totalidade da sociedade burguesa, não podemos deixar de evidenciar a sua relação direta com a divisão social e técnica do trabalho. Batista (2020) considera que existe uma imbricação entre as categorias divisão social e divisão técnica do trabalho, mas salienta que há uma “diferença cêntrica” em relação ao conteúdo substancial totalizante desses conceitos. O autor nos orienta que “[...] a divisão técnica do trabalho é expressão de uma das dimensões da divisão do trabalho.

² A divisão do trabalho, a linguagem, a cooperação e o trabalho são categorias específicas do ser social, que no seu conjunto e nos seus detalhes, sempre terão caráter de complexo e só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata (LUKÁCS, 2013). Assim, “[...] devemos recorrer ao método marxiano das duas vias [...]: primeiro decompor, pela via analítica-abstrativa, o novo complexo do ser, para poder, então, a partir desse fundamento, retornar (ou avançar rumo) ao complexo do ser social, não somente enquanto dado e, portanto, simplesmente representado, mas agora também compreendido na sua totalidade real” (LUKÁCS, 2013, p.42).

Imediatamente, assinalamos que a outra parte intrínseca à divisão do trabalho explicita-se, em seu conteúdo, sob a denominação de divisão social do trabalho” (BATISTA, 2020, p. 112). Além disso, observa-se que

Conforme os homens foram dominando as leis da natureza e, conseqüentemente, a própria materialidade da natureza, a divisão técnica do trabalho permitiu ampliar, exponencialmente, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista industrial, o campo da criação de especialidades, condição fundante para continuarmos, enquanto seres sociais, recuando da natureza, ou seja, avançando o ser social da sua condição singular, imediata, em direção evolutiva, demarcada pelo movimento dialético, em relação ao ser social humano genérico. É na esfera da genericidade que alcançamos e nos apropriamos dos conteúdos em maior grau de qualidade e complexidade universal” (BATISTA, 2020, p. 113).

É no fazer cotidiano da divisão técnica imbricada com a divisão social do trabalho, enquanto conteúdo de poder, que ocorre a decisão política (BATISTA, 2020). Dessa forma,

É no momento que se estrutura a divisão social do trabalho (historicamente determinada) que os sujeitos envolvidos são identificados em seu devido lugar, ou seja: é no desenvolvimento dos processos de trabalho que detectamos e nomeamos quem são os sujeitos que comandam e quem são aqueles que são comandados. Aqui se põe uma relação socialmente determinada de pertencimento de classe. Estabelece-se a concretização da existência de sociedades estruturadas em todos os períodos civilizatórios até o presente momento, em classes sociais, compreendendo que “[...] a história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 4) (BATISTA, 2020, p. 113).

Consideramos, de acordo com Cardoso (2013), que as profissões se enquadram enquanto formas de organização e controle do trabalho, ou seja, determinam como a divisão social e técnica do trabalho vai desenvolver-se na sociedade brasileira. Cardoso (2013, p. 71) afirma que

A maneira como cada profissão estará inserida nessa divisão terá a ver, portanto, com as demandas históricas e políticas que lhe são postas diante dos interesses do capital, tendo também, em nosso entender, a ver com a maneira como cada profissão se organizará para responder a tais demandas diante dos distintos níveis de consciência que seus agentes terão sobre a funcionalidade que a profissão tem para o modo de produção dominante.

Dessa forma, “[...] o racismo e os seus mecanismos de produção e reprodução, fazem parte da totalidade do processo de formação das profissões na sociedade capitalista” (ALVES, 2022b, p.453). A constituição das profissões – do processo formativo à absorção no mercado de trabalho – é permeada por relações de dominação, que envolvem determinantes étnico-raciais, relações de sexo e classe, que no âmbito do cotidiano institucional dos espaços sócio-ocupacionais, direcionam ético-politicamente a divisão social e técnica do trabalho, desenhando os limites e as possibilidades de reprodução de opressões e conflitos sociais que integram o tecido social da sociedade brasileira.

Observa-se que, na sociedade burguesa, como é o caso da sociedade brasileira, o racismo, enquanto uma arma ideológica da classe dominante, é articulado com mecanismos como a meritocracia para justificar, no âmbito da divisão social e técnica do trabalho, a

diferenciação entre “profissões de prestígio”³ – como por exemplo: Medicina e Direito – confrontando-se na divisão social e técnica do trabalho com “profissões subalternizadas”⁴ – como por exemplo: Enfermagem e Serviço Social –, que seguem a tendência da pertença étnico-racial das “profissões de prestígio” serem majoritariamente brancas⁵ e das “profissões subalternizadas” serem majoritariamente negras⁶.

O racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político. É por isso ingenuidade, segundo pensamos, combatê-lo apenas através do seu viés acadêmico e estritamente científico, uma vez que ele transcende as conclusões da ciência e funciona como mecanismo de sujeição e não de explicação antropológica. Pelo contrário superpõe-se a essas conclusões com todo um arsenal ideológico justificatório de dominação (MOURA, 1994, p. 28).

A problemática do racismo e da divisão social e técnica do trabalho vai ao encontro da complexificação da nova relação social que o capitalismo estabeleceu para definir as classes sociais fundamentais. Dessa forma, essa relação foi moldada pelas relações estabelecidas pelas classes fundamentais do escravismo moderno, ou seja, escravagistas x escravizados, que forneceram a forma e o conteúdo do modo de pensar e agir da sociedade escravista brasileira. Fundou-se, portanto, uma divisão do trabalho que definiu o escravizado-negro como os braços e as pernas dos processos de trabalho, ou seja, como trabalhador do penoso labor da produção de mercadorias no período escravista-colonial, e o escravagista-branco como a mente controlando e administrando os meios de produção – incluindo os escravizados – e o gerenciador e proprietário único de toda a riqueza socialmente produzida pelos escravizados.

A divisão racial do trabalho, portanto, exerce um papel importante para a manutenção da divisão das classes sociais, e, conseqüentemente, também impacta na constituição das profissões na sociedade capitalista. Essa relação fornece a aparência da divisão racial do trabalho, que atravessa a constituição das profissões, centralizado, de forma quase que hegemônica, a classe trabalhadora negra em ocupações servis, como por exemplo, os serviços de limpeza e a construção civil, dentre outras. Porém, esse processo complexifica-

³ Vargas (2010, p. 107) considera que “Medicina, Direito e Engenharia são as nomeadas profissões imperiais em nosso país (COELHO, 1999). Como tal, historicamente produziram práticas monopolísticas que reforçaram suas posições de prestígio e estabeleceram barreiras frente às demais profissões”.

⁴ Yazbek (2014, p. 684) afirma que “a subalternidade é uma categoria política e faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção por meio de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política. Nesse sentido, não podemos abordar indivíduos e grupos subalternos isolando-os do conjunto da sociedade. A subalternidade diz respeito à ausência ‘de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção (Almeida, 1990, p. 35)”.

⁵O Conselho Federal de Medicina afirma que “dentre os concluintes de Medicina em 2019, 67,1% se autodeclararam da cor ou raça branca; 24,3% se declaram pardos, enquanto 3,4% se autodeclaravam de cor ou raça preta. Os demais se declararam de cor ou raça amarela (2,5%) e indígena (0,3%), além de 2,4% que não quiseram declarar. Entre os períodos estudados, houve aumento gradual do percentual de alunos autodeclarados pretos e pardos; em 2013 eram 23,6%, em 2016, representavam 26,1% e, em 2019, eram 27,7% do total” (CFM, 2020, p. 112).

⁶Aqui é importante destacar que, no caso do Serviço Social, devemos levar em consideração que a pesquisa publicada sobre o perfil da categoria em 2005 apontava para uma predominância branca no perfil da profissão (CFESS, 2005), o que nos indica que, mesmo sendo uma profissão que ao decorrer do seu processo de institucionalização e amadurecimento continuou sendo majoritariamente feminina, também sofre com processos de subalternização nos espaços sócio-ocupacionais.

se ainda mais nas profissões que exigem ensino superior. Como já mencionamos, existe uma tendência de diferenciação das profissões de nível superior, como profissões de prestígio social e profissões que exercem as suas funções e atribuições de forma subalternizada.

2. As profissões e a divisão racial do trabalho

As profissões, enquanto forma de controle do trabalho, são atravessadas pelo movimento concreto das relações étnico-raciais e sexuais e, portanto, não podemos deixar de considerar que a divisão social e técnica do trabalho é impregnada pela divisão racial e sexual do trabalho. Para a proposta delimitada para esse capítulo, a nossa análise está voltada para a aproximação da divisão racial do trabalho enquanto uma importante categoria para analisar o processo de enegrecimento da categoria de assistentes sociais, mas isso não significa que desconsideramos a importância da divisão sexual do trabalho, principalmente, porque o Serviço Social é uma profissão de predominância feminina. Hirata e Kergoat (2007, p. 599) definem que

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Porém, ao considerar a importância das relações étnico-raciais, fundamentalmente do racismo, para a formação social brasileira, a análise da divisão sexual do trabalho precisa considerar a relevância da imbricação da divisão racial do trabalho com a divisão social e técnica do trabalho para a manutenção das relações de sexo, sobretudo, porque são as mulheres negras que, no quadro do trabalho assalariado, sofrem com os rebatimentos da precarização e da subalternização no mercado de trabalho. Mas, é importante considerar que, as mulheres negras, nessa relação de precarização das condições de trabalho e vida, não são seguidas pelas mulheres brancas, mas sim pelos homens negros. Isso demonstra que não podemos desconsiderar os rebatimentos da divisão racial do trabalho, mas devemos evidenciar que esta também é uma das formas da divisão social do trabalho, que tem rebatimento direto na sua divisão técnica, e conseqüentemente, nas condições de vida da classe trabalhadora negra.

Beltrão e Teixeira (2005) afirmam que as escolhas entre as alternativas de carreira – ou escolha de profissões –, em nível de ensino superior e universitário, são realizadas por mediações de determinantes sociais. Dessa forma, as autoras informam que

[...] que tanto as mulheres quanto os negros estão presentes na universidade de forma desigual em relação aos homens brancos, no que se refere às carreiras. Tudo indica que estes últimos dominam as carreiras de mais alto prestígio e status sociais. Assim, pretende-se verificar até que ponto esse mercado universitário coloca mulheres e negros em patamares próximos de escolha e possibilidades (BELTRÃO; TEIXEIRA, 2005, p. 143).

As autoras demonstram, a partir do Censo de 1960 do IBGE, que os cursos de nível superior eram agregados em subgrupos, tais como: ciência – bacharelado e didática; tecnologia; medicina e serviços sanitários; direito e economia; letras e belas artes, dentre outros. Observa-se que o Censo de 1970 não apresentou nenhuma informação sobre o quesito raça/cor. Assim, seguindo para os anos 1980, as autoras afirmam que os cursos de nível superior foram agrupados em ciências biológicas e da saúde; ciências exatas e tecnológicas; ciências agrárias; ciências humanas e sociais – que inclui o Serviço Social; letras e artes; e defesa nacional.

Observa-se, que nos anos 1990 e 2000 ocorreram mudanças na forma do agrupamento das carreiras/profissões; mas foi nos anos 2000 que o Censo do IBGE utilizou uma desagregação completamente diferente para identificar as áreas gerais e específicas do conhecimento: educação; arte, humanidades e letras; ciências sociais, administração e direito; ciências, matemática e computação; engenharia, produção e construção; agricultura e veterinária; saúde e bem-estar social – que inclui o Serviço Social –; e serviços.

Beltrão e Teixeira (2005, p.175) ao analisarem os dados de 1960 a 2000 sobre cor e curso destacam que:

O que podemos depreender dos dados censitários brasileiros, no que concerne à inserção dos diferentes grupos de cor nas carreiras universitária, é que essa inserção ocorre, de alguma forma, espelhando a escala de ordenação de participação por sexo: em geral, carreiras mais masculinas têm menor participação de pretos e pardos; e carreiras mais femininas, maior participação desses grupos.[...] Algumas carreiras são exceções para essa regra, tanto entre as mais femininas como no outro extremo, entre as mais masculinas. Entre as mais femininas, a maior inserção relativa de pretos e pardos dá-se em enfermagem, geografia e história. Entre as mais masculinas, essa maior inserção se dá nas carreiras de teologia e na carreira militar. É interessante notar que essas duas carreiras não se enquadram dentro da cadeia produtiva stricto sensu, mas dentro do mercado de bens simbólicos.

A divisão racial do trabalho se sofisticou na lei de compra e venda da força de trabalho e provocou a supressão da classe trabalhadora negra dos setores dinâmicos da economia, ou seja, do mercado de trabalho formal, inserindo-a em ocupações e empregos de subsistência e subalternizados, com baixa remuneração ou não assalariados. Esse processo complexo e contraditório jogou a classe trabalhadora negra para a pobreza e para o desemprego estrutural, condicionando essa população às diversas expressões da emergente “questão social”. Essa constatação, de certa forma, demonstra como a classe trabalhadora negra historicamente esteve atrelada às diversas expressões da chamada “questão social” no Brasil.

Contudo, devemos compreender a implicação entre a divisão racial do trabalho e as expressões da “questão social” que no processo histórico brasileiro convergem, denunciando a dialética entre o racismo e a exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista. Esse processo dialético nos permite evidenciar a presença do racismo no controle da compra e venda da força de trabalho e, por conseguinte, no emergente mercado de trabalho assalariado brasileiro.

É importante destacar a articulação política dos movimentos sociais negros que ocorreu entre os anos 1990 e 2000, atrelados aos processos de redemocratização e efervescência dos movimentos sociais no Brasil. Oliveira (2016) ressalta dois acontecimentos

que, ao nosso ver, são importantes para se desvelar o processo de enegrecimento da categoria de assistentes sociais. De acordo com o autor, o primeiro foi o reconhecimento institucional da existência do racismo no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo em vista a realização da marcha à Brasília, organizada pelos movimentos sociais negros, como celebração dos trezentos anos de Zumbi dos Palmares. Estes entregaram uma carta ao então presidente com uma série de reivindicações e denúncias de racismo, obrigando-lhe a reconhecer a sua existência. O segundo decorre do primeiro, que foi a criação, pelo mesmo presidente, do Grupo de Trabalho Internacional para a elaboração de políticas públicas de combate ao racismo.

Dessa forma, evidencia-se, de acordo com Oliveira (2016, p. 32) que “[...] o combate ao racismo transcendeu da denúncia para o reconhecimento de sua existência e, finalmente, para ser incluído na dimensão institucional da formulação das políticas públicas”. Conforme Oliveira (2016), com a vitória do Partido dos Trabalhadores, em 2003, foi implementado um modelo político público baseado na transversalidade e no controle social, que é apresentado como um elemento singular para entender esse processo. Esse modelo foi chamado de “democracia participativa” e uma das suas principais características fundamentais é a construção de espaços de diálogos entre o governo e os representantes dos respectivos movimentos sociais para realizar a avaliação e a formulação de políticas públicas (OLIVEIRA, 2016). Assim, convém destacar que

Essa situação possibilitou que o movimento negro avançasse para a conceituação do racismo institucional, isto é, a reflexão sobre os problemas de natureza institucional, da máquina responsável pela implantação das políticas públicas, como um dos principais entraves para que as medidas institucionais sejam efetivamente aplicadas. Estudos que demonstram a pequena aplicação de dispositivos legais, como a Lei n. 10.639/03 e a criminalização do racismo, entre outras, vão nesse sentido. O despreparo e mesmo o pensamento racista presente nos agentes públicos, ou a forma como a máquina administrativa é montada, entre outras coisas, são expressões desse racismo institucional (OLIVEIRA, 2016, p.33).

Oliveira (2016) afirma, nesse sentido, que o racismo não pode ser restringido a um problema de formação ou de comportamento. Dessa forma, devemos reafirmar que “o racismo deve ser visto como questão estrutural” (OLIVEIRA, 2016, p.34). Assim, ao ser elevado a uma dimensão institucional, o racismo passa a ser enfrentado como objeto de combate por meio de políticas públicas e não mais como um problema que deveria ser resolvido pela polícia ou psiquiatria, enquanto uma questão moral e comportamental.

Esse resgate histórico é importante para compreendermos que o processo de imbricação da divisão racial do trabalho com a divisão social e técnica do trabalho é extremamente complexo, e os seus principais contornos atravessam, não somente, mas fundamentalmente, a pertença étnico-racial das profissões. E é nessa seara que, de certa forma, podemos localizar o processo de enegrecimento da categoria de assistentes sociais, não como algo acidental, mas que acompanhou o processo de transição do combate do racismo para o âmbito institucional, tendo como um dos principais mecanismos deste enfrentamento a incorporação das políticas de ações afirmativas. Com a entrada da classe trabalhadora negra nas universidades, esta tendeu a encaminhar para profissões tidas como femininas, em sua maioria, que pela lógica da divisão sexual do trabalho, consistem em profissões subalternizadas e/ou de menos prestígio social, como é o caso do Serviço Social.

3. Uma aproximação com o enegrecimento da categoria de assistentes sociais

O Serviço Social é uma profissão que está inserida na divisão social e técnica do trabalho, enquanto uma especialização do trabalho coletivo na ordem da sociedade capitalista industrial e da expansão urbana (IAMAMOTO, 2012), e o foco da sua atuação são as expressões da “questão social”. Trata-se de uma profissão que possui respaldo legal para a sua atuação, por meio do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996/1999) e da Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n. 8.662/93).

Os anos 1990 e início dos anos 2000 demarcam um importante marco histórico para o Serviço Social brasileiro, que está expresso no direcionamento ético-político que a profissão assume, ou seja, “[...] na constituição da hegemonia do que hoje se denomina projeto ético-político profissional do Serviço Social, em um processo de continuidades e rupturas com o momento que o antecedeu” (CARDOSO, 2013, p. 195). É importante destacar que

Uma das projeções de dever ser na profissão no contexto da renovação do Serviço Social situada como projeto hegemônico entre os anos de 1979 a início da década de 1990, quando se consolidará no projeto ético-político. Sua teleologia aponta para a transformação social, com o reconhecimento da necessária vinculação do Serviço Social às classes trabalhadoras e movimentos sociais na construção de tal transformação. Suas dimensões política e ética pautam-se na perspectiva emancipatória explicitada pela assunção do compromisso com a classe trabalhadora e a demarcação da historicidade dos processos sociais. Tem como referência teórica o materialismo histórico-dialético que lhe traz a visão do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo e, portanto, o assistente social como classe trabalhadora, que é contratada pela burguesia para atender as demandas da classe trabalhadora, tendo nesse projeto papel fundamental na organização e conscientização dessa classe (CARDOSO, 2013, p. 194).

Forti e Coelho (2015) assinalam que o Projeto Ético-Político é um projeto profissional crítico, que resultou do compromisso assumido pela profissão, e que possui fundamentação democrática e progressista. A sua principal característica é o fortalecimento da luta da classe trabalhadora. Mas, aqui deve-se tomar nota, que a classe trabalhadora não é uma massa homogênea, com uma só característica – no caso, possuir exclusivamente a força de trabalho para vender –, mas que se trata de uma classe trabalhadora que possui gênero, sexualidade, raça, etnia, religião, dentre outras; e é remontada por segmentos racialmente discriminados.

Brites (2013, p.53) afirma que:

A base de fundamentação deste projeto profissional, em seus aspectos históricos, teóricos e ético-políticos, indica as orientações de valor que se pretende realizar no âmbito do trabalho profissional. Ao realizar o seu trabalho, o Assistente Social comprometido com esse projeto profissional procura afirmar valores como a liberdade, a democracia, a justiça social, a cidadania, e todos os valores que representam a afirmação de direitos historicamente conquistados e a ampliação do acesso à riqueza socialmente produzida.

Para compreender a inserção do Projeto Ético-Político na perspectiva emancipatória, é importante compreender a emancipação política e a emancipação humana. Marx (2010, p. 52) compreende que a emancipação política “[...] representou concomitantemente a emancipação da sociedade burguesa em relação à política, até em relação à aparência de um teor universal”.

Marx (2010, p. 41) afirma que

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática.

No processo de formação sócio-histórica e racial no Brasil, a emancipação política que supostamente ocorreu no país, com o fim do regime escravista, e que de modo geral, deveria ter superado a dominação racial do escravocrata sob o escravizado, não ocorreu. O escravizado deixou de sê-lo, mas sob o julgo do racismo, não se tornou cidadão. Nesse sentido, o racismo se apresenta como um grande entrave para a emancipação política, já que nem como cidadã a população negra é tratada.

Neste sentido, para o aprofundamento dos princípios do Projeto Ético-Político, no que envolve uma disputa de consciência social e racial, visando à emancipação humana, o antirracismo deve ser apresentado como um eixo central das lutas, reflexões e embasamento teórico no conjunto das/os profissionais de Serviço Social.

Assim, consideramos que

A divisão racial do trabalho é um entrave para a realização da emancipação política da população negra no sentido de acesso a bens, riqueza socialmente produzida e aos direitos de cidadania. Cabe aprofundar as determinações econômicas e sociais de como o racismo estrutural sedimenta a divisão racial do trabalho no Brasil, para compreender a sua forma de ser e se materializar no mercado de trabalho, e como na contemporaneidade estabelece o processo de diferenciação entre as(os) trabalhadoras(es) negras(os) e as(os) trabalhadoras(es) brancas(os) (ALVES, 2022a, p.219).

Dessa forma, o enegrecimento da categoria de assistentes sociais brasileiras/os, expressa pela alteração da pertença étnico-racial no perfil profissional do Serviço Social, também expõem a tripla opressão que grande parte do conjunto da categoria vem experimentando cotidianamente.

Podemos observar esse processo em dois momentos, que são marcados pela publicação das pesquisas referentes ao perfil profissional do Serviço Social. Até a primeira metade da primeira década do século XXI, entre 2004 e 2005, a pertença étnico-racial era majoritariamente branca. De acordo com o CFESS (2005, p.21-22),

A maioria das (os) profissionais se identificou como branca (72,14%); em seguida aparecem as(os) pretas(os)/negras(os) (20,32). Contudo, apareceram mais 10 variáveis de autodeclaração étnicorracial. Os índices da pertença ao grupo das(os) pretas(os)/negras(os) foram maiores no Norte (37,50%) e no Nordeste (32,88%), o que fez diminuir os índices da pertença branca (46,88% e 50,68%, respectivamente). Em contrapartida, os índices desta última crescem no Sudeste (79,58%) e mais ainda no Sul (93,23%), onde só aparecem 5,26% de pretas(os)/negras(os). Os índices dos demais pertencimentos não são

significativos, ainda que possamos destacar que a menor variedade se deu no Sul (somente parda e morena) e no Centro-oeste (parda, japonesa branca e morena). O Nordeste apresentou a maior variedade (7), seguido pelo Sudeste e Norte (5 em ambos).

Esse período relaciona-se com o processo inicial e voluntário de universidades públicas começarem a adotar as ações afirmativas, ou cotas raciais, como forma de assegurar o ingresso da classe trabalhadora negra no ensino superior. Compreendemos, contudo, a partir dessa primeira pesquisa, que o Serviço Social brasileiro, como parte da realidade, recebia na formação do seu quadro técnico, em função do racismo no acesso da classe trabalhadora negra ao ensino superior, maioria branca. Considerando, “[...] o acesso ao ensino superior no Brasil ainda é restrito à população geral, prevalecendo as pessoas de cor branca como as que têm mais oportunidades de acesso a esse grau de ensino [...]” (CFESS, 2022, p.30).

Porém, com o resultado da última pesquisa sobre o perfil da categoria de assistentes sociais, comprovou que hoje o Serviço Social é majoritariamente negro (preto e pardo) (CFESS, 2022). Destaca-se que

Sobre a pertença étnico-racial das/os profissionais recadastradas/ os, os dados indicam que metade das/os profissionais se auto reconhecem como de cor/raça preta/negra/parda, com 22.255 registros, o que representa 50,34% das/os participantes. Na sequência estão as/os profissionais autodeclaradas/os brancas/os, com 20.771 registros, ou 46,98%. As/os Assistentes Sociais de raça/cor amarela vêm em seguida, com 819 registros (1,85%), seguido de indígenas, com 140 pessoas (0,32%). Outra cor/raça sem identificação específica registrou 227 ocorrências, correspondendo a 0,51%” (CFESS, 2022, p.30).

O CFESS (2022) recomenda que é necessário aprofundar o debate sobre esse importante aspecto do perfil profissional, mas que isso requer também o rigoroso compromisso e um debate ampliado. Nesse sentido, entendemos que o processo de enegrecimento da pertença étnico-racial no perfil de assistentes sociais deve ser apreendido a partir da totalidade das relações étnico-raciais brasileiras, sobretudo, sobre a imbricação da divisão racial do trabalho com a divisão social e técnica do trabalho no Brasil, que define os contornos do racismo na constituição das profissões – da formação à absorção no mercado de trabalho.

O debate sobre a pertença étnico-racial no perfil profissional do Serviço Social, fundamentalmente, não pode ser apartado da análise dos fundamentos da profissão em diálogo com a realidade, e requer uma apreensão crítica do significado social do processo em curso de enegrecimento da categoria de assistentes sociais no país. Nesse sentido, entendemos que o Serviço Social brasileiro é duplamente atravessado pela realidade das classes trabalhadoras racialmente discriminadas. Por um lado, tendo o seu quadro técnico composto majoritariamente por assistentes sociais negras/os (pretas/os e pardas/os); por outro, conforme o apontamento do CFESS (2020, sp.), “[...] o trabalho de assistentes sociais tem relação direta com as demandas da população negra que reside nos morros, nas favelas, no sertão, no campo e na cidade, e o combate ao preconceito é um compromisso previsto no Código de Ética profissional”.

Porém, com o enegrecimento da categoria, as expressões do racismo não são mais, de certo modo, exclusividade da população usuária dos serviços prestados por assistentes

sociais. Por esse motivo, reforçamos a importância dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional da/o Assistente Social, de 1993, principalmente o “VI – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” e “XI – Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2012, p. 23-24), para entendermos a necessidade de compreender, de forma aprofundada e crítica: o que expressa para o Serviço Social brasileiro, inserido em uma sociedade racista, ter como parte do seu quadro técnico majoritariamente profissionais negras/os?

Assim, a/o assistente social negra/o é um/a trabalhador/a assalariado/a que vende a sua força de trabalho, que só pode se reproduzir socialmente a partir da obtenção de um salário. Mas, a partir do processo de constituição da classe trabalhadora brasileira, devemos evidenciar que a classe trabalhadora negra experimenta esse processo a partir da mediação racista que origina e mantém a divisão racial do trabalho. Dessa forma, considerando as/os assistentes sociais enquanto sujeitos históricos, devemos, fundamentalmente, descortinar a relação entre a formação social brasileira e o racismo na constituição das subjetividades que fornecem a forma e o conteúdo do processo de enegrecimento da categoria de assistentes sociais. Assim, precisamos entender que a constituição do racismo enquanto estrutura social da sociedade capitalista, repercute diretamente no cotidiano das/os trabalhadoras/es racialmente discriminadas/os, como é o caso de assistentes sociais negras/os. A divisão racial do trabalho é, portanto, uma das formas e conteúdo que sedimentam a exploração racializada da força de trabalho na sociedade brasileira e é um elemento dinâmico que tem o papel de favorecer a hegemonia burguesa no controle, na apropriação e expropriação da riqueza socialmente produzida.

Não podemos negar que o acesso da classe trabalhadora negra ao ensino superior, como principal causa do processo de enegrecimento da categoria de assistente sociais, é resultado tanto das lutas como dos ganhos políticos alcançados pelos movimentos sociais, principalmente o negro. Mas também não podemos ignorar o peso da divisão racial do trabalho sobre o processo de *modernização do racismo*, a partir dos anos 1990 e começo dos anos 2000. Este explica-se a partir do fato de que a classe trabalhadora negra passou por um novo nível de proletarização, ainda que considerando a sua entrada em profissões de nível tecnológico e de ensino superior. Mas, não poderíamos deixar de notar que há uma particularidade nesse processo: a classe trabalhadora negra tem ocupado profissões que, mesmo com requisição de ensino superior, são tidas como subalternizadas na divisão social e técnica do trabalho.

Assim, um dos momentos históricos para a compreensão do processo de enegrecimento do perfil profissional é o movimento de redemocratização da sociedade brasileira e os ganhos políticos dos movimentos sociais, dentre eles, os reivindicados pelo movimento social negro, e um deles foi o acesso à educação em todos os seus níveis visando conquistar as condições objetivas para a disputa por ocupações laborais que lhe possibilitassem a manutenção digna da reprodução material e espiritual e a fuga da economia de miséria experimentada por quase toda a classe trabalhadora negra.

Portanto, o processo de enegrecimento do perfil de assistentes sociais no Brasil precisa ser aprendido a partir de tais processos, ou seja, a partir da formação social brasileira,

possibilitando localizar o racismo e a divisão racial do trabalho no processo histórico, com os seus devidos processos de continuidade e modernização.

Considerações finais

Conclui-se que a aproximação com o debate do enegrecimento da categoria de assistentes sociais, no nível da aparência, é uma “faca de dois gumes”. Por um lado, ter o seu quadro técnico formado majoritariamente por assistentes sociais negras/os (pretas/os e pardas/os), pela própria natureza do Serviço Social, fundamentalmente, a partir dos anos 1990, sob a direção do projeto ético-político profissional, expressa, para além de um marco histórico importante, um ganho político enorme para a categoria, e a tendência deve, ou deveria ser, o compromisso com o alargamento da pluralidade do ser social no acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, a formação profissional, sem nenhum tipo de opressão e/ou preconceitos de quaisquer natureza. Por outro, o enegrecimento da categoria de assistentes sociais também expressa, no âmbito do conjunto da categoria, que a maioria de assistentes sociais está exposta à uma tripla opressão na sociedade brasileira – de classe, de gênero/sexo e de raça e etnia. Dessa forma, esse enegrecimento precisa ser localizado na complexificação da sociedade burguesa, desigual, tendo o racismo como estruturante da divisão das classes sociais.

É importante destacar que esse processo de aproximação evidenciou as seguintes perguntas: Em que medida tem se alterado a pertença étnico-racial das/os assistentes sociais? O que a predominância de assistentes sociais negras/os expressa, para o Serviço Social, inserido em uma sociedade racista, como é no caso da sociedade brasileira? E, sem desconsiderar as contradições, é possível que o enegrecimento da categoria profissional facilite o avanço crítico da direção antirracista no âmbito do Serviço Social brasileiro?

Portanto, a análise dos fundamentos da sociedade burguesa e da formação social brasileira tem nos indicado que novas questões precisam ser feitas pelo melhor entendimento do que o processo de enegrecimento da categoria de assistentes sociais no Brasil traz de novidades e inflexões ao projeto ético-político em seus desdobramentos no âmbito da formação e do trabalho profissional. Novos pontos de partida despontam a esta pesquisa em andamento.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Leonardo. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. In: R. **Katálysis**., Florianópolis, v.25, n. 2, p. 212-221, maio-ago, 2022a.

ALVES, Leonardo. Formação acadêmico-profissional em Serviço Social e racismo no Brasil: uma análise crítica. In.: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n.2, p. 446-468, jul. / dez. 2022b.

BATISTA, Alfredo. A categoria divisão do trabalho em questão. In.: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (ORG.). **Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza, CE: Socialis Editora, 2020. p. 99-142.

BELTRÃO, Kaizô; TEIXEIRA, Moema. Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias. In: SOARES, Sergei et al. (Org.). **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. p.143-103.

BRITES, Cristina Maria. Valores, ética, direitos humanos e lutas coletivas: um debate necessário. In: FORTI, Valeria; BRITES, Cristina Maria (org). **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

CARDOSO, Priscila Fernanda. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Demografia Médica no Brasil 2020**. São Paulo: Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP; Conselho Federal de Medicina, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL(CFESS). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**.Brasília: CFESS, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFESS, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Racismo: um tema que não pode sair do nosso radar!** Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1762> acesso em 22 de abril de 2020 às 13h40.

FORTI, Valeria; COELHO, Marilene. Contribuição à crítica do projeto ético-político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (org). **Projeto ético-político do Serviço Social: contribuição à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisãosexual do trabalho. In.: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MOURA, Clóvis. **O negro no mercado de trabalho**. 2. ed. São Paulo: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, 1986.
- MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. In: **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, ago./out. p. 28-38, 1994.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MOURA, Clóvis. **O Negro: de bom escravo a mau cidadão?**. 2. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- OLIVEIRA, Dennis. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. Dossiê Marxista e Questão Racial. In: **Margem Esquerda – Revista da Boitempo**. n.27. São Paulo: Boitempo, 2016.
- VARGAS, Hustana Maria. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. In.: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.15, n.28, p.107-124, 2010.
- YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

X

A agenda das relações étnico-raciais no interior das entidades do serviço social brasileiro: construções coletivas na afirmação do projeto ético-político

André Henrique Mello Correa
Fátima Grave Ortiz

Introdução

*“Se muito vale o já feito, mas vale o que será.
E o que foi feito é preciso conhecer para
melhor prosseguir”¹*

O capítulo em questão é síntese de reflexões preliminares oriundas do projeto de ingresso no mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ), tendo como objetivo central traçar algumas notas em torno do que denominamos como *agenda antirracista do Serviço Social brasileiro*, sem a pretensão de esgotar o debate nas páginas que seguem, dado a abrangência do tema em desenvolvimento enquanto agenda de pesquisa.

Para a apreensão do escopo analítico ora apresentado, buscamos aporte no método materialista histórico-dialético. Trata-se de um estudo aproximativo de natureza qualitativa, validado em pesquisa bibliográfica e documental.

Enquanto ponto de partida entendemos que o racismo se manifesta concretamente, enquanto lastro basilar das expressões da “questão social” na realidade brasileira de base escravista e com inserção na condição de economia dependente, no modo de produção capitalista, em sua fase monopolista (MOURA, 2020; FAGUNDES, 2022; SILVA, 2022). De tal maneira, se apresenta como elemento de produção e reprodução ampliada das desigualdades sociais e étnico-raciais que atravessam o conjunto da classe trabalhadora na sociedade do trabalho livre. Nesse sentido, o Estado brasileiro, enquanto mediação político-opressora (FAGUNDES, 2022), historicamente teve papel central na dinâmica de reprodução do racismo, seja pela via do consenso ou da repressão, manifesto nas políticas de branqueamento, assimilacionismo, racismo científico nas décadas de 1920-1950, tal qual, no tempo mais recente, pelas lógicas de extermínio da juventude negra periférica, encarceramento em massa, grilagem e saque em territórios indígenas e quilombolas.

Essa dinâmica histórico-conjuntural incide sobre o Serviço Social, enquanto profissão historicamente determinada e envolta na conjuntura que atravessa sua gênese, institucionalização e desenvolvimento. Ao que pese aos avanços na perspectiva teórico-crítica nos anos 1980/1990 no âmbito do Serviço Social brasileiro e o tensionamento e emergência de uma agenda voltada às relações étnico-raciais expressa na produção de conhecimento e nos acúmulos das entidades da categoria: conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, vislumbram-se ainda incontornáveis dilemas e desafios em torno da

¹ Trecho da música – O que foi feito devera (de Vera), Milton Nascimento, 1978, com participação de Elis Regina.

formação e no chão do cotidiano profissional, terreno de contradições e possibilidades, onde se inserem as/os assistentes sociais.

1. “Serviço Social na História”: pressupostos teórico-analíticos das relações étnico-raciais no interior da profissão e seus fundamentos

Ao apontarmos a centralidade do debate étnico-racial no conjunto das relações sociais mais amplas, entendemos que a análise da emergência e institucionalização da profissão no Brasil é determinada pelos componentes estruturantes e conjunturais em que se situa. Assim, postula-se um convite para apreensão da profissão fincada na história, considerando, desta forma, a notoriedade dos seus fundamentos e, por conseguinte, suas determinações práticas, teóricas e ideo-políticas.

Algumas pesquisas (MANDUCA, 2010; MARQUES-JÚNIOR, 2007; LEON-DIAZ, 2016) realizaram importante balanço acerca da incorporação do debate das relações étnico-raciais no Serviço Social, numa perspectiva histórica da gênese da profissão e seu desenvolvimento, a partir da análise de suas fontes primárias, como alguns TCC, relatórios de intervenção, dentre outras fontes. Tais pesquisas evidenciaram lacunas em relação à apropriação crítica das relações étnico-raciais no Brasil, tendo em vista o contexto mais amplo em que a profissão se situava – envolta pelo caldo ideo-cultural conservador - alicerçando a interpretação da realidade fundamentalmente pelo viés analítico do “mito da democracia racial”, o que não suprime desafios no tempo presente.

A identificação dos diálogos que a profissão realiza com o pensamento social em cada época, como incorpora e produz formulações conceituais próprias, como apreende as determinações que definem suas finalidades e explicita suas concepções ético-políticas e teórico-práticas são requisitos para o entendimento da gênese e institucionalização do serviço social no país. E ao se tratar da realidade brasileira, todos esses dados precisam ser dissecados em suas articulações com práticas racistas e discriminatórias e com a naturalização das diferenças, desigualdades, elementos estruturais da nossa formação social e histórica (SILVA, 2022, p. 38).

Ao que pese tais lacunas e percepção conservadora, a literatura produzida tem apontado uma certa “virada” na agenda do debate das relações étnico-raciais no âmbito do Serviço Social no Brasil no final dos anos 1980, na esteira do processo de “Intenção de Ruptura” (NETTO, 1996) da profissão com a perspectiva conservadora e tradicional. Obviamente a conjuntura dos anos de 1980 trouxe inúmeros tensionamentos de perspectivas teórico-metodológicas e de temas candentes neste processo de amadurecimento teórico-político coletivo para a categoria, que partícipe da classe trabalhadora, também participava e assistia a intensa mobilização e (re)articulação dos movimentos sociais na luta contra a ditadura civil-militar (1964-1985) e pela retomada da democracia. Nesta conjuntura observa-se também o adensamento dos movimentos negros (nas suas diferentes organizações), que contou com a participação de assistentes sociais negras, principalmente no movimento de mulheres negras² (LIRA, 2019; VITÓRIO, 2019; GONÇALVES, 2022).

² Recomendamos os episódios da série – Femenagens "Nossos passos vêm de longe! Saudamos as mulheres negras que enegrecem o Serviço Social", realizado pelo CRESS/SP, os episódios podem ser acessados no canal do YouTube do conselho. Ainda, indicamos os episódios do Podcast Práxis Preta, disponível na plataforma de streaming do Spotify e com divulgação das entrevistas no perfil do Instagram – @praxispreta.

Foi, neste sentido, na ocasião do VI CBAS (1989) realizado no Rio de Janeiro, que se tem o registro de duas importantes Comunicações, que abrem as portas deste debate, sob outro patamar teórico-analítico (MARQUES-JÚNIOR, 2013; ALMEIDA; ROCHA; BRANCO, 2019). Referimo-nos às Comunicações, concentradas no eixo Rio-São Paulo, respectivamente, — “Serviço Social e os Bastidores do Racismo”, de autoria de Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant’Anna; e “A questão racial enquanto elemento de uma prática transformadora”, de autoria de Maria José Pereira, Matilde Ribeiro, Suelma Inês Alves de Deus (MARQUES-JÚNIOR, 2013; VITÓRIO, 2019).

Contudo, não havia no CBAS um Grupo de Trabalho (GT), específico, sendo incorporado no eixo geral – “*Análise de Conjuntura Econômica, Política e Social na Realidade Brasileira e no Contexto Latino-Americano Referenciado ao Capitalismo Internacional*”; que trouxe várias frentes relacionadas à discussão da temática étnico-racial no Serviço Social – “elementos como diversidade, racismo, desigualdade, machismo foram abordados e ressaltados como imprescindíveis à formação e trabalho profissional” (ALMEIDA; ROCHA; BRANCO, 2019, p. 177). Nesta toada, Marques-Júnior (2013, p. 3) observa que – “ambas as teses consideravam que para entender a exploração de classe era necessário compreender a opressão racial e outras formas de tirania que atravessam a questão da classe”.

Marques-Júnior (2013), fazendo um balanço das produções antes e depois da Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, ocorrida de 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul³, observa a produção nos CBAS, também, demarcando o VI CBAS de 1989, como um marco, – “É preciso reconhecer que a questão racial já permeava o fazer profissional desde os seus primórdios, mas é em 1989 que ela passa a ser reivindicada por algumas assistentes sociais como uma categoria de análise” (MARQUES-JÚNIOR, 2013, p. 4). Neste estudo, anterior a Durban (2001), Marques-Júnior (2013) analisa as produções do VI CBAS (1989) ao IX CBAS (1998). Postula-se neste escopo, a ausência nos trabalhos apresentados, de produções referentes à temática da questão indígena⁴.

Em consonância com Guerra (2004, p. 26), entendemos que “[...] a conjuntura porta mediações que operam inflexões no Serviço Social. É por meio delas que se dão as passagens e conversões históricas que permitem inflexões no interior da profissão em determinadas conjunturas”. É exatamente isso que acontece no século XXI, isto é, nos parece haver um adensamento, a partir dos anos 2000, mas, precisamente após alguns marcos conjunturais gerais na realidade brasileira, nas articulações e conquistas de uma agenda histórica dos diferentes segmentos do Movimento Negro, Indígena e Quilombola, ao que alude um conjunto de políticas sociais específicas, voltadas a estes segmentos⁵. Tais processos de alguma maneira rebatem na profissão, a exemplo da primeira campanha nacional de combate

³ Cf. Brasil e Durban - 20 anos depois. Geledés – Centro de Documentação e Memória Institucional. – São Paulo: Geledés, 2021.

⁴ Conforme nos alertam acertadamente Amaral e Bilar (2020, p. 184) – “O desconhecimento sobre essas populações, seus distintos modos de ser, suas tradições, sua diversidade étnica e linguística, suas resistências históricas e seus pertencimentos territoriais pode ter como consequência a reprodução de visões preconceituosas e de atitudes discriminatórias no cotidiano da vida social e, fundamentalmente, do exercício profissional”.

⁵ A exemplo das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012).

ao racismo – “Serviço Social mudando o rumo da história - reagir contra o racismo é lutar por direitos”⁶ (2003); o que não suprime disputas no interior das entidades da categoria, mas são fundamentalmente tensionados pela realidade concreta, seja pela entrada de estudantes negros/os, indígenas e quilombolas cotistas na universidade, sua vinculação com o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) – (Centros e Diretórios Acadêmicos, ENESSO); bem como, pela organização de profissionais vinculados ao Movimento Negro, Indígena e Quilombola, e que possuem agendas de pesquisa vinculadas a diferentes assuntos relacionados às relações étnico-raciais.

Ademais, frente a essa breve e rápida digressão, na seção seguinte, traçaremos alguns caminhos de diálogo em torno da agenda das relações étnico-raciais, no âmbito das entidades da categoria – Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, destacando algumas posições, inflexões, documentos, o que de tal maneira, aponta uma determinada direção social, no movimento da história, orientada ao fortalecimento do projeto ético-político e sua necessária vinculação em defesa dos direitos humanos e contrária a toda e qualquer forma de opressão e dominação.

2. As relações étnico-raciais na agenda das entidades da categoria e a afirmação do projeto ético-político

Buscaremos tecer algumas breves notas em torno da agenda das relações étnico-raciais no âmbito das entidades da categoria: Conjunto CFESS-CRESS (vinculada ao trabalho profissional), ABEPSS (vinculada à formação em nível de graduação e pós-graduação) e ENESSO (vinculada à direção e mobilização das/os estudantes de Serviço Social), no que tange a agenda das relações étnico-raciais no seu interior. A articulação destas entidades, nos dizeres de Ramos (2011), deve ser referendada como um patrimônio político, historicamente conquistado, postulando, efetivamente, uma cultura democrática no interior da profissão. Entendemos que é a unidade política destas entidades, ao longo da trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, nos meandros do *processo de renovação* da profissão e retomada democrática brasileira, que dão sustentação e hegemonia as bases do projeto ético-político profissional, historicamente tensionado conjunturalmente, por ventos conservadores fora e no interior da profissão, o que não subsume desafios na atualidade.

Essa lente analítica é premissa para compreendemos a articulação e incidência de como tem se dado a construção de uma agenda em torno das relações étnico-raciais no âmbito destas entidades e seu espraiamento junto à categoria profissional, nas bases formativas das Escolas de Serviço Social (ESS) e nos espaços sócio-ocupacionais, permeados pela dinâmica do racismo.

⁶ “A campanha realizada em conjunto por universidades públicas localizadas no Rio de Janeiro, ambas que congregam cursos tradicionais de Serviço Social e pelo CRESS-RJ, pioneiro em ações vinculadas à temática racial. Também por grupos vinculados aos movimentos negros e de mulheres negras, tanto no âmbito governamental: Assessoria de Gênero e Etnia da Secretaria do Estado de São Paulo; Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo⁵⁴; e organização de mulheres negras, Fala Preta, do município de São Paulo. Por fim, a campanha contou com o apoio da Fundação Ford” (VITÓRIO, 2019, p. 70).

É nesta toada, que ao nos remetemos à análise dos Relatórios dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS⁷, aos seus posicionamentos públicos, principalmente a partir do CFESS Manifesta⁸, — nas ocasiões do novembro negro ou do dia nacional da luta dos povos indígenas, que conseguimos observar inflexões operadas no conjunto das deliberações expressas nos anos 2000. A exemplo deste movimento, citamos o 37º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado entre os dias 25 a 28 de setembro de 2008, em Brasília (DF). Neste encontro, verifica-se o primeiro registro que faz menção à questão indígena, quilombola e comunidades tradicionais, no quadro geral de propostas no Eixo de Seguridade Social⁹. Anos mais a frente, observamos também, no 40º Encontro Nacional, ocorrido entre os dias 08 e 11 de setembro de 2011, em Brasília (DF), a incorporação na agenda permanente do Conjunto, a participação da categoria nas lutas em defesa das políticas de ações afirmativas em articulação com movimentos sociais e outras profissões, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social.

Na ocasião do 41º Encontro, realizado entre os dias 06 a 09 de setembro de 2012, em Palmas (TO), tendo como tema central – “No mundo de desigualdades toda violação de direitos é violência”, o Conjunto se posiciona na direção de – “fortalecer o movimento negro e de mulheres negras e demais movimentos sociais que lutam pela equidade de raça, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 22). Do mesmo modo, reclama enquanto agenda permanente – “reforçar nos eventos e publicações a importância do quesito raça/cor nos instrumentos operativos dos/as assistentes sociais” (CFESS, 2012, p. 22). Esta posição continua se fazendo presente nos 42º (PE), 43º (DF), 44º (RJ) Encontros do Conjunto. Neste último, no eixo “Defesa da Profissão”, observa-se a defesa da inclusão do quesito raça/cor nos instrumentos operativos.

Posição semelhante é retomada no tempo mais recente, durante a última gestão do Conjunto CFESS-CRESS 2020-2023 – *“Melhor ir a Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social”*, durante a Plenária Nacional do Conjunto, realizada em 2020 no formato remoto, haja vista, o contexto da Pandemia da COVID-19, na qual o quesito raça/cor é tema do eixo de “Ética e Direitos Humanos”, onde delibera-se pelo seguinte encaminhamento – “realizar debate com a categoria para a construção de parâmetros de atuação profissional antirracista e a coleta qualificada do quesito raça cor” (CFESS, 2020, p. 32).

⁷ No site do CFESS, encontram-se disponíveis os relatórios a partir do 29º Encontro Nacional, realizado entre os dias 03 a 06 de setembro de 2000 em Maceió/AL, até o relatório do 49º Encontro Nacional, também realizado em Maceió/AL, entre os dias 8 a 11 de setembro de 2022.

⁸ O CFESS Manifesta é uma produção que dá visibilidade aos posicionamentos e análises do Conselho Federal sobre diversos temas e fatos da sociedade brasileira e internacional, sobre o trabalho de assistentes sociais na relação com as políticas sociais e com a conjuntura. O informativo também expressa nossa defesa do projeto profissional do Serviço Social brasileiro (CFESS, 2017, p. 7). No site do CFESS identificamos 188 peças do CFESS Manifesta, sendo a primeira do dia 15/09/2004 e a última do dia 01/10/2022. Neste período, verificamos as seguintes peças que tratam de forma mais direta acerca das relações étnico-raciais: 2010 – Diversidade, equidade e igualdade: a questão racial na agenda do Serviço Social; 2011 – Zumbis e Dandaras contra a Desigualdade Racial; 2012 – Questão Indígena e Serviço Social; 2012 – A violência tem classe e tem cor, 5º Conferência Nacional de Saúde Indígena - Por uma Saúde que respeite a cultura indígena, Dia da luta indígena - Éramos livres e felizes; 2014 – O longo caminho da desigualdade; 2017 – Lutar, ocupar, viver, amar, quebrar correntes, resistir, desafiar sentir - É pra ter orgulho, é coisa de preto! Assistentes Sociais no Combate ao Racismo; 2018 – Vidas Negras Importam! 20 de novembro - dia da consciência negra; 2019 – Novembro Negro Arco-Íris.

⁹ Intensificar a discussão no Conjunto CFESS/CRESS sobre a questão indígena no Brasil, população quilombola e comunidades tradicionais; o aparato legal (legislação) que as regem, bem como o estudo sobre o acesso desses segmentos às políticas públicas (CFESS, 2008, p. 26).

Após processo de consulta junto aos CRESS e outras organizações no âmbito da profissão, é publicado no ano de 2022 o documento – “Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia”. Essa nota, enquanto uma demanda histórica, chega num momento estratégico e inadiável do ponto de vista da construção de uma agenda antirracista no Serviço Social brasileiro¹⁰.

Ademais, outros acúmulos e deliberações se apresentam de maneira central, dando capilaridade a essa direção. Destaca-se na ocasião do 46º Encontro, que ocorreu em Brasília (DF), entre os dias 07 a 10 de setembro de 2017, importantes desdobramentos na construção de uma agenda antirracista no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS.

É neste Encontro que ocorre a deliberação da Campanha do Triênio 2017-2020 – “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”. Ainda que não se trate da primeira campanha em torno da temática na análise histórica do Conjunto CFESS-CRESS, contudo essa campanha, na nossa avaliação, se apresenta como importante *divisor de águas* no transcurso do tempo presente de avanços na agenda antirracista do Serviço Social brasileiro, ainda que incorram dissensos de fundo, tensionamentos e disputas neste caminhar.

A Campanha contou com a publicação de peças e materiais voltados ao combate ao racismo em um sítio eletrônico específico¹¹, viabilizando a concentração de informações, de peças temáticas, de diálogos juntamente aos CRESS, conforme se verifica em seus respectivos Planos de Metas e Planejamento. Observa-se que o mesmo sítio eletrônico se apresentou como um espaço central na divulgação de experiências do cotidiano nos espaços sócio-ocupacionais, na formação acadêmico-profissional. Tal iniciativa possibilitou expressar o caráter de uma proposta político-pedagógica e formativa de educação para as relações étnico-raciais, em alguma medida, diga-se de passagem, bastante fundamental com espraçamento na formação e trabalho profissional.

Em relação à ABEPSS, também observamos movimentos importantes no tocante à construção de uma agenda antirracista. Trata da principal entidade da categoria profissional responsável pelos direcionamentos e articulação no âmbito da formação graduada e pós-graduada no país, e, nas últimas décadas, respaldada num determinado projeto radicalizado de formação profissional (este lapidado no processo de “intenção de ruptura” do Serviço Social brasileiro e seus desdobramentos), cuja perspectiva carrega as bandeiras de um ensino público, laico, gratuito, popular e de qualidade. A formação profissional em Serviço Social no Brasil obedece a uma diretriz curricular comum, dada pelo documento – “Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social” (ABEPSS, 1996).

O projeto de formação profissional apresentado nas Diretrizes constitui-se a partir da autoimplicação dos três Núcleos de Fundamentação que, por sua vez, darão sustentação e indissociabilidade ao processo formativo e a estruturação curricular dos cursos de graduação em Serviço Social, sendo estes: i) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos

¹⁰ Este documento, de autoria da professora Márcia Eurico, traz importantes questões de fundo histórico, se apresentando de forma pedagógica-reflexiva, bem como, busca sedimentar o alicerce das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológico e ético-política, desmistificando a coleta do quesito raça, cor, etnia como uma “falsa questão”, tendo a mesma importância que outros dados e componentes dos diferentes instrumentos de trabalho, nos diferentes espaços profissionais e suas finalidades/objetivos diversos; o que subjaz a centralidade deste documento na atual quadra histórica e os desafios de seu espraçamento e incorporação, considerando uma sociedade marcada pelo “mito da democracia racial” que também, não isenta e atravessa a profissão.

¹¹ Sítio eletrônico da Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/>.

da vida social; ii) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; iii) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Esta articulação deve atravessar as lógicas curriculares e pedagógicas, nos permitindo identificar componentes elementares consoantes às prerrogativas observadas. Detendo-se nos elementos mais gerais e de fundo em torno dos Núcleos, sempre considerando suas especificidades e ao mesmo tempo a relação entre os mesmos, compreendemos a lógica curricular e o processo formativo, numa perspectiva de totalidade.

As unidades de formação acadêmica (UFA) devem organizar, portanto, seus projetos político pedagógicos e curriculares com base no documento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e outros que vieram ao longo da história, mas precisamente a partir dos anos 2000 no âmbito da entidade, mediante produções dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) e deliberações de suas assembleias e posicionamentos de suas Oficinas Nacionais e Regionais. É nesta direção, que entendemos os acúmulos históricos no âmbito desta entidade e a importância que a agenda das relações étnico-raciais vem assumindo no seu interior

[...] a ABEPSS tem avançado no debate das relações étnico-raciais, compreendendo a relação entre as lutas anticapitalista, antirracista, antissexista e demais sistemas de opressão e dominação, reconhecendo a urgência deste debate no contexto da formação graduada e pós-graduada, bem como do trabalho profissional – numa perspectiva de indissociabilidade entre trabalho e formação, coerente com a lógica do projeto defendido hegemonicamente pela categoria (ABEPSS, 2022, p. 6).

Ainda que em várias análises no âmbito da profissão temos visto uma certa apreensão do debate acerca das relações étnico-raciais de forma mais estrita, resultado do acúmulo proporcionado pelo GTP – Serviço Social, relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, e Sexualidades, principalmente pelo direcionamento em relação às ementas referendadas nos eixos específicos, temos coletivamente avançado na compreensão das relações étnico-raciais, enquanto elemento central e transversal ao conjunto dos grupos de pesquisa e temáticas que atravessam a formação acadêmica e o trabalho profissional¹².

Neste sentido, destacamos o movimento empreendido no interior da entidade nas três últimas gestões, de forma mais orgânica, e que segue na agenda da atual gestão – “Em luta, seguimos atentas e fortes! Luciana Cantalice, presente!” no biênio 2023-2024, em torno da centralidade do debate acerca das relações étnico-raciais.

Durante a gestão biênio 2017-2018 – “Quem é de Luta, resiste!”, sob presidência da Prof^a Dr^a. Maria Helena Elpidio (UFES) destacamos dois documentos centrais postos na agenda do dia, que trouxeram inflexões fundamentais no âmbito da graduação e pós-graduação na área do Serviço Social, incidindo em processos de revisão curricular, nas formas de acesso, na produção de conhecimento. Trata-se dos documentos: (i) Subsídios para o

¹² Os Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs) – implantados no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social de 2010 (Enpess) – tem por finalidade: disseminar produções; promover debates e a interlocução entre pesquisadores, ao lado e em articulação com outras associações científicas; estimular a investigação a partir dos eixos temáticos propostos, por meio da constituição de uma rede de pesquisadores e estabelecer sua própria dinâmica, culminando na organização dos colóquios nos Enpess, bem como outras iniciativas propostas por suas coordenações e participantes (SANTOS, 2012, p. 263). Tem-se a seguinte relação dos GTPs, vinculado a ABEPSS, respectivamente, além do GTP: a) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; b) Política Social e Serviço Social; c) Serviço Social Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; d) Movimentos Sociais e Serviço Social; e) Questão Agrária; Urbana, Ambiental e Serviço Social; f) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; g) Serviço Social, Geração e Classes Sociais, h) Serviço Social, relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, e Sexualidades.

debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social e (ii) As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate, ambos lançados em 2018.

Atendo-se ao documento – Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social (2018), temos seu direcionamento:

Evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate acerca da questão étnico-racial na formação em Serviço Social, na perspectiva de totalidade; Subsidiar conteúdos programáticos aos currículos de Serviço Social para implementação de disciplinas obrigatórias, optativas, laboratórios e oficinas na graduação e linhas de pesquisa e disciplinas na pós-graduação; Direcionar e fomentar atividades de educação permanente aos profissionais, docentes e discentes, articulando trabalho e formação; Estimular a criação de grupos de pesquisa e de produção de conhecimento na formação graduada e pós-graduada (ABEPSS, 2018, p. 12).

Durante as gestões 2019-2020 – “Resistir e avançar, na Ousadia de Lutar”, presidida pela Prof^ª. Dr^ª. Esther Luíza de Souza Lemos (Unioeste, Campus Toledo/PR) e 2021-2022 – “Aqui se Respira Luta”, presidida pelo Prof. Dr. Rodrigo Teixeira (UFF – Rio das Ostras), tivemos desafios enormes, dado o conjunto de velhas e novas determinações postas e acentuadas pela pandemia da COVID-19, reverberando nas UFA, no processo formativo das/os estudantes, exigindo respostas pelas entidades, no sentido de desvelamento dessa realidade e afirmação da direção e do projeto de formação, historicamente defendido, ao que pese os desafios e contradições postos. Foram construídos neste período importantes direcionamentos e documentos, expressando a posição política da entidade, na defesa de um projeto de formação profissional crítico¹³.

Em relação às estratégias formativas e político-organizativas, destaca-se o projeto – “ABEPSS ao Vivo”, que consistiu em um conjunto de lives, transmitidas pelo canal da entidade na plataforma YouTube, sobre determinados temas. Durante o período pandêmico, tal projeto foi um importante recurso mobilizador e estratégia comunicacional, possibilitando interação de profissionais, pesquisadores e discentes de diversas partes do Brasil¹⁴.

Os direcionamentos políticos em relação à luta antirracista e formação profissional permanecem na agenda coletiva da ABEPSS, conforme o Plano de Lutas 2021-2022 da gestão – “Aqui se Respira Luta”, dando prosseguimento aos acúmulos coletivos construídos e anteriormente evidenciados. Concordamos com a premissa de que:

A formação em Serviço Social pode contribuir para que a profissão avance mais na luta antirracista e na garantia de direitos para a população negra do país. Para tanto, o hiato entre as bases teóricas da profissão e as requisições da população negra só pode ser superado quando a categoria profissional redirecionar o seu processo de formação (ABEPSS, 25/01/2023).

Durante essa gestão, buscando dar capilaridade a articulação e incidência da agenda antirracista na entidade, acerca do debate afeto a questão étnico-racial, foi criada a Comissão

¹³ A exemplo do documento – “A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial” (2021).

¹⁴ No período, foram realizadas 11 (onze) lives, com diversos temas fundamentais. Ao que concerne, de forma mais específica, ao debate acerca das relações étnico-raciais, encontramos as seguintes lives: *O debate étnico-racial e a formação profissional em Serviço Social* (21/06/2020); *O racismo estrutural e suas expressões nas violências contra negros/as: a imbricação entre gênero, raça e classe* (04/08/2020); *A questão ambiental e indígena em tempos de Pandemia* (18/08/2020); *Diretrizes Curriculares da ABEPSS - a análise das relações étnico-raciais na formação profissional* (24/11/2021).

Temporária de Trabalho (CTT) – Relações Étnico-Raciais e Formação Antirracista; contando com a coordenação de membro da gestão e participação de pesquisadoras/es convidadas/os de diferentes UFA¹⁵.

Dando mais um passo nesse caminhar, destaca-se que na ocasião do XVII ENPESS, realizado entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2022, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tivemos importantes avanços na afirmação da agenda acerca das relações étnico-raciais no âmbito da profissão, os quais apresentam resultados concretos do trabalho coletivo da CTT anteriormente mencionada.

Além disso, foi também nesta oportunidade, que ocorreu o lançamento do documento – "A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)". A publicação desta pesquisa foi muito importante, visto que no documento anterior da entidade, já citado linhas atrás, intitulado “As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate”, de 2018, observava-se naquele momento, que dos 36 (trinta e seis) programas da área, apenas (02) dois possuíam cotas étnico-raciais instituídas, respectivamente UERJ e UNIFESP. Os programas da UnB e UFES haviam aprovado cotas étnico-raciais para seleção no respectivo ano¹⁶.

Registra-se, ainda, outros dois importantes momentos: (i) lançamento e apresentação pelos representantes da ABEPSS Gestão Aqui se Respira Luta (2021-2022) – Tales Willyan Fornazier Moreira (Representante Discente Nacional de Pós-Graduação) e Liduína de Oliveira e Silva (Coordenadora Nacional de Pós-Graduação), da Plataforma Antirracista da ABEPSS, que congrega um conjunto de indicações bibliográficas na área e outros materiais, livros acerca das relações étnico-raciais distribuídos em dez ênfases¹⁷, ainda, indicação de revistas na área que tiveram chamadas / dossiês temáticos específicos acerca da matéria¹⁸; e a (ii) Leitura da Carta Compromisso da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo ao processo eleitoral das entidades do Serviço Social – ABEPSS e Conjunto CFESS/CRESS.

¹⁵ “A presente CTT ficou sob coordenação de três integrantes da gestão “Aqui se respira luta!” (2021-2022): Tales Fornazier (discente nacional de pós-graduação); Sheila Dias (suplente docente da executiva nacional) e Renata Gonçalves (coordenadora de pós-graduação da regional Sul II). Inicialmente, também compuseram a Comissão outras representações discentes regionais de pós-graduação (Sarah Martins - Centro-Oeste, Esdras Tavares - Sul I e Rosicler Lemos - Sul II). No que se refere à convidadas/os externos e/ou representantes do GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” ampliado, participaram da CTT: Maria Helena Elpídio (UFES), Tereza Martins (UFS e GTP ampliado), Loiva Mara de Oliveira Machado (UFRGS e GTP ampliado), Andréia Rocha (UEL), Wagner Amaral (UEL), Elizângela Cardoso / Eliz Pankararu (UFPE), Gilza Ferreira (UEL), Marli Araújo (UFAL), Leonardo Dias (UFRJ) e João Paulo da Silva Valdo (UFRJ)” (ABEPSS, 2022, p. 5).

¹⁶ Acerca deste debate em torno das políticas de ações afirmativas e pós-graduação, indicamos o recente trabalho de Sheila Dias Almeida (2023) – Unidade do diverso ou inclusão sem pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas pós-graduações em Serviço Social no Brasil. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPGSS/UFRJ. Rio de Janeiro (RJ), 2023. 230 p.

¹⁷ As respectivas ênfases são: Formação sócio-histórica brasileira; Capitalismo e Questão Social / Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais; Economia Política; Ética Profissional; Política Social; Movimentos Sociais; Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social; Estágio Supervisionado; Processo de Trabalho e Serviço Social.

¹⁸ A exemplo da Revista Serviço Social e Sociedade n° 133 (2018); Revista Em Pauta - UERJ n° 45 e 46 (2020); Revista Ser Social - UnB v.19 n°41 (2017), Praia Vermelha v. 30, n. 1 (2020); Katálysis Vol. 25, N. 2, 2022, dentre outras.

Em relação à ENESSO, é importante sinalizarmos que a orientação das bandeiras de luta do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) encontram base no Estatuto da entidade (2019) e no Caderno de Deliberações da Executiva. Os encontros organizativos da ENESSO¹⁹ têm as discussões direcionadas a partir de seis eixos: Conjuntura, Movimento Estudantil, Universidade e Educação, Formação Profissional, Cultura e Combate às Opressões.

Destaca-se a centralidade do Eixo de Combate às Opressões, em torno do debate das relações étnico-raciais, a partir da setorial Sankofa – Frente Étnico-Racial da ENESSO, representada e construída principalmente por estudantes negras/os, indígenas e quilombolas de Serviço Social. O presente Eixo congrega ainda a Setorial feminista e LGBT da ENESSO.

Destaca-se que o debate e os acúmulos em torno da formação profissional têm se apresentado como uma das prioridades da agenda política do MESS, considerando sua inserção nesta dinâmica construtiva junto às instâncias da categoria (Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS), a partir das demandas da base.

[...] o MESS enquanto um espaço coletivo que possibilita a formação política e teórica dos/as estudantes, faz interlocução e fortalece a direção social do projeto de formação profissional hegemônico do Serviço Social brasileiro, que tem a perspectiva de totalidade da realidade social (MOREIRA; CAPUTTI, 2017, p. 132).

Entendemos que o ingresso de estudantes negras/os, indígenas e quilombolas na universidade pública, principalmente a partir das políticas de ações afirmativas, a vinculação destas/es em instâncias organizativas do Movimento Estudantil e outras frentes, organizações, coletivos, têm tensionado as bases da academia, operando uma mudança no perfil universitário, aqui em especial, no que tange a discussão nos cursos de Serviço Social. Essas mudanças também operam em torno das lógicas curriculares no processo formativo, seja através da denúncia direta, articulação e incidência política, seja do próprio constrangimento de colegas e docentes, que secundarizam as relações étnico-raciais, enquanto aspecto determinante das análises da realidade social e sua apreensão, a partir dos fundamentos da profissão. Todo esse processo propõe a necessária autocrítica reflexiva, considerando os “ventos do nosso tempo”, bem como, a importância da análise acerca de quais perspectivas teórico-analíticas subjazem às incorporações e à produção do conhecimento em torno da matéria. Ou seja, os pressupostos, que têm se efetivado e informado a profissão²⁰.

¹⁹ Os encontros organizativos da ENESSO, conforme seu Estatuto (2019) são: Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) e nos Encontros Regionais de Estudantes de Serviço Social (ERESS), Seminário Nacional (SNFPMESS) e Seminários Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SRFPMESS) e os Encontros Locais de Estudantes de Serviço Social (ELESS). Estes últimos consistem em instâncias organizativas, mas não deliberativas.

²⁰ “Os profissionais que atuam em defesa do fortalecimento do Projeto ético-político profissional, tendo como referência teórico-política o pensamento crítico marxista, ao se eximirem desse debate correm o risco de: primeiro, contribuir com a manutenção de relações discriminatória e de ampliação das desigualdades sociais em decorrência do racismo e suas múltiplas expressões na realidade brasileira; segundo, de deixar brecha para que outros referenciais teórico-políticos, de cunho conservador ou pós-moderno, apropriem-se dessa discussão e ocupem grande parte dos recursos político-pedagógicos (referencial bibliográfico, atividades de extensão e de pesquisa etc.) utilizados como instrumentos de formação. Ou seja, ou a categoria profissional incorpora essa discussão, dando relevo ao tema a partir de uma perspectiva teórico-crítica, ou deixará que esse debate seja realizado de forma a-histórica e descolada das múltiplas determinações históricas e materiais” (ROCHA, 2014, p. 304).

Ilustrando esse tensionsamento em relação à dinâmica institucional frente à centralidade da matéria no processo formativo, poderíamos destacar a imprescindível atuação do Coletivo de Estudantes Negras(os) do Serviço Social: Magali da Silva Almeida, vinculado a Escola de Serviço Social da UFSC; bem como, do Coletivo Negro de Serviço Social: Dona Ivone Lara, vinculado a Escola de Serviço Social da UFRJ; ou ainda, a articulação dos Centros e Diretórios Acadêmicos, comprometidos com a luta antirracista, antissexista e anticapitalista, tal qual o fundamental papel de Grupos de Pesquisa e Extensão, a exemplo do “Coletivo Aya” (UFRGS), do Observatório de Racialidade e Interseccionalidade - ORI (UFBA), do Grupo de Estudos acerca do Pensamento Social de Clóvis Moura (GEPEQSS - UFF Niterói e Interfaces - UFES), dentre outros.

Talvez um dos momentos mais emblemáticos no tempo presente ao que tange a atuação política do MESS foi o Movimento #MárciaFica, iniciado na ocasião do 11º Seminário Anual de Serviço Social da Cortez Editora, em 07 de maio de 2018, durante a mesa – “Trabalho profissional e as explorações/opressões de sexo, raça e classe: a defesa do Projeto Ético-político do Serviço Social”, em decorrência da iminente demissão da professora Márcia Campos Eurico, da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). As/os estudantes ocuparam no dia 21 de maio, dois prédios da universidade – Campus de Perdizes, denunciando o racismo institucional presente, considerando que a referida docente foi a única professora negra em oitenta (80) anos de existência do curso, conforme noticiado. Trata-se do curso de Serviço Social mais antigo do país, fundado em 1937. Na ocasião, foi emitida uma nota pública pela Comissão Gestora Nacional da ENESSO em conjunto com a Coordenação Regional - Região VII e um abaixo assinado online, com o totalizante de 2.425 assinaturas. Também o CRESS/SP emitiu nota pública de apoio ao movimento #MarciaFica95.

Foi a partir deste universo reivindicativo, materializado por uma demanda concreta, que denunciava o racismo institucional expresso na naturalização da ausência de docentes negras/os, indígenas e quilombolas no quadro geral do curso de Serviço Social da PUC/SP, que destacamos a centralidade do último Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SNFPMESS), que teve como tema – “A virada agora é preta! 40 anos do Congresso da Virada. Por uma práxis antirracista”, realizado entre os dias 15 a 18 de janeiro de 2020, em Niterói/RJ, sediado pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

O presente Seminário, enquanto espaço de articulação política, acadêmica e interinstitucional, que congrega estudantes de diferentes cursos de Serviço Social do país, ao resgatar como tema os 40 anos do Congresso da Virada de 1979, observa a importância da incorporação do debate em torno das relações étnico-raciais na formação profissional, enquanto categoria analítica central. A “virada”, nesta direção, é salientada como um devir constante, vinculada à realidade objetiva, é conformada pelas contradições e tensionamentos nesta quadra histórica. Tal centralidade, expressa neste encontro da ENESSO, vem sendo debatida de forma expressiva na agenda da entidade há certo tempo, enquanto eixo organizativo dos encontros. Esse tema aludido encontrou reverberação na conjuntura que o atravessava, principalmente, considerando o movimento do real e os acúmulos e direções oriundas das outras entidades da categoria profissional, como a Campanha do Conjunto CFESS-CRESS – Assistentes Sociais no Combate ao Racismo (2017-2020) e o documento

da ABEPSS – Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social (2018).

Nesta perspectiva, como expressa em seu Estatuto (2019), a ENESSO segue, preservando:

[...] sua autonomia estimulando, unificando e fortalecendo a luta de todos/as os/as estudantes numa direção classista, anticapitalista e revolucionária, por uma educação e por uma universidade pública, gratuita, presencial, laica, popular, democrática, de qualidade e com acesso universal, que garanta acessibilidade às pessoas com deficiência, conjuntamente com outros movimentos sociais alinhados por um novo projeto societário sem dominação, exploração de classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual ou de qualquer forma. (ENESSO, 2019, p. 4).

Ao nosso ver, este conjunto de elementos preliminares, posto na análise até aqui empreendida, consiste em ações estratégicas e fundamentais para a sedimentação do debate acerca das relações étnico-raciais no processo da formação e trabalho profissional.

Nesta perspectiva, Maria Helena Elpídio (2023), em entrevista para matéria no site da ABEPSS (21/03/2023), destaca que – “[...] pensar a profissão e a formação exige que seja feita uma leitura crítica e radical da questão étnico-racial, entendendo seus fundamentos e compreendendo como essas relações foram construídas ao longo da história do Brasil e do próprio capitalismo”.

O debate sobre a questão étnico-racial no Serviço Social é fundamental pela própria concepção de profissão que nós temos, que é uma profissão que atua nas mais diferentes expressões da Questão Social, e é uma profissão que precisa fazer uma leitura de realidade que contemple toda a complexidade das relações sociais. E o racismo é um dos elementos estruturantes das relações sociais no modelo capitalista que nós vivemos. Então, pensar o Serviço Social, nos exige fazer uma leitura crítica e radical da questão étnico-racial. (ABEPSS, 16/03/2023).

É considerando esses acúmulos até aqui apresentados, que entendemos que a realidade tem aportado avanços significativos. É enfrentando os desafios e contradições, postos na ordem do dia, que marchamos coletivamente, na afirmação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, defendido estrategicamente pelas entidades da categoria — Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Os tempos de recrudescimento do conservadorismo exigem a necessária radicalidade e unidade das relações sociais de gênero, étnico-raciais e de classe a partir da compreensão e do estudo teórico-crítico dos seus fundamentos, para análise do real e da dinâmica concreta da classe trabalhadora, assim, contribuindo para uma formação profissional crítica e emancipatória, alicerçada numa direção antirracista, antisexistista, anticapitalista, no nível de graduação (ensino, pesquisa e extensão) e da pós-graduação, o que derradeiramente impõe também inflexões e rebatimentos para o trabalho profissional.

Considerações finais

Buscamos nestas páginas, à guisa de um debate mais geral, dadas as limitações objetivas do espaço de um capítulo e do andamento das pesquisas, traçar algumas notas de uma agenda de pesquisa em construção, em torno das relações étnico-raciais no âmbito da

profissão, a partir da apreensão de sua configuração no interior das entidades da categoria profissional – Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Na oportunidade, vimos que não se trata de um tema absolutamente recente, informando o Serviço Social, desde suas *protoformas* e consolidação no âmbito do Estado, tendo uma *virada* teórico-analítica em idos dos anos 1980/1990. Entretanto, a apreensão dos fundamentos do Serviço Social, numa perspectiva teórico-crítica, nos convida a conceber a profissão na história, não isenta, assim, dos processos sociais mais amplos e conjunturais, que em certa medida a informam, rebatendo nos seus valores construídos socialmente, na dimensão ídeo-política, no quadro da cultura profissional, na formação profissional e nas respostas da categoria frente às demandas apresentadas nos espaços sócio-ocupacionais, fundamentalmente atravessadas pelas determinações de gênero, raça, etnia e classe.

Ao observarmos os acúmulos das entidades da categoria, é fato, que o tempo presente incorre inflexões fundamentais²¹ e inadiáveis, que expressam um amadurecimento, não sem disputas e tensionamentos no seu interior, a exemplo do importante papel que vem sendo construído, através das estratégias coletivas da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo²² (2019) e Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas²³ (2023).

Os desafios e contradições permanecem latentes, tendo em vista que consideramos ainda não ser hegemônico pela categoria, o entendimento das relações étnico-raciais enquanto elemento central para compreensão das relações sociais, em face à particularidade da nossa formação social no *passado* e no *presente*.

Por certo, é avançando de mãos dadas com quem segue no mesmo rumo, que temos possibilidades objetivas da construção de uma agenda antirracista no âmbito do Serviço Social brasileiro, a ser expressa na formação e no trabalho profissional, compreendendo os acúmulos teóricos no campo da produção de conhecimentos na profissão.

Este compromisso é histórico, portanto, prenhe de determinações e horizontes. Ao tempo, que nos lembra, Angela Davis — “*Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista*”. Sigamos!

Referências

ALMEIDA, Magali; ROCHA, Roseli; BRANCO, Suelma. Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro. IN. SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org). **Congresso da virada e o serviço social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

AMARAL, Wagner Roberto; BILAR, Jenifer. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. In: **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro - 2º Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 180 - 195 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013/34470>. Acesso em: 03 fev. 2023.

²¹ Lembremos a centralidade do tema do dia da/o Assistente Social em 2019 – “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro - a gente enfrenta o racismo no cotidiano” e 2021 – “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente! Trabalho pela vida e resistência dos povos e comunidades tradicionais”.

²² Para maiores informações, consultar a página no Instagram: @asantirracista

²³ Recomenda-se consultar a página no Instagram: @ssepovosindigenas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 09 maio 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Relatório da Pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social.** GESTÃO 2017-2018 “Quem é de luta, Resiste!”, 2022. Disponível em: <arquivo-2-pesquisa-abepss-202004021016188712970.pdf>. Acesso em: 09 maio 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional.** Vitória / ES, 2018. Disponível em: <https://www.abepss.org.br>. Acesso em: 29 fev. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Notícias ABEPSS – Formação em Serviço Social pode contribuir para que a profissão avance mais na luta antirracista.** 25/01/2023. Disponível em: https://www.abepss.org.br/noticias/wwwabepssorgbrrevolta_dos_males_2023-590. Acesso em: 10 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Notícias ABEPSS – Debate étnico-racial será pauta prioritária da gestão da ABEPSS. A ampliação do debate sobre a questão étnico-racial foi definida como prioridade para o biênio 2023-2024.** 16/03/2023. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/debate-etnicoracial-sera-pauta-prioritaria-da-gestao-da-abepss-604>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Notícias ABEPSS – Uma formação profissional antirracista precisa ter a questão étnico-racial em sua centralidade.** 21/03/2023. Disponível em: https://www.abepss.org.br/noticias/abepssorgbrdia_eliminao_discriminacao_racial_2023-605. Acesso em: 10 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Relatório de deliberações 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS.** Brasília, DF, 25 a 28 de setembro de 2008. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio_2008.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Relatório de deliberações 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS.** Brasília, DF, 08 a 11 de setembro de 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatoriofinal_40NACIONAL.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Relatório de deliberações 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS.** Palmas, TO, 06 a 09 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/relatoriofinal_41nacional.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional**. CADERNO 2. Márcia Campos Eurico. Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. CFESS, Brasília (DF), 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_DialogosDoCotidiano-Caderno2-Final.pdf. Acesso em: 01 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**. O livro. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Brasília (DF), 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2023.

CRESS/SP. Gestão Ampliações, 2017-2020. **Nota pública de apoio ao movimento #MárciaFica**. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Marcia-Fica-24-maio.pdf>. Acesso em: 06 maio 2023.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Estatuto da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2020/10/estatuto-revisado-2019-3.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

FAGUNDES, Gustavo. **Racismo e superexploração no Brasil: diálogos e questões**. 1. ed. Curitiba/PR: Editora APPRIS, 2022.

FERREIRA, Camila. **O negro na gênese do Serviço Social** (Brasil, 1936 - 1947). Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2010.

GONÇALVES, Renata. Mulheres negras na gênese do Serviço Social: reflexões sobre a encruzilhada dos sistemas interligados de dominação e exploração. In: (Org.). EURICO, Márcia Campos... [et al]. **Antirracismos e Serviço Social**. – São Paulo: Cortez, 2022.

GUERRA, Yolanda. A força histórico-ontológica e crítico analítica dos fundamentos. **Revista Praia Vermelha**. n. 10 (2004). Questão Social e Serviço Social: fundamentos e práticas. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/759>. Acesso em: 02 dez. 2022.

LEÓN-DÍAZ, Ruby Esther. **Os reveses da ausência: às "questões raciais" na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil (1936-2013)**. 2016. 368 f. Tese de Doutorado em Serviço Social - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 02 maio 2021.

LIRA, Priscila. **Movimento de mulheres negras e o Serviço Social**. Dissertação de Mestrado – Pós Graduação em Serviço social e Políticas Sociais) - Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MARQUES-JÚNIOR, Joilson. Questão Racial e Serviço Social: Um Olhar sobre sua produção Teórica Antes e Depois de Durban. v. 13 n. 1 (2013): (jan. jul. 2013): **Revista Libertas**. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/771>. Acesso em: 01 jan. 2023.

MOREIRA, Tales Willyan; CAPUTI, Leslieane. O protagonismo do movimento estudantil de Serviço Social brasileiro: contribuições para a (re)construção da profissão. **Universidade e Sociedade #59**. ANDES-SN, janeiro de 2017.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. - 3. ed. - São Paulo, SP. Anita Garibaldi, 2020.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Cortez editora: São Paulo, 1996.

RAMOS, Sâmya. A importância da articulação entre ABEPSS, Conjunto CFESS-CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.113-122, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/ramos-samya-rodrigues-201608060412162753570.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2022.

ROCHA, Roseli. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista. In. ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia, (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária** –. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Cláudia Mônica. Entrevista com a presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), professora Cláudia Mônica dos Santos. **Ser Social**, v. 14, n. 30, p. 259–268, 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12988. Acesso em: 10 jun. 2023

SILVA, Ana Paula. Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios. In: (Org.). EURICO, Márcia Campos...[et al]. **Antirracismos e Serviço Social**. – São Paulo: Cortez, 2022.

VITORIO, Kajali. **O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. 2019. 170f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/59833>. Acesso em: 28 jan. 2023.

Entrevista com o Prof. Dr. Rodrigo José Teixeira

Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS

Yolanda Guerra
Camylla Fonseca

Considerando toda a articulação entre os temas até aqui apresentados, cujos Capítulos mobilizam, numa perspectiva de totalidade, os conteúdos dos três núcleos de Fundamentação que estruturam as Diretrizes curriculares da ABEPSS, convidamos o Prof. Dr. Rodrigo José Teixeira, egresso do nosso PPGSS, para expor, na presente entrevista, os argumentos defendidos em sua tese de Doutorado intitulada **“Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS”**. O que se segue é uma incomensurável contribuição na perspectiva de indicar a atualidade e relevância das DC da formação profissional de assistentes sociais brasileiros/as, tanto no que diz respeito à sua lógica de estruturação quanto aos conteúdos tratados nas matérias e disciplinas que se expressam amplamente nos temas e no rigor teórico-metodológico da produção coletiva dos/as discentes de pós-graduação, conforme atestam os capítulos desta Coletânea.

- 1) **A vertente renovada do Serviço Social brasileiro traz uma enorme contribuição em buscar a unidade ente trabalho e formação profissional. Considerando que unidade não é identidade e que é preciso preservar a natureza de cada um, como você apreende e analisa essa relação na sua tese defendida no nosso Programa em 2019?**

Primeiro, quero destacar a importância do debate da unidade trabalho e formação, e como está explícito na pergunta, é uma unidade, há particularidades importantes nessa relação. Vale destacar, também, que o Serviço Social brasileiro já nasce com uma formação superior, universitária, ao mesmo tempo uma ação intelectual e interventiva, assim, podemos encontrar aí uma relação entre trabalho e formação profissional. Observamos que os estágios supervisionados estiveram sempre presentes, desde o primeiro currículo, assim como, algumas unidades de formação acadêmicas já mantinham a exigência do trabalho de conclusão de curso, como a PUC-SP, o que é mais um indício que a relação estava presente. As pesquisas que antecedem a vertente crítica eram de muito fôlego, há incidências de pesquisas na elaboração de políticas públicas, por exemplo. O encontro do Serviço Social Brasileiro com a tradição norte americana, estabeleceu uma relação entre uma formação positivista e uma intervenção profissional na mesma direção, mesmo com forte influência da igreja católica, como bem foi descrito por Iamamoto como um arranjo teórico-doutrinário. Contudo, foi a vertente crítica, vinculada ao materialismo histórico e dialético, que buscou os fundamentos dessa unidade trabalho e formação profissional. E o que é buscar os fundamentos quando pensamos nessa unidade? É apreender a categoria trabalho tanto na sua perspectiva ontológica como na sua perspectiva sócio-histórica, nunca de forma

divorciada. E, tomar o/a assistente social como um/a trabalhador/a assalariado/a. Esse fundamento, processo e produto do movimento de reconceituação latino-americano e da obra de Marilda Yamamoto, de 1982, é uma chave para essa análise.

Entender a unidade trabalho e formação é apreender na formação a categoria trabalho na ontologia do ser social, que a riqueza socialmente produzida só se torna possível pelo trabalho, que esse trabalho se atualiza nos processos sócio-históricos e é apropriado pelos proprietários da terra e dos meios de produção, com destaque as obras de Marx e Lukács. Na formação social brasileira, por exemplo, há caminhos para apreender como o trabalho é explorado, o trabalho das pessoas escravizadas, o trabalho da mulher, da mulher negra, são elementos importantes a serem considerados para que o trabalho de assistentes sociais em seus projetos, intervenções, construção de políticas públicas, estejam encharcadas desses determinantes da categoria trabalho.

Essa unidade se rompe, por exemplo, quando uma formação não é assentada nas diretrizes curriculares da ABEPSS, de 1996, quando as expressões da questão social não se tornam objeto da intervenção profissional, ou mesmo, quando a formação é crítica, mas, no trabalho há moralização das expressões da questão social, ou quando o/a assistente social quer somente inserir o/a usuário no modo capitalista de pensar e agir, reproduzindo relações sociais capitalistas sem reflexões mais profundas com essa população.

A unidade trabalho e formação nos possibilitam entender o/a assistente social como trabalhador/a assalariado/a, que vende sua força de trabalho em diferentes instituições públicas e/ou privadas e que tem uma autonomia, mas sempre relativa. Em poucas palavras, essa unidade deve considerar uma formação referenciada na perspectiva materialista, histórica e dialética para uma apreensão da realidade social, do Serviço Social e do trabalho profissional; e, que o trabalho assalariado de assistentes sociais possa ser fundamentado, no cotidiano, nessa perspectiva teórica, em suas mais diversificadas atuações.

2) **Na tese, você apresenta uma leitura acerca dos Fundamentos do Serviço Social, você poderia explicitar os elementos centrais dessa hipótese?**

Posso sim, é uma tese que tenta jogar luz no processo histórico de construção do projeto de formação profissional para apreender uma concepção sobre os Fundamentos do Serviço Social. A tese não tem pretensão de criar um conceito, mas explicitar como podemos apreender uma concepção de fundamentos, tanto para o trabalho como para a formação, a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, principalmente na unidade articulada dos três núcleos de fundamentação, expresso nas diretrizes.

A tese busca apresentar os elementos que antecedem a construção das diretrizes, entendendo-os como produto histórico de avanços e rupturas contemplados, principalmente, no chamado “Método BH”, nas convenções da ABESS da década de 1970, na implantação e autoavaliação do currículo de 1979/1982, para apreender uma concepção do que é o Serviço Social.

A concepção de Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que atua no âmbito da reprodução das relações sociais e o/a assistente social como trabalhador/a assalariado/a vai guiar, em 1996, um projeto de formação, que tem a questão social como objeto de intervenção e a ética e a pesquisa como transversais a toda a formação. Cabe considerar que havia sido aprovado o código de ética em 1993, depois de amplo debate

sobre a concepção marxista que deveríamos assumir. Assim, as diretrizes são uma síntese de como formar assistentes sociais a partir dessa orientação para a análise da realidade social e da profissão.

A partir desse contexto, o documento que direciona a formação profissional está repleto desses determinantes e expressa uma nova lógica para formar assistentes sociais, uma lógica que está assentada em três núcleos de fundamentação: núcleo de fundamentos teórico metodológico da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e, núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Esses três núcleos¹ expressam um conjunto de conhecimentos indissociáveis e que quando apreendidos de forma articulada podem expressar uma concepção de fundamentos do Serviço Social. Esse é o argumento central da tese.

O núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social permite uma apreensão dos determinantes que caracterizam o ser social e a categoria trabalho como uma totalidade social. O trabalho é tomado como criador de valor e eixo central da reprodução social e, portanto, também da liberdade. Entende a sociedade burguesa como momento histórico da divisão social do trabalho, a necessidade da dominação e da exploração para manutenção desse modo de produção. Considera, também, as resistências da classe trabalhadora, além de demonstrar a importância das distintas matrizes das ciências sociais para a construção do processo de conhecimento. Esse núcleo como totalidade deve se particularizar nos outros dois núcleos.

O núcleo de fundamentos sócio-histórico da sociedade brasileira expressa a necessidade de assistentes sociais conhecerem o processo de formação social do país, da acumulação capitalista no Brasil, seu movimento histórico de exploração do trabalho, de um acúmulo capitalista desigual e combinado, da exploração do trabalho escravo como base da economia brasileira, do processo de urbanização e construção de políticas sociais e a constituição do Estado Brasileiro em suas particularidades, do papel do Estado na luta de classes no Brasil e as resistências dos movimentos sociais de esquerda. Esse conjunto de conhecimentos deve assegurar a apreensão do significado social do Serviço Social e sua necessidade social, em uma determinada conjuntura. Tais conhecimentos devem propiciar uma análise de conjuntura imanente, na formação e no trabalho cotidiano de assistentes sociais.

E por fim, mas não menos importante, o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que deve propiciar o conhecimento do Serviço Social inserido em processo de trabalho na sociedade capitalista e que tem nas múltiplas expressões da questão social seu objeto de estudo e intervenção. Esse núcleo deve assegurar conhecimentos nas três dimensões do trabalho profissional, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, ter a dimensão investigativa em nossa ação profissional e a pesquisa como eixo que articula toda formação profissional. Assim, tendo o rigor intelectual como necessário para uma ação calcada no solo histórico, nas particularidades do território onde atua, desvendando as relações sociais em que situa esse trabalho. O conjunto de conhecimento desse núcleo permite reconhecer a dimensão interventiva do nosso trabalho, reconhecer os/as usuários/as dos serviços com sujeitos de uma classe social determinada e fazer escolhas políticas na hora de construir a intervenção profissional. Quero destacar que esse não se configura o núcleo da prática em detrimento dos conhecimentos teóricos, mas que, os elementos dos dois núcleos se

¹ Para conhecer os detalhamentos dos núcleos (ABEPSS, 2023, p. 28) em https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf acessado em 02-07-2023

particularizam na construção da intervenção.

Tais núcleos isoladamente não expressam uma concepção de fundamentos do Serviço Social. Assim como, se tomados de forma fragmentada, hierarquizada e sem as devidas complexidades de cada núcleo ou sem o reconhecimento de suas particularidades, não apreendemos uma concepção de fundamentos.

3) **E, como esses debates realizados na tese de doutorado sobre Fundamentos do Serviço Social podem contribuir para avançarmos na apreensão/análise da unidade entre trabalho e formação?**

Essa é uma excelente questão. Ainda na tese, afirmo que a leitura sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e sobre o projeto de formação de maneira mais ampla, indica que a unidade articulada dos núcleos de fundamentação deve ser o ponto de chegada na formação de assistentes sociais e o ponto de partida para o trabalho profissional.

Os/As estudantes devem sair do curso com o conjunto de conhecimento dos três núcleos de forma articulada. Não adianta sair com uma excelente reflexão sobre o núcleo da vida social ou conhecer todos os autores que analisam a formação sócio-histórica do Brasil sem saber fazer um atendimento social de qualidade, um projeto de intervenção crítico, um relatório que demonstre a expressão da questão social na qual vai intervir e como encaminhar o usuário na rede de serviços. Portanto, a unidade articulada dos núcleos de fundamentação das diretrizes é o ponto em que queremos chegar na formação, e, ao mesmo tempo, é o ponto de partida para o trabalho profissional. Vou explicar melhor.

A nova lógica para a formação proposta nas diretrizes curriculares indica que na formação a unidade articulada deve estar em todos os componentes curriculares, contudo, o que a pesquisa para a tese demonstrou é que os componentes curriculares seguem fragmentados nos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso (PPPC). Os componentes curriculares, muitas vezes, estão inseridos nesse ou naquele núcleo. É comum encontrarmos PPPC's em que a disciplina economia política, por exemplo, é um componente do núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, isso é fragmentar o componente em um núcleo, e isso não está orientado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Certamente, a disciplina economia política está repleta de conhecimentos do núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social, mas deve apresentar aos estudantes a articulação desse componente com os demais núcleos, ou seja, qual a relação da crítica da economia política nas particularidades do capitalismo no Brasil e demonstrar a importância desse conhecimento para o trabalho de assistentes sociais. Essa unidade articulada deve ocorrer em todos os componentes curriculares na formação.

O mesmo para o trabalho profissional, por exemplo, em um relatório social realizado por assistentes sociais, após escrevê-lo, eu reconheço o conjunto categorial dos três núcleos de fundamentação? Eu reconheço o/a usuário/a como sujeito de uma classe social ou só o/a reconheço pela análise restrita da política social? No relatório eu reconheço a expressão da questão social ou a trato como “problema social”? No relatório eu explicito sua raça/cor como elemento estrutural nas desigualdades no Brasil ou acho que isso não é importante?

Nesse relatório eu apresento o conjunto de instrumentos e técnicas utilizadas ou só encaminhado para a sala ao lado? Somente o conjunto de conhecimentos articulados dos três núcleos de fundamentação nos permite uma intervenção na direção dos fundamentos do Serviço Social.

4) **Quais os principais desafios postos na realidade que dificultam a apreensão dos Fundamentos e da relação trabalho e formação?**

Primeiro, queria explicitar que é somente com a matriz materialista, histórica e dialética que conseguimos apreender a unidade articulada dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS como uma leitura acerca dos Fundamentos do Serviço Social. A única matriz que busca o que funda a profissão, que a articula com o solo histórico que a faz emergir, que apreende a sua necessidade social e seu desenvolvimento sócio-histórico.

Há alguns elementos na formação que dificultam a unidade articulada dos núcleos de fundamentação, a formação aligeirada, sem discussão acerca de um projeto profissional vinculado à perspectiva crítica, é um exemplo. A mercantilização dos cursos, principalmente, privados; o ensino à distância, em que a aprendizagem se dá por apostilas e leituras reduzidas dos conhecimentos dos três núcleos de fundamentação; os estágios supervisionados sem supervisão direta; vivemos uma geração de formados/as pelo Ensino Remoto Emergencial e pesquisas da ABEPSS demonstraram fragilidades nessa forma de ensino.

Outro elemento que me parece importante é a urgente retomada da questão social como eixo articulador da formação profissional, a pesquisa para a tese demonstrou também, que alguns PPPC's trazem a política social como eixo em detrimento da apreensão da questão social e suas expressões, e isso é muito preocupante.

Há, também, elementos no trabalho profissional que dificultam a apreensão dos Fundamentos do Serviço Social no cotidiano, como a precarização do trabalho; as contratações por projetos; a padronização dos procedimentos realizados pelas políticas sociais; a intensificação do trabalho mediado por tecnologias; o imediatismo na intervenção profissional; quando a política social se torna objeto da intervenção e não as expressões da questão social; quando no trabalho profissional eu atendo mais aos objetivos da política social em detrimento dos objetivos, atribuições e competências do trabalho de assistentes sociais, entre outros elementos.

Mas, há resistências no cotidiano que fortalecem a unidade trabalho e formação como o Código de Ética, a Lei que Regulamenta a Profissão, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996. Há, também, documentos que vão dando orientação e agregando elementos na direção do projeto de formação profissional como: Subsídios para o Debate das Relações Étnico-raciais na Formação Profissional, a Plataforma Antirracista com textos sobre a temática, disponível no site da ABEPSS; a Política de Estágios Supervisionados; a Contribuição da ABEPSS para os Programas de Pós Graduação; as estratégias de formação continuada da ABEPSS como o projeto ABEPSS Itinerante e o projeto ABEPSS ao Vivo; as publicações recentes do conjunto CFESS-CRESS como, por exemplo a série Diálogos do Cotidiano, as capacitações continuadas, entre outros aspectos.

5) **Como você identifica a apreensão/análise da unidade trabalho e formação e os fundamentos dos núcleos de fundamentação na produção bibliográfica do Serviço Social**

Acredito que temos avançado nas publicações na área dos Fundamentos do Serviço Social, ainda de forma tímida. Essa publicação, um livro que permite articular conhecimentos sobre a realidade do Brasil, a relações estrutural do racismo, do debate de gênero e voltar para o trabalho profissional é fundamental. Quero destacar, também, a publicação da Revista *Temporalis*, n. 42, que atualiza muito bem o debate dos fundamentos da questão social no Brasil e suas expressões, depois de 20 anos da edição n. 03 da revista, que foi um marco essencial para avançarmos no debate, a revista de 2022, avança junto com o Serviço Social Brasileiro. A contribuição dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) da ABEPSS, em especial o GTP “Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional”, que realizou em 2017 um I Seminário Nacional e em 2022 um I Seminário Internacional, que podem ser encontrados em livros e no TV ABEPSS é uma enorme contribuição, as *lives* do Projeto ABEPSS ao vivo que esse GTP realizou e todo material do Projeto ABEPSS Itinerante de 2016, 2017 e 2022 que estão no site da ABEPSS, contribuem muito na apreensão dos Fundamentos. Não podemos dizer que não há produções bibliográficas, mas, precisamos dar sentido e direção as nossas ações. Entender a lógica que sustenta o projeto profissional, tanto para a formação como para o trabalho é muito importante e tecer nosso cotidiano, nas universidades, nos cursos, nos espaços sócio-ocupacionais com essas categorias teóricas e em conjunto aos movimentos sociais de esquerda conduzir nossas tarefas, no trabalho e na formação profissional. Temos muito a fazer, mas, muito já foi feito.

EPÍLOGO - Escrivência e continuidades: produzindo conhecimento

Sheila Dias

Considerando que as reflexões que se seguem não partem de uma vivência pautada na individualidade, mas que estas resultam de um acúmulo de vivências experimentadas ao longo de uma trajetória de vida, forjada na luta coletiva, evoco nestas linhas, minhas memórias como docente, militante, intelectual e mulher negra, para realizar este diálogo com a coletânea que ora se materializa, mas também indico que a motivação que me inspira é preconizada pela certeza de que “nossos passos vêm de longe⁷⁵”.

Recentemente, apresentei junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, minha pesquisa de tese intitulada de “Unidade do Diverso ou Inclusão Sem Pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas Pós-graduações em Serviço Social no Brasil”, que teve como objeto de estudo a incorporação da reserva de vagas a partir das cotas étnico-raciais para negras (es/os), indígenas, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+ nos Programas de Pós-Graduação (PPGs) dos cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social das universidades públicas e privadas do Brasil e vinculadas a Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

O que trago aqui são alguns dos resultados encontrados durante a realização do estudo acima mencionado e expressam tensionamentos e perspectivas, próprios da dinâmica que envolve a produção de conhecimento. Inicialmente, minha intenção era apenas responder inquietudes pessoais, no entanto, ao olhar profundamente sobre as questões que envolvem os antecedentes sobre a formação social da história brasileira e sobre como isto afeta a produção de conhecimento, compreendi que tais reflexões deveriam partir das tensões existentes, mas, também, que era necessário seguir numa perspectiva teórica que me permitisse construir um caminho em direção a outras formas de diálogos com saberes, que outrora foram desqualificados do lugar de conhecimento científico.

Seguindo nesta direção, resalto de imediato a importância de um trabalho coletivo, cuja realização da produção de conhecimento se dá por um processo de *escrivência*⁷⁶, onde as produções teóricas buscam interpretar temáticas diversas que nos atravessam cotidianamente. Recorremos a Conceição Evaristo (2020), autora do conceito sobre

⁷⁵ WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo In: Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009 (generado el 28 janvier 2022). Disponible en Internet: . ISBN: 9782940503827. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.iheid.6316>. Acesso em: 28/jun/2023.

⁷⁶ Escrivência é um conceito desenvolvido pela Professora Doutora, intelectual e escritora negra mineira Conceição Evaristo. Ela utiliza-se deste termo, inclusive, para explicar a sua própria escrita e também a escrita de outras mulheres, sobretudo, mulheres negras. Em entrevista concedida à Tairine Santana do Itaú Social, e Alessandra Zapparoli da Rede Galápagos (São Paulo), em 09/11/2020, por ocasião do seminário virtual “A Escrivência de Conceição Evaristo, iniciativa do Itaú Social em parceria com a MINA Comunicação e Arte, desenvolvida a partir do Projeto Oficina de Autores – Memórias e Escrivências de Conceição Evaristo, lançado em 2018”, Conceição Evaristo afirma que “A *escrivência* serve também para as pessoas pensarem”. Ver em: CONCEIÇÃO EVARISTO - “A *escrivência* serve também para as pessoas pensarem” | Itaú Social.

“*escrevivência*”, pois ela nos informa que o movimento coletivo que move as nossas ações e intencionam alterar a vida das sujeitas e sujeitos, individuais ou coletivos, está preconizado por um caminho inverso, que borra a imagem do passado, justifica o caminho presente e aponta que são nas projeções futuras que depositamos as nossas ambições emancipatórias.

Produção de conhecimento e escrevivências

Refletir a produção de conhecimento a partir de categorias que se interseccionam está de acordo com hooks (2020), numa forma de se encontrar e ter voz, falar, ser capaz de nomear e reclamar para si a posição de *sujeitas (es/os)*, (hooks, 2020, p. 170, *grifo nosso*). A interlocução entre as categorias *produção de conhecimento e escrevivência* se fez necessária aqui porque estas se complementam, mas não se esgotam. No entanto, tais categorias devem ser compreendidas a partir de uma *intersecção*, onde a análise das condições históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas deve ser realizada como um conjunto de elementos, que somente a partir de uma análise crítica, nos habilita a elaborar estratégias contrárias ao modo de produção capitalista e às variadas formas de opressões.

Processos históricos e educação

Feitas as considerações acima, direciono minhas reflexões a uma breve análise sobre dois principais elementos imprescindíveis para uma produção de conhecimento que realize uma *Práxis Revolucionária*. O primeiro refere-se a conhecer os processos históricos que fundam uma determinada sociedade; e o segundo está na importância de conceber a educação como possibilidade concreta de transformação emancipatória.

Nesta direção, é preciso conhecer os caminhos percorridos até aqui, na tentativa de abarcar os processos históricos que fundam a sociedade brasileira. Conhecer tal realidade é tarefa fundamental para superarmos as mazelas deixadas tanto pela exploração capitalista quanto pelo escravismo que aqui se estabeleceu de maneira particular. A análise crítica desses processos, só pode ser realizada sob a perspectiva dialética, cujo movimento nos permite pensar as contradições presentes nas relações sociais na contemporaneidade.

O movimento dialético permite que as determinações históricas ultrapassem a si mesmas – todavia, isto impõe organização e reinvenções, demanda o desenvolvimento de mecanismos tanto para a superação das mazelas a que são impostos os grupos sociais distintos, como também impulsiona que as forças capitalistas e conservadoras reajam ao confronto iminente. Ou seja, não pode haver estratégia real de transformação sem que tal busca prossiga com firmeza, unidade e consciência das dimensões políticas e materiais necessárias para o enfrentamento das imposições capitalistas.

Ao refletirmos sobre o segundo elemento que é a educação, tomamos como ponto de partida a realidade da conjuntura atual. Vivemos um intenso movimento de reprodução do capital, onde os elevados níveis de acumulação reforçam os valores que naturalizam as desigualdades sociais. Aumento da competitividade, imposição do pragmatismo e do discurso da educação voltada para o sucesso financeiro, submissão ao mercado e aos seus efeitos enquanto regulador das reações individuais e coletivas dos sujeitos.

Em tempos tão duros como os da atualidade, onde a produção de conhecimento, o desmonte da educação e da ciência se agudizam, estando sob constante ameaças, percebemos a construção de estratégias e rebeldias, que caminham na contramão do obscurantismo que se espalha no país e no mundo. A organização e a expansão do ensino superior brasileiro também expressam algumas das características que conferem a este sistema de ensino, aspectos particulares próprios desta sociedade.

O processo de financeirização da educação, da saúde, do fundo público e das políticas sociais brasileiras não aponta outra direção senão a continuidade da luta pela construção de outra ordem social e pela *emancipação humana*⁷⁷. Nesse sentido, salientamos a necessidade da busca constante por condições e mediações que permitam a materialização do compromisso ético-político firmado com e pela classe trabalhadora.

Embora a reflexão acima seja bastante sucinta, compreendo tais considerações muito relevantes para desnudar o cenário nada otimista sobre os rumos da educação brasileira. É preciso reconhecer as disputas e interesses distintos que almejam preservar e manter a agenda conservadora vigente. Contudo, destaca-se a luta incansável da categoria profissional de assistentes sociais, que junto às suas entidades representativas vem somando forças e desenvolvendo ações que visam fortalecer a produção de conhecimentos, garantindo, inclusive, o fortalecimento dos programas de pós-graduação (sobretudo dos cursos de *stricto sensu*), bem como resguardar a autonomia da ciência, dos progressos científicos e dos avanços obtidos ao longo dos anos.

A agenda antirracista do serviço social brasileiro

O Serviço Social brasileiro há muito tempo tem se atentado para as diversas transformações históricas ocorridas na sociedade brasileira. Esta profissão enfrentou o processo de ruptura com o tradicionalismo profissional e seu ideário conservador, bem como, tem construído coletivamente (tanto com as suas entidades representativas, quanto com setores progressistas da sociedade brasileira), uma agenda de lutas, pautada, sobretudo, a partir do projeto profissional emancipatório.

Recentemente, em condições históricas totalmente adversas como um Golpe de Estado, uma realidade pandêmica e o crescimento do fascismo, vimos (mesmo que de forma tímida), mobilizações de diversos atores e movimentos sociais que redirecionaram a luta pela universalização dos direitos civis, sociais e políticos e pela retomada da democracia no país. A defesa do SUS e do conhecimento científico, a liberdade de imprensa, a guerra contra o obscurantismo tem nos mostrado que estamos longe de um horizonte de amenidades.

Por outro lado, vimos entrar na ordem do dia, algumas das discussões mais importantes deste país. Destaco a questão étnico-racial, a questão dos povos indígenas e a reforma agrária. Todavia, reconhecer a relevância desses temas na conjuntura atual, não pode ser confundido com a superação dos mesmos. Ou seja, consideramos avanços, sim, mas não podemos encobrir as incongruências presentes nesta realidade.

Sobre isto, particularmente, ao analisarmos a questão étnico-racial por dentro do Serviço Social brasileiro, sabemos o quanto tal discussão foi por muito tempo negligenciada. Foram inúmeras as tentativas para esvaziar e/ou silenciar as vozes que se levantaram com

⁷⁷ Cf. MARX, Karl (2010).

pautas antirracistas contra as “opressões”. Sabemos que questão racial aqui no Brasil, e em outras partes do mundo, é resultante do processo de escravidão. Aqui, sua relação se dá em concomitância ao capitalismo dependente, que de forma particular, garantiu ao modo de produção capitalista, o aporte necessário para a sua eficácia.

As discussões que permeiam as categorias raça e racismo são muito amplas, complexas e compostas por diversas interpretações, necessitando assim da análise de outros elementos para sua compreensão. Contudo, apesar dos limites que envolvem esse debate, este é um assunto que permeia o imaginário da sociedade brasileira, traduz sentimentos e revela aspectos de violências, tendo em vista que, desde o início das teorias que o interpretaram até os dias atuais, os efeitos do racismo para a sociedade não foram superados.

Na última década, o número de publicações em revistas de grande circulação ou mesmo de outras áreas que dialogam com esta profissão, tem realizado significativas ações que contribuem para a ampliação dessa discussão. A consolidação dos chamados Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) é um fato que deve ser celebrado, pois muito contribuiu para o aumento das pesquisas sobre a questão étnico-racial.

Recentemente, por iniciativa da ABEPSS, foi elaborada a publicação *Subsídios para o Debate da questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social* (2017-2018), e a chapa 2017-2020 do conjunto CFESS/CRESS, desde o início da sua gestão, lançou a campanha “Assistente Social no Combate ao Racismo”, resultando na publicação de dois livros: “*Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate*” (2020-2021) e “*Questão Racial, Serviço Social e os Desafios Contemporâneos*” (2021). Também a série de sete cadernos - *Assistente Social no combate ao Preconceito*, com destaque para o caderno de número 3 (três), elaborado pela intelectual Roseli Rocha, oferece pistas em como identificar, combater e lutar contra o racismo.

Destaco a realização do Seminário Nacional de Formação Profissional do Movimento Estudantil de Serviço Social comemorando os 40 anos do Congresso da Virada – “*Por Uma Práxis Antirracista: A Virada agora é Preta*” em 2019, (ENESSO, 2020); em dezembro de 2020, ocorreu o *I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico Raciais: Construindo Uma Plataforma Antirracista*, contou com a participação de convidadas/os internacionais e de diversos nomes da luta antirracista no Brasil.

Importante também é o protagonismo do movimento estudantil no Serviço Social, que por intermédio da ENESSO, bem como da representação discente na ABEPSS, a qual, pelo menos nas últimas décadas, tem priorizado e incitado o debate da questão étnico-racial no âmbito da formação profissional e da luta de classes, e, assim, junto com a grande maioria de estudantes, tem fortalecido e enfrentado as lacunas desta temática no âmbito universitário.

Recentemente, a ABEPSS, por meio da gestão: *Aqui se respira a Luta* (2021-2022), em conjunto com o GTP Ampliado, que conta com pesquisadoras/es das relações raciais, da questão indígena e das questões de gênero, atuantes de diversas frentes do Serviço Social brasileiro, se debruçam em análise sobre a implementação das ações afirmativas tanto nas pós-graduações de Serviço Social quanto nos concursos públicos para docentes negras/os. Um dos resultados deste trabalho coletivo, foi a implementação da Plataforma Antirracista⁷⁸ na página oficial da ABEPSS. É um repositório, com dicas de textos, separados por eixos de

⁷⁸Disponível em: <https://www.abepss.org.br/subsidiosparaodebateetnicoracial-94> Acesso: 08/dez/22.

discussão sobre o Serviço Social e as Relações Raciais, que será alimentado sempre que houver publicações críticas sobre a referida temática.

Neste sentido, as produções presentes na coletânea que ora se materializa, remontam experiências audaciosas e seguem a ótica do conhecimento que liberta e emancipa. Deste modo, esta produção está no curso de tantos outros construídos como instrumento de crítica, mas que também apontam possibilidades concretas de avanços e perspectivas críticas que nos direciona para a superação da ordem social vigente. Sigamos mobilizadas (es/os), organizadas (es/os) coletivamente, e que mesmo em trincheiras distintas, que possamos nos encontrar na luta, mas que lutemos com afínco e afetos.

Referências

ABEPSS. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso: 27/mar/2023.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/lancamento-da-plataforma-antirracista-98>. Acesso: 27/mar/2023.

ABEPSS. **Subsídios para o Debate da questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social**. (2017-2018). Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf Acesso: 27/mar/2023.

ALMEIDA, Sheila Dias. **Unidade do diverso ou inclusão sem pertencimento?** Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas Pós-graduações em Serviço Social no Brasil. Rio de Janeiro, 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>. Acesso: 27/mar/2023.

ENESSO. **Executiva nacional de Estudantes de Serviço Social**. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/> Acesso: 27/mar/2023.

Hooks, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2014/2020.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010. Inclui as cartas de Marx a Ruge publicadas nos Anais Franco-Alemães. Tradução Nélio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels).

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

1- André Henrique Mello Correa

Graduado em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista FAPERJ Mestrado Nota 10.

2- Andréia da Silva Lima

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em Gestão Pública com ênfase em Gestão Metropolitana pela Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP. Mestre em Serviço Social pela PPGSS/UERJ. Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Assistente Social da Prefeitura do Rio de Janeiro desde 2007. Professora substituta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

3- Camylla Neto Saldanha da Fonseca (autora e org.)

Graduada em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ).

4- Dandara Vianna de Albuquerque

Graduada em Serviço Social. Especialista em Políticas Públicas de Enfrentamento a Violência contra a Mulher pelo Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária de Niterói.

5- Fátima da Silva Grave Ortiz

Graduada em Serviço Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista FAPERJ CNE.

6- Flávio José Souza Silva

Graduado em Serviço Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ).

7- Gustavo Fagundes

Graduado em Serviço Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Professor substituto na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

8- Iris Sunsyaray

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Professora Substituta do Departamento de Fundamentos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

9- Lana Carrijo

Graduada em Serviço Social. Mestrado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

10- Leonardo Dias Alves:

Graduado em Serviço Social. Mestrado em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília – PPGPS/UnB, Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ).

11- Manuella Aragão Pinheiro

Graduada em Serviço Social. Mestrado em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Assistente social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

12- Rodrigo José Teixeira

Graduado em Serviço Social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC - São Paulo. Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF-Rio das Ostras).

13- Sheila Dias

Graduada em Serviço Social. Doutora, Mestre e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Professora do Departamento de Serviço Social (DESSO), do Instituto de Ciências Aplicadas (ICSA), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

14- Thais Felipe Silva dos Santos

Graduada em Serviço Social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC - São Paulo. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Assistente social do Tribunal de Justiça de São Paulo.

15- Yolanda Guerra (org.)

Graduada em Serviço Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC - São Paulo. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (PPGDSSS/UFF). Bolsista Produtividade em Pesquisas 1 A do CNPq

